

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANTÔNIO CÉSAR COSTA DUARTE**

**IMPACTOS DA LEI 11.638/07 NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E NO  
RESULTADO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO: ESTUDO DAS  
EMPRESAS QUE COMPÕEM O IBRX-50 DA BOVESPA**

**FLORIANÓPOLIS  
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**IMPACTOS DA LEI 11.638/07 NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E NO  
RESULTADO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO: ESTUDO DAS  
EMPRESAS QUE COMPÕEM O IBRX-50 DA BOVESPA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Luiz Alberton

**Florianópolis  
2008**

**ANTÔNIO CÉSAR COSTA DUARTE**

**IMPACTOS DA LEI 11.638/07 NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E NO RESULTADO  
DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO: ESTUDO DAS EMPRESAS QUE  
COMPÕEM O IBRX-50 DA BOVESPA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final \_\_\_\_\_ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, 28 de novembro de 2008.

---

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.  
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

---

Professor Luiz Alberton, Dr.  
Orientador

---

Professora Bernadete Limongi, Dra.  
Membro

---

Professora Simone Cristina Kopak, Msc.  
Membro

**“Não se deve ir atrás de objetivos fáceis,  
é preciso buscar o que só pode ser alcançado  
por meio dos maiores esforços.”**

Albert Einstein

## *Agradecimentos*

Ao término de mais esta etapa da minha vida, é indispensável agradecer àqueles que colaboraram para a realização deste trabalho, e sem os quais esta etapa não seria ultrapassada.

Aos meus pais, pelo amor e dedicação, não deixando faltar nada para a minha formação.

Aos meus irmãos pelo companheirismo e amizade.

A Ellen Gomes da Silva pelo carinho e companheirismo nas noites em claro e em tantos outros momentos.

Ao Professor Luiz Alberton pela amizade e orientação na elaboração desta pesquisa e em tantas outras atividades dentro da universidade.

A Professora Bernadete Limongi pelo carinho, incentivo e pelas palavras amigas.

Aos Professores que acreditaram no meu potencial e pelas palavras de motivação, Orion Augusto Platt Neto, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Darci Schnorrenberger, Rogério João Lunkes e Flávio da Cruz.

Aos Professores que contribuíram para a minha formação dentro e fora de sala de aula, Erves Ducati, Ricardo Rodrigo Stark Bernard, Nivaldo João dos Santos, Valdirene Gasparetto, Marcos Laffin, Alexandre Zoldan da Veiga, Eleonora Milano Falcão Vieira, Joaquim José de Santanna, Jurandir Sell Macedo Júnior, Loreci João Borges, Luiz Felipe Ferreira e Vladimir Arthur Fey.

Aos Funcionários do Departamento de Ciências Contábeis pela paciência, compreensão e apoio, Sr. Aldo de Freitas Noronha Filho, Sr. Mauro Pereira e Sra. Sandra Helena Soares Silva.

A todos os colegas de curso pelo convívio no decorrer desta jornada.

E a todos que contribuíram de forma indireta na elaboração deste trabalho e na minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

DUARTE, Antônio C. C. **Impactos da Lei n. 11.638/2007 no patrimônio líquido e no resultado das empresas de capital aberto:** um estudo das empresas que compõem o IBRX-50 da Bovespa. Florianópolis, 224f. 2008. Monografia - (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Este trabalho possui como objetivo geral identificar os impactos das alterações na Lei das Sociedades Anônimas, promovidas pela Lei n. 11.638/2007, que as empresas estão estimando no patrimônio líquido e no resultado do exercício social de 2008. A globalização, o surgimento dos blocos econômicos, os escândalos financeiros e as crises econômicas têm evidenciado a necessidade de mais transparência das demonstrações contábeis. O processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais de Contabilidade tem se mostrado fundamental, contudo tem dividido muitos teóricos da Contabilidade e de áreas afins a ela. Como forma de estimular as empresas de capital aberto a aderir ao padrão internacional, modificou-se a Lei das Sociedades Anônimas. Não obstante, faz-se necessário o estudo do impacto promovido pela lei no patrimônio líquido e no resultado, por meio de um estudo exploratório realizado com as empresas que compõem o IBRX-50 da BOVESPA, pelas das notas explicativas contidas nas informações do segundo trimestre de 2008. Das 46 empresas estudadas, 31 delas apresentaram efeitos das mudanças na lei no patrimônio líquido e resultado, contudo muitas aguardam regulamentação específica para implementação de determinadas ações, assim como algumas aguardam o final do exercício para promover e divulgar as modificações nos seus registros contábeis. Devido à extensão e complexidade das normas internacionais e das normas locais de Contabilidade elaboradas a partir delas, contadores e demais profissionais da área das finanças terão um desafio em acompanhar e analisar as informações nesse primeiro momento, até sua consolidação como prática.

Palavras-Chave: Normas Internacionais de Contabilidade. Harmonização Internacional da Contabilidade. Lei n. 11638/2007.

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 – Comparativo entre Princípios Fundamentais de Contabilidade. ....                | 26  |
| Quadro 2 – Normas Técnicas e Pronunciamentos de Contabilidade emitidos pelo IASC/IASB..... | 35  |
| Quadro 3 – Isenções Opcionais e Exceções para Aplicação da IFRS 1.....                     | 42  |
| Quadro 4 – Carteira com as empresas do IBRX-50 para o quadrimestre set/dez de 2008. ....   | 86  |
| Quadro 5 – Variação Cambial da ALL.....  | 129 |
| Quadro 6 – Variação dos Arrendamentos Financeiros da ALL. ....                             | 130 |
| Quadro 7 – Demonstração do Resultado do Período da Braskem.....                            | 131 |
| Quadro 8 – Demonstrações ajustadas da Cemig. ....  | 132 |
| Quadro 9 – Reclassificação dos Saldos da Cemig.....  | 132 |
| Quadro 10 – Variação Cambial da Cyrela.....  | 133 |
| Quadro 11 – Efeitos da Variação Cambial no Resultado e Patrimônio Líquido da Cyrela. ....  | 133 |
| Quadro 12 – Variação Cambial da Eletrobrás. ....   | 134 |
| Quadro 13 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2007 (ATIVO) .....                       | 135 |
| Quadro 14 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2007 (PASSIVO).....                      | 136 |
| Quadro 15 – Demonstração do Resultado da Eletropaulo 2007.....                             | 136 |
| Quadro 16 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2008 (ATIVO) .....                       | 138 |
| Quadro 17 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2008 (PASSIVO).....                      | 139 |
| Quadro 18 – Demonstração do Resultado da Eletropaulo de 2008.....                          | 139 |
| Quadro 19 – Aumento no Patrimônio Líquido da Embraer .....                                 | 140 |
| Quadro 20 – Impactos no patrimônio líquido da GOL em 2008.....                             | 141 |
| Quadro 21 – Impactos no resultado da GOL em 2008. ....                                     | 141 |
| Quadro 22 – Reclassificações nas contas da GOL. ....                                       | 141 |
| Quadro 23 – Impacto nas contas da Natura. ....   | 142 |
| Quadro 24 – Reclassificações nas contas da NET.....  | 142 |
| Quadro 25 – Impacto nas contas do Pão de Açúcar .....                                      | 143 |
| Quadro 26 – Ajuste a Valor Presente da Perdigão. ....                                      | 143 |
| Quadro 27 – Balanço Patrimonial da Petrobras em 2008 (ATIVO).....                          | 144 |
| Quadro 28 – Balanço Patrimonial da Petrobras em 2008 (PASSIVO) .....                       | 146 |

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 29 – Demonstração do Resultado da Petrobras em 2008. .... | 146 |
| Quadro 30 – Impactos nas contas da Sadia. ....                   | 147 |
| Quadro 31 – Impacto nas contas da TAM. ....                      | 148 |
| Quadro 32 – Efeitos na Telemar / Controladora. ....              | 149 |
| Quadro 33 – Efeitos na Telemar / Consolidado. ....               | 149 |
| Quadro 34 – Variação cambial da Vale do Rio Doce. ....           | 150 |



## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 – Opção pela aplicação da Lei n. 11.638/2007.....   | 106 |
| Tabela 2 – Comentários sobre a DFC no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas. ....                                | 108 |
| Tabela 3 – Comentários sobre a DVA no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas. ....                                | 109 |
| Tabela 4 – Comentários sobre Equivalência Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....               | 110 |
| Tabela 5 – Comentários sobre Intangíveis no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....                            | 111 |
| Tabela 6 – Comentários sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....         | 112 |
| Tabela 7 – Comentários sobre Reserva de Reavaliação no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....                 | 114 |
| Tabela 8 – Comentários sobre Aplicação em Instrumentos Financeiros no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....   | 115 |
| Tabela 9 – Comentários sobre Combinação de Empresas no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....                  | 116 |
| Tabela 10 – Comentário sobre Arrendamento Financeiro ( <i>Leasing</i> ) no item da Lei 11.638/07 das Notas Explicativas..... | 117 |
| Tabela 11 – Comentários sobre Valor Recuperável de Ativo no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....             | 120 |
| Tabela 12 – Comentários sobre Ajuste a Valor Presente no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....               | 120 |
| Tabela 13 – Comentários sobre Diferido no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....                              | 121 |
| Tabela 14 – Comentários sobre Doações/Subvenções/Incentivos Fiscais no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....  | 123 |
| Tabela 15 – Comentários sobre Variação Cambial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....                      | 125 |
| Tabela 16 – Comentários sobre Prêmio na Emissão de Debêntures no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....        | 127 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Opção pela aplicação da Lei n. 11.638/2007.....  | 107 |
| Gráfico 2 – Comentários sobre a DFC no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas. ....                               | 107 |
| Gráfico 3 – Comentários sobre a DVA no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas. ....                               | 109 |
| Gráfico 4 – Comentários sobre Equivalência Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....               | 110 |
| Gráfico 5 – Comentários sobre Intangíveis no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....                           | 112 |
| Gráfico 6 – Comentários sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....        | 113 |
| Gráfico 7 – Comentários sobre Reservas de Reavaliação no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....                | 114 |
| Gráfico 8 – Comentários sobre Aplicação em Instrumentos Financeiros no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....  | 115 |
| Gráfico 9 – Comentários sobre Incorporação, Fusão ou Cisão no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....           | 117 |
| Gráfico 10 – Comentários sobre Arrendamento Financeiro no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....               | 118 |
| Gráfico 11 – Comentário sobre Valor Recuperável de Ativo no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....             | 119 |
| Gráfico 12 – Comentários sobre Ajuste a Valor Presente no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....               | 121 |
| Gráfico 13 – Comentários sobre Diferido no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....                             | 122 |
| Gráfico 14 – Comentários sobre Doações/Subvenções/Incentivos Fiscais no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas..... | 124 |
| Gráfico 15 – Comentários sobre Variação Cambial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas. ....                     | 125 |
| Gráfico 16 – Comentários sobre Prêmio na Emissão de Debêntures no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.....       | 126 |
| Gráfico 17 – Efeitos nas Demonstrações Contábeis.....  | 129 |

## **LISTA DE FIGURAS**

|  |    |
|--|----|
| Figura 1: Fatos Importantes da História da Harmonização Contábil Brasileira e Mundial..... | 23 |
| Figura 2: Etapas de submissão dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. ....         | 28 |
| Figura 3: Estrutura do IASC.....   | 33 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CE – Comunidade Européia

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

IAS – *International Accounting Standard*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IBRX-50 – Índice Brasil 50

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*

ITR – Informações Trimestrais

S.A. – Sociedade Anônima

SEC – *The US Securities and Exchange Commission*

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>RESUMO.....</b>   | <b>6</b>  |
| <b>LISTA DE QUADROS.....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>LISTA DE TABELAS.....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>LISTA DE FIGURAS.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>  | <b>12</b> |
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>17</b> |
| 1.1. TEMA E PROBLEMA.....  | 17        |
| 1.2. OBJETIVOS .....   | 19        |
| 1.2.1. Objetivo Geral .....  | 19        |
| 1.2.2. Objetivos Específicos .....   | 19        |
| 1.3. JUSTIFICATIVA .....   | 19        |
| 1.4. DELIMITAÇÕES DA PESQUISA .....  | 20        |
| 1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA .....   | 20        |
| <b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>   | <b>22</b> |
| 2.1. HISTÓRICO DA ALTERAÇÃO DA LEI N. 6.404/1976. ....   | 22        |
| 2.2. PRINCIPAIS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE<br>HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS DE<br>CONTABILIDADE ..... | 26        |
| 2.2.1. Principais órgãos no Brasil.....  | 26        |
| 2.2.2. Principais órgãos dos Estados Unidos.....   | 31        |
| 2.2.3. Principais órgãos no mundo .....  | 32        |
| 2.2.4. Outras entidades que atuam no processo de harmonização das normas<br>internacionais de Contabilidade.....               | 37        |
| 2.3. ASPECTOS DA LEI N. 11.638/2007 .....  | 38        |
| 2.4. RESUMO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE... 41   |           |
| 2.4.1. Processo inicial de adoção Normas Internacionais de Contabilidade .....   | 41        |
| 2.4.2. Pagamentos baseados em ações .....  | 42        |
| 2.4.3. Combinações de empresas .....   | 43        |
| 2.4.4. Contratos de Seguros.....   | 43        |
| 2.4.5. Ativos não circulares mantidos para venda e operações descontinuadas....  | 44        |
| 2.4.6. Exploração e avaliação de recursos minerais .....   | 45        |
| 2.4.7. Instrumentos financeiros: divulgações .....   | 46        |

|         |  |    |
|---------|--|----|
| 2.4.8.  | Segmentos operacionais .....   | 47 |
| 2.4.9.  | Apresentação das demonstrações financeiras .....   | 48 |
| 2.4.10. | Estoques.....  | 49 |
| 2.4.11. | Demonstrações dos fluxos de caixa.....   | 50 |
| 2.4.12. | Práticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros .....                           | 51 |
| 2.4.13. | Eventos posteriores à data do balanço patrimonial .....  | 52 |
| 2.4.14. | Contratos de construção.....   | 53 |
| 2.4.15. | Tributação sobre a renda.....  | 54 |
| 2.4.16. | Relatórios por segmento .....  | 56 |
| 2.4.17. | Ativo imobilizado .....  | 56 |
| 2.4.18. | Arrendamentos .....  | 57 |
| 2.4.19. | Receitas.....  | 59 |
| 2.4.20. | Benefícios de funcionários .....   | 60 |
| 2.4.21. | Contabilização de subvenções do governo e divulgação de ajuda governamental .....              | 61 |
| 2.4.22. | Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio.....   | 62 |
| 2.4.23. | Custos de empréstimos .....  | 63 |
| 2.4.24. | Divulgações de partes relacionadas.....  | 64 |
| 2.4.25. | Contabilização e emissão de relatórios para planos de benefícios de aposentadoria .....        | 65 |
| 2.4.26. | Demonstrações financeiras consolidadas e separadas .....                                       | 66 |
| 2.4.27. | Investimentos em associadas .....  | 67 |
| 2.4.28. | Relatórios financeiros em economias hiperinflacionárias .....                                  | 67 |
| 2.4.29. | Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e instituições financeiras similares ..... | 68 |
| 2.4.30. | Participação em <i>joint ventures</i> .....  | 69 |
| 2.4.31. | Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação .....                                      | 70 |
| 2.4.32. | Lucro por ação .....   | 72 |
| 2.4.33. | Relatórios financeiros intermediários.....   | 73 |
| 2.4.34. | Perda no valor recuperável de ativos .....   | 74 |
| 2.4.35. | Provisões e passivos e ativos contingentes.....  | 75 |
| 2.4.36. | Ativos Intangíveis.....  | 76 |
| 2.4.37. | Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração .....                                    | 78 |
| 2.4.38. | Investimento imobiliário .....   | 81 |

|           |   |           |
|-----------|---|-----------|
| 2.4.39.   | Agricultura.....  | 82        |
| <b>3.</b> | <b>METODOLOGIA.....</b>   | <b>84</b> |
| 3.1.      | ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....                                   | 84        |
| 3.2.      | UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA .....                              | 84        |
| 3.3.      | PROCEDIMENTO PARA COLETA DOS DADOS .....                          | 86        |
| 3.4.      | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....                           | 87        |
| <b>4.</b> | <b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>                        | <b>88</b> |
| 4.1.      | CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS .....                                 | 88        |
| 4.1.1.    | América Latina Logística (ALL).....                               | 88        |
| 4.1.2.    | Companhia de Bebida das Américas (AmBev).....                     | 88        |
| 4.1.3.    | Aracruz Celulose (ARACRUZ) .....                                  | 89        |
| 4.1.4.    | Companhia Global de Varejo (B2W).....                             | 89        |
| 4.1.5.    | BM&F Bovespa (BM&F BOVESPA) .....                                 | 89        |
| 4.1.6.    | Banco Bradesco (BRADESCO).....                                    | 90        |
| 4.1.7.    | Bradespar (BRADESPAR) .....                                       | 90        |
| 4.1.8.    | Banco do Brasil (BB) .....  | 91        |
| 4.1.9.    | Braskem (BRASKEM).....  | 91        |
| 4.1.10.   | Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) .....                   | 92        |
| 4.1.11.   | Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).....                 | 92        |
| 4.1.12.   | Companhia Energética de São Paulo (CESP) .....                    | 92        |
| 4.1.13.   | Companhia Paranaense de Energia (COPEL) .....                     | 92        |
| 4.1.14.   | Cosan (COSAN).....  | 93        |
| 4.1.15.   | CPFL Energia (CPFL) .....   | 93        |
| 4.1.16.   | Cyrela Brazil Realty (CYRELA).....                                | 93        |
| 4.1.17.   | Duratex (DURATEX).....  | 93        |
| 4.1.18.   | Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) .....                 | 94        |
| 4.1.19.   | Eletropaulo Metropolitana Eletricidade São Paulo (ELETROPAULO) .. | 94        |
| 4.1.20.   | Empresa Brasileira Aeronáutica (EMBRAER) .....                    | 94        |
| 4.1.21.   | Gafisa (GAFISA).....  | 94        |
| 4.1.22.   | Gerdau (GERDAU) e Metalúrgica Gerdau (GERDAU MET) .....           | 95        |
| 4.1.23.   | Gol Linhas Aéreas Inteligentes (GOL).....                         | 95        |
| 4.1.24.   | Banco Itaú Holding Financeira (ITAUBANCO) .....                   | 96        |
| 4.1.25.   | Investimentos Itaú (ITAUSA) .....                                 | 96        |
| 4.1.26.   | JBS (JBS).....  | 96        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| 4.1.27.   | Lojas Americanas (LOJAS AMERICANAS) .....  | 96         |
| 4.1.28.   | Lojas Renner (RENNER) .....  | 97         |
| 4.1.29.   | Natura (NATURA) .....  | 97         |
| 4.1.30.   | Net (NET) .....  | 98         |
| 4.1.31.   | Companhia Brasileira de Distribuição – CBD (PÃO DE AÇUCAR).....  | 98         |
| 4.1.32.   | Perdigão (PERDIGÃO) .....  | 99         |
| 4.1.33.   | Petrobras (PETROBRAS) .....  | 99         |
| 4.1.34.   | Redecard (REDECARD) .....  | 99         |
| 4.1.35.   | Rossi Residencial (ROSSI).....   | 100        |
| 4.1.36.   | Sadia (SADIA) .....  | 100        |
| 4.1.37.   | Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) .....   | 101        |
| 4.1.38.   | Transportes Aéreos Marília (TAM).....  | 101        |
| 4.1.39.   | Telemar (TELEMAR) .....  | 102        |
| 4.1.40.   | TIM Participações (TIM).....   | 102        |
| 4.1.41.   | Unibanco (UNIBANCO) .....  | 103        |
| 4.1.42.   | Usiminas (USIMINAS) .....  | 103        |
| 4.1.43.   | VCP (VCP) .....  | 104        |
| 4.1.44.   | Vale do Rio Doce (VALE) .....  | 104        |
| 4.1.45.   | Vivo (VIVO) .....  | 104        |
| 4.2.      | INFORMAÇÕES QUE POSSAM GERAR IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO E/OU EFEITO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..... | 105        |
| 4.3.      | EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO .....                             | 128        |
| <b>5.</b> | <b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>  | <b>152</b> |
|           | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>154</b> |
|           | <b>ANEXOS .....</b>  | <b>162</b> |



## 1. INTRODUÇÃO

A Ciência Contábil surgiu com o evoluir do Homem e, por esse motivo, é tão antigo quanto ele. Como ciência, consolidou-se a partir do crescimento econômico dos países, impulsionados pela industrialização e pelo comércio marítimo.

O desenvolvimento da Contabilidade, como ciência social aplicada, vem sendo fortemente influenciado pelo ambiente em que atua, de acordo com Niyama (2008). Segundo Choi (1992 p. 9), “cada vez menos as coisas permanecem puramente internas”, já que cada vez mais fatores externos tendem a influenciar nosso ambiente. Desses aspectos, assim como das mudanças de comportamento das organizações, da expansão das economias nacionais e, do mesmo modo, da Contabilidade, é que surge a necessidade do estudo mais especializado, por parte dos contadores, das normas e regulamentos de outros países.

Diante disso, o contador “globalizado” que tem por finalidade acompanhar as variações do patrimônio adaptando as demonstrações contábeis às exigências de determinados países, tendo em vista a realização de operações internacionais e captação de recursos financeiros, busca discutir a padronização como forma de encontrar uma igualdade entre as diferentes economias.

### 1.1. TEMA E PROBLEMA

Há 30 anos, as fronteiras nacionais podiam isolar as empresas das pressões competitivas estrangeiras, fato que não ocorre hoje. Elas perderam totalmente o sentido de definição dos seus limites de operação, como afirma Robbins (2003).

Com o fortalecimento dos blocos econômicos e uma presença maior de empresas transnacionais no mundo inteiro, tem-se a necessidade de unificação da informação financeira, uma vez que ela é disponibilizada quase que instantaneamente para tomada de decisão por seus usuários.

Segundo Padoveze (2002), a informação contábil parte de dados coletados por toda a empresa, tratando-os conforme seus critérios, para dar um formato denominado contábil, que tem uma série de características e obedece necessariamente a uma metodologia.

Em 2005, entrou em vigor na Europa o regulamento n. 1.606, de 19 de julho de 2002, da Comunidade Européia que trata das empresas listadas em bolsa. A partir daquele momento, todas as empresas que possuíam ações negociadas em algum dos países membros da CE deveriam apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de Contabilidade.

Recentemente houve a aceitação pela *Securities Exchange Commission* - SEC de que empresas estrangeiras não precisarão consolidar suas demonstrações contábeis em US GAAP, elas poderão apresentar nas normas internacionais. Este é o primeiro passo para adesão dos Estados Unidos às normas do IASB.

Nesse sentido, torna-se indispensável encontrar soluções para adequar a informação a um referencial sem que a qualidade seja prejudicada. Assim como na Europa, outros países estão adotando as IAS/IFRS (*International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards*) como padrão ou usando-as como referencial para normas nacionais.

Conforme Silva, Madeira e Assis (2004, p.116), tudo isso acontece em função da relevância de um maior controle da economia globalizada, envolvendo planos de ação em relação às divergências nas regulamentações e práticas contábeis dos diversos países.

Hendriksen e Van Breda (2007, p.84) afirmam que qualquer mudança de regras contábeis pode ter uma série de impactos econômicos bastante importantes sobre grande número de pessoas. Também há um custo sob a forma de honorários de auditores, custo de impressão, e assim por diante, para quem prepara as demonstrações financeiras.

O Brasil, como seguidor dessa tendência e por necessidades especiais de desenvolvimento, vem, desde o final do século XX, discutindo o assunto, e, em 2000, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 3.741/2000, que tinha como objetivo modificar a Lei n. 6.404/1976 que dispõe sobre as sociedades anônimas. No final do ano de 2007, o Projeto foi aprovado com muitas modificações, passando a se tornar a Lei n. 11.638/2007 Anexo 1. O objetivo do Projeto era atender à necessidade de maior transparência e qualidade das informações geradas pelas empresas, eliminando ou diminuindo as dificuldades de interpretação e de sua aceitação por parte dos investidores.

Por esse e por outros motivos, faz-se necessário estudar a Contabilidade internacional, o seu padrão, discutindo a sua adoção no Brasil e quais seus impactos sobre as empresas.

Dessa forma, o problema de pesquisa que se busca responder com o estudo é:  
**Quais os impactos das alterações na Lei das Sociedades Anônimas que as empresas estão estimando no Patrimônio Líquido e no Resultado do Exercício de 2008?**

## 1.2. OBJETIVOS

### 1.2.1. Objetivo Geral

Apresentar os impactos das alterações na Lei das S.A., promovidas pela Lei n. 11.638/2007, que as empresas estão estimando no Patrimônio Líquido e no Resultado do Exercício Social de 2008.

### 1.2.2. Objetivos Específicos

No que concerne aos objetivos específicos, busca-se:

- Identificar as empresas de capital aberto que adotaram integralmente ou parcialmente a Lei n. 11.638/2007, de acordo com a Resolução n. 469 da CVM.
- Apresentar as principais alterações promovidas pela Lei n. 11.638/2007 na Lei das S.A. e sua aplicação pelas empresas.
- Identificar os impactos das alterações da Lei n. 11638/2007 no Patrimônio Líquido e no Resultado do segundo trimestre de 2008.

## 1.3. JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa nasce da necessidade de se compreender como as empresas de capital aberto estão se adaptando às novas normas contábeis e quais os impactos representados pela alteração na Lei n. 6.404/1976 nos resultados dessas empresas.

No Brasil, como afirmam Santos, Schmidt e Fernandes (2006), existe a preocupação, por parte dos legisladores, com a qualidade da informação contábil decorrente da mudança no cenário econômico pela Lei das Sociedades por Ações justificada em seu escopo pelo processo de globalização da economia.

Os escândalos, as fraudes contábeis e os conflitos com analistas de investimentos trouxeram novas leis e regulamentos que disciplinam o comportamento

no mundo corporativo. Esse cenário demonstra a necessidade por uma maior clareza e transparência.

Para Weffort (2005), a harmonização contábil pode ser entendida como um processo por meio do qual as diferenças nas práticas entre os países são reduzidas, mas não eliminadas.

A ciência contábil, como campo do conhecimento que possui práticas universalmente compreendidas e geralmente aceitas, tomará novos rumos a partir da harmonização de suas normas, consolidando-se como ciência global, e não regional como vinha sendo vista até o momento, devido às características culturais e econômicas de cada país.

Nesse sentido, há um conhecimento muito incipiente em função da literatura escassa e da falta de formação por parte dos universitários brasileiros como evidencia Echternacht (2006).

#### 1.4. DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa não pretende esgotar o assunto, uma vez que este tema é complexo. Assim limita-se apenas em analisar as notas explicativas contidas nos relatórios do segundo trimestre de 2008 das empresas que compõem o IBRX-50 da BOVESPA, como é apresentado no Anexo 2. Os dados coletados nas informações trimestrais – ITRs serão retirados dos sítios eletrônicos das empresas pesquisadas. Dessa forma, as informações divulgadas são de inteira responsabilidade das empresas.

Conforme o art. 2º da Instrução 469 da CVM, no Anexo 3, é facultado às companhias abertas a aplicação imediata das normas internacionais de Contabilidade nas ITRs de 2008. Tal faculdade pode levar muitas empresas a não publicarem seus balanços de acordo com a nova estrutura contábil.

Outro aspecto relevante, em se tratando de normas internacionais de Contabilidade, é o estudo dos sistemas jurídicos dos países envolvidos no processo de harmonização. Contudo esta pesquisa não irá tratar deste tema, nem das especificidades das normas internacionais de Contabilidade.

#### 1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA

Com a finalidade de apresentar este trabalho de forma organizada, buscou-se dividi-lo em cinco capítulos.

No capítulo de introdução, é apresentada a estrutura conceitual, com uma breve contextualização do tema, seguido dos objetivos da pesquisa. Após apresentam-se a justificativa e ao final as delimitações.

A fundamentação teórica é apresentada no segundo capítulo, no qual são abordados alguns conceitos teóricos necessários para melhor compreensão desta pesquisa, assim como para servir de sustentação ao quarto capítulo.

O terceiro capítulo refere-se à metodologia e traz a forma pretendida para obtenção dos resultados propostos no primeiro capítulo.

No quarto capítulo tem-se a descrição e análise dos dados coletados na pesquisa.

Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais do autor e recomendações para futuras pesquisas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, são apresentados os tópicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho, o histórico da alteração da Lei n. 6.404/76, os principais órgãos envolvidos no processo de harmonização das normas contábeis internacionais de Contabilidade, os aspectos da Lei n. 11.638/07 e um resumo das normas internacionais de Contabilidade.

### **2.1. HISTÓRICO DA ALTERAÇÃO DA LEI N. 6.404/1976.**

Em janeiro de 2000, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaborou um anteprojeto de lei a fim de alterar e remover alguns itens da Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. O anteprojeto recebeu apoio de várias entidades que ansiavam algum tempo por atualização na Lei das Sociedades Anônimas, dessa forma, encaminhado ao Congresso em forma de Projeto de Lei n. 3.741 de 2000.

Em 28 de dezembro de 2007, após um longo período de tramitação e sua aprovação no Congresso Nacional, foi publicado no Diário Oficial da União, em edição extra, o texto da Lei n. 11.638/2007 que altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404 e da Lei n. 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

O objetivo da Lei n. 11.638/2007 é atualizar a legislação brasileira para possibilitar que sejam adotadas as normas internacionais de Contabilidade no Brasil. Dessa forma, algumas disposições foram feitas na Contabilidade das Sociedades Anônimas e de grande porte.

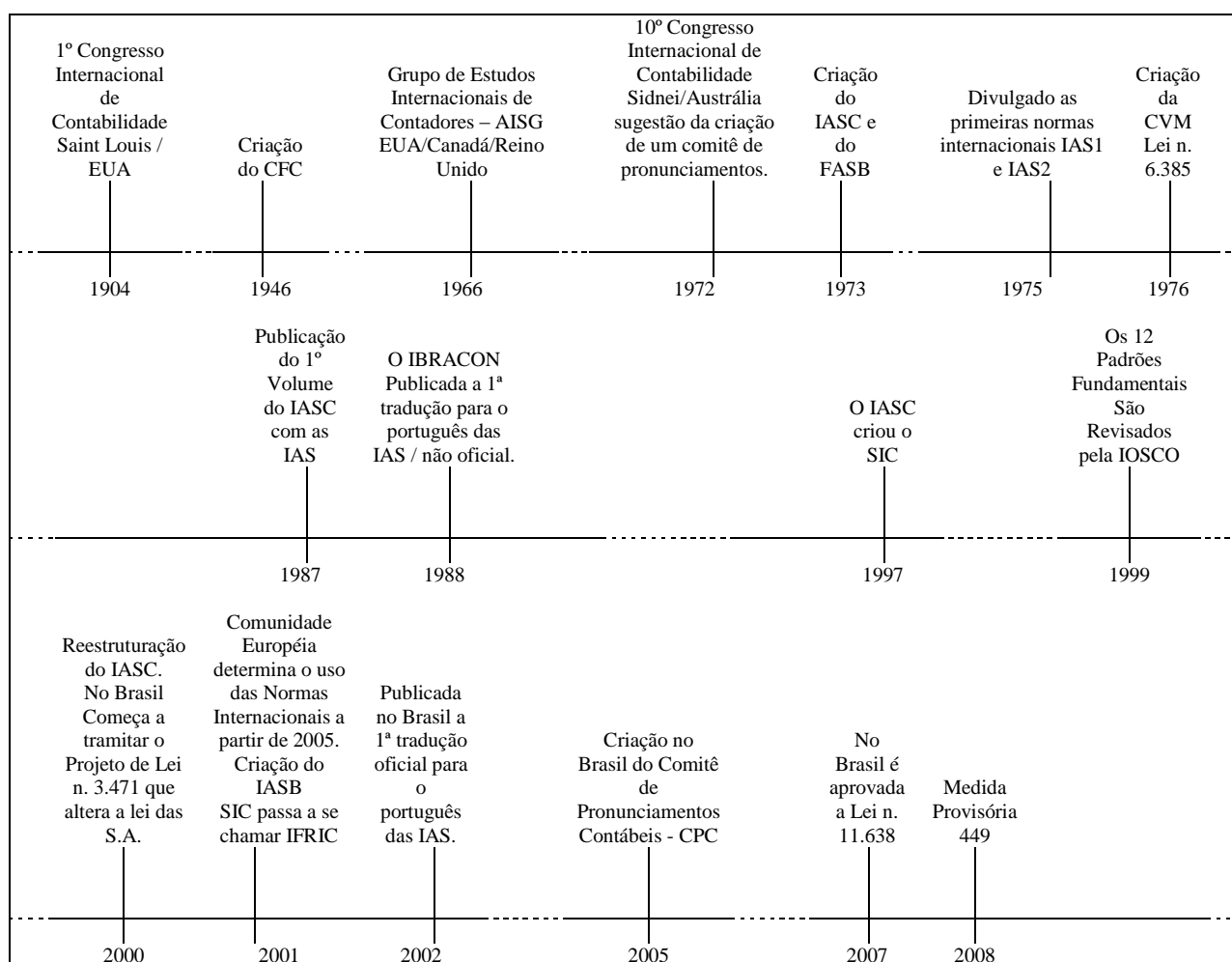
No dia 7 de outubro de 2005, o Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução n. 1.055 de 2005, como se observa no Anexo 4, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis em conjunto com outras entidades. Conforme o artigo 3º dessa Resolução, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC tem entre suas finalidades a convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

A Lei n. 11.638/2007 vem consolidar a harmonização das normas contábeis brasileiras às internacionais, validando o esforço de diversas entidades para colocar o País entre os que possuem um sistema financeiro e uma Contabilidade com certo grau de confiança e transparência.

A harmonização muitas vezes é confundida como sendo padronização das normas contábeis, que, conforme Rocha (2006, p. 25 *apud* NIYAMA, 2005, p.38), “[...] padronização é um processo de uniformização de critérios, não admitindo flexibilidade”. Por sua vez, Weffort (2005) afirma que a harmonização se difere da padronização por sua finalidade, sendo que uma aproxima padrões, e a outra unifica.

Já para Echtercht (2006, p.39), “a harmonização contábil é um processo através do qual vários países, em comum acordo, realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis para facilitar a comunicação e permitir comparações”.

Historicamente os países buscam por padrões a fim de melhorar a comunicação entre os agentes envolvidos, possibilitando a comparabilidade nas informações contábeis, controlar de forma mais adequada a estrutura do negócio da empresa e utilizá-la como instrumento de planejamento. A Figura 1 evidencia os esforços em busca de um padrão contábil ao longo dos anos.



**Figura 1:** Fatos Importantes da História da Harmonização Contábil Brasileira e Mundial.

Fonte: Adaptado de Rocha (2006)

Tal intenção não é recente, como explicam Hendriksen e Van Breda (2007). Historicamente, o primeiro esforço importante nos Estados Unidos, no sentido de fixar padrões de uma maneira formal, tem origem em 1929. Isso se deu após a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, crise que continuou sendo percebida muitos anos depois, levando muitos países a tentarem padronizar suas informações financeiras.

Echternacht (2006, p.22) afirma que:

Além dos organismos internacionais que buscam fortalecer a comparabilidade dos padrões internacionais, os estudiosos da contabilidade internacional confirmam o crescente espaço ocupado pelo seu estudo, na constatação de Ball et al. (2000, p.46): “A direção mundial no sentido da internacionalização dos mercados, especialmente os mercados de capitais, nos quais a informação contábil é utilizada, tem reacendido o interesse profissional e acadêmico nos diferentes modelos contábeis nacionais”.

Para Niyama (2005), “a constituição de um sistema contábil varia muito de país para país, considerando-se que cada país tem seu próprio conjunto de leis, regras, filosofias, procedimentos, objetivos (buscam proteger os seus interesses nacionais) [...]” a complexidade dos sistemas pode variar muito.

No que tange ao conjunto de lei, tem-se duas orientações: o legalista conhecido pelo termo em inglês “*code law*” e o não-legalista “*common law*”. O legalista, referenciado pelo direito romano, estipula uma série de padrões mínimos de comportamento, e, no caso da Contabilidade, um detalhamento maior dos procedimentos. Por sua vez, no não-legalista, vale-se dos princípios previstos em lei ordinária cabendo ao contador, auditor e demais agentes do sistema financeiro interpretar esses princípios.

Outro aspecto relevante é que, nos países onde o sistema legalista é aplicado, o governo exerce uma forte influência sobre a Contabilidade, e, nos países que adotam o não-legalista, a classe contábil possui maior poder de influência na elaboração das normas contábeis. Essa falta de influência se deve por diversos fatores e entre eles a ineficiência dos órgãos de classe, de forma a influir na elaboração das normas contábeis, discutir com a academia o currículo base para a formação dos futuros profissionais da Contabilidade e observância dos preceitos éticos e de boa conduta profissional de seus membros.

Com relação aos princípios fundamentais de Contabilidade universalmente aceitos, existem algumas diferenças entre a prática internacional e a brasileira, como pode-se observar no Quadro 1. Os princípios constituem o fundamento de uma ciência,



um conjunto de conhecimento usado como guias para aplicação prática e auxiliar na elaboração de normas.

| <b>Estrutura</b>                  | <b>Internacional</b>   | <b>Brasileiro</b>   | <b>Diferenças</b>   |
|-----------------------------------|--|---|---|
| Entidade                          | O patrimônio da empresa não se confunde com o patrimônio dos sócios.   | Idem ao Internacional.<br>No Brasil há a administração do patrimônio de terceiros, que pode ser contabilizado em contas de compensação. | Têm o mesmo significado.  |
| Continuidade                      | A continuidade ou não da empresa deve ser levada em conta na classificação e avaliações das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. | Idem ao Internacional   | Têm o mesmo significado.  |
| Custo Histórico com Base de Valor | Os ativos são registrados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-lo.  | Idem ao Internacional   | Este princípio também existe no Brasil como “Registro pelo Valor Original”. |
| Realização da Receita             | A receita se realiza com a transferência da posse e a aceitação do bem mediante pagamento.   | Idem ao Internacional   | No Brasil está incluído no Princípio da Competência.                        |
| Confrontação da Competência       | Confrontar a despesa e receita quando elas ocorrem.  | Receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que foram geradas, independentemente do pagamento.       | Têm o mesmo significado.  |
| Denominador Monetário Comum       | Utilização da mesma unidade monetária para relatar o valor, como um padrão uniforme de mensuração.   | -   | No Brasil essa obrigação consta na legislação sobre escrituração contábil.  |
| Objetividade                      | Mensurações impessoais e baseadas em documentação suporte.   | -   | No Brasil as regras sobre documentação hábil constam na legislação.         |
| Prudência com Conservadorismo     | Os ativos devem ser registrados pelo valor de custo ou de mercado; dos dois, o menor.  | Adoção do menor valor para os componentes do ativo e maior para os componentes do passivo.  | Têm, basicamente, o mesmo significado.                                      |
| Materialidade e Relevância        | Avaliar a influência e materialidade da informação, de acordo com a relação custo-benefício.   | -   | No Brasil conta nas normas de auditoria emitidas pelo CFC.                  |
| Oportunidade                      | -  | As variações patrimoniais devem ser registradas imediatamente e de forma integral.  | Conta somente nos princípios Brasileiros.                                   |

|                              |   |  |   |
|------------------------------|---|--|---|
| Registro pelo Valor Original | - | As variações do Patrimônio Líquido devem ser registradas pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos em valor presente e na moeda brasileira. | Semelhante ao Internacional ao Custo Histórico como Base de Valor, porém lá se fala em Ativo e aqui, fala-se em variações do Patrimônio Líquido.                    |
| Atualização Monetária        | - | Atualização monetária proveniente da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional (inflação).   | Não mencionado no internacional. A legislação brasileira menciona a Reavaliação de Ativos a mercado, porque a atualização com base na inflação foi extinta em 1995. |

**Quadro 1** – Comparativo entre Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Fonte: COSIF ([www.cosif.com.br](http://www.cosif.com.br)). Acessado em: 24abr2008.

## 2.2. PRINCIPAIS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Existe um conjunto de esforços no sentido de se estabelecerem padrões internacionais por parte de organizações, companhias, entidades internacionais e países. Nesse sentido, é importante conhecer seu papel dentro desse contexto.

### 2.2.1. Principais órgãos no Brasil

No Brasil os principais órgãos responsáveis pela harmonização da Contabilidade são o CPC e CVM, através do CPC diversas entidades têm a possibilidade de contribuir e discutir o processo brasileiro de harmonização.

#### *a) Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)*

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da resolução n. 1.055/2005 em conjunto com ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, APIMEC – Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento em Mercado de Capitais, BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras e IBRACON – Instituto dos Auditores


Independentes do Brasil. Tal idealização, como informa o próprio CPC (2007, p.12), se deu em função da:

Convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);  
 Centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil diversas entidades o fazem);  
 Representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

Apesar de o CPC ter sido criado pelo CFC, e este fornecer a estrutura necessária para suas atividades, o CPC é um órgão totalmente autônomo às entidades que o compõem. Possui 12 integrantes, dois de cada entidade fundadora, e, em suas reuniões, contam com a participação de entidades convidadas: a CVM, BACEN, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Secretaria da Receita Federal (SRF) que possuem participação permanente, todavia podem ser convidados outras entidades ou especialista a contento do CPC.

O CPC emite pronunciamentos técnicos que são obrigatoriamente submetidos a audiência pública, assim como interpretações e orientações que também poderão passar pelo mesmo processo.

Os pronunciamentos técnicos consistem em uma forma de adaptação gradativa das empresas brasileiras às normas internacionais de Contabilidade, até setembro de 2008. Como se observa na Figura 2, tinham sido emitidos três pronunciamentos e uma estrutura conceitual básica. O CPC 01 trata da redução ao valor recuperável (adaptação da IAS 36) já adotado pela CVM através da Resolução n. 527/2007, CFC, em 29 de novembro de 2007, com a Resolução n. 1.110 – NBC T 19.10 e Conselho Monetário Nacional, por meio do BACEN com a Instrução Normativa n. 3.566/2008.



|   |        | Elaboração da minuta inicial | Análise da Minuta M1 pelo grupo de trabalho | Análise da Minuta M2 pelo CPC | Análise da Minuta M3 por órgão regulador específico | Audiência Pública | Revisão final da Minuta M4 | Apreciação final pelo CPC | OBSERVAÇÕES                |
|---|--------|------------------------------|---|-------------------------------|---|-------------------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|
|   |        | 1ª FASE                      | 2ª FASE                                     | 3ª FASE                       | 4ª FASE   | 5ª FASE           | 6ª FASE                    | 7ª FASE                   |                            |
| Pronunciamento  |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           |                            |
| Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (IAS 36)                                  | CPC 01 |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Pronunciamento aprovado.   |
| Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21)                                     | CPC 02 |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Pronunciamento aprovado.   |
| Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Pronunciamento aprovado.   |
| Fluxo de Caixa (IAS 7)  | CPC 03 |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Pronunciamento aprovado.   |
| Ativos Intangíveis (IAS 38)   | CPC 04 |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Finalizando revisão.       |
| Partes Relacionadas (IAS 24 – ISA 550)  |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Consolidando M2            |
| Concessões (IFRIC 12)   |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Minuta inicial distribuída |
| Contratos de Seguros (IFRS 4)   |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Minuta inicial distribuída |
| Subvenções Governamentais   |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Consolidando M2            |
| Demonstração de Valores Adicionados – DVA   |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Consolidando M2            |
| Arrendamento Mercantil  |        |                              |   |                               |   |                   |                            |                           | Consolidando M2            |

**Figura 2:** Etapas de submissão dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Fonte: Adaptado de CPC ([www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br))

O CPC 02 aborda a conversão das demonstrações contábeis (baseada na IAS 21) moeda “A” para moeda “B”, variação cambial para investimentos feitos no exterior adotados pela CVM sob a Instrução Normativa n. 534/2008 e CFC Resolução n. 1.120/2008 – NBC T 7. Já o pronunciamento CPC 03 sobre a demonstração dos fluxos de caixa foi adotado conforme a Instrução n. 547/2008 da CVM, CFC Resolução n.1.125/2008 e BACEN n. 3.604/2008, assim como a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, com a Instrução n. 539/2008 da CVM e Resolução n. 1.121/2008 – NBC T 1 do Conselho Federal de Contabilidade.

Por não possuir caráter obrigatório para as empresas, as normas técnicas elaboradas pelo grupo de trabalho do Conselho Federal de Contabilidade servem apenas como orientação para os contadores e contabilistas. Todavia o CPC é um marco para a classe contábil, pois a participação que diversas entidades têm na elaboração dos pronunciamentos consolida uma tentativa de centralizar a emissão de normas e regulamentos contábeis, uma vez que no Brasil são inúmeras as entidades que tentam deliberar sobre o assunto.

Para Echternacht (2006, p.50), isso acontece devido a uma série de fatores ligados à força, dimensão e competência da profissão contábil num país:

Nos países em que a profissão contábil é auto-regulamentada, com pouca influência do governo, sendo de sua responsabilidade a edição de normas,

padrões de auditoria, critérios mais rigorosos são estabelecidos no credenciamento de contadores e auditores por meio de exames e certificações.

Nos países em que a profissão contábil é fraca e pouco atuante, se questiona sobre a qualidade das demonstrações produzidas, o governo edita as leis, regulamentos e os profissionais possuem pouca capacidade de influenciar na edição das normas contábeis.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe um órgão centralizador da emissão das normas contábeis, o que permite uma maior discussão por parte dos usuários das informações contábeis.

*b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)*

A Comissão de Valores Mobiliários é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda criada pela Lei n. 6.385/1976, que é responsável por disciplinar, entre outras matérias, o registro de companhias abertas e o credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários.

Esse sistema de registro gera um fluxo permanente de informações ao investidor. Essas informações, fornecidas periodicamente por todas as companhias abertas, podem ser financeiras e, portanto, condicionadas a normas de natureza contábil, ou apenas referirem-se a fatos relevantes da vida das sociedades por ações.

A CVM juntamente com instituições de mercado, do governo e entidades de classes busca suscitar a discussão de problemas, promovendo o estudo de alternativas e de iniciativas, de forma que qualquer alteração das práticas contábeis vigentes seja feita com suficiente embasamento técnico e, institucionalmente, possa ser assimilada com facilidade, como expressão de um desejo comum.

Dentro desse contexto, a CVM tem um papel importante no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas contábeis internacionais, pois, como agente regulador do mercado de bolsa e de balcão no Brasil, possui poderes para disciplinar, normalizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado acionário, assegurando a observância de práticas comerciais equitativas, e garantindo o acesso do público às informações sobre valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido, evitando ou coibindo modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou de preços.

Conforme discutido anteriormente, a Lei n. 11.638 de 2007 vem atualizar a legislação brasileira possibilitando o processo de harmonização. Em consonância com

esse processo, a CVM emitiu a Instrução Normativa n. 469, de 2 de maio de 2008, que trata da aplicação da Lei n. 11.638. O objetivo é acelerar a aplicação das normas internacionais no Brasil. De acordo com o art. 1º desta Instrução Normativa:

As companhias abertas deverão divulgar, em nota explicativa às Informações Trimestrais – ITR de 2008, uma descrição das alterações que possam ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras de encerramento do exercício, bem como uma estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado do período ou os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação dessa estimativa.

Não obstante, o art. 2º faculta a aplicação imediata nas ITR de 2008 e nas demonstrações contábeis para fins de registro na CVM. Caso as companhias optem pela aplicação, deverão fazer com base nas normas emitidas pela CVM, na sua ausência, de acordo com o IASB, assim como divulgar em notas explicativas os efeitos no resultado e no patrimônio líquido de 2008.

Entretanto, a medida não é nova. A CVM, em julho de 2007, portanto antes da Lei n. 11.638/2007, emitiu a Resolução n. 457, que estabelecia que as companhias abertas deveriam apresentar, até o exercício de 2010, suas demonstrações financeiras consolidadas pelo padrão internacional, e que as notas explicativas deveriam evidenciar os efeitos da adoção.

O art. 4º da Resolução citada anteriormente estabelece que os auditores independentes deverão emitir opinião sobre a adequação das demonstrações aos padrões internacionais, bem como sobre as notas explicativas.

A Resolução n. 457 vem ao encontro do Comunicado n. 14.259 do Banco Central do Brasil (BACEN), de março de 2006, que, objetivando a adoção das normas internacionais de contabilidade, estabelece que as demonstrações contábeis consolidadas deveriam estar em consonância com o IASB, a partir de 31 de dezembro de 2010, e que os serviços de auditoria independentes deveriam observar as normas editadas pelo IFAC no âmbito do sistema financeiro nacional.

Após a Lei n. 11.638/2007, o BACEN emitiu o Comunicado n. 16.669 que trata dos procedimentos para a adequação das normas de Contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo banco central às disposições constantes na Lei n. 11.638.

Contudo, o conteúdo desse Comunicado segue a mesma linha do anterior. No art. 3º, estabelece que as instituições deverão, em 2008, em nota explicativa, apresentar os eventos contemplados na nova lei de forma a influenciar a elaboração e publicação

das demonstrações contábeis, assim como, se possível, uma estimativa de seus efeitos no patrimônio e no resultado do exercício. Outro ponto importante é que o BACEN aguardará os pronunciamentos do CPC para editar seus atos normativos.

### **2.2.2. Principais órgãos dos Estados Unidos**

Os Estados Unidos são considerados a maior democracia e uma das maiores economias do mundo por seu desenvolvimento econômico e por um sistema contábil e financeiro voltados ao mercado de capitais fazem-se necessário saber quais são os órgãos regulamentadores da Contabilidade nesse país. A SEC é a entidade responsável pelo mercado e o FASB em estabelecer as normas contábeis.

#### *a) Financial Accounting Standards Board (FASB)*

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) foi criado em 1973 a partir do APB – *Accounting Principles Board* (1959). Estes, por sua vez veio substituir como órgão técnico do AICPA – *American Institute of Certified Public* (1938). O FASB é um órgão independente, com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis, como afirma Perez Junior (2002).

O FASB tem caráter de autoridade contábil, entretanto submete-se ao monitoramento da SEC que tem poder de veto sobre os pronunciamentos, que são emitidos pelo FASB, conhecidos como SFAS - *Statements of Financial Accounting Standards*. Uma vez aprovado, o pronunciamento é submetido à SEC que poderá dar origem a princípios contábeis geralmente aceitos, denominados de GAAP – *Genarally Accepted Accounting Principles*.

#### *b) Securities Exchange Commission (SEC)*

A SEC – *Securities Exchange Commission* é um órgão de supervisão do mercado de capitais dos Estados Unidos, criada em 1934 por um ato do Congresso americano. Assim como no Brasil, possui poderes para regulamentar o conteúdo das demonstrações contábeis emitidas pelas empresas.

Contudo a SEC delegou os poderes de emissão de normas contábeis ao FASB, que por sua vez remete a SEC para verificação final.

### 2.2.3. Principais órgãos no mundo

Diversas Entidades, com caráter mundial a exemplo da ONU, preocupadas em facilitar a comunicação financeira entre os países, têm discutido sobre um padrão mundial que permita atender às mais diferentes nações. Nesse sentido, foi criado o IASC – *International Accounting Standards Committee* com a participação de entidades como IFAC e IOSCO.

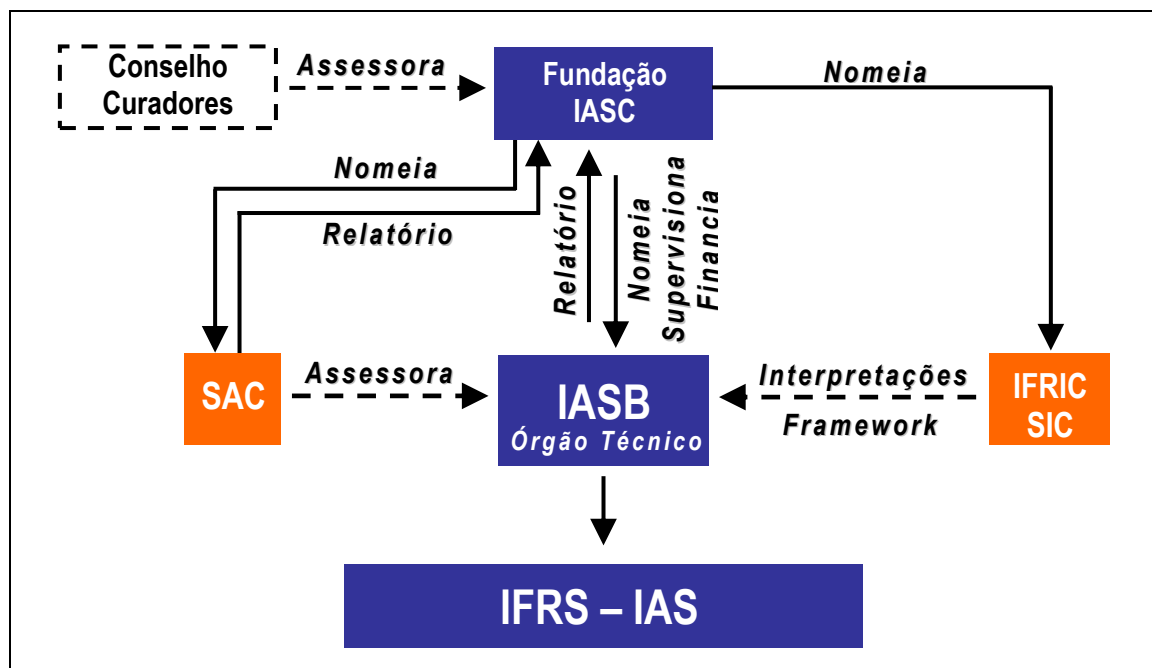
#### a) *International Accounting Standards Committee – IASC / IASB*

O IASC (*International Accounting Standards Committee*) é uma entidade independente e de caráter privado, sem fins econômicos, sediada em Londres, Inglaterra. Constituída no ano de 1973 por meio de um acordo entre organismos profissionais de contabilidade da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Países Baixos, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos como afirma Santos (2006).

De acordo com IBRACON (2002, p.11), “Entre 1983 e 2001, os membros do IASC incluíram todos os organismos profissionais de ciências contábeis que eram membros da Federação Internacional de Contadores (IFAC)”.

No ano de 2000, o IASC sofreu uma profunda reestruturação, uma nova constituição foi aprovada. Assim foi criada a Fundação IASC e o órgão técnico da entidade IASB, ilustrado na Figura 3, a atual estrutura da entidade. O Conselho de Curadores, órgão que elege a diretoria da fundação e do órgão autônomo IASB, assim como dos seus grupos de trabalho (IFRIC/SIC e SAC), é comandado por 22 curadores que têm por objetivo além de nomear, monitorar a efetividade do IASC, levantar fundos, aprovar seu orçamento e modificar a constituição quando necessário.





**Figura 3:** Estrutura do IASC

Fonte: Adaptado de IASB ([www.iasb.org](http://www.iasb.org)).

O IASC tem como objetivo, segundo Niyama (2008, p. 40):

Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo mundo a tomar decisões econômicas;  
 Promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e  
 Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as normas internacionais de contabilidade de alta qualidade.

Antes da reestruturação, o IASC havia emitido 41 pronunciamentos conhecidos como IAS (*International Accounting Standard*). Esses pronunciamentos passam por constantes atualizações, e atualmente 34 permanecem em vigor. A partir da criação do IASB, esses pronunciamentos passaram a se chamar IFRS, sendo assim emitidos 8 pronunciamentos após a sua criação.

A partir da reestruturação do IASC, no ano de 2000, e a necessidade de um órgão que cuidasse exclusivamente da emissão de pronunciamentos técnicos, foi criado, em 2001, o IASB que passou a se dedicar às atividades do IASC, em especial na emissão desses pronunciamentos. O IASB possui seus objetivos alinhados com a Fundação IASC, também criada naquele ano, cuja finalidade é possibilitar que o IASB consiga cumprir sua missão. Os pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB têm sua utilização facultada, sendo considerada como referência técnica, mas sua adoção passa a

ser inevitável uma vez que as economias se aproximam e, com isso, exige-se uma informação contábil padronizada.

O *Standards Advisory Council* (SAC), de acordo com IBRACON (2002, p.13), representa

[...] um veículo formal para que outros grupos e indivíduos que advêm de geografias e históricos diversos façam recomendações ao IASB e, por vezes, aconselhem os Curadores. Os Curadores atribuem especial importância à perspectivas do que o Conselho acrescentar à função e ao mandato do IASB. O Conselho é composto de trinta membros, aproximadamente, com históricos geográficos e funcionais diversos e a necessária especialização para contribuir na formulação de normas contábeis. Tem por objetivo (a) fazer recomendações ao IASB sobre as prioridades do trabalho do IASB, (b) informar ao IASB sobre as implicações de normas propostas para usuário e elaboradores das demonstrações contábeis e (c) fazer outras recomendações ao IASB ou aos Curadores. Normalmente, o Conselho se reunirá, no mínimo, três vezes ao ano. O IASB deve consultá-lo sobre todos os principais projetos e suas assembléias devem ser abertas ao público.

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) surgiu inicialmente em 1997 como *Standing Interpretation Committee* (SIC), a finalidade de abordar questões contábeis que pudessem receber tratamento divergente ou insólito, na falta de orientação oficial sobre uma estrutura conceitual adequada. Em 2001, passou a ter a atual denominação, tornando-se responsável por todas as interpretações sobre as normas internacionais.

Essas interpretações são denominadas de *Framework*. Não são consideradas normas, mas sim, conceitos básicos que devem ser respeitados na preparação das demonstrações financeiras internacionais, e que, em caso de conflito com as normas internacionais, esta última deve prevalecer sobre os *Frameworks*.

Segundo o IBRACON (2002, p.12), “no desenvolvimento das interpretações, o IFRIC/SIC consulta comitês locais similares em todo o mundo, tratando de questões de importância abrangente”, a fim de que não se refiram apenas a um pequeno número de entidades, e sim que possam ser utilizadas de forma geral.

Os principais conceitos apresentados nas interpretações de acordo com IBRACON (2002, p.12) são:

Questões estabelecidas (áreas nas quais a prática é insatisfatória dentro do alcance das Normas Internacionais de Contabilidades existentes); e  
Questões emergentes (novos tópicos relativos a uma Norma Contábil Internacional, que não existia quando a norma fora desenvolvida).

O Quadro 2 apresenta as normas internacionais que se encontram em vigor, assim resumidas posteriormente.

| <b>Norma</b> | <b>Finalidade</b>   |
|--------------|---|
| IFRS1        | Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros              |
| IFRS2        | Pagamento com Base em Ações   |
| IFRS3        | Combinações de Negócios   |
| IFRS4        | Contratos de Seguros  |
| IFRS5        | Ativos não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas                       |
| IFRS6        | Exploração e Avaliação de Recursos Minerais   |
| IFRS7        | Instrumentos Financeiros: divulgações   |
| IFRS8        | Segmentos operacionais  |
| IAS1         | Apresentação das Demonstrações Financeiras  |
| IAS2         | Estoques  |
| IAS7         | Demonstração dos fluxos de caixa  |
| IAS8         | Políticas Contábeis, Mudanças em Estimativas Contábeis e Erros                            |
| IAS10        | Eventos após a data do Balanço Patrimonial  |
| IAS11        | Contratos de construção   |
| IAS12        | Tributação sobre a renda  |
| IAS14        | Relatórios por Segmento   |
| IAS16        | Ativo Imobilizado   |
| IAS17        | Arrendamentos ( <i>Leasing</i> )  |
| IAS18        | Receitas  |
| IAS19        | Benefícios de funcionários  |
| IAS20        | Contabilização de subvenções do governo e divulgação de ajuda governamental               |
| IAS21        | Os Efeitos das alterações nas taxas Câmbio  |
| IAS23        | Custo de Empréstimos  |
| IAS24        | Divulgações de partes relacionadas  |
| IAS26        | Contabilização e emissão de relatórios para planos de benefícios de aposentadoria         |
| IAS27        | Demonstrações financeiras consolidadas e separadas  |
| IAS28        | Investimentos em associadas   |
| IAS29        | Relatórios financeiros em Economias Hiperinflacionárias                                   |
| IAS30        | Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e instituições financeiras similares. |
| IAS31        | Participação em <i>join ventures</i>  |
| IAS32        | Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação                                       |
| IAS33        | Lucro por Ação  |
| IAS34        | Relatórios financeiros intermediários   |
| IAS36        | Perda de valor recuperável de ativos ( <i>Impairment</i> )                                |
| IAS37        | Provisões, Ativos e Passivos Contingentes   |
| IAS38        | Ativos Intangíveis  |
| IAS39        | Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração                                     |
| IAS40        | Investimento imobiliário  |
| IAS41        | Agricultura   |

**Quadro 2** – Normas Técnicas e Pronunciamentos de Contabilidade emitidos pelo IASC/IASB.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2006).

*b) Organização das Nações Unidas (ONU)*

A Organização das Nações Unidas – ONU, entidade criada após a Segunda Guerra Mundial, possui como prerrogativas manter a paz mundial, proteger os Direitos Humanos, promover o desenvolvimento econômico e social das nações, estimular a autonomia dos povos dependentes, reforçar os laços entre todos os estados soberanos.

Dessa forma, possui programas em diversas áreas e, pelo UNCTAD – (*United Nations Conference on Trade and Development*), criado em 1976 com o objetivo de apoiar os países-membros a atingirem suas metas de desenvolvimento e a integrarem-se ao comércio internacional, constituiu um grupo de trabalho de notáveis em normas internacionais, denominado ISAR, composta por de 34 Estados-Membros a fim de definir um padrão que fosse mundialmente utilizado (ROCHA, 2008).

*c) International Federation of Accountants (IFAC)*

O *International Federation of Accountants* (IFAC) é uma entidade composta por um conjunto de organizações que representam os profissionais do segmento contábil, atualmente composta de 163 entidades, que representam os contadores de 120 países empregados em práticas públicas, negócios, indústria, educação e outros grupos da profissão.

Segundo Niyama (2005, p.43), a missão do IFAC é a de estreitar o relacionamento da profissão contábil em nível mundial. Com isso, vários outros aspectos seriam possíveis, como o aumento do desenvolvimento da economia internacional, elevar a qualidade técnica dos padrões profissionais, buscando convergência desses padrões e representar, de maneira firme, a profissão contábil em assuntos de interesse público.

*d) The International Organization of Securities Commission (IOSCO)*

O IOSCO (*The International Organization of Securities Commission*) é o principal órgão internacional que reúne os agentes reguladores de Valores Mobiliários no mundo. Fundado em 1983, conta com mais de 130 membros de 80 países, de acordo, com a CVM (2004, p.26). É uma organização voltado ao mercado de capitais que se utiliza de instrumentos como a Contabilidade e a evidenciação de informações, para monitorar o mercado de capitais, segundo Santos (2006, p.20)

Para Santos (2006, p.21), estão entre os objetivos do IOSCO:

- Cooperação em favor de altos padrões de regulamentação para o mercado de capitais, tornando os mercados mais justos, eficientes e saudáveis;
- Assistência mútua para integração dos mercados de capitais e sua padronização, através de troca de informações ou outras experiências;
- Combater a lavagem de dinheiro, através de um constante monitoramento das transações internacionais;

Promover a integridade do mercado, mediante uma rigorosa aplicação de padrões regulatórios.

A IOSCO, em 1995, endossou a obrigatoriedade de adoção das normas internacionais de Contabilidade editadas pelo IASB pelas empresas que circulam no mercado de capitais.

#### **2.2.4. Outras entidades que atuam no processo de harmonização das normas internacionais de Contabilidade**

As contribuições para um padrão mundial têm partido dos mais variados conjuntos de agentes. Dentro desse processo destacam-se algumas organizações:

- OECD – *Organization for Economic Cooperation and Development*. (Conhecida como Clube dos Ricos, criada em 1960).
- ECC – *European Economic Community*. (União/Comunidade Européia).
- BIS – *Banking Supervision Committee*. (É o “Banco Central” para os Bancos Centrais).
- CAPA – *The Confederation of Asian and Pacific*. (Confederação de Contadores da Ásia e do Pacífico, criada em 1976).
- AIC – *Asociación Interamericana de Contabilidad*. (Criada em 1949 com o objetivo de integrar os contadores do continente americano).
- FEE – *Federation des Experts Comptables Européens*. (Federação dos Especialistas Contábeis da Europa).
- AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*.
- EITF – *Emerging Issues Task Force*.
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Banco Mundial.

Essas organizações com atuação em diversos países contribuiu para disseminação do padrão internacional e auxiliando o seu aperfeiçoamento, uma vez que as realidades locais dos países são distintas.

### 2.3. ASPECTOS DA LEI N. 11.638/2007

As empresas brasileiras que primeiro se adaptarem às novas regras contábeis terão um diferencial competitivo em relação às demais, com maior atratividade em relação ao capital internacional. Além de terem um período maior de maturação e adaptação a essa nova realidade, considerando a urgência na harmonização e a nova crise mundial instalada.

Assim sendo, uma das novidades impostas pela Lei é o novo conceito para empresas de grande porte e sua obrigação para aquelas que não são Sociedades Anônimas, a elaborar e publicar suas demonstrações contábeis e a se submeter à auditoria independente.

Conforme o parágrafo único do art. 3º da Lei considera-se sociedade de grande porte a sociedade ou o conjunto de sociedades sobre o controle comum e que, no exercício social anterior, possua um ativo superior total a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$300.000.000,00 estarão sujeitos às aplicações da Lei n. 6.404/1976.

Outro aspecto relevante e de destaque dentro deste contexto é que o art. 5º possibilita a CVM, o BACEN e as agências reguladoras a adotarem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, apesar de a lei não fazer referência ou deixar de forma explícita a referida entidade.

No campo das demonstrações contábeis, são obrigatórias as publicações do balanço patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, (se companhia aberta, a demonstração de mutação do patrimônio líquido por exigência da CVM), demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa (exceto para companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2 milhões) e demonstração do valor adicionado. Deixa de ser obrigatória a publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos.

Quanto à escrituração, a Lei n. 11.638/2007 majora a necessidade de uma escrituração societária/contábil separada da fiscal, sendo os ajustes fiscais realizados mediante lançamentos adicionais de preparação para divulgação e verificados por auditor independente.

Como se pode observar, a Lei n. 11.638/2007 permite a adoção das normas internacionais de Contabilidade e se torna claro no art. 1º que altera o art. 177 da Lei n. 6.404/1976, §5º, onde o texto apresenta a seguinte redação: “As normas expedidas pela

Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários”. Não obstante, no § 7º, enfatiza que os lançamentos efetuados com a finalidade de harmonização não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições ou ter quaisquer efeito tributário.

O Ativo permanente passa a ter mais um subgrupo, denominado de Intangível. A ordem dos subgrupos, assim como dos grupos, continua obedecendo ao grau decrescente de liquidez.

O subgrupo Intangível abarca todos os bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, devendo ser registrado pelo custo histórico e amortizado periodicamente conforme art. 183, VII, § 2º da Lei n. 11.638/2007, não sofrendo depreciação ou exaustão, ajustada quando necessário para valor menor, por meio de provisão para perdas.

O Ativo Imobilizado passa a abranger apenas os bens corpóreos (materiais). Obriga a inclusão de bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle de seus bens. Seu ajuste, assim como o diferido, recebe o mesmo tratamento dos Intangíveis é apenas para valor menor, por meio de provisão para perdas, respeitando o princípio do conservadorismo.

Segundo Platt Neto (2008, p.8 apud FERREIRA, 2008, p.6) afirma que:

Podemos contatar que o inciso aprovado ficou com seu texto bastante desfigurado. No fim das contas, essa redação transformou o acessório “inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens” (isso estava originalmente vinculado à concessão ou exploração de serviços públicos, que sequer são bens corpóreos) em protagonista do texto. Assim, o legislador deixou espaço para as mais diversas interpretações do que significa dizer “transferir à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”.

Antes da aprovação da nova lei, foi excluída do texto do inciso relativo ao imobilizado a menção ao leasing financeiro (locação + opção de compra), cujos bens correspondentes passariam a ser contabilizados nesse subgrupo, caso a redação original tivesse sido aprovada. O relator optou por eliminar a referencia ao reconhecimento dos bens decorrentes de operações de arrendamento mercantil financeiro na contabilização como ativo imobilizado da companhia arrendatária. Seu objetivo é, segundo ele, eliminar o risco de uma “oneração tributária indevida sobre as empresas”, uma vez que atualmente o valor do arrendamento financeiro é registrado como despesa operacional dedutível para fins tributários, e não como parte do ativo imobilizado.

O patrimônio líquido passa a ser dividido em: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucro, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

O novo arranjo visa coibir a retenção injustificada de lucros, pois não deverá haver lucros sem destinação. Dessa forma, a antiga conta Lucros ou Prejuízos Acumulados passa a se chamar apenas de Prejuízos Acumulados.

No caso dos empregados obterem participação nos lucros, esta deverá ser informada na demonstração do resultado de exercício, conforme o art. 187, VI, que reforça a necessidade de evidenciação, mesmo que esta participação se dê através de prêmios (ações, opções de compra e outros títulos como debêntures).

A conta Reservas de Reavaliação foi eliminada e foi incluído a conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, os saldos que porventura existirem na conta reservas de reavaliação deverão ser realizados ou estornados até o final do exercício social de 2008.

A exclusão da reserva de avaliação se deu por prejudicar a comparação das demonstrações contábeis, uma vez que ela fere o princípio do registro pelo valor original, sendo contestada há muitos anos no Brasil, como apresenta Platt Neto (2008, p.11 apud FERREIRA 2008, p.6).

Contudo surge o subgrupo Ajustes de Avaliação Patrimonial que contabilizara os ativos e passivos resultantes da operação de incorporação, fusão ou cisão, pelo seu valor de mercado, assunto que sofrerá regulamentação da CVM.

O art. 183, I, trata do detalhamento sobre os critérios de avaliação de aplicações financeiras (ações e debêntures), inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo. Estes passam a ser avaliados pelo seu valor de mercado ou equivalente, definido pelo § 1º, d, do referido artigo, como o valor que se pode obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes. Caso não exista esse mercado ativo deve-se utilizar os instrumentos financeiros contidos no mesmo item do parágrafo primeiro do artigo 183, I.

A conta Capital Social tem os itens Prêmio Recebido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimentos revogados. As doações ou subvenções se destinadas a reservas de incentivos fiscais poderão ser excluídas da base de cálculo do dividendo obrigatório.

O ajuste a valor presente de elementos tanto do ativo quando do passivo de longo prazo decorrentes de operações será ajustado a valor presente. No artigo 179, é restringido o que deve ser evidenciado no subgrupo diferido. A partir da Lei 11.638/07 todas as demais regulamentações deverão surgir por meio do CPC e da CVM.



## 2.4. RESUMO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O Quadro 2, observado anteriormente, reflete o conjunto de normas internacionais em vigor. Apresenta-se a seguir um breve resumo dessas normas em sua maioria elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com o Ibracon. Sua importância dentro dessa pesquisa é informar e possibilitar o conhecimento sobre o que trata cada uma das normas, apresentando uma visão dos temas abordados por cada uma das normas.

### 2.4.1. Processo inicial de adoção Normas Internacionais de Contabilidade

Segundo Deloitte (2007), a norma internacional de contabilidade IFRS 01 estabelece [...] “os procedimentos para entidades que estiverem adotando o IFRS pela primeira vez”.

Utilizando-se de CFC (2006) para a aplicação pela primeira vez das IFRS nas normas contábeis, deve-se aplicar as IFRS retroativamente nas demonstrações contábeis do último exercício, sem que haja reserva de adoção das IFRS. Sendo a aplicação de alguns itens da norma opcionais de imediato.

A possibilidade de opção tem por objetivo reduzir o esforço na conversão das demonstrações contábeis em determinadas áreas em que o custo poderia superar o benefício para os usuários.

Existem os itens de exceções que se aplicam a casos em que o tratamento retrospectivo não seria apropriado. São 14 isenções e 4 exceções como observa-se no Quadro 3:

| <b>Isenções Opcionais</b>                              | <b>Exceções</b>                        |
|--|--|
| Operações de combinações de entidades                  | Baixa de ativos e passivos financeiros |
| Ativo imobilizado                                      | Ativos mantidos para venda             |
| Benefícios a empregados                                | Contabilização de hedge                |
| Ajustes cumulativos de conversão                       | Estimativas contábeis                  |
| Instrumentos financeiros compostos                     |  |
| Data de transição para controladas                     |  |
| Coligadas e joint-ventures                             |  |
| Designação de ativos e passivos financeiros            |  |
| Pagamentos baseados em ações                           |  |
| Informações comparativas para instrumentos financeiros |  |
| Informações comparativas para contratos de seguros     |  |

|  |
|--|
| Obrigações por desmobilização  |
| Transações que contêm arrendamento   |
| Informações comparativas para ativos resultantes de atividades de exploração e avaliação de produtos minerais e avaliação a valor justo de ativos ou passivos financeiros no reconhecimento original |

**Quadro 3** – Isenções Opcionais e Exceções para Aplicação da IFRS 1.

Fonte: Adaptado de CFC (2006).

Em decorrência da adoção da IFRS pela primeira vez os ajustes que tenham que ser realizados deverá ser lançado à conta de Lucros e Prejuízos Acumulados (ver Lei n. 11.638/2007) no patrimônio líquido.

A cada nova IFRS o tratamento para a primeira aplicação deve atender às especificidades contidas na norma.

#### **2.4.2. Pagamentos baseados em ações**

Definida pela norma internacional de Contabilidade IFRS 2, a [...] “contabilização de transações em que uma entidade recebe ou adquire bens ou serviços como pagamento de seus instrumentos patrimoniais ou incorra em passivos em valores baseados no preço das suas ações ou outros instrumentos patrimoniais”, como apresenta Deloitte (2007, p.27).

Conforme Deloitte (2006), as operações realizadas pela sociedade que envolva pagamento baseado em ações devem ser registradas nas demonstrações contábeis seguindo o critério de avaliação pelo valor de mercado, na data do recebimento dos bens e dos serviços, ou na da concessão do instrumento de capital (operações com empregados).

Os preços (remunerações) devem ser aqueles praticados em um mercado ativo e que reúnam as condições necessárias para as quais foram concedidos os instrumentos financeiros de capital.

Na falta de um mercado que permita uma precificação, este será estimado por meio de um modelo de valoração que simule qual seria o preço dos citados instrumentos de capitais em condições de independência mútua entre o comprador e o vendedor devidamente informados.

### 2.4.3. Combinações de empresas

A IFRS 3 estabelece quais informações financeiras devem ser apresentadas pelas entidades que realizam uma combinação de empresas, segundo Deloitte (2007, p.29).

A IFRS 3 substitui a IAS 22 estabelecendo o método de compra aplicado para todas as combinações de negócios, onde a entidade adquirente deve ser sempre identificada, assim, devem-se observar CFC (2006).

O custo da combinação dos itens adquiridos e assumidos deve ser mensurado a valores justos na data de aquisição. Seu reconhecimento contabilmente deve ocorrer em até doze meses da data da combinação, o custo de aquisição, assim como ativos adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos, que comprem com critérios específicos de reconhecimento, mesmos que estes não tenham sido reconhecidos anteriormente.

### 2.4.4. Contratos de Seguros

Deloitte (2007, p.31), afirma que, até a conclusão da segunda fase do projeto do IASB sobre contratos de seguros, a IFRS 4 trata das informações necessárias sobre o tema.

Para CFC (2006, p.65), deve-se observar:

São contratos que o segurado transfere para outra entidade, geralmente uma seguradora, um risco significativo de seguro. A seguradora tem a obrigação contratual de compensar o segurado no caso de um evento futuro incerto que cria o risco de seguro.

Todos os contratos de seguro são mensurados de acordo com as práticas contábeis presentemente adotadas pela entidade. Estas práticas contábeis estão isentas dos requerimentos do IFRS aplicáveis quando se desenvolve uma prática contábil não descrita em algum IFRS desde que os cinco mínimos requisitos sejam cumpridos:

- A entidade deve efetuar um teste de adequação do passivo e recolher qualquer perda no resultado imediatamente.
- A entidade deve efetuar um teste de *impairment* nos ativos ressegurados e reconhecer quais perdas no resultado imediatamente.

- Provisões para custos com futuros sinistros em contratos futuros não são permitidas.
- Montantes derivados de contratos de resseguro não podem ser compensados contra os valores dos contratos de seguro que eles cobrem.
- Obrigações de resseguro podem ser baixadas somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou expiram.

A IFRS 4 permite a segregação de participações discricionárias, referentes a retorno complementar embutidas nos contratos de seguro (espécie de dividendo). Quando esta segregação for efetuada, a seguradora deve reconhecer o componente de participação discricionária como um passivo, ou como um elemento de patrimônio líquido.

Seguradoras estão isentas de separar e mensurar pelo valor justo derivativos embutidos em contratos de seguro onde certas condições são atendidas. Entretanto, componentes de depósito incluídos em contratos de seguro e resseguro devem ser separados e mensurados de acordo com o IAS 39 onde eles podem ser confiavelmente mensuráveis e onde as práticas contábeis da entidade não requeiram que todas as obrigações e direitos surgidos deste contrato sejam reconhecidos.

O IFRS 4 dá as bases contábeis dentro das quais as entidades podem modificar suas práticas contábeis presentes. O princípio que se sobrepõe aos demais é o de que todas as mudanças devem fazer as demonstrações contábeis mais relevantes, e não menos confiável ou mais confiável e não menos relevante do que sob as práticas contábeis anteriores. Divulgações detalhadas são requeridas para contratos de seguro, incluindo valores, prazos e incertezas dos fluxos de caixa derivados destes contratos.

#### **2.4.5. Ativos não circulares mantidos para venda e operações descontinuadas**

Deloitte (2007, p.32) define a IFRS 5 como “a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas”.

O CFC (2006, p. 67) expõe que:

Um ativo não-corrente (ou grupo de ativo) deve ser classificado como mantido para venda quando: seu valor será recuperado principalmente por meio de uma transação de venda ao invés de por meio de seu uso; o ativo está disponível para venda imediata nas condições atuais; e sua venda é altamente provável. Uma venda é considerada altamente provável quando: (i) a administração está comprometida em efetuar a venda; (ii) há uma ação real para localizar um comprador e efetuar a venda; (iii) o ativo é negociado por um

valor razoável; e (iv) a venda é esperada para ocorrer em um prazo não superior a 12 meses da data da classificação para este grupo.

Um grupo de ativos é avaliado como acima quando ele, como um todo, incluindo os passivos relacionados, será vendido/transferido em uma única transação.

Ativos (ou grupo de ativos) classificados como mantidos para venda:

- Devem ser mensurados pelo menor entre o valor contábil e o valor justo menos o custo para vendê-los.
- Não sofrem depreciação.
- Devem ser apresentados separadamente no balanço patrimonial.

Operação descontinuada é um componente de uma entidade que representa uma linha de negócio relevante ou uma área geográfica que pode ser distinguida operacionalmente e financeiramente e para a qual a entidade tenha vendido ou classificado como disponível para venda nos termos explicados acima. Pode também ser uma subsidiária adquirida exclusivamente com o objetivo de revender.

Uma operação é classificada como em descontinuidade na data em que a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda. Operações descontinuadas são apresentadas separadamente nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa.

#### **2.4.6. Exploração e avaliação de recursos minerais**

As informações financeiras sobre exploração e avaliação de recursos minerais até o IASB concluir um projeto abrangente nessa área são definidas pelo IFRS 6 (Deloitte, 2007, p.33).

Dessa forma, o CFC (2006, p.68) contribui para que:

Custos incorridos que não estejam cobertos pelo escopo do IFRS 6 devem ser contabilizados de acordo com as determinações de outras normas aplicáveis em vigor (ex.: custos com desenvolvimento de fontes minerais devem ser reconhecidos de acordo com a IAS 38 de ativos intangíveis, seguindo requerimentos para pesquisa e desenvolvimento).

Uma entidade deve determinar sua política para tratamento contábil a ser consistentemente aplicado aos diversos custos vinculados às atividades de exploração e avaliação de recursos minerais. A política contábil determinada pela administração deve seguir os requerimentos do IAS 8 item 10, e refletir informações relevantes aos usuários das demonstrações contábeis e que sejam confiáveis no seu contexto.

Gastos capitalizados, de acordo com a IFRS 6, podem posteriormente ser contabilizados a custo histórico (líquido de amortização) ou a custo reavaliado.

A norma requer que um teste de recuperação de ativos seja efetuado, seguindo a IAS 36, e sempre que houver uma indicação de que o valor contábil dos ativos de exploração e avaliação exceda o montante recuperável. Os custos de exploração e avaliação de recursos minerais devem ser alocados a unidades geradoras de caixa, para fins de teste de recuperação. Quando não for possível alocar tais custos a uma unidade geradora de caixa específica, estes poderão ser alocados para um grupo de unidades geradoras de caixa (de forma similar à alocação do ágio requerida no IAS 36).

#### **2.4.7. Instrumentos financeiros: divulgações**

A IFRS 7 “prevê divulgações que permitam aos usuários de demonstrações financeiras avaliarem a relevância de instrumentos financeiros para uma entidade, a natureza e a dimensão dos seus riscos e como ela gerencia esses riscos”, de acordo com Deloitte (2007, p.34).

Não obstante, Deloitte (2007, p.34) complementa:

O IFRS 7 exige a divulgação de informações sobre a relevância de instrumentos financeiros para a situação financeira e patrimonial da entidade e o seu segmento. Estas incluem:

Divulgação no balanço patrimonial, inclusive informações sobre ativos e passivos financeiros por categoria, divulgações especiais quando é utilizada a opção pelo valor justo, reclassificações, baixas, ativos dados em garantia, derivativos embutidos e violações dos termos dos contratos;

Divulgação na demonstração do resultado e no patrimônio líquido, inclusive informações sobre receita, despesas, ganhos e perdas, juros ativos e passivos, receitas de taxas e perdas de valor recuperável registrado; e

Outras divulgações, inclusive informações sobre práticas contábeis, contabilização de *hedging* e os valores justos de cada tipo de ativo e passivo financeiro.

O IFRS 7 exige a divulgação de informações sobre a natureza e dimensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Divulgações qualitativas sobre exposições a cada tipo de risco e como esses riscos são gerenciados; e
- Divulgações quantitativas sobre exposições a cada tipo de risco em separado do risco de crédito, do risco de liquidez e do risco de mercado, inclusive as análises de sensibilidade.

#### 2.4.8. Segmentos operacionais

A IFRS 8 trata dos segmentos operacionais da informação para atender os diversos usuários dentro de uma organização, desta forma “a entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das suas demonstrações financeiras avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades comerciais a que se dedica e os ambientes econômicos em que opera” exposto por Deloitte (2007, p. 35).

Segundo Deloitte (2007, p.35), a norma internacional IFRS 8 apresenta a hierarquia de escolha das práticas contábeis:

- As normas e interpretações do IASB, considerando eventuais orientações de implementação pertinentes ao IASB;
- Na ausência de norma ou interpretação diretamente aplicável, verificar os requisitos e as orientações nas normas e interpretações do IASB que lidam com questões similares e relacionadas, e as definições, critérios de recolhimento e conceitos de avaliação do ativo, do passivo, de receitas e despesas. Estrutura para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras; e
- Administração também pode considerar os mais recentes pronunciamentos de outros órgãos reguladores que utilizam uma estrutura conceitual similar para desenvolver normas contábeis, outra doutrina contábil e práticas setoriais aceitas.

Aplicação de práticas contábeis e transações semelhantes, de forma consistente.

A alteração de uma prática contábil só é exigida por norma ou interpretação ou resultar em informações mais confiáveis e pertinentes.

Quando a mudança na prática contábil é exigida por norma ou interpretação, deve-se seguir os requisitos de transição desse pronunciamento. Quando nenhum é especificado ou a mudança é voluntária, deve-se aplicar a nova prática contábil retroativamente, representado periódicos anteriores. Se a representação é impraticável, incluir o efeito cumulativo da mudança no lucro ou no prejuízo. Se esse efeito não puder ser apurado, aplicar a nova política prospectivamente.

As mudanças nas estimativas contábeis (por exemplo, mudança na vida útil de um ativo) são contabilizadas para o exercício corrente ou exercícios futuros, ou ambos (sem reapresentação).

Todos os erros relevantes devem ser corrigidos reapresentando valores do período anterior comparativo e, caso o erro tenha ocorrido antes do primeiro período apresentado, reapresentando o balanço de abertura.

#### **2.4.9. Apresentação das demonstrações financeiras**

Conforme aborda Deloitte (2007, p.37), a IAS 1 “formula toda a estrutura de apresentação de demonstrações financeiras para fins gerais, inclusive orientações sobre a sua estrutura e conteúdo mínimo”.

Para tal, o CFC (2006, p.10) apresenta:

Determina a forma de apresentação de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de Contabilidade (“IFRS”) para fins gerais, incluindo diretrizes e seu conteúdo mínimo.

Os seguintes pressupostos básicos devem ser considerados pela administração no processo de preparação das demonstrações contábeis: de continuidade da entidade, da consistência na apresentação e classificação das demonstrações contábeis, das bases de competência de contabilização e de materialidade.

Os ativos, passivos, receitas e despesas não devem ser compensados, exceto se tal compensação reflita a essência da transação ou operação efetuada.

As informações comparativas do período anterior devem ser apresentadas para todos os saldos e valores divulgados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas, exceto quando, em casos específicos, outra norma ou interpretação de norma permita ou requeira que a informação comparativa não seja apresentada.

Um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui: balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração da mutação do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, notas explicativas (incluindo as políticas contábeis adotadas pela entidade).

Na demonstração da mutação do patrimônio líquido devem estar contidos:

- Todas as mudanças no patrimônio; ou
- Mudanças no patrimônio que não sejam provenientes de transações com acionistas.

As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelas entidades no mínimo anualmente. Em caso de mudanças na data do exercício social e as demonstrações contábeis forem apresentadas para um período diferente de um ano (em comparação com as últimas demonstrações contábeis apresentadas), é necessário divulgar o motivo para utilização de um período diferente de um ano, e o fato das informações comparativas da demonstração de resultado, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa não serem totalmente comparáveis.



A distinção de ativos e passivos entre itens correntes e não correntes deve ser apresentada no balanço patrimonial, exceto quando a apresentação de tais componentes em ordem de liquidez, proporcionarem ao usuário das demonstrações contábeis informações mais relevantes e confiáveis. Eventos subsequentes não são considerados nas classificações de itens como correntes ou não correntes.

O IAS 1 especifica requerimento mínimo de itens a serem apresentados no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração do patrimônio líquido. A norma também apresenta um guia para identificação de itens em linha adicionais. O IAS 1 também especifica a apresentação mínima de notas explicativas.

A demonstração de resultado deve ser apresentada pela entidade classificando os itens de resultado com base em sua natureza (ex: receitas, outros ganhos, variação nos saldos de estoques, custos com benefícios a empregados, depreciação, etc.) ou função (ex: receitas, custos de vendas, despesas administrativas, despesas de vendas, etc.).

A administração deve levar em consideração na escolha do formato da demonstração de resultados (natureza ou função) aquele que fornecer informações mais relevantes e confiáveis aos usuários das demonstrações contábeis. Apresentações da demonstração de resultado por função de itens de receita e despesas, informações adicionais por natureza devem ser divulgadas em notas explicativas.

Nenhum item de receita ou despesa deve ser classificado como item extraordinário nas demonstrações contábeis.

#### **2.4.10. Estoques**

A IAS 2 “define o tratamento contábil dos estoques, inclusive a apuração do custo o reconhecimento de despesas” de tal forma exposto por Deloitte (2007, p.39).

Assim, CFC (2006, p.12) aborda:

O estoque é reconhecido no balanço de uma entidade quando os riscos e benefícios associados a ele são transferidos para a entidade.

O estoque deve ser avaliado ao custo ou pelo valor líquido realizável, o que for menor. Valor líquido realizável é o preço estimado de venda menos os custos estimados de completar e para vender, que incluem custos relevantes de *marketing* e de distribuição.

São exceção à regra os resultados de ativo biológicos e de minérios, que podem ser avaliados pelo valor líquido realizável, desde que seja prática aceita pela indústria.

Os estoques em poder de agentes intermediários (*tradings*) podem ser avaliados pelo valor justo deduzidos dos custos de venda.

O custo dos estoques compreende os custos de compra, de transformação e outros custos incorridos (inclusive despesas indiretas) para trazer estes estoques à condição de produtos acabado, é determinado utilizando-se o método primeiro que entra primeiro que sai (PEPS) ou media ponderada. O mesmo método deve ser aplicado a todos os estoques de natureza e uso similares na entidade.

Os custos anormais de ociosidade, fretes, transportes e perdas devem ser recolhidos diretamente como despesas do período em que forem incorridos. A alocação dos custos fixos de produção deve levar em consideração a capacidade normal de produção.

#### **2.4.11. Demonstrações dos fluxos de caixa**

Como informa Deloitte (2007, p.40), a IAS 7 exige “[...] a apresentação de informações sobre o histórico de variações nas disponibilidades da entidade através da demonstração dos fluxos de caixa que classifica o fluxo de caixa no período de acordo com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento”.

Dessa forma, CFC (2006, p.13) aponta que “A demonstração do fluxo de caixa apresenta a geração e o uso do caixa durante um determinado período”.

A IAS 7 tem por objetivo auxiliar o usuário das demonstrações contábeis a avaliar a capacidade de gerar e como está sendo utilizado o caixa da entidade. A sua apresentação é requerida para todas as entidades.

A movimentação é classificada em três categorias:

- **Fluxos de caixa das operações da entidade** - todos os fluxos que não se classificam como de investimento ou financiamento. A apresentação dos fluxos de caixa das operações pode ser feita pelo método direto ou indireto. Neste ultimo os fluxos de caixa são apresentados ajustando-se o resultado período pelos itens que não geram caixa e pelos itens que são classificados como de investimento ou financiamento.
- **Fluxos de caixa de atividades de investimento** - pagamentos para aquisição de ativo imobilizado e outros ativos de longo prazo e empréstimos e adiantamentos concedidos para terceiros. Nas aquisições

de investimentos em outras entidades o caixa pago e o caixa adquirido na transação também compõem esta atividade.

- **Fluxos de caixa de atividades financeiras** são relacionados com a obtenção e pagamento de empréstimos e fundos obtidos nas operações de financiamento da entidade, incluindo empréstimos obtidos, debêntures emitidas e emissão de ações.

Devem ser apresentados pelo bruto sendo vedada a sua apresentação pelo líquido. No caso de instituições financeiras, atividades do dia-a-dia são classificadas como operacionais. A classificação de uma transação deve ser avaliada considerando a natureza das atividades da entidade.

#### **2.4.12. Práticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros**

Deloitte (2007, p.41) apresenta a IAS 8 e afirma que ela “estabelece os critérios para a seleção e mudança das práticas contábeis, junto com o tratamento contábil e a divulgação de mudanças nessas práticas contábeis, mudanças em estimativas e erros”.

Podendo-se verificar através de CFC (2006, p.14) que deve ser aplicada por uma entidade para: definição de suas políticas contábeis, contabilização dos efeitos de mudanças das políticas contábeis adotadas, contabilização dos efeitos de mudanças de estimativas contábeis e correção de erros.

No processo de escolha de suas políticas contábeis, a administração deve considerar inicialmente normas (IAS, IFRS) e interpretações (SIC, IFRIC) que sejam aplicáveis a uma transação específica. Na ausência de uma norma específica, a administração pode exercer seu julgamento para desenvolver uma política contábil, considerando as seguintes fontes:

- I) verificar os requisitos e orientações nas normas e interpretações existentes, que tratam de seus assuntos similares relacionados; e
- II) buscar as definições, critérios de reconhecimento e conceito de mensuração para ativos, passivos, receitas e despesas na estrutura conceitual básica das IFRS *Framework*.

Quando não existir norma ou interpretação sob IFRS aplicável para tratamento contábil de uma transação específica, a administração poderá também considerar pronunciamentos técnicos de outros órgãos internacionais que possuam uma estrutura conceitual básica similar, e cujo pronunciamento não seja conflitante com pronunciamentos IFRS.

As políticas contábeis determinadas pela entidade devem ser aplicadas consistentemente para transações similares.

Alterações de políticas contábeis somente podem ser efetuadas se forem exigidas por uma norma ou interpretação ou quando a alteração resultar em melhoria na apresentação de eventos ou transações nas demonstrações contábeis.

Mudança nas praticas contábeis requisitada por uma norma ou interpretação deve seguir o requisito de transição da norma em questão.

Mudança voluntária, aplica-se à nova pratica de forma retroativa mediante alteração das demonstrações de exercícios anteriores.

Caso a aplicação em exercícios anteriores seja impraticável, deve-se incluir o efeito cumulativo nos saldos de abertura do ano corrente.

Mudanças em estimativas contábeis são refletidas no resultado do período em que se promover a mudança, mas não alteram demonstrações contábeis de períodos anteriores. Todos os erros devem ser ajustados, refazendo-se as demonstrações comparativas de exercícios anteriores.

É obrigatória a divulgação de mudança de política contábil, de estimativas e correção de erros, a existência de uma nova norma ou interpretação emitida, mas que ainda não tenha entrado em vigor, e seus possíveis impactos sobre as demonstrações contábeis.

#### **2.4.13. Eventos posteriores à data do balanço patrimonial**

De acordo com Deloitte (2007, p.43), a IAS 10 define “quando a entidade deve ajustar as suas demonstrações financeiras para eventos posteriores à data do balanço” e “divulgações sobre a data quando a emissão das demonstrações financeiras foi autorizada e eventos posteriores à data do balanço”.

Segundo o CFC (2006, p.16):

Eventos ocorridos subsequente à data do balanço podem ser classificados como: Eventos que requerem ajustes às demonstrações contábeis quando o evento trás evidencia adicional de condições que já existiam na data do balanço;

Eventos que não requerem ajustes são aqueles que se relacionam de fato com situações que surgiram após a data do balanço, deve ser divulgado em nota explicativa e seus efeitos mensurados, se praticável. Como exemplo aumentos de capital, emissão de ações e emissão de dividas.

Dividendos propostos ou declarados depois da data do balanço, mas antes da autorização para emissão das demonstrações contábeis, não devem ser reconhecidos como passivos, a menos que atendam à definição de passivo na data do balanço.

Deve ser divulgada pela entidade a data em que as demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão e quem autorizou (ex.: conselho de administração, diretoria, etc.).

#### **2.4.14. Contratos de construção**

Deloitte (2007, p.44) a IAS 11 define “o tratamento contábil de receitas e custos associados a contratos de construção nas demonstrações financeiras da construtora”.

Conforme exposto pelo CFC (2006, p.17):

A receita de um contrato de construção deve compreender: (I) a importância inicial da receita estipulada contratualmente e (II) variação no serviço contratado, valores adicionais a serem recebidos do cliente que serão considerados na extensão em que seja provável que tais variações resultarão em receitas, e quando estas puderem ser quantificadas com segurança.

O custo do contrato deve compreender os custos relacionados diretamente com um contrato específico, custos que forem atribuíveis à atividade contratual e possam ser alocados ao contrato e outros custos, especificamente debitáveis ao cliente, de acordo com os termos contratuais.

O método do percentual completado deve ser utilizado para contabilizar receitas de serviços ou de construções oriundas de contratos de longo prazo quando for razoavelmente possível estimar o resultado do contrato. Isso ocorre quando são satisfeitos os critérios de reconhecimento de receita e é possível fazer uma medição confiável do estágio de conclusão do contrato. Quando o resultado do contrato não puder ser mensurado com segurança, a receita somente será reconhecida na extensão dos custos recuperáveis incorridos.

Uma perda relacionada com um contrato deve ser contabilizada imediatamente, e por um valor suficiente para cobrir os prejuízos incorridos até a data e os prejuízos futuros necessários para completar o contrato.

Os métodos aceitos pela norma compreendem a porcentagem de trabalho executado e a porcentagem de custos incorridos.

#### 2.4.15. Tributação sobre a renda

Deloitte (2007, p.45) afirma que a IAS 12 “tem como principal objetivo fornecer orientações sobre a contabilização dos efeitos do imposto de renda corrente e futuro relacionados à “recuperação futura (liquidação) de valores contábeis ativos (passivos) no balanço patrimonial” e “transações no período corrente registradas na demonstração do resultado ou diretamente através do patrimônio líquido”.

CFC (2006. p.18) relata que:

Os efeitos de Imposto de Renda devem ser refletidos nas demonstrações contábeis nos mesmos períodos em que os ativos e passivos, que geram tais efeitos, forem contabilizados.

As diferenças entre as bases: contábil (apresentadas no balanço) e fiscal (montante que será dedutível ou tributável para fins de Imposto de Renda) dos ativos e passivos são classificadas entre temporárias e permanentes.

- **Diferenças temporárias** são aquelas que após um período de amortização, ou outra forma de realização, não mais existirão e, portanto, as bases fiscais e contábeis serão idênticas.
- **Diferenças permanentes** são aquelas que existirão independente do tempo incorrido, não geram efeitos diferidos de impostos.

Sobre as diferenças temporárias identificadas, relacionadas a itens de ativos e passivos na data de cada balanço, a entidade deve reconhecer um efeito de imposto de renda diferido. As diferenças permanentes do Imposto de Renda diferido ativo somente devem ser reconhecidas na extensão de que seja provável que será realizado contra lucros tributáveis a serem gerados no futuro.

Alem do reconhecimento de Imposto de Renda diferido sobre as diferenças temporárias identificadas, as entidades também reconhecem contabilmente como ativo os efeitos de prejuízos fiscais que serão compensados contra lucros futuros. O reconhecimento de tais efeitos limita-se à extensão de que seja provável que serão realizados contra lucros tributáveis a serem gerados no futuro.

A mensuração dos ativos e passivos tributários correntes e diferidos é baseada nas alíquotas e disposições da legislação tributária promulgadas na data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos fiscais deferidos devem sempre ser classificados como não circulantes, e não devem ser descontados.

O IAS 14 determina que uma entidade divulgue as informações por segmento secundário. A origem e natureza dominantes dos riscos e retornos de uma companhia devem direcionar se o segmento primário será o de “negócios” ou “geográfico”, considerando-se a importância desses segmentos em relação ao risco e retorno da companhia. A estrutura organizacional interna e de gestão de uma companhia, bem como seus sistemas de elaboração dos relatórios financeiros devem normalmente constituir as bases para determinar qual será o segmento primário e/ou secundário.

Informações por segmentos de negócios são requeridas para as companhias abertas, que possuem ações, títulos mobiliados ou dívidas negociadas no mercado e que estejam em processo de admissão de ações e/ou títulos para negociação no mercado.

- **Segmento de negócio** é um componente diferenciado de uma companhia que fornece produtos e serviços específicos, ou um grupo de produtos e serviços que estão sujeitos a riscos e retornos distintos de outro segmento de negócio.
- **Segmento geográfico** é um componente diferenciado de uma companhia que fornece produtos e serviços específicos ou um grupo de produtos e serviços dentro de um determinado ambiente de mercado e que estão sujeitos a riscos e retornos distintos de outro ambiente de mercado.

Um segmento de negócio ou geográfico deve ser divulgado se a maioria das receitas registradas é proveniente de vendas para clientes externos e representa, pelo menos, 10% do total das receitas internas e externas, de todos os segmentos; ou 10% do resultado combinado de todos os segmentos; ou 10% do total dos ativos de todos os segmentos.

Segmentos adicionais para divulgação devem ser identificados se o total de receitas externas atribuíveis a segmentos divulgados constituírem menos de 75% do total das receitas consolidadas ou da companhia.

As informações por segmento devem ser preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas na preparação e apresentação das demonstrações contábeis do grupo consolidado ou da companhia.

O IAS 14 requer divulgação dos segmentos primários e secundários. As divulgações para o segmento primário são mais extensivas do que para o segmento secundário.

Para cada segmento primário as seguintes principais informações devem ser divulgadas: receita (externas e inter-segmentos); resultado líquido; total dos ativos; total

dos passivos; total das aquisições de ativos permanentes; depreciação e amortização do período; e o total de despesas que não representaram desembolsos de caixa. Também deve ser divulgada reconciliação entre as informações agregadas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas ou da companhia.

#### **2.4.16. Relatórios por segmento**

A IAS 14 “estabelece os princípios de emissão de relatórios financeiros por linha de negócio e área geográfica” (Deloitte, 2007, p.47)

Como faz referência CFC (2006, p.19), a IAS 14 estabelece que uma entidade divulgue as informações por segmento de negócio, onde se tem definido segmento de negócio como um componente diferenciado da companhia que fornece produtos e serviços específicos ou um conjunto, sujeitos a riscos distintos de um outro segmento de negócios.

#### **2.4.17. Ativo imobilizado**

A IAS 16 faz alusão aos “princípios para o reconhecimento inicial e posterior contabilização do ativo imobilizado” Deloitte (2007, p.48).

Assim sendo, CFC (2006, p.21) informa que:

O custo de um ativo imobilizado deve ser registrado quando for provável que a entidade ira obter benefícios econômicos futuros associados com o ativo, e quando o custo do ativo puder ser mensurado com segurança. Os itens de ativo imobilizado devem ser depreciados pelo período de sua vida útil, o método de depreciação dos ativos devem ser revisados pelo menos anualmente.

Cada elemento de um item do ativo imobilizado cujo custo seja significativo em relação ao total do item deve ser depreciado separadamente com base em sua vida útil individual.

Alem da contabilização de itens de ativo imobilizado a custo histórico, a reavaliação do ativo imobilizado como tratamento contábil alternativo também é permitida pelo IAS 16.

Quando a entidade optar por aplicar o tratamento alternativo, o ativo imobilizado deve ser reavaliado ao valor justo (que pode ser o valor de mercado e, se não for



possível, pelo custo de reposição depreciado). Se um ativo imobilizado for reavaliado, toda a categoria deve ser reavaliada. A reavaliação deve ser revisada regularmente.

A reavaliação positiva deve ser creditada contra uma reserva de reavaliação no patrimônio líquido, salvo se resultar em reversão de uma reavaliação negativa sobre o mesmo ativo registrada anteriormente a débito do resultado. Neste caso, os efeitos são creditados diretamente à demonstração de resultado até o montante em que reverter o referido débito.

A reavaliação negativa deve ser registrada no resultado, salvo se reverter uma mais valia de valor igual ou menor anteriormente gerada pelo mesmo ativo; neste caso é levado diretamente à reserva de reavaliação.

Quando um ativo reavaliado é baixado, o saldo da reserva de reavaliação a ele relacionado é transferido para lucros acumulados (IAS 16 e 23).

A depreciação de um ativo reavaliado se baseia no valor reavaliado, da mesma forma que os ganhos ou perdas na alienação.

A diferença entre o valor contábil do ativo reavaliado e suas bases fiscais constitui-se em uma diferença temporária e fornece a base para contabilização de imposto de renda diferido.

A entidade deve analisar, na data de cada balanço patrimonial a ser publicado, se existem indícios de que os saldos contábeis dos itens do seu ativo imobilizado não serão recuperados. A administração deve proceder ao teste de recuperação do ativo, seguindo o IAS 36.

#### **2.4.18. Arrendamentos**

Na ponderação de Deloitte (2007, p.49), a IAS 17 define “para locadores e locatários, as práticas contábeis e as divulgações adequadas a aplicar em relação em arrendamentos financeiros e operacionais”.

##### **a) No arrendatário:**

A partir dos conceitos CFC (2006, p.23) reproduz:

Um arrendamento é classificado como financeiro quando todos os riscos e recompensas incidentes à propriedade do ativo.

A propriedade é transferida para o arrendatário ao final do contrato;

O arrendatário possui uma opção de compra por um preço simbólico;

O prazo do arrendamento correspondente à maior parte da vida útil econômica do bem arrendado;  
O valor presente dos pagamentos mínimos sob o arrendamento é equivalente ao valor justo do ativo arrendado; e  
O ativo arrendado é de natureza específica, de modo que seriam necessárias modificações importantes para uso por outro arrendatário.

Um arrendamento financeiro deve ser refletido no balanço patrimonial do arrendatário pelo registro de um ativo e um passivo de valores iguais, no início do arrendamento, mensurados ao menor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Os pagamentos do arrendamento devem ser divididos entre despesas financeiras e amortização do passivo em aberto. As despesas financeiras devem ser registradas pelo período do arrendamento, de modo que os juros sejam creditados sobre o saldo do passivo a uma taxa constante em cada período.

Se não for certo que o arrendatário irá adquirir o ativo no final do período do arrendamento, o ativo deve ser totalmente depreciado pelo menor período entre o prazo do contrato e sua vida útil.

Um arrendamento de terreno e edifícios deve ser dividido entre os elementos de terrenos e edifícios. O terreno geralmente é um arrendamento operacional, exceto quando a propriedade do terreno é automaticamente transferida ao arrendatário ao final do contrato.

O edifício é um arrendamento operacional ou financeiro baseado nos critérios da IAS 17.

Entretanto, segregar a mensuração de terrenos e edifícios não é requerido se o interesse do arrendatário nos imóveis for classificado como da IAS 40, e o modelo do valor justo for adotado.

Um arrendamento operacional é contabilizado pelo valor dos pagamentos relacionados, incluindo-se quaisquer incentivos para se ter acesso ao arrendamento. Tais valores são debitados ao resultado pelo método linear ou em outra base sistemática que seja mais representativa dos benefícios gerados pelo arrendamento.

b) Na arrendadora:

As definições de arrendamento financeiro e operacional são as mesmas para arrendador e arrendatário. O reconhecimento da receita financeira deve refletir um taxa

de retorno constante com base no investimento líquido efetuado pelo arrendador na transação.

O ativo arrendado sob um arrendamento financeiro deve ser registrado como conta a receber (não como imobilizado) ao valor líquido do contrato de arrendamento, já sob o arrendamento operacional deve ser registrado e classificado de acordo com a natureza do ativo objeto do contrato.

A receita do arrendado sob um arrendamento é registrada pelo método linear durante o prazo do contrato, a não ser que outra forma de reconhecimento melhor reflita a essência da operação e os termos do arrendamento.

Os custos diretos iniciais devem ser distribuídos de acordo com os termos do contrato de arrendamento (não é permitido o reconhecimento imediato da despesa).

Para transações de venda e re-arrendamento deve-se observar:

- Se o re-arrendamento for financeiro, qualquer lucro na venda deve ser diferido e amortizado pelo período do contrato.
- Se o re-arrendamento for operacional e estiver claro que a transação foi realizada tendo por base o valor justo do ativo, o lucro ou prejuízo deve ser reconhecido de imediato. Caso o valor de venda seja inferior ao valor justo do ativo, o eventual lucro ou prejuízo deve ser reconhecido de imediato, exceto se o prejuízo for compensado no futuro pelos pagamentos que estejam abaixo do valor de mercado. Nestes casos, o prejuízo poderá ser deferido e amortizado em proporção aos pagamentos de arrendamento, pelo período no qual o ativo esteja em uso.
- Se o valor da venda for acima do valor justo do ativo, o lucro ou prejuízo da venda deverá ser diferido e amortizado pelo período estimado de utilização do ativo.

#### **2.4.19. Receitas**

Para Deloitte (2007, p. 52), a IAS 18 reflete “o tratamento contábil de receitas decorrentes de certos tipos de transações e eventos”.

Nas palavras de CFC (2006, p. 26), a receita deve ser quantificada pelo valor justo do montante recebido ou a receber.

A receita referente à venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos são transferidos ao comprador, o vendedor perde o controle efetivo sobre os produtos vendidos, é provável que benefícios econômicos associados com a venda sejam obtidos pela entidade, e o valor de receita pode ser mensurado com segurança.

A receita referente à prestação de serviços é reconhecida com base no estágio de execução dos serviços, quando o resultado da transação puder ser estimado com segurança. Isso ocorre quando o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável, for provável que os benefícios econômicos associados com a venda serão obtidos pela entidade, o estágio de execução da prestação do serviço puder ser estimado com segurança na data de balanço, e os custos incorridos e a serem incorridos para completar a transação puderem ser mensurados com segurança.

A receita de juros é reconhecida utilizando-se o método de juros efetivos (calculando de acordo com o IAS 39)

Os royalties são reconhecidos com base em seu período de competência, de acordo com a substância dos acordos pertinentes; e

Os dividendos são reconhecidos quando estiver estabelecido o direito de recebimento do acionista (ou quotista).

Receita de juros, royalties e dividendos somente são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados com as transações serão obtidos pela entidade e o montante da receita puder ser mensurado com segurança.

As políticas contábeis adotadas para o reconhecimento devem ser divulgadas.

#### **2.4.20. Benefícios de funcionários**

De acordo com Deloitte (2007, p.53), a IAS 19 visa à contabilização e à divulgação de benefícios a funcionários.

Como relata CFC (2006, p.27), os benefícios de funcionários são formas de remuneração pagas por uma entidade em troca da prestação dos serviços por estes empregados, incluem salários, benefícios por demissão ou término de contrato e outros benefícios pós-emprego tais como aposentadoria (“pensão”), seguro de vida e seguro saúde. Os planos de pensão podem ser classificados como plano de contribuição definida quando a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo) e não tem nenhuma obrigação adicional. Todos os demais planos são planos de benefício definido.

O custo de um plano de contribuição definida é o valor do montante a pagar ao empregado naquele período.

O custo de um plano de benefício definido é determinado a partir de cálculo atuarial com a utilização do método da unidade de crédito projetada. Este método considera os serviços prestados pelo empregado até a data do balanço, considerando inclusive futuros aumentados salariais.

A obrigação pelo plano de benefícios definido deve ser contabilizada pelo seu valor presente. A taxa usada para descontar obrigações do plano baseia-se em taxas aplicáveis a papéis de corporações de primeira linha, ou do governo.

Os ativos do plano, quando existirem, devem ser avaliados a seu valor justo. Custos do serviço passado devem ser alocados pelo método linear ao longo do tempo remanescente até que os benefícios sejam adquiridos.

Ganhos e perdas atuariais podem ser reconhecidos utilizando o “corredor”. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais que fiquem fora de um corredor (para cima ou para baixo) que considera o maior entre 10% do valor presente da obrigação do plano devem ser amortizados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

Quando surgem custos dos serviços passados por conta de modificações nos termos do plano, devem ser reconhecidos como despesa linearmente ao longo do período em que os benefícios são adquiridos. Pelos benefícios adquiridos na data da mudança, o custo no resultado deve ser reconhecido pela entidade imediatamente.

O excesso de ativo do plano sobre as obrigações atuárias tem seu reconhecimento contábil limitado ao valor de perdas atuárias ou custo do serviço passado ainda não reconhecidos, somando ao valor presente de reduções em contribuições futuras a serem efetuadas ao plano ou reembolsos a serem recebidos do plano.

#### **2.4.21. Contabilização de subvenções do governo e divulgação de ajuda governamental**

Utilizando-se das informações de Deloitte (2007, p. 55), a IAS 20 “define a contabilização e a divulgação de subvenções do governo e outras formas de ajuda governamental”.

Com base no exposto por CFC (2006, p.29), as subvenções governamentais devem ser reconhecidas quando existir segurança de que a entidade cumprirá as

condições necessárias para sua obtenção e de que a subvenção será efetivamente recebida. Subvenções não monetárias são reconhecidas normalmente pelo seu valor justo, sendo permitido o reconhecimento pelo valor nominal.

O resultado derivado das subvenções deve ser reconhecido sistematicamente na demonstração do resultado pelos períodos necessários para compensar os respectivos custos. As subvenções governamentais não podem ser diretamente creditadas ao patrimônio líquido.

As subvenções relacionadas com imobilizado podem ser: (I) deduzida do custo do ativo e portado, reduzir a despesa de depreciação diretamente, ou (II) contabilizadas separadamente como receita diferida e amortizada pela vida útil do ativo.

Quando o incentivo é concedido para compensar despesas ou perdas já incorridas, ou para proporcionar suporte financeiro imediato a um empreendimento sem o respectivo custo adicional, deve ser creditado à demonstração do resultado do período em que o incentivo se tornar realizável.

#### **2.4.22. Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio**

Deloitte (2007, p.56) apresenta a IAS 21 estabelecendo “o tratamento contábil as transações em moeda estrangeira e transações no exterior da entidade”.

Observando-se CFC (2006, p.30), “O balanço patrimonial de uma entidade deve ser mensurado na moeda do ambiente econômico primário onde a entidade opera. Esta moeda é reconhecida como moeda funcional”.

A moeda funcional é definida com base na moeda que determina os preços das transações e não na moeda em que as transações estejam denominadas. Todas as transações em outras moedas devem ser tratadas como transação em moeda estrangeira.

Mensuração das transações:

Uma transação em moeda estrangeira é registrada na moeda funcional da entidade utilizando a taxa de câmbio da data de transação, podendo utilizar uma taxa média de um determinado período, quando este procedimento não causar distorções materiais. Na data do balanço, itens do balanço em moeda estrangeira são mensurados utilizando a taxa de câmbio do dia do fechamento do balanço. Itens de balanço não-monetários denominados em moeda estrangeira são mensurados pela taxa de câmbio da data da transação que o originou.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício, com exceção dos casos de um item monetário que seja parte do investimento em uma subsidiária/coligada no exterior. Neste caso, a variação cambial é lançada em uma reserva no patrimônio líquido.

- **Moeda de apresentação:** Uma entidade pode escolher apresentar suas demonstrações contábeis em qualquer moeda. Se a moeda de apresentação é diferente da moeda funcional, a entidade deve efetuar a tradução de uma para a outra seguindo os seguintes critérios:
  - a) Itens do ativo e do passivo são traduzidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
  - b) O resultado é traduzido à taxa de câmbio da data das transações, utilizando uma taxa média, sempre analisando a materialidade das distorções causadas pelo procedimento.
  - c) Qualquer diferença resultante é lançada em uma conta de reserva no patrimônio líquido.
- **Demonstrações contábeis consolidadas:** Incluem entidades com moedas funcionais distintas. As demonstrações contábeis das entidades que compõem as demonstrações contábeis consolidadas devem ser traduzidas para moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas utilizando os mesmos critérios descritos acima para a tradução para a moeda de apresentação.
- **Economias hiperinflacionárias:** Sendo o ambiente econômico em que uma entidade está inserida, considerado hiperinflacionário, suas demonstrações contábeis devem ser primeiro corrigidas considerando os critérios no IAS 29. Uma vez aplicado o IAS 29, todas as cifras das demonstrações contábeis do ano corrente são traduzidas pela taxa de câmbio na data do balanço.

#### 2.4.23. Custos de empréstimos

Por meio da IAS 23, é definido o tratamento utilizado para contabilizar o custo de empréstimos.

O CFC (2006, p.32) expõem que “Esta norma da contabilização de custos com empréstimos, também chamados de encargos financeiros. Estes custos normalmente incluem juros e outros custos incorridos pela entidade em conexão com a tomada de empréstimos”.

Os custos com empréstimo devem ser reconhecidos como despesas no período em que são incorridos como sua prática contábil, a capitalização destes custos quando eles puderam ser diretamente atribuíveis à aquisição ou produção de um ativo que leva necessariamente um tempo substancial para ficar pronto para o seu uso pretendido ou venda. O montante de custos com empréstimos, a capitalizar em um determinado período, está limitado ao montante dos custos com empréstimos incorridos neste mesmo período.

Quando as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda tenham iniciado, a capitalização começa e deve ser suspensa quando o desenvolvimento do ativo é interrompido por um período longo e deve parar quando as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam completadas.

Seja qual for a prática contábil selecionada (capitalização ou não-capitalização), esta deve ser adotada consistente pela entidade e para todos os ativos que atendam à definição acima.

Nos empréstimos obtidos para aquisição de um ativo específico, a identificação e a capitalização dos custos dos empréstimos são mais fáceis. Em empréstimos tomados para fins gerais e usados parcial ou totalmente na obtenção ou construção de um ativo como descrito acima, os custos relacionados a estes empréstimos devem também ser considerados, a entidade deve utilizar a média ponderada dos empréstimos, excluindo aqueles que tenham fins específicos, cujo cálculo é individualizado.

#### **2.4.24. Divulgações de partes relacionadas**

Para Deloitte (2007, p.59), a IAS 24 observa a afetação das demonstrações financeiras e situação patrimonial e financeira pelas partes relacionadas.

CFC (2006, p.33) afirma que:

Partes relacionadas incluem a entidade controladora, subsidiária coligadas, *join-ventures*, outros acionistas e alta administração, incluindo os membros mais próximos da família e fundos de pensão. Não estão incluídos nesta lista financiadores e governos até o ponto em que estejam efetuando transações no curso normal das operações.

Todas as transações entre partes relacionadas deverão ser divulgadas destacando sua natureza, valores, prazo e condições e outros detalhes necessários para a compreensão do usuário das demonstrações contábeis. Os itens similares podem ser



agregados desde que não prejudiquem a informação ao usuário. As relações entre controladoras e subsidiárias devem ser divulgadas mesmo que não tenham ocorrido transações entre estas partes no período.

As transações com partes relacionadas dificilmente podem ser consideradas similares àquelas que teriam sido feitas com terceiros independentes. Para que essa afirmação seja feita nas demonstrações contábeis, tal situação deve ser comprovada e não assumida.

#### **2.4.25. Contabilização e emissão de relatórios para planos de benefícios de aposentadoria**

Esta norma orienta a preparação de demonstrações contábeis de planos de benefício de aposentadoria. “Os princípios de avaliação e divulgação de relatórios financeiros de planos de benefícios de aposentadoria” são definidos pela IAS 26, como afirma Deloitte (2007, p. 60).

O CFC (2006, p.34) fornece esclarecimento:

Para um plano de contribuição definida, as demonstrações contábeis devem incluir os seguintes quadros e informações.

Demonstração dos ativos líquidos para atender aos benefícios; Demonstração das mutações nos ativos líquidos referidos acima; Um sumário das principais práticas contábeis adotadas; Uma descrição do plano e os efeitos de mudanças no plano ocorridas no período; e Uma descrição das políticas de custeamento do plano.

Para um plano de benefício definido, as demonstrações contábeis deve incluir: Uma demonstração dos ativos líquidos para atender os benefícios, o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos e o superávit ou déficit do período; ou Uma referencia a esta informação em um relatório dos atuários.

Também devem ser divulgadas as seguintes informações: Demonstrações das mutações nos ativos líquidos do plano de benefício; Um sumário das principais práticas contábeis; e Uma descrição do plano e os efeitos de mudanças no plano ocorridas no período.

As demonstrações contábeis devem conter uma explicação reconciliando o valor presente atuarial da obrigação do plano de benefícios e o valor dos ativos líquidos disponíveis para os benefícios, e uma descrição da política para custeamento do plano.

Os ativos do plano devem ser mensurados pelo valor justo. A contabilização dos ativos deve considerar também outros pronunciamentos que sejam aplicáveis.

#### 2.4.26. Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

Conforme aborda Deloitte (2007, p. 61), a IAS 27 “define os requisitos para a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo de entidades sob o controle de uma controladora”.

A subsidiária é uma entidade controlada por outra entidade. Controle é o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade e obter os benefícios de suas atividades. O controle existe quando um investidor detém mais de 50% das ações com direito a voto. Direitos potenciais de voto, que podem ser exercidos imediatamente, são considerados na determinação do controle. Tem-se, assim, apresentado por CFC (2006, p. 35)

Todas as subsidiárias devem ser consolidadas a partir da data em que o controle sobre os ativos e operações da entidade passa para o investidor. Os resultados da subsidiária passam a integrar o resultado consolidado a partir desta data. Qualquer ágio apurado na aquisição da subsidiária é considerado ativo da subsidiária para fins de consolidação.

Nas demonstrações contábeis, a parcela referente aos não-controladores deve ser destacada, mas tratada como parte do patrimônio líquido consolidado.

As demonstrações contábeis da subsidiária devem ter sido elaboradas na mesma data de balanço das demonstrações contábeis consolidadas, permitindo uma defasagem máxima de três meses, observados ajustes relevantes neste período.

Uma entidade com uma ou mais subsidiária deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas a menos que todos os critérios a seguir sejam cumpridos: (I) ela seja por si só uma subsidiária e acionistas; (II) suas dívidas ou instrumentos patronais (ex: ações) não são negociadas em bolsas; (III) a entidade não está em processo de emissão dos títulos referidos em (II) acima; e (IV) a sua controladora elabore e divulgue demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora (i.e., sem consolidação), os investimentos em subsidiárias devem ser mensurados pelo custo ou como ativos financeiros nos termos do IAS 39.

Entidade de Propósito Específico – EPE deve ser consolidada nas demonstrações contábeis da entidade controladora. Quando são apurados na aquisição, os ágios não são amortizados, mas têm seus valores de recuperação avaliados anualmente para determinar a necessidade de redução do valor por *impairment* e os deságios são reconhecidos imediatamente como receita.

#### **2.4.27. Investimentos em associadas**

A IAS 28 “estabelece a contabilização pelo investidor de investimentos em associadas sobre as quais tem influência significativa”, assim traz Deloitte (2007, p.62).

De tal forma exposta por CFC (2006, p.37):

Uma coligada é uma entidade na qual o investidor tenha significativa influencia, mas não tenha o controle isolado ou em conjunto. Influencia significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem controlar estas políticas. Quando uma entidade tem mais de 20% do capital votante de outra sem controlá-la, pressupõe-se que haja influencia. Direitos potenciais de voto, que podem ser exercidos imediatamente, são também considerados na determinação da influência.

A contabilização de todas as coligadas deveriam se feitas usando o método de equivalência patrimonial a partir da data em que a influência referida acima exista.

O valor do investimento é reduzido a zero se a participação de um investidor em uma coligada fica negativo por conta de prejuízos acumulados. As perdas adicionais devem ser contabilizadas se o investidor tem a obrigação de dar suporte financeiro para a investida ou de alguma forma garantindo este suporte. Caso tenha sido este o caso, a investidora continua a reconhecer suas perdas na investida na extensão das obrigações assumidas.

Os investimentos em coligadas devem ser mensurados pelo custo ou como ativos financeiros nos termos do IAS 39 nas demonstrações contábeis individuais da investidora.

Ágios apurados quando da aquisição não são amortizados, mas têm seus valores de recuperação avaliados anualmente para determinar a necessidade de redução do valor por *impairment*. Deságios são reconhecidos imediatamente como receita.

#### **2.4.28. Relatórios financeiros em economias hiperinflacionárias**

Verifica-se, conformer Deloitte (2006, p.63), que a IAS 29 “define as normas específicas para entidades com relatórios em moeda de economia hiperinflacionária, de forma a que as informações financeiras apresentadas sejam significativas”.

Assim CFC (2006, p.38) instrui que entidades que operam em ambientes econômicos considerados hiperinflacionários devem ter suas demonstrações contábeis corrigidas para considerar os efeitos da inflação.

Uma economia é considerada hiperinflacionária quando certas características qualitativas e quantitativas estão presentes. Estas características incluem dentre outras, comportamento da população em relação à moeda local, indexação de preços a índice da inflação e nível de inflação acumulada nos últimos três anos (igual ou superior a 100%).

Todos os ativos e passivos não-monetários são corrigidos, utilizando um índice de inflação apropriado. Este índice deve ser utilizado consistentemente por todas as entidades operando no mesmo ambiente econômico.

Os ativos e passivos monetários não são corrigidos, uma vez que já estão expressos em moeda de poder aquisitivo da data do balanço.

Os ganhos e perdas que surgem da exposição dos itens monetários do balanço à inflação são apresentados na demonstração do resultado.

Todas as demonstrações contábeis, incluindo a demonstração das origens e aplicações de recursos, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa, devem ser corrigidas por conta dos efeitos da hiperinflação a partir do ano em que se identifica a situação de hiperinflação. Para estarem comparativas com as cifras do ano corrente, as cifras do ano anterior devem ser corrigidas.

Quando uma economia deixa de ser considerada como hiperinflacionária e uma entidade descontinua a aplicação dos conceitos desta norma, a entidade pára de corrigir seus ativos e passivos não-monetários, e os valores existentes passam a ser tratados como custo histórico.

#### **2.4.29. Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e instituições financeiras similares**

A Norma IAS 30 define a “apresentação e divulgação adequada para bancos e instituições financeiras similares, como complemento aos requisitos de outro IFRS” corroborado por Deloitte (2007, p. 64). Esta norma está sendo substituída pelo IFRS 7.

No exposto pelo CFC (2006, p 39), tem-se que:

O IAS 30 é uma norma que trata exclusivamente de aspectos de divulgações aplicáveis a bancos e instituições financeiras similares. Todas as normas internacionais são aplicáveis igualmente para uma entidade independente se esta entidade é uma indústria ou uma instituição financeira. Algumas normas podem tratar eventuais diferenças, por conta das características de certas atividades, em seus textos. Entretanto, no caso específico de bancos e instituições financeiras similares, o IAS 30 trás requerimentos específicos de divulgação para estas instituições.

Banco ou instituição financeira similar deve divulgar as seguintes informações:

- Receitas, despesas e itens de balanço conforme a sua natureza.
- Itens que compõem o balanço patrimonial, em ordem de liquidez.
- O valor justo para cada classe de ativos e passivos consiste nos requerimentos para outros instrumentos financeiros.
- Análise de ativos e passivos considerando o seu prazo de vencimento/renegociação.
- Concentração significativa de ativos e passivos por área geográfica, cliente ou grupo de indústria ou outras concentrações de risco.
- Detalhes de perda com empréstimos.

#### **2.4.30. Participação em *joint ventures***

A IAS 31 aborda, segundo Deloitte (2007, p.31), “o tratamento contábil exigido para participação em *joint ventures*, independente da estrutura ou da forma jurídica das atividades da *joint venture*.”

Refletido por CFC (2006, p.40):

Uma *joint venture* é um acordo contratual pelo qual duas ou mais partes empreendedores ou “venturers” empreendem uma atividade econômica, sujeita a um controle conjunto.

Controle conjunto é definido como uma partilha estabelecida em contrato do controle de uma atividade econômica. Um *venturer* deve contabilizar seu investimento considerando o tipo de *joint venture*: operações controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e entidades controladas em conjunto.

A entidade controlada em conjunto, que é o tipo mais comum em que os sócios controladores incluem em suas demonstrações contábeis consolidadas sua participação na investida utilizando o método de equivalência patrimonial ou a consolidação proporcional.

O investidor deve mensurar o investimento pelo valor justo contribuído, incluindo dos itens não-monetários na formação da *joint venture*.

Se itens não-monetários são transferidos para a *joint venture*, ganhos e perdas são reconhecidos à medida que os riscos e benefícios relacionados àqueles itens tenham sido transferidos para a *joint venture*, e os ganhos e perdas possam ser mensurados de maneira confiável.

Quando os ativos contribuídos na *joint venture* por um dos *venturers* são similares aos ativos contribuídos pelo outro *venturer*, ganhos e perdas não devem ser reconhecidos. Se o *venturer* recebe valor adicional na forma de caixa ou algum ativo não-monetário não-similar do contribuído por ele, uma parcela do ganho na transação deve se reconhecer pelo *venturer* como receita. Ganhos e perdas não realizados relacionados com itens não-monetários devem ser apresentados reduzindo/aumentando o valor dos ativos nas demonstrações consolidadas.

#### 2.4.31. Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação

Para a IAS 32, tem-se, conforme Deloitte (2007, p.66), os “princípios para a classificação e apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou patrimônio líquido; e a compensação de ativos e passivos financeiros.

Quando relatado por CFC (2006, p. 41):

- a) **Instrumento financeiro** é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade. Um instrumento financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da entidade quando esta se torna parte do contrato referido acima.
- b) **Ativo financeiro** é caixa, um instrumento patrimonial de outra entidade (ex: ações), um direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro ou de trocar ativos financeiros e passivos financeiros com outra entidade sob condições que são potencialmente favoráveis para a entidade e contratos onde a liquidação se dará pelo recebimento de instrumentos patrimoniais da própria entidade obedecidas certas condições; (Exemplos: contas a receber empréstimos concedidos, *swaps* movendo favoravelmente, opções compradas, ações, etc.).
- c) **Passivo financeiro** é uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro ou de trocar ativos financeiros e passivos financeiros com outra entidade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a entidade e contratos onde a liquidação se dará pela entrega de instrumentos patrimoniais da própria entidade obedecidas certas condições (Exemplos: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, *swaps* movendo desfavoravelmente, etc.).

- d) **Instrumento patrimonial** qualquer contrato que evidencie uma participação residual nos ativos de uma entidade depois de deduzidos seus passivos. (Exemplos: ações).
- e) **Classificação entre instrumento de dívida e instrumento patrimonial** Um instrumento financeiro é classificado como de dívida ou patrimonial dependendo basicamente dos seguintes fatores:
- a substância do instrumento deve prevalecer sob a forma (ex: o fato de o instrumento ser chamado de "ação" não o classifica automaticamente como um instrumento patrimonial);
  - a característica principal para um instrumento ser classificado como de dívida é uma obrigação de pagar caixa ou trocar outro instrumento financeiro sob condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
  - quando um instrumento financeiro tiver um componente passivo e um componente de patrimônio, estes dois componentes devem ser contabilizados separadamente;
  - derivativos nas próprias ações são tratados como derivativos se eles contêm um direito ou uma obrigação de ser liquidado pelo líquido em caixa ou ações ou onde eles podem ser liquidados pela entrega de um número variável das próprias ações.
- f) **Divulgações** - A norma é mais relevante no que se refere a requerimentos de divulgação aplicáveis a instrumentos financeiros:
- Classes dos instrumentos financeiros (ex: pelo valor justo e pelo custo amortizado), incluindo o formato da divulgação e sua localização nas demonstrações contábeis.
  - Política de administração de risco e atividades de proteção (*hedge*);
  - Termos, condições e políticas contábeis.
  - Riscos de mercado (moeda, valor justo e preço), crédito, liquidez e fluxo de caixa.
  - Valor justo e sua forma de determinação; e outras divulgações.
- g) **Exclusões do escopo da norma** - Estão fora do escopo da norma os seguintes instrumentos financeiros:
- Investimentos em subsidiárias, coligadas ou controladas em conjunto.

- Valores a pagar ou receber de *leasing*; Impostos a pagar; Benefícios a empregados.
- Derivativos relacionados com contratos de compra de produtos para o uso próprio da entidade, atendidos certos critérios.
- Garantias financeiras para compensar perdas de quem tem a garantia.
- Contratos de seguros.
- Derivativos relacionados ao clima.

#### **2.4.32. Lucro por ação**

Deloitte (2006, p. 68) refere-se a IAS 33 para estabelecer os “[...] princípios para a apuração e a apresentação do Lucro Por Ação (LPA) de forma a melhorar as comparações de desempenho das entidades no mesmo período e entre diferentes períodos [...]”.

Segundo CFC (2006, p.44):

As entidades com ações ou ações potenciais negociadas no mercado aberto e as entidades que estão em processo de efetuar oferta pública de ações ou ações potenciais devem divulgar na demonstração do resultado, o resultado por ação básico e diluído.

As informações solicitadas por esta norma só precisam ser apresentadas com base nas informações consolidadas, quando as demonstrações contábeis da controladora são apresentadas juntamente com as consolidadas.

O resultado por ação básico deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

São consideradas ações potenciais todos os instrumentos ou contratos que podem resultar na emissão de ações. Uma entidade deve calcular o lucro por ação diluído, considerando o resultado líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais.

As cifras comparativas devem ser ajustadas para refletir capitalizações, emissão de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se estas alterações ocorrerem após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão das demonstrações contábeis,



os cálculos por ação daquelas e de quaisquer demonstrações contábeis de períodos anteriores apresentadas devem ser baseados no novo número de ações.

#### **2.4.33. Relatórios financeiros intermediários**

A IAS 34 visa “definir o conteúdo mínimo dos relatórios financeiros intermediários (RFI) e os respectivos princípios de reconhecimento e a avaliação”, informa Deloitte (2007, p. 70).

Corroborando o CFC (2006, p.45) infere:

Aplicável quando a entidade for requerida, ou voluntariamente decidir divulgar relatórios financeiros intermediários de acordo com as IFRS.

As entidades que devem publicar relatórios financeiros intermediários, sua frequência e prazo de divulgação, após o encerramento do período interino, são estabelecidos pelos órgãos reguladores de cada país.

O relatório financeiro intermediário poderá ser divulgado contendo um conjunto completo ou condensado de demonstrações contábeis, referentes a um período de tempo menor (interino ou intermediário) do que um exercício social de uma entidade.

Um conjunto completo de demonstrações contábeis intermediárias devem ser preparadas de acordo com o IAS 1, e apresentar uma afirmação de cumprimento com os requerimentos das IFRS.

Demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em formato condensado, os requerimentos do IAS 34 devem ser aplicados. Adicionalmente, deve-se divulgar que as demonstrações contábeis condensadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 e não com as IFRS, uma vez que nem todos os IFRS são cumpridos (ex.: IAS 1).

O conteúdo mínimo de um relatório financeiro intermediário condensado compreende: balanço patrimonial condensado, demonstração condensada de resultado, demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido, demonstração condensada dos fluxos de caixa e notas explicativas selecionadas.

Estabelece os períodos comparativos para os quais os relatórios financeiros intermediários são requeridos.

A materialidade a ser considerada para fins de contabilização, mensuração, classificação ou divulgação deve ser estabelecida com base no período, interino, objeto do relatório.

As notas explicativas dos relatórios financeiros intermediários devem fornecer informações sobre as transações e eventos mais significativos para o entendimento das mudanças ocorridas desde a última demonstração financeira anual.

As práticas contábeis devem ser as mesmas utilizadas na elaboração da demonstração contábil anual.

Receitas que forem sazonais cíclicas ou ocasionais, não devem ser antecipadas ou diferidas em uma data interina, caso a antecipação ou deferimento não seja apropriada no final do exercício.

Custos que incorram de forma oscilatória durante o exercício, devem ser antecipados ou diferidos para fins de informação financeira interina, somente quando a antecipação ou o deferimento de tais custos também forem apropriados no final do exercício.

Uma mudança de política contábil que não esteja diretamente relacionada à aplicação de uma nova norma (cuja transição esteja prescrita na própria norma) requer a correção das demonstrações contábeis dos períodos intermediários anteriores, apresentados como informações comparativas.

#### **2.4.34. Perda no valor recuperável de ativos**

A IAS 36 como afirma Deloitte (2007, p.71), aponta “que os ativos não são registrados acima do seu valor recuperável e estabelecer como esse valor recuperável é apurado”.

Assim o CFC (2006, p. 47) apresenta:

Essa norma deve ser aplicada na análise de recuperação de todos os ativos não financeiros exceto para estoques, ativos originados por contratos de construção, imposto de renda diferido ativo, ativos relacionados com benefícios a empregados, propriedades imobiliárias para investimentos e ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola.

A administração deve analisar se existem indicações de que o valor contábil de um ativo não será recuperado, na data de cada balanço patrimonial a ser publicado pela entidade, devendo estimar o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final de sua vida útil. A taxa de desconto deve refletir um prêmio de mercado apropriado para os riscos inerentes aos fluxos de caixa.

Independente da existência de indicação de não-recuperação de seu valor contábil, saldos de: ágio originado de combinação de negócios, ativos intangíveis com

vida útil indefinida e ativos intangíveis que ainda não estejam prontos para utilização devem ter sua recuperação testada, no mínimo, anualmente.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, a entidade deverá reconhecer uma redução no saldo contábil deste ativo (*impairment*). Para os ativos registrados ao custo, a redução no valor recuperável deve ser registrada no resultado do período.

Para os ativos reavaliados, a redução deverá ser registrada em conta de reserva de reavaliação.

Se não for possível determinar o montante recuperável de um ativo individualmente, o teste de recuperação deve ser efetuado, determinando-se o montante recuperável do grupo de ativos pertencentes à mesma unidade geradora de caixa.

Com exceção da redução no valor do ágio, como resultado de teste de recuperação, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. Nestas circunstâncias, está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, caso a redução não tivesse sido registrada.

As perdas e reversões de perdas anteriormente reconhecidas por grupo de ativos e por segmento devem ser divulgadas (caso seja aplicada a IAS 14 Informação Financeira por Segmento).

#### **2.4.35. Provisões e passivos e ativos contingentes**

Para Deloitte, (2007, p. 73), a IAS 37 “estabelece critérios de reconhecimento e bases de avaliação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e assegurar que é divulgada informação suficiente nas notas explicativas que permita aos usuários entender a sua natureza, o seu prazo e o seu valor”.

De acordo com CFC (2006, p.49):

Uma provisão deve ser reconhecida quando uma entidade tiver uma obrigação atual (legal ou implícita), como consequência de algum evento passado, for provável que um desembolso de recursos será exigido para liquidar a obrigação e puder ser feita uma estimativa confiável sobre o montante da obrigação.

O montante reconhecido como uma provisão deve ser a melhor estimativa dos desembolsos exigidos para liquidar a obrigação atual na data do balanço.

A cada data de balanço as provisões devem ser revisadas e ajustada para refletir a melhor estimativa atual.

As provisões têm sua utilização limitada aos propósitos para que foram originalmente reconhecidas.

Os passivos contingentes surgem quando:

- a) Há uma obrigação possível, que surge de eventos passados e cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, que não estejam totalmente sob o controle da entidade; ou
- b) Há uma obrigação atual, que surge de eventos passados, e seja improvável que uma saída de recursos contendo benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- c) O valor da obrigação não pode ser mensurado de maneira suficientemente confiável.

Os passivos contingentes devem ser divulgados de modo compreensivo nas demonstrações contábeis, a menos que uma saída de recursos seja considerada remota.

Quando a entrada de benefícios econômicos é provável, porém incerta, os ativos contingentes surgem, sua existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da entidade.

Quando for provável uma entrada de benefícios econômicos, os ativos contingentes devem ser divulgados.

#### **2.4.36. Ativos Intangíveis**

Segundo Deloitte (2007, p. 75), a IAS 38 “define o tratamento contábil de reconhecimento, avaliação e divulgação de todos os ativos intangíveis que não sejam especificamente tratados em outro IFRS”.

Conforme o exposto por CFC (2006, p. 50), ativos intangíveis:

São ativos não-monetários e sem substância física: *software*, patentes, direitos autorais, lista de clientes, licenças, concessões, relacionamento com clientes, pesquisa e desenvolvimento, etc.

Custos para a obtenção de um item de ativo intangível que não atinjam os requerimentos para reconhecimento contábil devem ser registrados diretamente como despesa no resultado do exercício. Ativos intangíveis identificados em combinações de

negócios que não cumpram com os requerimentos da norma são registrados como parte do ágio originado da transação.

Custos de pesquisa devem ser registrados como despesa quando incorridos, já que nesta fase não é possível estimar se o projeto será concluído e se serão obtidos benefícios econômicos no futuro.

Custos de desenvolvimento devem ser capitalizados quando certos critérios específicos apresentados na norma são cumpridos pelo projeto e pela entidade. Tais critérios requerem que a administração demonstre:

- (i) as viabilidades: técnica para concluir o projeto e comercial do produto ou serviço desenvolvidos;
- (ii) sua intenção em completar o projeto em questão;
- (iii) sua habilidade em usar ou comercializar o ativo;
- (iv) de que forma o ativo irá gerar benefícios econômicos à entidade;
- (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros ou quaisquer outros necessários para a conclusão do projeto; e
- (vi) sua capacidade de mensurar os custos incorridos com o projeto na fase de desenvolvimento.

Os custos incorridos com o projeto de desenvolvimento devem ser registrados como despesa, caso algum dos critérios acima não seja cumprido.

Não devem ser reconhecidos como ativos: ágio, marcas, títulos de publicação, lista de clientes, custos de iniciação de negócios, custos de treinamento, custos de propaganda, e custos de realocação gerados internamente.

Ativos intangíveis, inclusive pesquisa e desenvolvimento em curso, adquiridos em uma combinação de negócios, devem ser reconhecidos separadamente do ágio quando surgirem como resultado de direitos contratuais ou legais, ou forem separáveis da entidade, podendo ser vendidos, alugados, permutados, etc., sem que a entidade tenha sua existência comprometida.

Projetos de pesquisa e desenvolvimento adquiridos de outras entidades ou em combinação de negócios, são registrados como ativo a seu valor justo. Custos adicionais incorridos com tais projetos somente podem ser capitalizados quando cumpridos os requerimentos de (i) a (vi) acima, a título de projetos de desenvolvimento.

A vida útil de cada ativo intangível deve ser determinada com base no período em que se espera que benefícios econômicos sejam obtidos dos ativos, prazo pelo qual o custo do ativo deve ser amortizado. Essa vida útil pode se estimada como indefinida quando o período durante o qual a entidade estima que irá obter benefícios econômicos originados pelo mesmo for tão longo que a administração não consiga determinar seu termo, o que não significa que a vida útil do ativo é infinita.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas sua recuperação deve ser testada, no mínimo, anualmente e também sempre que houver indicação de problema de recuperação do valor contábil. Montante recuperável menor que o montante registrado indica uma perda na recuperação desse ativo. A avaliação deve considerar também se o intangível continua a ter uma vida útil indefinida. Alteração na vida útil de indefinida para definida indica problemas com a recuperação esperada do ativo.

Ativos intangíveis são geralmente contabilizados a custo histórico, deduzidos de amortização e perda por problemas com recuperação de ativo. Quando um ativo intangível for cotado a preço de mercado em um mercado ativo, é permitida a escolha de uma prática contábil de reavaliação. Sob o modelo de reavaliação, o ativo é registrado ao montante reavaliado menos a amortização subsequente.

Gastos subsequentes em um ativo intangível após sua aquisição ou término são reconhecidos como uma despesa.

#### **2.4.37. Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração**

A IAS 39 “estabelece os princípios de reconhecimento, baixa e avaliação de ativos e passivos financeiros”, nas informações de Deloitte (2007, p. 78).

Conforme sumário do CFC (2006, p.53), esta norma deve ser lida em conjunto com a norma IAS 32, que dá as principais definições com relação a instrumentos financeiros.

##### **Reconhecimento Inicial e Classificação:**

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, que será o valor justo do que foi entregue (no caso de um ativo) ou do que foi recebido (no caso de um passivo). Quando houver diferença entre eles, essa diferença deve ser analisada e contabilizada segundo a sua essência. O valor justo inicial de um ativo ou passivo financeiro deve incluir os custos da transação, a menos que eles sejam mensurados subsequentemente pelo valor justo com contra partida no resultado.

##### **Classificação dos ativos financeiros:**

- a) **Ativos financeiros ao valor justo contra resultado** – subdivididos em duas subcategorias:
  - **Os ativos mantidos para negociação** são os que foram adquiridos ou gerados pela entidade com o intuito de negociação no curto prazo ou aqueles ativos que fazem parte de um classe de ativos que tem estas

características. Instrumentos financeiros derivativos são classificados nesta categoria, a menos que eles sejam designados como instrumento de *hedge*.

- **Os ativos designados** são os que somente no momento de seu reconhecimento inicial a entidade decidiu por classificar nesta categoria de valor justo contra o resultado.
- b) **Empréstimos e recebíveis** inclui ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não sejam quotados em um mercado considerado ativo pelos critérios da norma. Ativos com estas características, mesmo que adquiridos no mercado, desde que não sejam quotados em um mercado ativo, também são classificados nesta categoria.
- c) **Ativos mantidos até o vencimento** são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, com data de vencimento, que uma entidade tenha a capacidade e a intenção de mantê-los até o vencimento. Quando ocorre a venda/reclassificação de mais do que uma insignificante porção do investimento, a entidade é obrigada a reclassificar todos os ativos financeiros classificados desta categoria para a categoria de disponíveis para venda. A entidade não pode classificar nenhum outro ativo financeiro nesta categoria até o final do segundo ano subsequente ao ano da venda/reclassificação.
- d) **Ativos financeiros disponíveis para venda** todos os ativos financeiros que não tenham sido classificados nas categorias referidas acima. A entidade também tem o direito de designar, no momento inicial do reconhecimento do ativo financeiro, este ativo na categoria de disponível para venda, desde que não atenda à definição de valor justo contra resultado.

Classificação dos passivos financeiros:

- a) **Passivos financeiros ao valor justo contra o resultado** são aqueles que atendam à definição de passivos mantidos para negociação ou que tenham sido designados para esta categoria no momento inicial de seu reconhecimento (passivos designados).
- b) **Outros passivos financeiros** todos os passivos financeiros que não sejam classificados nesta categoria de valor justo contra resultado devem ser classificados como em outros passivos financeiros.

A classificação correta determina a forma de mensuração subsequente do instrumento financeiro depende da sua classificação:

- a) Ativos financeiros

- **Ativos pelo valor justo contra o resultado**, valor justo com contrapartida no resultado.
- **Empréstimos e recebíveis**, custo amortizado e contrapartida no resultado.
- **Mantidos até o vencimento**, custo amortizado e contra partida no resultado.
- **Disponíveis para venda**, valor justo contra patrimônio líquido.

b) Passivos financeiros

- **Passivos pelo valor justo contra o resultado**, valor justo com contrapartida no resultado.
- **Outros passivos financeiros**, custo amortizado e contrapartida no resultado.
- Derivativos são sempre classificados como ativos e passivos pelo valor justo contra o resultado, exceto no caso do instrumento se qualificar como instrumento de proteção (*hedging instrument*) em um *hedge* de fluxo de caixa.

Instrumento Financeiro Híbrido (IFH) O emissor deste instrumento que contém um direito a converter o IFH em instrumento de patrimônio deveria identificar os componente do IFH e alocá-los entre passivo e patrimônio líquido.

Derivativos Embutidos – Derivativos embutidos em contratos que não estejam altamente relacionado com o contrato em si devem ser separados deste contrato e contabilizados como um derivativo isolado. O contrato precisa ser dividido em contrato-mãe e derivativo. O derivativo deve ser contabilizado pelo valor justo contra o resultado, exceto se utilizado como *hedging instrument* em um *hedge* de fluxo de caixa.

Baixa de Ativos Financeiros - O IFRS trabalha com modelo baseado em um fluxo de decisões para determinar se um ativo deve ou não ser baixado em uma transação. Essa análise pode ser assim resumida:

- Se envolveu uma entidade de propósito específico, ela deve ser consolidada?
- Os direitos ao fluxo de caixa do ativo em análise expiraram?
- Os direitos ao fluxo de caixa do ativo foram transferidos?
- A entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios? Ou
- A entidade reteve substancialmente todos os riscos e benefícios?
- A entidade reteve o controle sobre o ativo?

Contabilização de Operações de *Hedge* (*hedge accounting*):



O IFRS impõe certas regras rígidas para que o hedge accounting possa ser utilizado. Para uma entidade aplicar hedge *accounting* ela deve ter a documentação completa no momento do início da contabilização identificando o item e o risco sendo protegido, o instrumento utilizado para efetuar a proteção, e as políticas de administração de risco e estratégia. A administração deve provar que o *hedge* protege a entidade contra o risco identificado tanto retrospectivamente quanto prospectivamente (efetividade esperada). Essa efetividade pressupõe que o risco sendo protegido seja razoavelmente eliminado dentro de um "corredor" entre 80% e 125% (*overhedge*). Se a compensação dos riscos ficar fora desta margem, o *hedge accounting* deve ser descontinuado retrospectivamente a data em que ele foi pela última vez considerado efetivo.

Os tipos de *hedge* definidos na norma internacional são:

- **Hedge de fluxo de caixa** - retarda o efeito da variação do valor justo do *hedging instrument* no patrimônio até que a transação sendo protegida afete o resultado.
- **Hedge de valor justo** - os efeitos na variação do valor justo do item sendo protegido (*hedged item*) são antecipados para o período em que as variações do correspondente instrumento de *hedge* afetam o resultado.
- **Hedge de investimento líquido** - em uma operação no exterior, a variação do valor justo do *hedging instrument* é lançada contra a reserva do patrimônio líquido onde são lançados os ganhos e perdas na tradução do investimento no exterior (CTA).

#### 2.4.38. Investimento imobiliário

Deloitte (2007, p.83) infere sobre a IAS 40 que estabelece “o tratamento contábil de investimentos imobiliários e respectivas divulgações”.

No conteúdo de CFC (2006, p.58), propriedades para investimentos são imóveis mantidos por uma entidade para obter rendimentos e/ou valorização, distinguem-se do ativo imobilizado por não serem para uso próprio.

Sendo o imóvel utilizado para investimento e, ao mesmo tempo, para uso próprio, deverá ser contabilizado parte em propriedades para investimento e parte em ativo imobilizado.

O custo inicial e eventuais custos subsequentes de uma propriedade para investimento são tratados de maneira similar aos de um ativo imobilizado. A diferença de tratamento fica por conta da mensuração subsequente. Subseqüentemente, a entidade pode optar entre manter uma propriedade para investimento mensurada ao custo histórico menos depreciação, similar a um ativo imobilizado, ou pelo valor justo.

No caso do modelo do valor justo, os ganhos e perdas apurados nas avaliações periódicas são lançados contra o resultado. Não há determinação de período mínimo para avaliação, mas é provável que esta tenha que ser feita anualmente considerando mudanças no valor justo.

Mesmo optando pelo método do custo histórico menos depreciação e redução por perda (*impairment*), a administração da entidade tem a obrigação de divulgar o valor justo da propriedade.

Dentre as informações que o IAS 40 requer que a entidade divulgue estão:

- a) Receita gerada pela propriedades para investimento.
- b) Métodos e premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Especialmente com relação a entidades optando pelo modelo de valor justo, as seguintes divulgações adicionais devem ser feitas:

- a) Movimentação dos saldos de propriedades para investimento.
- b) Se um avaliador independente foi utilizado na determinação do valor justo.

Ainda, a divulgação de informação adicional é necessária quando o valor justo para alguma propriedade para investimento não puder ser determinado e quando contratos de *leasing*, sejam financeiros ou operacionais, estão envolvidos.

#### **2.4.39. Agricultura**

Para Deloitte (2007, p.84), a IAS 41 define as “regras contábeis para a atividade agrícola – a administração de transformação de um ativo biológico (plantas e animais vivos) em produtos agrícolas”.

Utilizando-se de CFC (2006, p.60) para mensurar ativos biológicos, utiliza-se o valor justo menos os custos necessários para sua venda. Em decorrência da valorização destes ativos, os ganhos e perdas devem ser lançados contra o resultado do período. Também são tratadas como ativos biológicos as produções agrícolas e valorizadas pelo valor justo até o ponto de colheita. O valor justo na data da colheita passa a ser o custo histórico dessa produção agrícola que deve ser tratada de acordo com a norma de contabilização de estoques (IAS 2).

Para a venda de um ativo biológico, incluem-se nos custos comissões pagas a intermediários e tributos associados à transação de venda/transferência. Não são incluídos custos de transporte e outros necessários para colocar os ativos no mercado.

O valor justo destes ativos biológicos é o valor de cotação desses ativos disponíveis em um mercado ativo.

Se um mercado ativo não existir para o produto, a seguinte hierarquia deve ser respeitada na determinação do valor justo: (i) transações recentes; (ii) valor de mercado para ativos similares; ou (iii) alguma outra medida de mercado que possa ser trabalhada para auxiliar na determinação do valor justo.

A seguir passa-se à metodologia e, em seguida à análise dos dados referentes à pesquisa.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo exploratório quanto aos seus objetivos, visando tornar mais visível as diferenças entre pressupostos teóricos e empíricos sobre a harmonização das normas contábeis. Para tanto, o seu delineamento se configura como sendo documental com levantamento de dados em sua modalidade socioeconômica.

Quanto à abordagem, caracteriza-se como sendo do tipo misto (qualitativo/quantitativo). De acordo com Beuren e Raupp (2006), a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade dessa abordagem. Por sua vez, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

#### 3.2. UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

A estatística aplicada é a técnica pelas quais os dados de natureza quantitativa são coletados, organizados, apresentados e analisados, como explica Kazmier (1982). Para tomada de decisões sob condições de incerteza como ponto central da análise estatística moderna é fundamental conhecer o objeto em estudo, assim como seu ambiente.

Diante disso, tem-se como ambiente a BOVESPA e como objeto de pesquisa as empresas que lá negociam seus títulos. Lopes e Martins (2005, p. 9) corroboram com a idéia de que este é um dos ambientes mais propícios para o estudo em Contabilidade.

O papel da informação da contábil nos mercados financeiros é uma das áreas mais estudadas na academia de contabilidade. O mercado financeiro é um dos maiores usuários da informação contábil por intermédio de analistas, corretoras, investidores institucionais e individuais, bancos de investimentos e outros agentes.

Sob este cenário, o mercado financeiro transforma-se em um “laboratório” para o teste do papel da contabilidade e de como essas informações interagem com os participantes desse próprio mercado. Teorias podem ser testadas e a tradicional abordagem normativa pode ser abandonada, pelo menos nesse nível.

O universo da pesquisa é constituído por 574 empresas de acordo com o sítio eletrônico da BOVESPA, em 10 de agosto de 2008. Para o estudo, foi utilizado uma amostra não probabilística, em que a seleção da amostra é estabelecida de acordo com os critérios escolhidos pelo pesquisador. Assim tem-se o que se chama de uma amostra por conveniência que neste estudo faz-se necessário pela representatividade das empresas.

Optou-se pela escolha de um dos índices da BOVESPA, para conceber um conjunto amostral de empresas, pois existe um grande número delas que não possuem liquidez em seus papéis, ou seja, não há oferta e/ou demanda. Não obstante, procurou-se manter certo grau de confiabilidade com a determinação do conjunto amostral de empresas a ser estudado que se apresentassem entre as mais negociadas da Bolsa.

| N. | Empresa      | Setor                                   | N. | Empresa      | Setor  |
|----|--------------|---|----|--------------|--|
| 01 | ALL AMER LAT | Transporte Ferroviário                  | 24 | GOL          | Transporte Aéreo   |
| 02 | AMBEV        | Bebidas                                 | 25 | ITAUBANCO    | Intermediários Financeiros / Bancos                      |
| 03 | ARACRUZ      | Papel e Celulose                        | 26 | ITAUSA       | Intermediários Financeiros / Bancos                      |
| 04 | B2W VAREJO   | Comércio / Produtos Diversos            | 27 | JBS          | Carnes e Derivados                                       |
| 05 | BMF BOVESPA  | Serviços Financeiros Diversos           | 28 | LOJAS AMERIC | Comércio / Produtos Diversos                             |
| 06 | BRADESCO     | Intermediários Financeiros / Bancos     | 29 | LOJAS RENNER | Comércio / Tecidos, Vestuário e Calçados                 |
| 07 | BRADSPAR     | Holdings Diversificadas                 | 30 | NATURA       | Produtos de uso Pessoal                                  |
| 08 | B. BRASIL    | Financeiro e Outros                     | 31 | NET          | Televisão por Assinatura                                 |
| 09 | BRASKEM      | Materiais Básico/ Químico/ Petroquímico | 32 | P.ACUCAR-CBD | Comércio e Distribuição / Alimentos                      |
| 10 | CCR RODOVIAS | Exploração de Rodovias                  | 33 | PERDIGAO S/A | Carnes e Derivados                                       |
| 11 | CEMIG        | Energia Elétrica                        | 34 | PETROBRAS    | Petróleo, Gás e Biocombustíveis / Exploração e/ou Refino |
| 12 | CESP         | Energia Elétrica                        | 35 | REDECARD     | Serviços Financeiros Diversos                            |
| 13 | COPEL        | Energia Elétrica                        | 36 | ROSSI RESID  | Construção Civil   |
| 14 | COSAN        | Açúcar e Alcool                         | 37 | SADIA S/A    | Carnes e Derivados                                       |
| 15 | CPFL ENERGIA | Energia Elétrica                        | 38 | SID NACIONAL | Siderurgia e Metalurgia                                  |
| 16 | CYRELA REALT | Construção Civil                        | 39 | TAM S/A      | Transporte Aéreo   |
| 17 | DURATEX      | Madeira                                 | 40 | TELEMAR      | Telefonia Fixa   |
| 18 | ELETROBRAS   | Energia Elétrica                        | 41 | TIM PART S/A | Telefonia Móvel  |
| 19 | ELETROPAULO  | Energia Elétrica                        | 42 | UNIBANCO     | Intermediários Financeiros / Bancos                      |
| 20 | EMBRAER      | Materiais Aeronáuticos                  | 43 | USIMINAS     | Siderurgia e Metalurgia                                  |

|    |            |                         |    |             |                               |
|----|------------|-------------------------|----|-------------|-------------------------------|
| 21 | GAFISA     | Construção Civil        | 44 | V C P       | Papel e Celulose              |
| 22 | GERDAU     | Siderurgia e Metalurgia | 45 | VALE R DOCE | Mineração / Minerais Metálico |
| 23 | GERDAU MET | Siderurgia e Metalurgia | 46 | VIVO        | Telefonia Móvel               |

**Quadro 4** – Carteira com as empresas do IBRX-50 para o quadrimestre set/dez de 2008.

Fonte: Adaptado da BOVESPA ([www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br))

O Índice IBRX-50 é composto das 50 ações entre as mais negociadas nos pregões da BOVESPA. A composição do Índice para o presente estudo é datada de 12 de setembro de 2008, que, para efeitos da pesquisa, levam-se em consideração apenas as empresas que compõem o Índice, totalizando 46 para o quadrimestre, conforme Quadro 4. A seguir é descrito os procedimentos para a coleta dos dados e a sua interpretação.

### 3.3. PROCEDIMENTO PARA COLETA DOS DADOS

Segundo Gil (2007), as pesquisas documentais têm como finalidade dar um tratamento analítico a materiais que não o receberam, ou reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, apresentando-se, assim, conveniente porque permite aproximação direta com o evento pesquisado e também pela dinamicidade com os instrumentos de coleta de dados, facilitando a consecução da pesquisa e seus objetivos.

Já para Lakatos (2000), a pesquisa documental possui como característica a coleta de dados restrita aos documentos. Contudo deve-se ter claramente os objetivos a fim de escolher o tipo de documentação adequada às finalidades da pesquisa, observando o risco de serem inexatas, distorcidas ou errôneas.

A coleta de dados pertinente à pesquisa é realizada por meio de análise documental das notas explicativas contidas nas demonstrações contábeis apresentadas nas ITR (Informações Trimestrais) do segundo trimestre de 2008, das empresas listadas no IBRX-50 da Bolsa de Valores de São Paulo.

Lauretti (2003) expende que as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e por meio delas podem-se ter informações detalhadas sobre os eventos ocorridos na empresa dentro de um determinado período de tempo e que esse detalhamento faz com que os pedidos de esclarecimento por parte dos *stakeholders* sejam menores. A omissão de informações por parte da empresa caracteriza prova de incompetência ou de desonestidade intelectual ou de ambas, afirma Lauretti (2003).

A adoção do Índice e conseqüentemente da carteira de empresas se deve à sua relevância, pois a grande maioria das empresas que compõem o IBRX-50 também compõe os índices do IBOVESPA (o mais importante índice brasileiro), IBRX-100 (é o IBRX-50 com 50 empresas a mais), IGC (Índice de Governança Corporativa) e ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), estando as empresas entre as mais negociadas nos últimos doze meses anteriores à formação da carteira e entre as mais relevantes da Bolsa de Valores de São Paulo, contando com bons níveis de Governança Corporativa.

### 3.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos dados, foram codificados e depois tabulados para posteriormente serem analisados e interpretados.

Na análise, o pesquisador entra em detalhes sobre os dados coletados, a fim de conseguir respostas às suas indagações e procura estabelecer relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Uma vez que a interpretação significa a exposição do verdadeiro material apresentado em relação aos objetivos propostos e ao tema (LAKATOS e MARCONI, 2007).

Para melhor apresentação e auxiliar na análise e interpretação, foram utilizados gráficos, quadros, tabelas com a finalidade de buscar as respostas da pesquisa. Passa-se a apresentar a descrição e análise dos dados.

## **4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Neste capítulo, apresentam-se as características das empresas estudadas, as informações que possam gerar impactos no resultado ou patrimônio das empresas e os resultados desse efeito.

### **4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS**

A caracterização das 46 empresas é de autoria do periódico, *Análise* (2008), sofrendo adaptação para atender aos interesses da pesquisa.

#### **4.1.1. América Latina Logística (ALL)**

A ALL é a maior operadora logística com base ferroviária da América Latina. Oferece uma gama completa de serviços de logística, combinando as vantagens econômicas do transporte ferroviário com a flexibilidade do transporte por caminhão.

Fundada em 1997, quando a Ferrovia Sul Atlântico venceu o processo de privatização da malha Sul da Rede Ferroviária Federal e passou a operar a malha Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1998, assumiu as operações da malha Sul Paulista. Com a aquisição das ferrovias argentinas Ferrocarril Mesopotamio, General Urquiza e Ferrocarril Buenos Aires al Pacifico General San Martin. Em 1999, a empresa passou a adotar o nome de América Latina Logística.

A partir de 2004, ingressou no mercado de capitais. Em maio de 2006, com aquisição da Brasil Ferrovias e da Novoeste, consolidou sua posição de maior empresa ferroviária da América do Sul, passando a operar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

#### **4.1.2. Companhia de Bebida das Américas (AmBev)**

A AmBev é a maior indústria privada de bens de consumo do Brasil e uma das maiores cervejarias do mundo. A companhia foi criada em 1999, a partir da fusão das cervejarias Brahma e Antarctica. Em março de 2004, estabeleceu uma aliança com a



InBev, passando a ter operações na América do Norte com a incorporação da Labatt, empresa canadense. Entre as vantagens competitivas da AmBev, se destaca a eficiência em custos, a qualificação de seus colaboradores e sua cultura.

#### **4.1.3. Aracruz Celulose (ARACRUZ)**

A Aracruz é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. A companhia responde por 28% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis para impressão. Ela explora cerca de 340 mil hectares de florestas cultivadas em cinco estados. A Aracruz é a única empresa no mundo no setor de papel que integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) 2007, que destaca as melhores práticas em sustentabilidade corporativa no mundo.

#### **4.1.4. Companhia Global de Varejo (B2W)**

A B2W nasceu da aquisição da varejista *on-line* Submarino pelas Lojas Americanas, em dezembro de 2006. A sociedade comercializa, principalmente pela *internet*, bens e produtos diversos, no atacado e no varejo. Ela é responsável pelas marcas: Americanas.com, Shoptime, Submarino, Submarino Finance, B2W Viagens e Ingresso.com. Em julho de 2007, a B2W ingressou na BOVESPA por meio do Novo Mercado.

#### **4.1.5. BM&F Bovespa (BM&F BOVESPA)**

A Bovespa Holding surgiu, em 2007, a partir da cisão parcial da Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa, a fim de concentrar as participações societárias da própria Bovespa e da Companhia de Liquidação e Custódia (CBLC). As duas subsidiárias integrais da companhia, Bovespa e CBLC, detêm, em partes iguais, a participação societária da Bovespa Supervisão de Mercado (BSM), uma companhia sem fins lucrativos, responsável pela supervisão e fiscalização do mercado e seus participantes.

A Bovespa foi criada, inicialmente, como bolsa livre em 1980. Em 1960, alterou sua razão social para a atual, Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Em 1990, após modernizar o pregão viva-voz modernos sistemas eletrônicos, a Bovespa constituiu a CBLC, responsável pela liquidação e compensação das operações realizadas na Bovespa. Em 2000, a Bovespa realizou um processo de integração com as demais oito Bolsas de Valores existentes no País e tornou-se o único centro de negociação de ações do Brasil e a maior bolsa de valores da América Latina.

No ano de 2007, ocorreu uma reestruturação societária que resultou na criação da Bovespa Holding, companhia de capital aberto, desde outubro de 2007, que tem como subsidiárias integrais a Bovespa e a CBLC. Em março de 2008, a Bovespa Holding e a Bolsa de Mercados & Futuros (BM&F), bolsa brasileira de derivativos, anunciaram a fusão constituindo assim a terceira maior bolsa de valores do mundo e a segunda das Américas em valor de mercado com negócios diários.

#### **4.1.6. Banco Bradesco (BRADESCO)**

O Banco Bradesco foi fundado em 1943, no interior do estado de São Paulo. Oito anos depois, em 1951, já era o maior banco privado brasileiro por ativos, posição que só viria perder no final de 2006. O banco cresceu rapidamente pela expansão da sua rede e em duas aquisições, na década de 1970 e 1990. Com atuação forte apoiada no varejo, destaca-se no financiamento direto aos consumidores, com aumento de crédito e ampliação da sua atuação como banco de investimentos.

#### **4.1.7. Bradespar (BRADESPAR)**

A Bradespar surgiu em março de 2000, após a aprovação da cisão do Banco Bradesco, sendo transferida uma parcela do capital para a Bradespar S.A. O objetivo era concentrar os investimentos do Bradesco em empresas não financeiras, por meio de uma outra companhia.

#### **4.1.8. Banco do Brasil (BB)**

O Banco do Brasil é o primeiro banco constituído no Brasil, em 1808. Fundado pelo Rei D. João VI, por sugestão do conde de Linhares, Rodrigo de Sousa Coutinho, num conjunto de ações que visavam à criação de indústrias manufatureiras no Brasil, incluindo isenções de impostos para importação de matéria-prima e de exportação de produtos industrializados.

Funcionava como uma espécie de banco central misto. Contudo, com um vultoso saque e o retorno de D. João VI para Portugal, o banco veio a falir. Anos mais tarde, o Visconde de Mauá criou, em 1851, uma nova instituição denominada Banco do Brasil, com capital de 10.000 contos de réis. Esse valor era considerado elevado para a época e o mais vultoso entre os das sociedades existentes na América Latina. Em 1953, o Banco do Brasil se fundiria com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, por uma determinação legislativa liderada pelo Visconde de Itaboraí, considerado o fundador do Banco de hoje.

Atualmente ocupa posição de destaque no sistema financeiro nacional, sendo o primeiro em ativos financeiros, em volume de depósitos totais, em carteira de crédito, base de clientes (pessoas físicas), câmbio exportação, administração de recursos de terceiros (o maior da América Latina) e em faturamento de cartão de crédito.

#### **4.1.9. Braskem (BRASKEM)**

A Braskem surgiu em 1972, como Petroquímica do Nordeste Copene Ltda. com a finalidade de coordenar as atividades do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Passou a ser denominado Braskem em agosto de 2002, quando os grupos petroquímicos Odebrecht e Mariani, ambos do estado da Bahia, integraram suas operações no setor à Copene. A Braskem é líder no mercado latino-americano de resinas termoplásticas desde sua formação. A empresa está posicionada entre as três principais companhias industriais privadas do Brasil e entre as 20 maiores empresas exportadoras.

#### **4.1.10. Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR)**

A CCR foi constituída em setembro de 1998, por iniciativa de grandes construtoras brasileiras, como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Serveng-Civisan, visando administrar concessões de rodovias federais e estaduais. Administra cerca de 15% da malha rodoviária sob administração privada e 0,9% da malha brasileira.

#### **4.1.11. Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)**

A CEMIG foi fundada em 1952, pelo então governador do estado e ex-presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira. É uma das maiores concessionárias de energia elétrica do Brasil. Possui a maior extensão de rede de distribuição de energia da América Latina e uma das maiores do mundo.

#### **4.1.12. Companhia Energética de São Paulo (CESP)**

A CESP foi constituída em dezembro de 1966 e originou-se da fusão de 11 empresas do setor de energia elétrica, das quais cinco eram sociedades de economia mista e controladas pelo governo do estado de São Paulo. Em outubro de 1977, adotou a atual denominação e obteve o controle acionário da CPFL – Companhia Paulista Força e Luz. Em 1985, assumiu o controle da companhia COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo. A Cesp é a maior empresa de produção de energia do estado de São Paulo e a terceira do Brasil.

#### **4.1.13. Companhia Paranaense de Energia (COPEL)**

Criada pelo governo do estado do Paraná em 1954, com o objetivo de pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia em qualquer de suas formas principalmente a elétrica. A COPEL abriu seu capital em abril de 1994 e tornou-se a primeira do setor elétrico brasileiro a ter ações listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

#### **4.1.14. Cosan (COSAN)**

Surgiu em 2000, com a incorporação das usinas Costa Pinto, Santa Helena, São Francisco e Tamandupá. A COSAN é a maior indústria açucareira e de álcool do País, situa-se no estado de São Paulo. Encerra seu ano fiscal em abril por causa da safra de cana-de-açúcar.

#### **4.1.15. CPFL Energia (CPFL)**

Fundada originalmente em 1912, com o nome Companhia Paulista Força e Luz, como resultado da fusão de quatro pequenas empresas de energia que atuavam no interior paulista. A estrutura atual da companhia foi constituída em março de 2002 e, em 2004, abriu seu capital sendo líder em *market share* no seu segmento, com atuação em todo o território nacional.

#### **4.1.16. Cyrela Brazil Realty (CYRELA)**

A Cyrela Brazil Realty iniciou suas atividades no ano de 1962, atuando na incorporação e construção de edifícios residenciais, atualmente é a maior incorporadora de imóveis residenciais do Brasil, além de atuar na Argentina.

#### **4.1.17. Duratex (DURATEX)**

Fundada em 1951, já como companhia aberta, a Duratex é hoje líder no mercado brasileiro de painéis de madeira reconstituída e metais sanitários. Está entre as maiores empresas do segmento de louças sanitárias. É controlada pelo grupo Itaúsa, o segundo maior grupo econômico do País. A Duratex possui auto-suficiência no suprimento de madeira utilizada no processo de produção.

#### **4.1.18. Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS)**

A estatal Eletrobrás, fundada em 1962, é a principal empresa do setor elétrico brasileiro, a maior geradora de energia elétrica e a maior empresa de transmissão de energia elétrica. Seu primeiro registro na CVM é de 1971. Suas atribuições de reguladora e planejadora do setor elétrico foram reduzidas nos últimos anos, após a criação da agência reguladora do setor, a ANEEL, em 1999. A Eletrobrás é controladora de diversas empresas que estão entre as maiores geradoras estatais de energia do Brasil.

#### **4.1.19. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade São Paulo (ELETROPAULO)**

A Eletropaulo é uma das maiores distribuidoras de energia do Brasil. Depois de ser privatizada, em abril de 1998, e adquirida pela Lightgás, passando a ser administrada por um grupo de investidores. Em 2001, passou a ter uma nova composição acionária controlada pela AES *Corporation*.

#### **4.1.20. Empresa Brasileira Aeronáutica (EMBRAER)**

A EMBRAER foi constituída em 1969 pelo governo federal para desenvolver e produzir aeronaves para a Força Aérea Brasileira, mas passou a desenvolver aeronaves para a aviação civil nos anos de 1980. A empresa foi privatizada em 1994, e, em 2006, pulverizou seu capital na BOVESPA, passando a ser uma das poucas empresas brasileiras de controle pulverizado. A empresa disputa com a canadense Bombardier a liderança no mercado global de aeronaves de médio porte e é uma das mais importantes no comércio internacional aéreo.

#### **4.1.21. Gafisa (GAFISA)**

A Gafisa é uma das principais construtoras e incorporadoras do segmento residencial no Brasil. A empresa foi constituída em 1954, sob a razão social Gomes de Almeida Fernandes Ltda., com operações no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1997, o fundo *private equity* brasileiro GP Investimentos, que participa do controle da AmBev

e da Equatorial Energia, associou-se à empresa, resultando na criação de uma nova companhia, a Gafisa S.A. Em 2004, o GP elevou sua participação na empresa. Em 2006, a Gafisa ingressou na Bovespa por meio do Novo Mercado. Em 2007, por uma *join venture* entre a Gafisa e a Odebrecht, foi criado o Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A., a fim de realizar construções, incorporações e administrar empreendimentos residenciais de grande escala para o segmento de baixa renda.

#### **4.1.22. Gerdau (GERDAU) e Metalúrgica Gerdau (GERDAU MET)**

O grupo Gerdau é a maior siderúrgica brasileira em faturamento e o maior produtor de aços longos no continente americano, e o 13º maior grupo siderúrgico do mundo. Em 16 de janeiro de 1901, João Gerdau e seu filho abrem a fábrica de pregos Ponta de Paris em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Após alguns anos e modificações na estrutura da companhia, em 1947, é transformada em sociedade anônima, registrada na Bolsa de Valores de Porto Alegre e, em 1999, lança ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

#### **4.1.23. Gol Linhas Aéreas Inteligentes (GOL)**

Lançada em 2001, a Gol Linhas Aéreas surgiu a partir do Grupo Áurea, um dos líderes no transporte rodoviário de passageiros no Brasil, que pertence ao empresário Constantino de Oliveira. A empresa começou a operar em vôos comerciais de curtas distâncias, reduzindo ao mínimo as despesas com refeições a bordo e vendas de passagens e seguindo o conceito de empresas internacionais como Ryanair e JetBlue.

Em 2002, a empresa passou a operar na linha mais rentável do País, a ponte aérea Rio-São Paulo. Em 2004, ano da abertura de seu capital, ela inaugurou a primeira rota internacional, com destino a Buenos Aires, Argentina. A Gol ampliou sua participação no mercado com a quebra da concorrente Varig, e, no início de 2008, era a segunda maior empresa aérea brasileira.

#### **4.1.24. Banco Itaú Holding Financeira (ITAUBANCO)**

O Banco Itaú é o segundo maior banco privado brasileiro por ativos desde que adquiriu o *BankBoston*, subsidiária brasileira do *Bank of America*, no terceiro trimestre de 2006. Fundado em 1944, é o terceiro banco brasileiro por agências e uma das empresas com maior capitalização na Bolsa brasileira. É uma das poucas empresas nacionais cuja classificação de risco é superior a do Brasil.

#### **4.1.25. Investimentos Itaú (ITAUSA)**

A Itaúsa é o segundo maior conglomerado brasileiro e ocupa a 288ª posição dos maiores conglomerados do mundo, segundo a publicação *Fortune Global 500*. Foi o primeiro banco de investimento a se constituir no País, em 1965, e hoje é uma *holding* pura, criada para centralizar as decisões financeiras e estratégicas das empresas que controla. O conglomerado opera nas áreas de serviços financeiros e na área industrial. A empresa controla o maior banco privado por ativos, o Itaú, além das empresas Itaútec, Duratex e Elekeiroz.

#### **4.1.26. JBS (JBS)**

Quando foi criada em 1953, na cidade de Anápolis, em Goiás, a JBS contava com uma pequena unidade industrial de abate de gado, e nela eram abatidas cinco cabeças de gado por dia. No fim de 2007, a companhia possuía 21 unidades no Brasil e 5 na Argentina, com capacidade de abate de 22,6 mil cabeças de gado/dia e é a maior produtora e exportadora de carne bovina da América Latina.

#### **4.1.27. Lojas Americanas (LOJAS AMERICANAS)**

As Lojas Americanas foi fundada pelos americanos John Lee, Glen Matson, James Marshall e Batson Borger, que queriam lançar uma loja com produto a preços baixos. A empresa abriu seu capital nos anos de 1940. Hoje, ela possui 237 lojas e dois centros de distribuição em todo o País. No início dos anos de 1990, a empresa teve o seu controle adquirido por empresas ligadas ao grupo GP. Em 1999, ela passou a operar



vendas de produtos pela *internet*. Já era líder na área de televendas e *e-commerce* e tornou-se uma gigante do setor após a fusão com a empresa Submarino, em 2006. A companhia resultante da fusão B2W Companhia Global teve faturamento bruto de 800 milhões de dólares acumulado nos primeiros nove meses de 2006. Em 24 de janeiro de 2007, as Lojas Americanas firmou um acordo com Unibanco Empreendimentos e Participações S.A. e adquiriu 99,99% das ações representativas da BWU Comércio e Entretenimento S.A. que explora as atividades de locação e venda de DVDs e fitas VHS sob a marca Blockbuster no Brasil, em 127, lojas localizadas nos principais centros urbanos do País.

#### **4.1.28. Lojas Renner (RENNER)**

As Lojas Renner é uma das três maiores redes de lojas de departamento de vestuário no Brasil. Possui 95 lojas, sendo 88 lojas instaladas em *shopping centers* e sete em pontos centrais das principais cidades do Brasil. A empresa produz e vende roupas, calçados e moda íntima de qualidade para mulheres, homens, adolescentes e crianças sob 11 marcas próprias. O controle do capital acionário da empresa foi transferido, em 1998, para a cadeia americana de lojas de departamento JC Penney.

Após alguns anos, os americanos decidiram encerrar suas atividades no Brasil e venderam e pulverizaram o controle da empresa na Bovespa. Hoje, a Renner é uma das poucas empresas brasileiras que têm seu capital pulverizado.

#### **4.1.29. Natura (NATURA)**

A Natura é líder no mercado de cosméticos e produtos de higiene e perfumaria no Brasil. Muitos de seus produtos têm apelo socioambiental é ligado ao chamado consumo consciente, à maneira de empresas como The Body Shop e L'Occitane. Suas vendas são baseadas em um sistema porta-a-porta e são realizadas por 623 mil representantes, chamadas de consultoras. Fundada em uma garagem, em 1969, a empresa hoje expandiu suas atividades para Argentina, México e outros países da América Latina. Sua Oferta Pública Inicial de ações, em maio 2004, é considerada o marco inicial da retomada do mercado de capitais brasileiro. Em 2005, a empresa inaugurou a Casa Natura em Paris, para testar o mercado de cosméticos europeu. Suas

próximas metas são expandir suas atividades para outros países como, por exemplo, Estados Unidos. No segundo semestre de 2007, a Natura iniciou suas operações na Colômbia.

#### **4.1.30. Net (NET)**

A Net Serviços iniciou suas operações por meio da aquisição de diversas operadoras de televisão a cabo. Em 1997, o fundador vendeu sua participação para a Globopar, empresa ligada à Globo, maior grupo de mídia do Brasil. Hoje, a empresa é a maior operadora de televisão por assinatura na América Latina, baseando-se em número de assinantes e de lares conectados. Atua em 79 cidades do Brasil e é o maior provedor de acesso à *internet* em alta velocidade via *modem* a cabo. Sua rede de banda larga de cabos coaxiais e fibra óptica cobre cerca de 36 mil quilômetros, conectando aproximadamente 6,7 milhões de residências. Os seus principais serviços incluem a programação de televisão por assinatura e do tipo *pay-per-view*, cabo digital e serviços de *internet* banda larga. Em 2007, a Net Serviços adquiriu o controle da Vivax, empresa de TV a cabo que opera em 36 cidades do Brasil, e fechou o capital da companhia.

#### **4.1.31. Companhia Brasileira de Distribuição – CBD (PÃO DE AÇÚCAR)**

A Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), denominação social Pão de Açúcar, surgiu quando, em 1948, o imigrante português, Valentim dos Santos Dinis, fundou a doceria Pão de Açúcar. Na década de 1970, a empresa passou por uma expansão acelerada por meio de aquisições e pela inauguração dos primeiros hipermercados brasileiros. Em 1999, o grupo Casino, uma das maiores redes de varejo da França, adquiriu cerca de 24% do capital votante do Pão de Açúcar. No início dos anos de 2000, a empresa realizou mais uma série de aquisições, comprando seis redes de supermercados brasileiros. Em 2005, a CBD, por meio de sua controlada, a Sé Supermercados LTDA., associou-se à Assai Comercial e Importadora LTDA.

#### **4.1.32. Perdigão (PERDIGÃO)**

Uma das maiores empresas de alimentos e vice-líder no mercado de aves, embutidos e carnes, a Perdigão nasceu a partir de cooperativas agrícolas e agropecuárias do Sul do País nos anos de 1940. Após passar por diversas reestruturações no início dos anos de 1990, a empresa teve o seu controle assumido por fundos de pensão ligados a empresas estatais. Em 2006, a empresa adquiriu o controle da Batavo, terceira maior fabricante brasileira de lácteos e foi alvo de uma das primeiras tentativas de aquisição hostil do mercado brasileiro. O comprador era a principal concorrente, a Sadia, mas a tentativa não deu resultado. Em 2007, a Perdigão adquiriu a Eleva, detentora da marca Elegê.

#### **4.1.33. Petrobras (PETROBRAS)**

Maior empresa brasileira, a Petrobras é a 7<sup>a</sup> companhia de petróleo em todo o mundo, com uma produção de 2,3 milhões de barris diários e uma capacidade de refino de 2,2 milhões de barris por dia. A Petrobras foi autorizada a explorar o setor petrolífero em nome da União em 1953 e hoje é reconhecida internacionalmente como modelo de ética e sustentabilidade no seu setor

#### **4.1.34. Redecard (REDECARD)**

Em 1970, o Citibank, uma das maiores instituições financeiras e emissoras de cartão de crédito do mundo, a Itaucard e o Unibanco, que estão entre as maiores instituições financeiras e emissoras de cartão de crédito do Brasil uniram-se e criaram a Credicard, bandeira responsável pelo processamento de transações, emissora de cartão de crédito e credenciadora de estabelecimentos. Até 1980, a Credicard emitiu 500 mil cartões e credenciou 120 mil estabelecimentos. Até 1987, a Credicard passou a emitir os cartões com bandeira MasterCard e, até 1994, emitiu cinco milhões de cartões dessa bandeira. Ainda em 1994, a Credicard lançou o primeiro cartão de débito brasileiro, o Redeshop, por meio do qual os estabelecimentos credenciados passaram a receber o valor das compras no dia seguinte a elas.

Em 1996, uma cisão deu origem à Redecard, que passou a focar suas atividades no credenciamento dos estabelecimentos, transmissão e processamento dos dados e liquidação financeira das transações. Atualmente, a Redecard trabalha com as bandeiras MasterCard, MasterCard Maestro, MasterCard Eletronic e Diners Club International e oferece aos estabelecimentos por ela credenciados serviços e produtos, como os terminais eletrônicos para captura de transações.

#### **4.1.35. Rossi Residencial (ROSSI)**

O Grupo Rossi iniciou suas atividades imobiliárias em 1913. A Rossi Residencial foi fundada, em 1980, para explorar o mercado de construção residencial, principalmente na cidade de São Paulo, a mais importante do Brasil, com participação de 9,5% no Produto Interno Bruto (PIB). Em 1992, a Rossi expandiu sua área de atuação para mais regiões do País, lançando 2,8 milhões de metros quadrados em 14 anos de atividade.

Após a abertura de capital, a empresa adquiriu mais terrenos e ampliou sua área de atuação para 22 cidades brasileiras nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, na Região Sudeste, e no Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil. Em 2007, a Rossi Empresarial realizou uma *joint venture* com uma incorporadora cearense, a Diagonal, a fim de investir no mercado imobiliário no estado do Ceará.

#### **4.1.36. Sadia (SADIA)**

A Sadia é a maior empresa agroindustrial e produtora de alimentos do Brasil. Ela produz derivados de carnes suína, bovina, de frango e de peru, além de massas e margarinas. É também uma das líderes em seu setor na América Latina e uma das maiores exportadoras do Brasil. Distribui 680 produtos diferentes para cerca de 300 mil pontos de venda. Exporta cerca de 250 produtos para 92 países. A Sadia tem 11 unidades industriais, duas unidades agropecuárias e centros de distribuição espalhados por 14 estados brasileiros.

Tem também representações comerciais no Uruguai, Inglaterra, Argentina, Chile, Alemanha, Rússia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Japão e Venezuela. Em 2006, fez uma oferta pública para comprar as ações da Perdigão, mas não obteve

sucesso. Em 2007, a Sadia adquiriu a totalidade do controle acionário da Big Foods Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., uma fábrica de produtos congelados, especializada na produção de sanduíches prontos, lasanha, pizza, pães, salgados, pão-de-queijo e produtos de confeitaria. Essa aquisição faz parte da estratégia de crescimento e fornecimento da Sadia.

#### **4.1.37. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**

A CSN foi a primeira produtora integrada de aços planos do Brasil, tendo sido criada como sociedade de economia mista pelo governo federal e iniciado suas atividades em 1941. Foi privatizada em 1993, aumentou sua competitividade e tornou-se um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina. A empresa é auto-suficiente em matéria-prima, com minas próprias de ferro, calcário e dolomita. É a única produtora de folha-de-flandres no Brasil.

#### **4.1.38. Transportes Aéreos Marília (TAM)**

Maior empresa aérea brasileira, a TAM foi fundada no interior de São Paulo como uma pequena empresa de transporte aéreo regional. Em 1986, a empresa obteve permissão para operar no Aeroporto Internacional de Guarulhos, o maior do Brasil, que atende à cidade de São Paulo. A empresa fechou o ano de 2006 com 96 aeronaves voando para 48 cidades do Brasil, atingindo 72 destinos no território nacional por de acordos comerciais firmados com companhias aéreas regionais, além de 12 destinos internacionais.

A participação média no mercado doméstico, em 2006, foi de 47,8% e no mercado internacional, de 37,3%. Em 2007, a TAM aumentou sua frota de aeronaves com a aquisição de quatro *Boeing* e 26 *Airbus*. Ainda em 2007, a *holding* da TAM S.A. incorporou a Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações e, posteriormente, sofreu uma cisão com transferência de ativos para o Amaro & Aviation Participações Ltda.

#### **4.1.39. Telemar (TELEMAR)**

A Telemar Norte Leste (TNL) surgiu com a cisão da Telebrás, empresa estatal controlada pelo governo federal que possuía o monopólio das telecomunicações no Brasil, e que foi dividida e privatizada em 1998. A Telemar Norte Leste é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa e de telefonia móvel em 16 estados do Brasil, nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste, representa 45% do Produto Interno Bruto. A empresa possui 15 milhões de linhas fixas e dez milhões de telefones celulares em operação nas regiões em que atua. A Telemar Norte Leste é controlada pela Tele Norte Leste Participações.

Em 17 de dezembro de 2007, a Telemar adquiriu a Paggo Empreendimentos S.A., uma *holding* que desenvolveu um sistema de créditos e pagamentos de serviços e mercadorias associados à utilização da telefonia móvel. Em 20 de dezembro de 2007, foi firmado um acordo que envolvia a Tele Norte Leste, controlada da Telemar, a Telemar, a Vivo Participações e a Telpar, por meio do qual a Telemar vendeu 51,86% das ações da Tele Norte Leste à Telpar, e esta, por sua vez, ficou encarregada de transferi-las a Vivo.

#### **4.1.40. TIM Participações (TIM)**

A TIM Participações S.A. é uma *holding* que controla empresas de telefonia celular. Nasceu com a privatização da Telebrás, estatal que possuía o controle das telecomunicações no Brasil e que foi dividida e vendida em 1998.

É a única operadora do Brasil a oferecer serviços de telefonia móvel celular em todo o território brasileiro, por meio de suas controladas TIM Celular e TIM Nordeste. É a maior operadora GSM (*Global System for Mobile Communications*) do Brasil em clientes e receita, atendendo 31,3 milhões clientes e possuindo uma fatia de 25,8% do mercado. Seu controlador é a empresa italiana Telecom Itália, que anunciou a intenção de vender sua participação na TIM. No ano de 2007, a Telefonica comprou parte do controle societário da Telecom Itália, que era detido pela Pirelli.

#### **4.1.41. Unibanco (UNIBANCO)**

O Unibanco é o terceiro maior banco privado brasileiro. Em 1924, o governo brasileiro autorizou a constituição da Casa Bancária Moreira Salles, que se tornou o Banco Moreira Salles, nos anos de 1940, após diversas aquisições de bancos menores. Em 1995, o Unibanco assumiu as operações do Banco Nacional e, cinco anos depois, adquiriu o Banco Bandeirantes, controlado pelo grupo estatal português Caixa Geral de Depósitos, e passou a deter a totalidade do Banco Fininvest, a terceira maior empresa de financiamento ao consumo do Brasil.

Em 2004, o Unibanco adquiriu a administradora de cartões de crédito Hipercard, com 2,3 milhões de cartões de crédito e débito do grupo holandês *A hold*. Em 2007, o Unibanco vendeu cerca de 13% de sua participação societária na Serasa, empresa que possui o maior banco de dados da América Latina sobre consumidores, empresas e grupos econômicos, à Experian Brasil Aquisições Ltda.

#### **4.1.42. Usiminas (USIMINAS)**

A Usiminas, terceira maior siderúrgica do Brasil em faturamento, foi fundada em 1956, pela iniciativa privada e, no ano seguinte, tornou-se uma *joint venture* entre o governo brasileiro, que detinha 40% do capital, e o governo do estado de Minas Gerais, com 20%, e a Nippon Usiminas, um consórcio constituído pelo governo japonês e outros investidores de mesma nacionalidade, com 40%.

Foi a primeira companhia brasileira a ser privatizada em 1991. Hoje, abastecem de matérias-primas as indústrias automobilística, naval, petrolífera e petroquímica e exporta para mais de dez países. Em 2006, fechou o ano com novo recorde histórico de 446 mil toneladas de aço galvanizados produzidos, 10% superior se comparado com a produção de 2005.

Em 2007, a Usiminas iniciou um plano de investimentos que compreende a expansão de cinco milhões de toneladas por ano na produção de aço da empresa. Esse processo fará com que a empresa aumente também seu valor no mercado internacional, e está previsto para 2010.

#### **4.1.43. VCP (VCP)**

A Votorantim Celulose e Papel (VCP) integra o grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados privados da América Latina. Iniciou suas atividades em 1988, quando o Grupo Votorantim comprou a Celpav Celulose e Papel Ltda. Em 2004, a VCP e a Suzano Papel e Celulose compraram o controle acionário da Ripasa S.A. Celulose e Papel.

A VCP possui quatro fábricas situadas no estado de São Paulo, o mais importante do Brasil, com 31% do PIB. Em 2007, comercializou 1,1 milhão de toneladas de celulose e 499 mil toneladas de papel.

Em fevereiro de 2007, a Votorantim firmou um acordo com a Suzano Papel e Celulose para que esta passasse a deter a totalidade do controle da unidade fabril da Ripasa da cidade de Embu, em São Paulo. Com isso, a Votorantim recebeu da Suzano 20 milhões de dólares. Em agosto de 2007, as duas companhias venderam a totalidade de suas participações nas unidades de Cubatão e Limeira da Ripasa à MD Papéis Ltda. Ainda em 2007, a Votorantim formou uma *joint venture* com a empresa finlandesa Ahlstrom Corporation, a fim de produzir papéis na unidade da Votorantim em Jacareí, interior de São Paulo.

#### **4.1.44. Vale do Rio Doce (VALE)**

A Vale do Rio Doce foi fundada pelo governo brasileiro, em 1942, para explorar as minas de minério de ferro localizadas em Minas Gerais e foi privatizada em 1997. É um conglomerado que inclui a operação de ferrovias e portos, além da navegação marítima brasileira internacional. Realizou a maior aquisição de uma empresa externa por uma brasileira, com a aquisição da canadense Inco, por 18,7 bilhões de dólares.

#### **4.1.45. Vivo (VIVO)**

A Vivo atua no setor de telefonia celular no Brasil desde 1998, quando foi constituída a partir da cisão da Telebrás. A Telebrás era *holding* estatal que possuía monopólio das telecomunicações do Brasil. Em 1998, a Telebrás foi dividida em quatro grupos e privatizada por 27 bilhões de dólares.



A Vivo nasceu de uma das fatias da Telebrás, tendo como base a empresa de telefonia celular do estado de São Paulo, o mais importante do Brasil, representando 31% do Produto Interno Bruto. Os compradores foram o grupo português Portugal Telecom e o grupo espanhol Telefônica.

Hoje a Vivo é a maior prestadora de serviços de telecomunicações móvel do Hemisfério Sul. Está presente em 19 dos 27 estados brasileiros, além do Distrito Federal. Possui uma cobertura de sete milhões de quilômetros quadrados, ou 86% do território brasileiro, e atende a mais de 35 milhões de clientes. Além de ser a maior no mercado individual de telefonia móvel, a Vivo também lidera o mercado de telefonia móvel para empresas. Em agosto de 2007, a Vivo passou a deter o controle da Telemig Celular Participações S.A. e da Tele Norte Celular Participações S.A. adicionando 4,8 milhões de pessoas a sua base de clientes.

#### 4.2. INFORMAÇÕES QUE POSSAM GERAR IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO E/OU EFEITO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As notas explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante delas. Podem existir na forma descritiva ou na forma de quadros analíticos e até mesmo englobar outras demonstrações contábeis que forem necessárias para melhor e mais completo esclarecimento dos resultados e da situação financeira da empresa, segundo Iudicibus (2007).

Essas informações têm por objetivo atender aos mais diversos usuários como discorre Neves (2004):

Os usuários da contabilidade são pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse na avaliação patrimonial da entidade. São, por exemplo, os acionistas de uma empresa que querem saber se ela está dando lucro ou prejuízo. São as instituições financeiras que desejam avaliar o patrimônio da entidade para saber se lhe concedem ou não um empréstimo. São os administradores da entidade, que desejam saber como se comporta o desenvolvimento das atividades da empresa e qual o resultado que está advindo das mesmas. É o fisco que, também se interessa pelo resultado da pessoa jurídica, para lançar os tributos incidentes.

Assim as notas explicativas podem ser usadas para descrever as práticas contábeis utilizadas, para prestar esclarecimentos sobre determinados eventos e operações específicas como, por exemplo, um equívoco contábil.

É por meio das notas específicas que as empresas que possuem capital aberto terão que tratar da alteração da Lei nº. 6.404./76. Conforme Deliberação da CVM n. 506 de 2006 definiram os requisitos mínimos das informações divulgadas pelas empresas, para adoção de novas práticas contábeis e a Instrução n. 469 de 2008 as informações sobre a aplicação da Lei n. 11.638/2007.

Dessa forma, apresenta-se o resultado do estudo realizado com o item da aplicação da Lei n. 11.638/2007 contido nas notas explicativas do segundo trimestre de 2008.

*a) Aplicação da Lei n. 11.638/2007*

Torna-se evidente com as notas explicativas a adoção parcial da Lei n. 11.638/2007 por parte das empresas, uma vez que muitos itens precisam de regulamentação e o alto custo para adoção integral e imediata das Normas Internacionais de Contabilidade faz com que se inviabilize devido ao curto espaço de tempo da publicação da lei até o final do exercício subsequente.

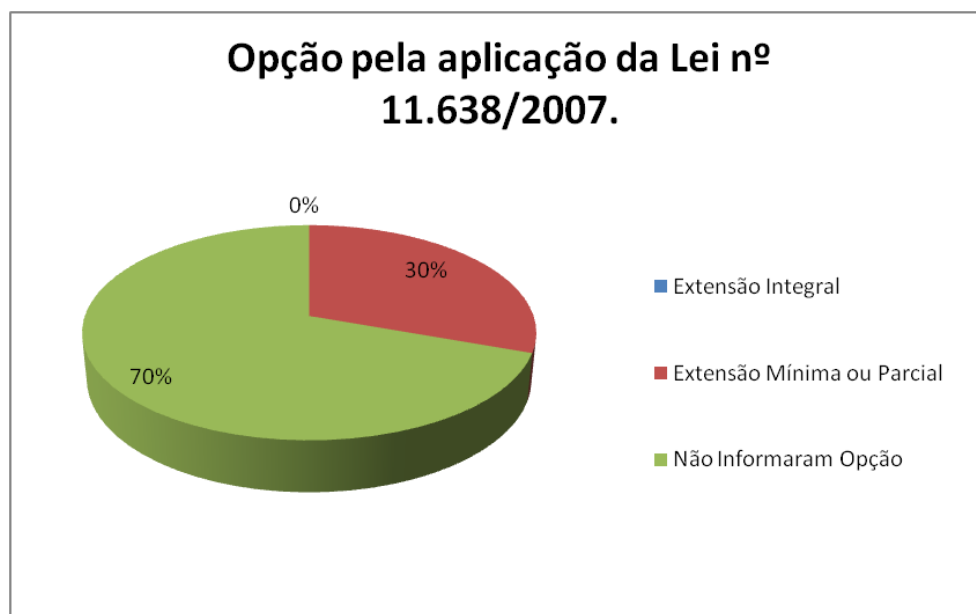
Observa-se, na da Tabela 1 e no Gráfico 1, a aplicação dos requisitos da lei nas ITR do segundo trimestre de 2008.

**Tabela 1** – Opção pela aplicação da Lei n. 11.638/2007.

| <b>Situação</b>            | <b>N. de Empresas</b> |
|----------------------------|-----------------------|
| Extensão Total             | 0                     |
| Extensão Mínima ou Parcial | 14                    |
| Não Informaram Opção       | 32                    |
| <b>Total</b>               | <b>46</b>             |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

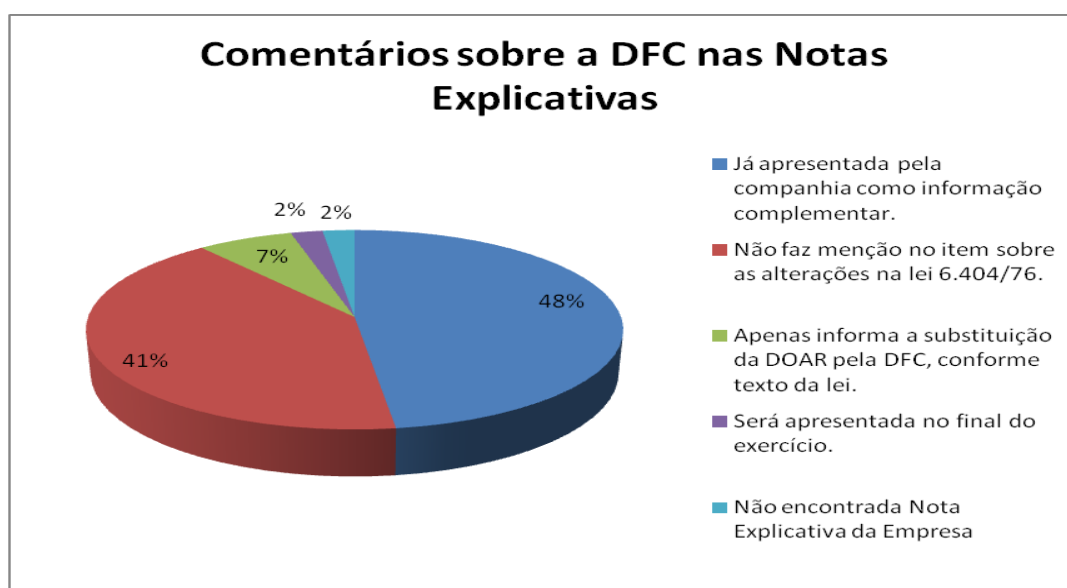
O Gráfico 1 representa o percentual da extensão aplicada, verifica-se que não houve adoção integral e que 30% das empresas informaram ter adotado a extensão mínima ou parcial. Contudo acredita-se que os 70% que não informaram também tenham adotado a lei na sua extensão mínima conforme instrução da CVM.



**Gráfico 1** – Opção pela aplicação da Lei n. 11.638/2007.

*b) Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)*

A DFC não é obrigatória para as informações trimestrais do ano de 2008. Sua apresentação obrigatória ocorre apenas no encerramento do exercício social da empresa para o ano de 2008. Desta forma, para efeitos do estudo, levam-se em consideração exclusivamente os comentários realizados pelas empresas no campo sobre a Lei n. 11.638/2007 das notas explicativas. Como se pode observar no Gráfico 2, 48% das empresas pesquisadas já apresentaram a DFC como informação complementar.



**Gráfico 2** – Comentários sobre a DFC no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas.

Desta forma, têm-se algumas empresas que não fizeram comentários sobre a substituição da DOAR pela DFC, mas que já apresentam voluntariamente como a exemplo do CPFL e CCR Rodovias.

Na Tabela 2, apresenta-se o número total de empresas que não fizeram comentário sobre a demonstração de fluxos de caixa no item sobre a Lei n. 11.638/2007.

**Tabela 2** – Comentários sobre a DFC no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas.

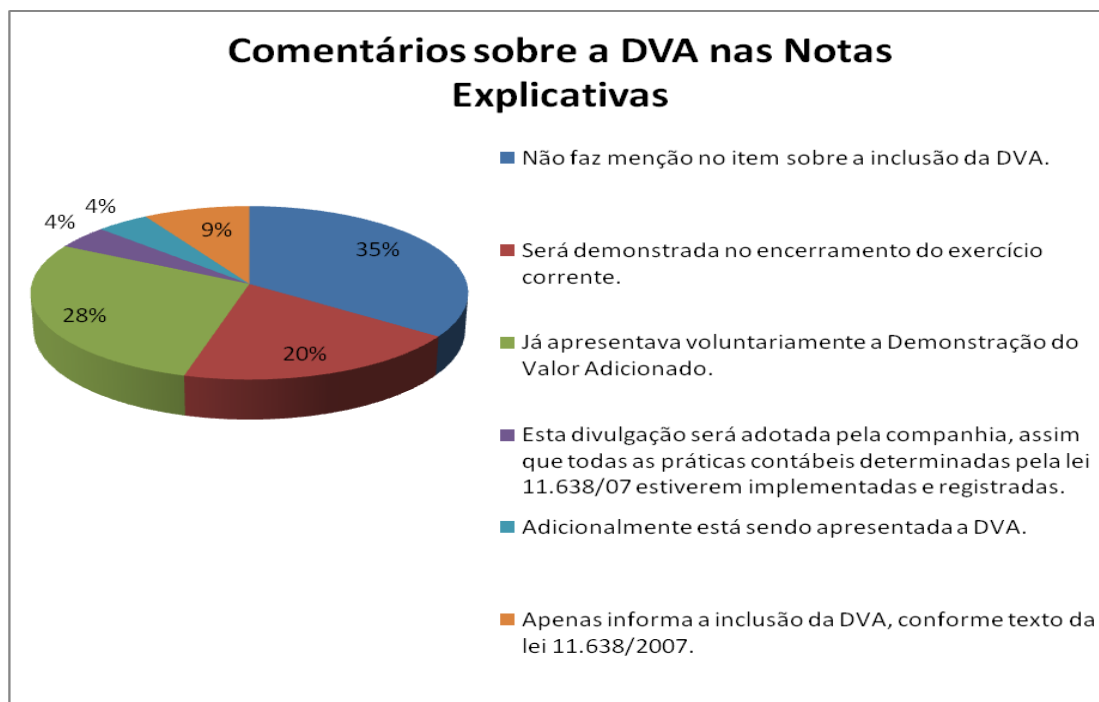
| <b>Comentários sobre a DFC nas Notas Explicativas</b>                  | <b>N. de Emp.</b> |
|--|-------------------|
| Já apresentada pela companhia como informação complementar.            | 22                |
| Não faz menção no item sobre as alterações na lei 6.404/76.            | 19                |
| Apenas informa a substituição da DOAR pela DFC, conforme texto da lei. | 3                 |
| Será apresentada no final do exercício.                                | 1                 |
| Não encontrada Nota Explicativa da Empresa                             | 1                 |
| <b>Total</b>   | <b>46</b>         |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

*c) Demonstração do Valor Adicionado*

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA evidencia a riqueza gerada pela empresa, o quanto a empresa adiciona de insumos que adquire, bem como sua distribuição aos elementos que contribuíram para essa adição.

Para as empresas que informaram, de acordo com o Gráfico 3, 28% já apresentam de forma voluntária a DVA, e 20% irão apresentar no encerramento do exercício.



**Gráfico 3** – Comentários sobre a DVA no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas.

Na Tabela 3, verifica-se que duas empresas do conjunto pesquisado aguardam que todas as práticas contábeis que sofreram alguma modificação sejam implementadas e registradas para apresentar essa demonstração para que seja apresentada à DVA.

**Tabela 3** – Comentários sobre a DVA no item da Lei n. 11.638/2007 das Notas Explicativas.

| Comentários sobre a DVA nas Notas Explicativas  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Não faz menção no item sobre a inclusão da DVA.   | 16          |
| Será demonstrada no encerramento do exercício corrente.   | 9           |
| Já apresentava voluntariamente a Demonstração do Valor Adicionado.  | 13          |
| Esta divulgação será adotada pela companhia, assim que todas as práticas contábeis determinadas pela lei 11.638/07 estiverem implementadas e registradas. | 2           |
| Adicionalmente está sendo apresentada a DVA.  | 2           |
| Apenas informa a inclusão da DVA, conforme texto da lei 11.638/2007.  | 4           |
| <b>Total</b>  | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

#### *d) Equivalência Patrimonial*

Foi alterado o parâmetro para avaliação de coligadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo estabelecido que esse método de avaliação seja aplicado a todas as coligadas em que a investidora tenha influência significativa. A nova

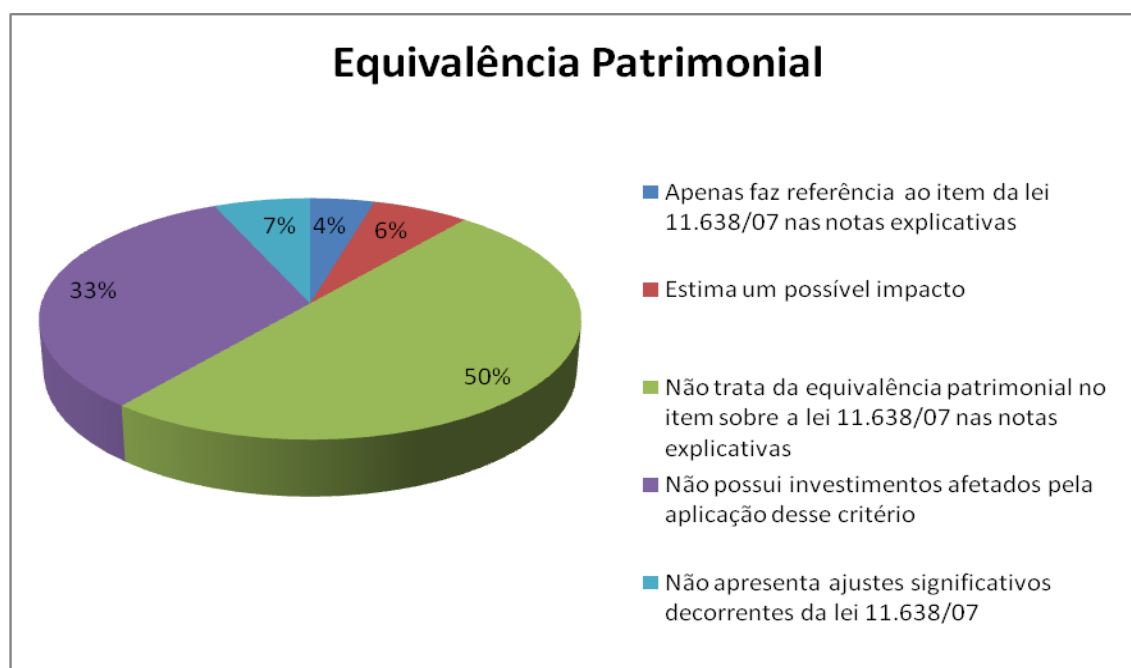
lei estabelece ainda que exista presunção de influência significativa quando a participação for de 20% ou mais do capital votante, ao contrário do disposto na lei original que estabeleceu como parâmetro o capital total art. 248 da Lei n. 6.404/76.

**Tabela 4** – Comentários sobre Equivalência Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação   | N. de Empresas |
|--|----------------|
| Apenas faz referência ao item da lei 11.638/07 nas notas explicativas                      | 2              |
| Estima um possível impacto   | 3              |
| Não trata da equivalência patrimonial no item sobre a lei 11.638/07 nas notas explicativas | 23             |
| Não possui investimentos afetados pela aplicação desse critério                            | 15             |
| Não apresenta ajustes significativos decorrentes da lei 11.638/07                          | 3              |
| <b>Total</b>   | <b>46</b>      |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

Observa-se, na Tabela 4, que 23 empresas não tratam da equivalência patrimonial nos seus comentários sobre a Lei n. 11.638/2007. Isso corresponde a 50% das empresas pesquisadas como se verifica no Gráfico 4. Das empresas pesquisadas, 33% não tiveram investimentos afetados para aplicação desse critério.



**Gráfico 4** – Comentários sobre Equivalência Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

e) *Intangíveis*

Deve ser ressaltado que, para as companhias abertas, a existência desse subgrupo Intangível já se encontra regulada pela Deliberação CVM n. 488/05, ficando segregados no Ativo Intangível os bens incorpóreos, inclusive o *goodwill* adquirido. Os direitos classificados no Intangível deverão ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.

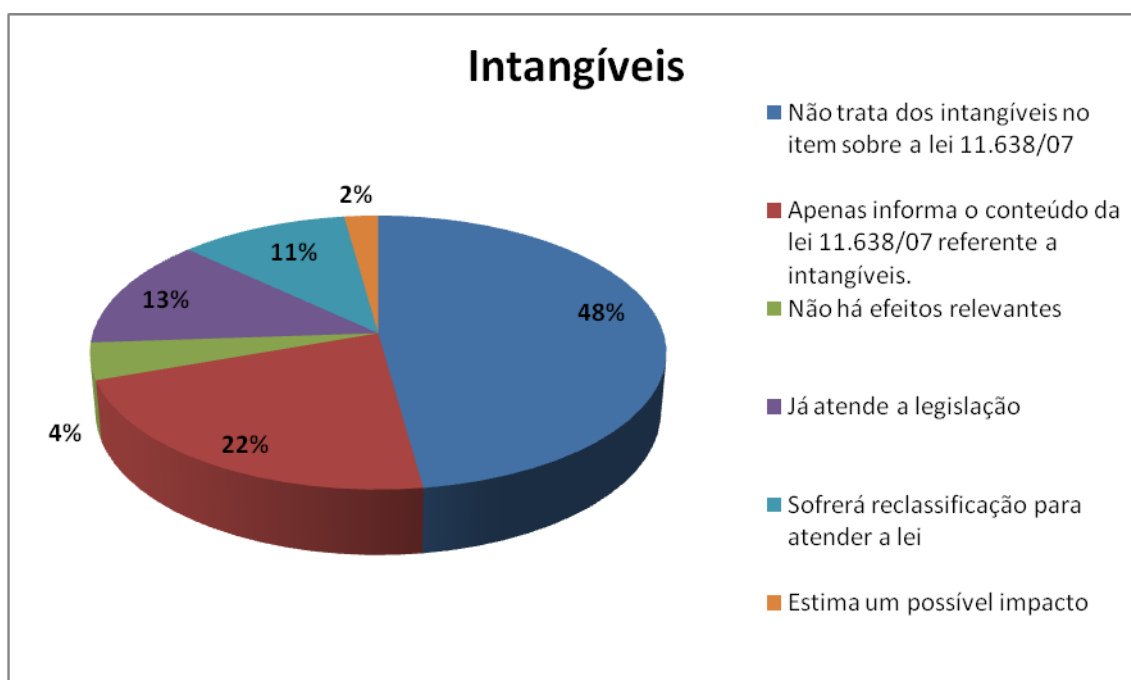
Entre as empresas pesquisadas, cinco delas reclassificaram seus ativos para atender à lei, e uma empresa estimou efeito no seu resultado como visto na Tabela 5.

**Tabela 5** – Comentários sobre Intangíveis no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Não trata dos intangíveis no item sobre a lei 11.638/07             | 22          |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente a intangíveis. | 10          |
| Não há efeitos relevantes   | 2           |
| Já atende a legislação  | 6           |
| Sofrerá reclassificação para atender a lei                          | 5           |
| Estima um possível impacto  | 1           |
| <b>Total</b>  | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

Como foi visto, o ativo permanente passa a contemplar o subgrupo Intangível e inclui, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o *goodwill* adquirido. O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independente de haver transferência de propriedade. O ativo diferido fica restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação.



**Gráfico 5** – Comentários sobre Intangíveis no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

No Gráfico 5, tem-se que 13% das empresas já atendem a essa reestruturação; 4% não sofreram efeitos relevantes; e 48% não tratam dos Intangíveis no item sobre a Lei n. 11.638/2007.

#### *f) Ajuste de Avaliação Patrimonial*

O subgrupo “Ajustes de Avaliação Patrimonial” servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, especialmente a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior.

Dessa forma, três empresas estimam ser impactadas no Resultado e no Patrimônio Líquido, como pode ser verificado na Tabela 6, mesmo número de empresas que não terão ajustes com esse item da Lei n. 11.638/07.

**Tabela 6** – Comentários sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

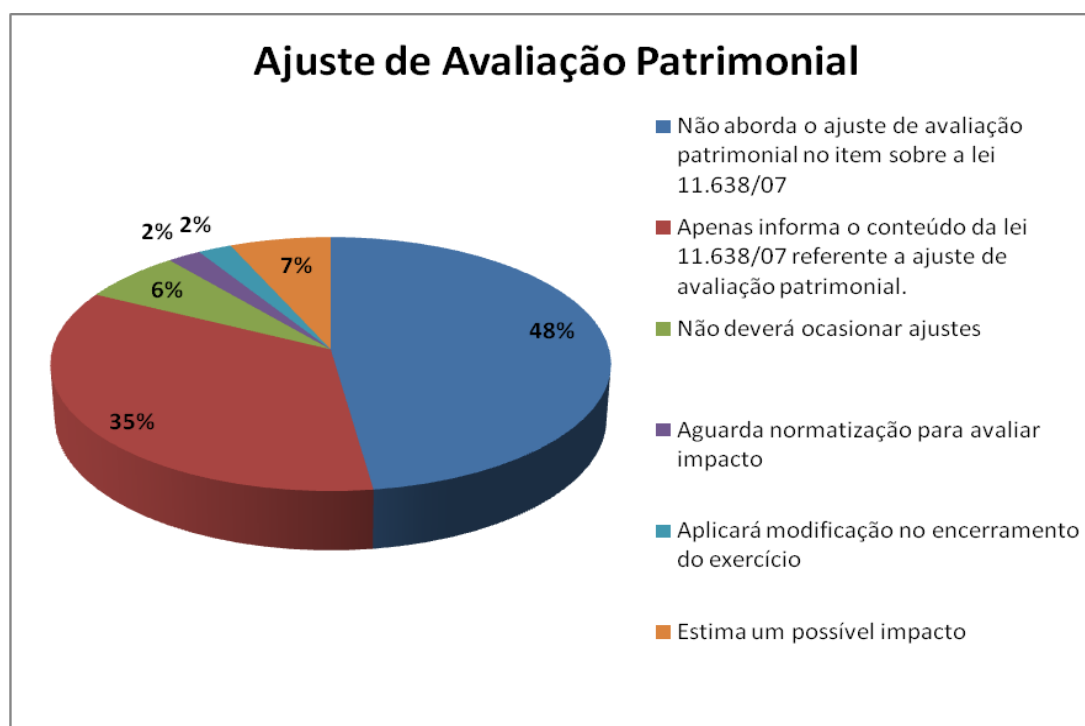
| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Não aborda o ajuste de avaliação patrimonial no item sobre a lei 11.638/07              | 22          |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente a ajuste de avaliação patrimonial. | 16          |
| Não deverá ocasionar ajustes  | 3           |



|   |           |
|---|-----------|
| Aguarda normatização para avaliar impacto         | 1         |
| Aplicará modificação no encerramento do exercício | 1         |
| Estima um possível impacto                        | 3         |
| <b>Total</b>                                      | <b>46</b> |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

Outra informação relevante é que 48% das empresas não trataram do ajuste de avaliação patrimonial no item que se refere à Lei n. 11.638/07, e que 35% apenas informaram o conteúdo da lei e que representam um conjunto grande de empresas como se pode apurar no Gráfico 6.



**Gráfico 6** – Comentários sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

#### *g) Reserva de Reavaliação*

A Eliminação da Reserva de Reavaliação deu uma nova redação à letra “d” do § 2º do art. 178, ao § 3º do art. 182 e ao revogar o § 2º do art. 187, a Lei n. 11.638/07 eliminou a possibilidade de as sociedades por ações efetuarem reavaliações espontâneas do seu ativo imobilizado. A nova lei deu a opção às companhias para manterem os saldos existentes dessa reserva, que deverão ser realizados de acordo com as regras atuais (no caso das companhias abertas, nos termos da Deliberação CVM n. 183) ou de

estornarem esses saldos até o final do exercício social em que a lei entrou em vigor, ou seja, até o final do exercício de 2008.

Deste modo, tem-se os comentários realizado pelas 46 companhias pesquisadas e seis delas não adotam como prática a reavaliação de ativos.

**Tabela 7** – Comentários sobre Reserva de Reavaliação no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Não aborda reserva de avaliação no item sobre a lei 11.638/07                   | 18          |
| Optou por manter o saldo até a data de sua efetiva realização.                  | 14          |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente a reservas de reavaliação. | 3           |
| Irá se adaptar  | 1           |
| Não adota como prática contábil a reavaliação de ativos                         | 6           |
| Não realizou a realização dos seus ativos                                       | 1           |
| Não tomou posição sobre o assunto   | 1           |
| Estimasse um possível ajuste  | 2           |
| <b>Total</b>  | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

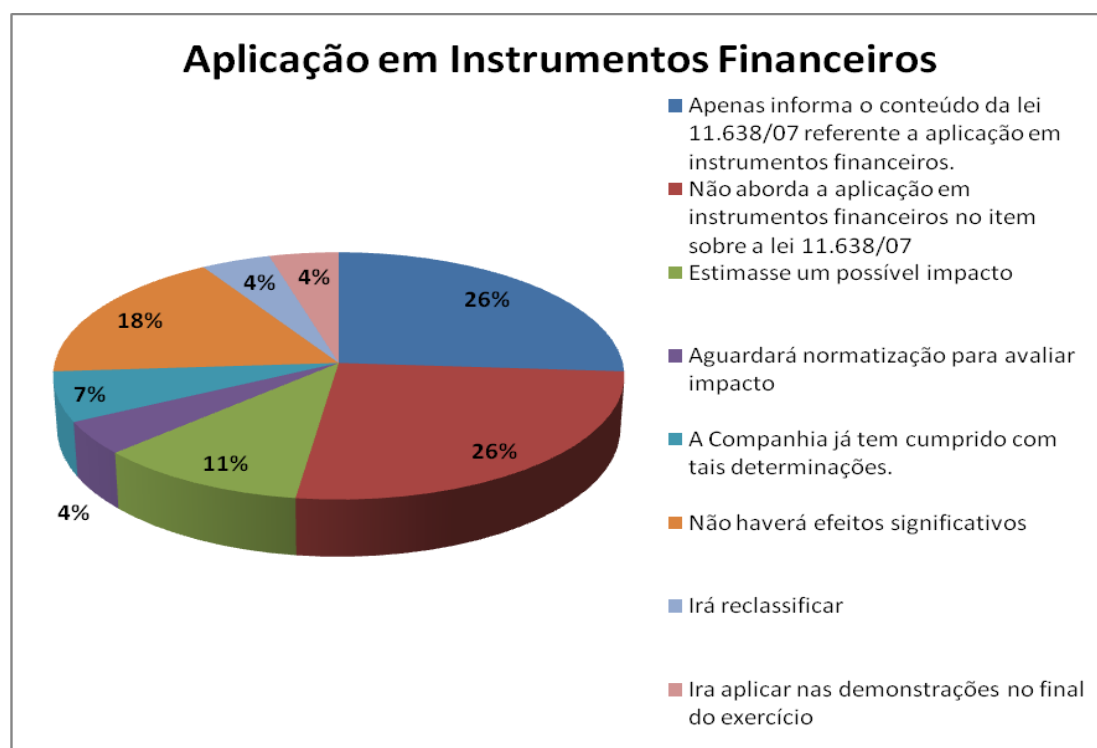
No Gráfico 7, percebe-se que os percentuais de empresas que decidiram manter o saldo de suas reservas até a data de sua efetiva reavaliação é de 31%.



**Gráfico 7** – Comentários sobre Reservas de Reavaliação no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

### *h) Aplicações em instrumentos financeiros*

A nova lei estabeleceu novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. A regulação completa desse dispositivo em linha com as normas do IASB (IAS 32, IAS 39 e IFRS 7) é bastante complexa, detalhada e exigirá por parte das Companhias Abertas e de seus Auditores um forte grau do que se costuma denominar de “subjetivismo responsável”.



**Gráfico 8** – Comentários sobre Aplicação em Instrumentos Financeiros no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

Destarte, verifica-se na Tabela 8, que as empresas têm agido de várias formas quanto ao tema. No Gráfico 8, que 11% estimam algum impacto no resultado e/ou patrimônio líquido, 7% já vem cumprindo tais determinações, 18% estimam não ter efeitos significativos, e 4% irão aplicar nas demonstrações no final do exercício.

**Tabela 8** – Comentários sobre Aplicação em Instrumentos Financeiros no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente a aplicação em instrumentos financeiros. | 12          |

|  |           |
|--|-----------|
| Não aborda a aplicação em instrumentos financeiros no item sobre a lei 11.638/07 | 12        |
| Estimasse um possível impacto  | 5         |
| Aguardará normatização para avaliar impacto                                      | 2         |
| A Companhia já tem cumprido com tais determinações.                              | 3         |
| Não haverá efeitos significativos  | 8         |
| Irá reclassificar  | 2         |
| Irá aplicar nas demonstrações no final do exercício                              | 2         |
| <b>Total</b>   | <b>46</b> |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

*i) Combinação de Empresas*

Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada, deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado. Da mesma forma mencionada anteriormente sobre a questão da avaliação dos instrumentos financeiros, esta é outra matéria cuja regulação, em linha com a regra internacional (IFRS-3), é também bastante complexa, inclusive em função dos ambientes jurídico-societários que balizam essas operações no Brasil e no exterior, o que demandará uma atenção especial dos reguladores ao analisar e implementar as normas internacionais que tratam da matéria art. 226, § 3º da Lei n. 6.404/76.

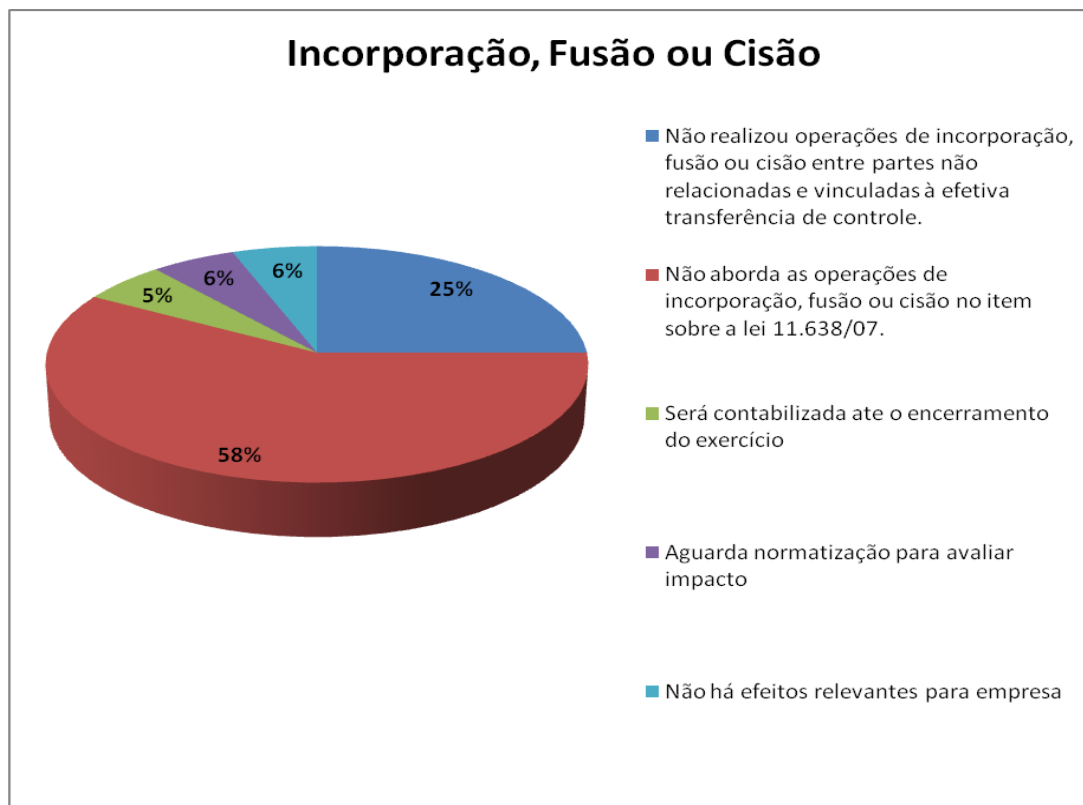
Sobre os comentários realizados pelas empresas, 21 delas não abordaram o assunto no item da Lei n. 11.638/07, segundo se pode observar na Tabela 9.

**Tabela 9** – Comentários sobre Combinação de Empresas no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| <b>Situação</b>  | <b>N.º de Emp.</b> |
|--|--------------------|
| Não realizou operações de incorporação, fusão ou cisão entre partes não relacionadas e vinculadas à efetiva transferência de controle. | 9                  |
| Não aborda as operações de incorporação, fusão ou cisão no item sobre a lei 11.638/07.   | 21                 |
| Será contabilizada até o encerramento do exercício   | 2                  |
| Aguarda normatização para avaliar impacto  | 2                  |
| Não há efeitos relevantes para empresa   | 2                  |
| <b>Total</b>   | <b>46</b>          |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

O Gráfico 9 apresenta que 25% não realizaram operações dessa natureza; 5% contabilizarão até o encerramento do exercício; 6% aguardam normatização específica para avaliar o impacto; e outros 6% acreditam que não exista efeito relevante para empresa.



**Gráfico 9** – Comentários sobre Incorporação, Fusão ou Cisão no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

*j) Arrendamento Financeiro (Leasing)*

Em linha com os Padrões Internacionais de Contabilidade a Lei n. 11.638/2007 inclui no ativo imobilizado os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independente de haver transferência de propriedade art. 179, IV da Lei n. 6.404/76.

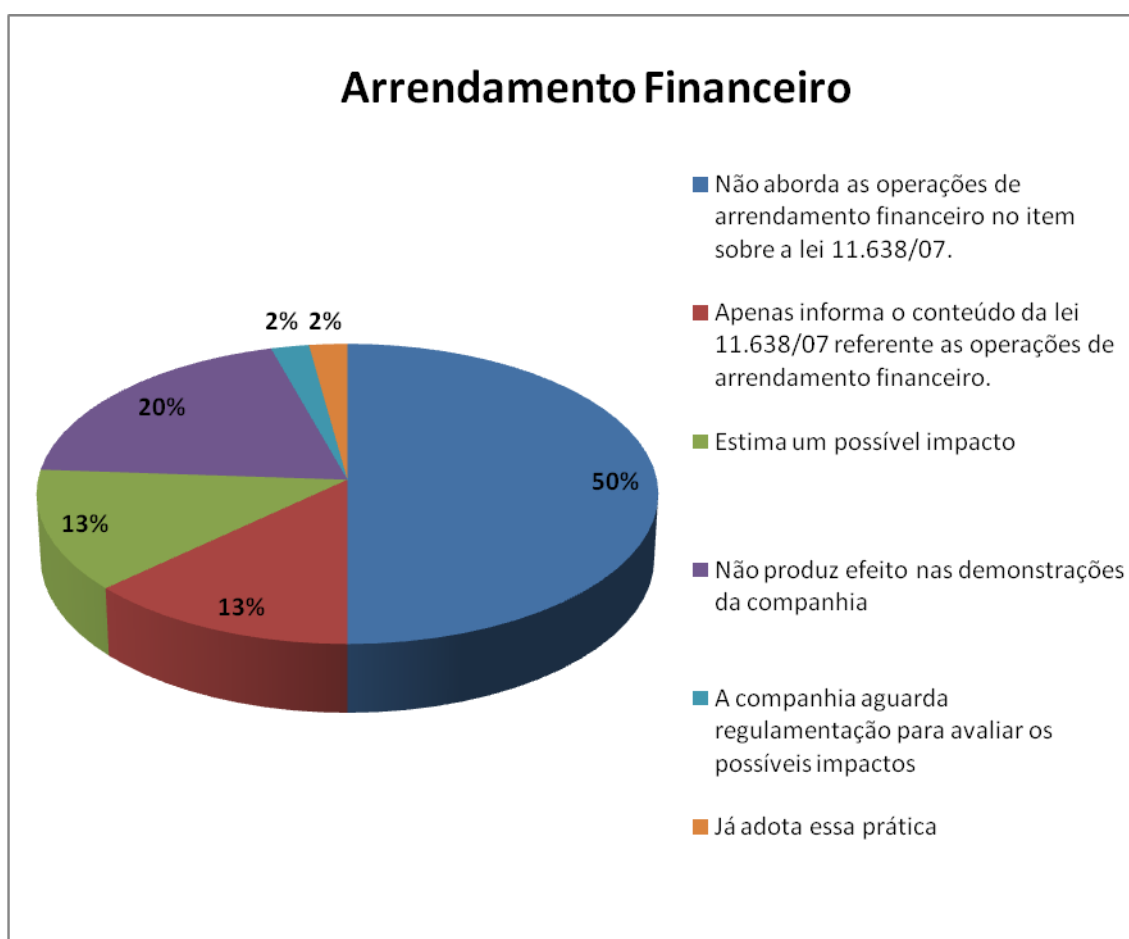
A Tabela 10 apresenta o número de nove empresas que não sofreram nenhum tipo de efeito nas demonstrações financeiras, o que corresponde a 20% do conjunto de empresas estudadas.

**Tabela 10** – Comentário sobre Arrendamento Financeiro (*Leasing*) no item da Lei 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Não aborda as operações de arrendamento financeiro no item sobre a lei 11.638/07.             | 23          |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente as operações de arrendamento financeiro. | 6           |
| Estima um possível impacto  | 6           |
| Não produz efeito nas demonstrações da companhia  | 9           |
| A companhia aguarda regulamentação para avaliar os possíveis impactos                         | 1           |
| Já adota essa prática   | 1           |
| <b>Total</b>  | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

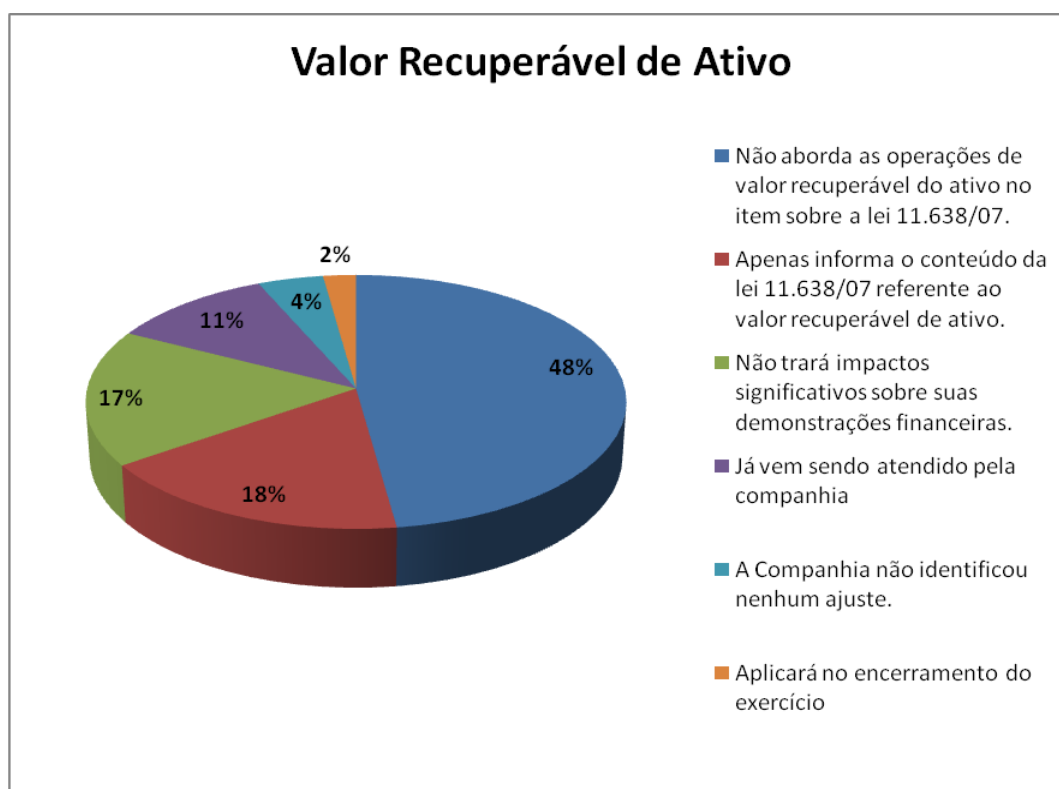
No Gráfico 10, fica evidenciado que metade das empresas não abordou o assunto no item que trata da Lei n. 11.638/07 e que 13% apenas informaram o conteúdo da lei, não obstante outros 13% estimam algum impacto no resultado e/ou patrimônio líquido.



**Gráfico 10** – Comentários sobre Arrendamento Financeiro no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

*k) Valor Recuperável de Ativo*

A Lei n. 11.638/07 obriga a companhia a efetuar, periodicamente, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. A CVM, no caso das companhias abertas, já regulou essa matéria ao emitir a Deliberação CVM nº 527/07 aprovando o Pronunciamento CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estando em linha com as normas internacionais de Contabilidade art. 183, § 3º da Lei n. 6.404/76.



**Gráfico 11** – Comentário sobre Valor Recuperável de Ativo no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

Conforme o Gráfico 11, 48% das empresas não abordam as operações de valor recuperável no ativo, no item que trata da Lei n. 11.638/07, 17% do total de empresas estimaram que a lei não trará impactos significativos sobre as demonstrações financeiras.

A Tabela 11 corrobora com estudo; 5 empresas já atendem à Lei n. 11.638/07; 8 empresas apenas informam o seu conteúdo; 1 empresa aplicará seu conteúdo no encerramento do exercício; e outras 2 não identificaram ajustes.

**Tabela 11** – Comentários sobre Valor Recuperável de Ativo no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação   | N.º de Emp. |
|--|-------------|
| Não aborda as operações de valor recuperável do ativo no item sobre a lei 11.638/07. | 22          |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente ao valor recuperável de ativo.  | 8           |
| Não trará impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.              | 8           |
| Já vem sendo atendido pela companhia   | 5           |
| A Companhia não identificou nenhum ajuste.   | 2           |
| Aplicará no encerramento do exercício  | 1           |
| <b>Total</b>   | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008.

*l) Ajuste a Valor Presente*

A lei introduz o conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. A CVM entende que a aplicação desse conceito pelas companhias abertas por ela reguladas depende da emissão de norma específica ou de expressa referência em alguma outra norma, delimitando o seu alcance e fixando as premissas necessárias para sua utilização, o que deverá ser feito sempre em consonância com as normas internacionais art. 183, VIII e art. 184, III da Lei n. 6.404/76.

**Tabela 12** – Comentários sobre Ajuste a Valor Presente no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

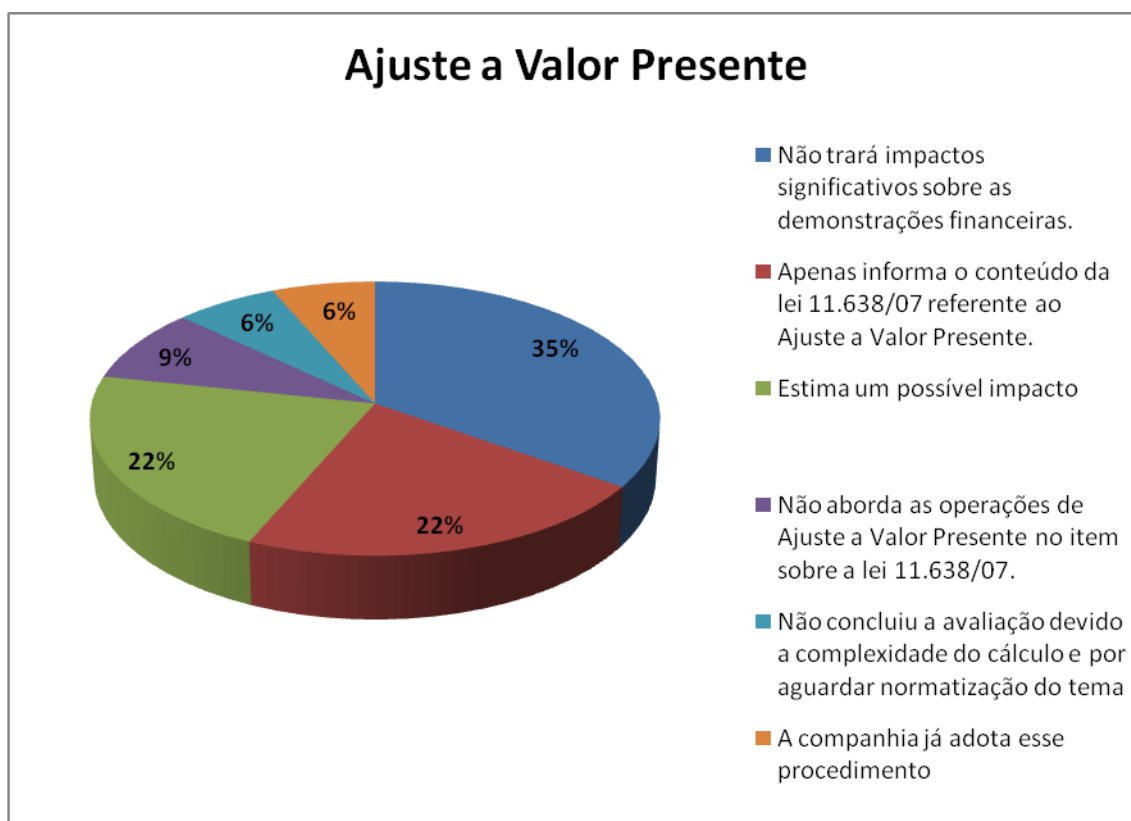
| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Não trará impactos significativos sobre as demonstrações financeiras.                         | 16          |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente ao Ajuste a Valor Presente.              | 10          |
| Estima um possível impacto  | 10          |
| Não aborda as operações de Ajuste a Valor Presente no item sobre a lei 11.638/07.             | 4           |
| Não concluiu a avaliação devido a complexidade do cálculo e por aguardar normatização do tema | 3           |
| A companhia já adota esse procedimento  | 3           |
| <b>Total</b>  | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008

A Tabela 12 apresenta os comentários sobre os ajustes a valor presente, evidenciando que apenas 4 empresas não abordaram o tempo e 10 se restringiram a informar a alteração.



No Gráfico 12, observa-se que 35% das empresas estimaram que a lei não terá impactos significativos; 22% estimam algum impacto; 6% já adotam o ajuste a valor presente; e outros 6% não concluíram a avaliação devido à complexidade do cálculo e por aguardar normatização do tempo.



**Gráfico 12** – Comentários sobre Ajuste a Valor Presente no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

#### *m) Diferido*

A Lei n. 11.638/07 restringe o uso do ativo diferido às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação. A Tabela 13 apresenta a informação de que 28 empresas pesquisadas não abordaram sobre a restrição do diferido no item sobre a Lei n. 11.638/07 e que apenas uma efetuou a reclassificação de acordo com a lei.

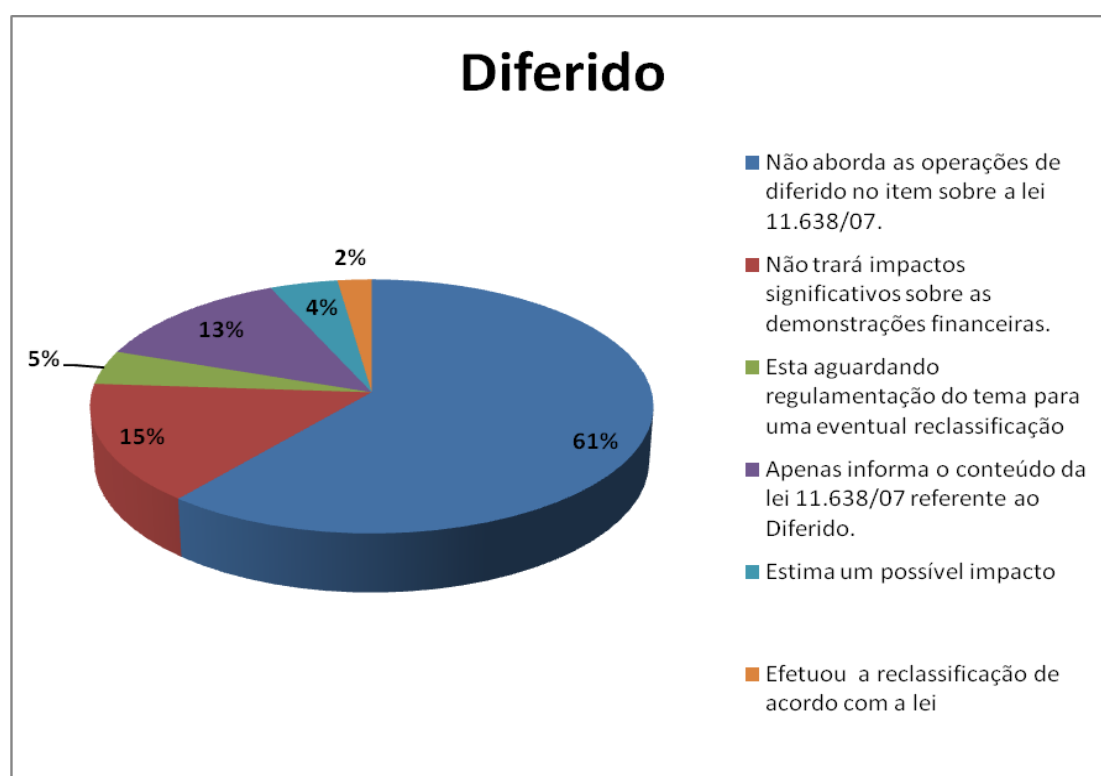
**Tabela 13** – Comentários sobre Diferido no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação   | N.º de Emp. |
|--|-------------|
| Não aborda as operações de diferido no item sobre a lei 11.638/07. | 28          |

|  |           |
|--|-----------|
| Não trará impactos significativos sobre as demonstrações financeiras.    | 7         |
| Esta aguardando regulamentação do tema para uma eventual reclassificação | 2         |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente ao Diferido.        | 6         |
| Estima um possível impacto   | 2         |
| Efetuiu a reclassificação de acordo com a lei                            | 1         |
| <b>Total</b>   | <b>46</b> |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008

Identifica-se no Gráfico 13 que 13% das empresas estimaram algum tipo de impacto nos seus demonstrativos com a Lei n. 11.638/07, 15% das empresas não terão impactos significativos; e 5% estão aguardando regulamentação do tema para realizar uma eventual reclassificação.



**Gráfico 13** – Comentários sobre Diferido no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

#### *n) Doações/Subvenções/Incentivos Fiscais*

A criação da reserva de incentivos fiscais visa possibilitar que as companhias abertas possam, a partir de regulação da CVM, registrar as doações e subvenções para investimento não mais como reserva de capital, e sim no resultado do exercício (de imediato ou em bases diferidas) como estabelece a norma internacional. Para que a

companhia não corra o risco de perder o benefício fiscal da subvenção, está sendo previsto que a parcela do lucro líquido que contiver esse benefício fiscal possa ser destinada para essa reserva e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Cabe ressaltar que o projeto aprovado no legislativo alterava o atual art. 181 da lei societária para que: os resultados de transações entre controladoras e controladas; as receitas não realizadas decorrentes de doações e subvenções para investimentos; e outras receitas não realizadas, fossem registradas, enquanto não fossem realizadas, em conta de Resultado do exercício futuro.

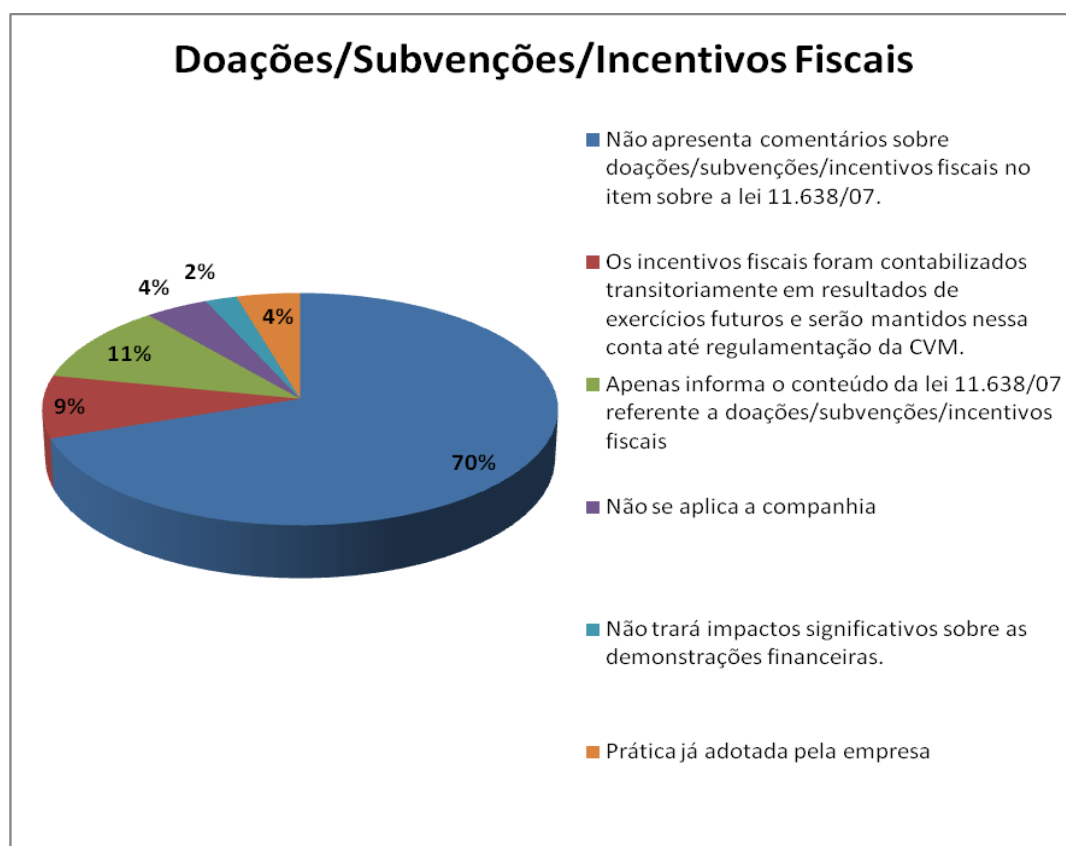
Essa alteração foi objeto de veto presidencial, essencialmente em razão do item dos resultados de transações entre controladoras e controladas, não impede que, em função de regulamentação específica da CVM, as doações e subvenções para investimentos possam ser contabilizadas de acordo com as normas internacionais e, enquanto não forem realizadas, sejam classificadas como Resultados do Exercício Futuros.

**Tabela 14** – Comentários sobre Doações/Subvenções/Incentivos Fiscais no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Não apresenta comentários sobre doações/subvenções/incentivos fiscais no item sobre a lei 11.638/07.  | 32          |
| Os incentivos fiscais foram contabilizados transitoriamente em resultados de exercícios futuros e serão mantidos nessa conta até regulamentação da CVM. | 4           |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente a doações/subvenções/incentivos fiscais  | 5           |
| Não se aplica a companhia   | 2           |
| Não trará impactos significativos sobre as demonstrações financeiras.   | 1           |
| Prática já adotada pela empresa   | 2           |
| <b>Total</b>  | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008

A Tabela 14 indica que das 46 empresas, em 4 delas os incentivos fiscais foram contabilizados transitoriamente em resultados de exercícios futuros e serão mantidos nessa conta até regulamentação da CVM, para 2 empresas não se aplica esse item da lei, e para outras 2 essa prática já é adotada.

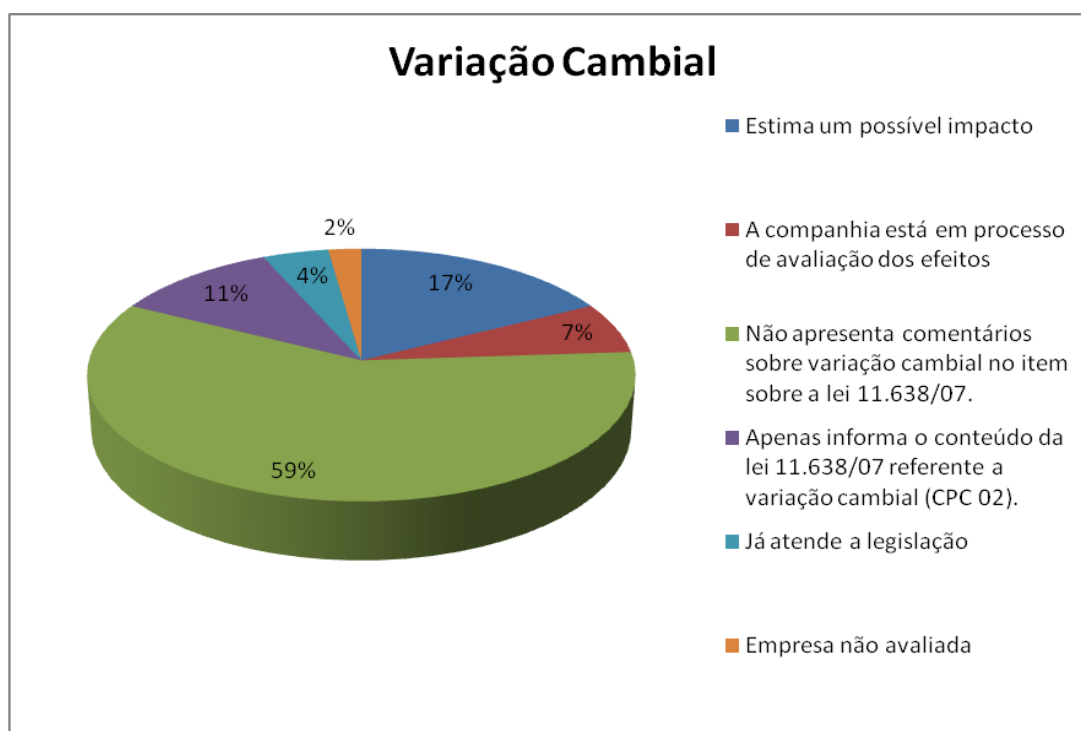


**Gráfico 14** – Comentários sobre Doações/Subvenções/Incentivos Fiscais no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

O Gráfico 14 apresenta os comentários sobre doações/subvenções e incentivos fiscais de acordo com a Lei n. 11.638/07. Das empresas estudadas, 70% não apresentaram comentários; 11% apenas informaram o conteúdo da lei nas notas explicativas do segundo trimestre.

#### *o) Variação Cambial*

Os comentários sobre variação cambial são apresentados no Gráfico 15, onde se observa que 17% das empresas estimaram algum tipo de impacto decorrente da variação cambial de acordo com a lei. Entretanto 59% das empresas não apresentaram nenhum tipo de comentários sobre a variação cambial no item que trata sobre a Lei n. 11.638/07.



**Gráfico 15** – Comentários sobre Variação Cambial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

Já na Tabela 15, tem-se o número de empresas que apenas informaram o conteúdo da lei, 5 empresas; as que estão avaliando os efeitos são 3; e que já atendem à legislação são 2 empresas; e uma empresa não foi avaliada.

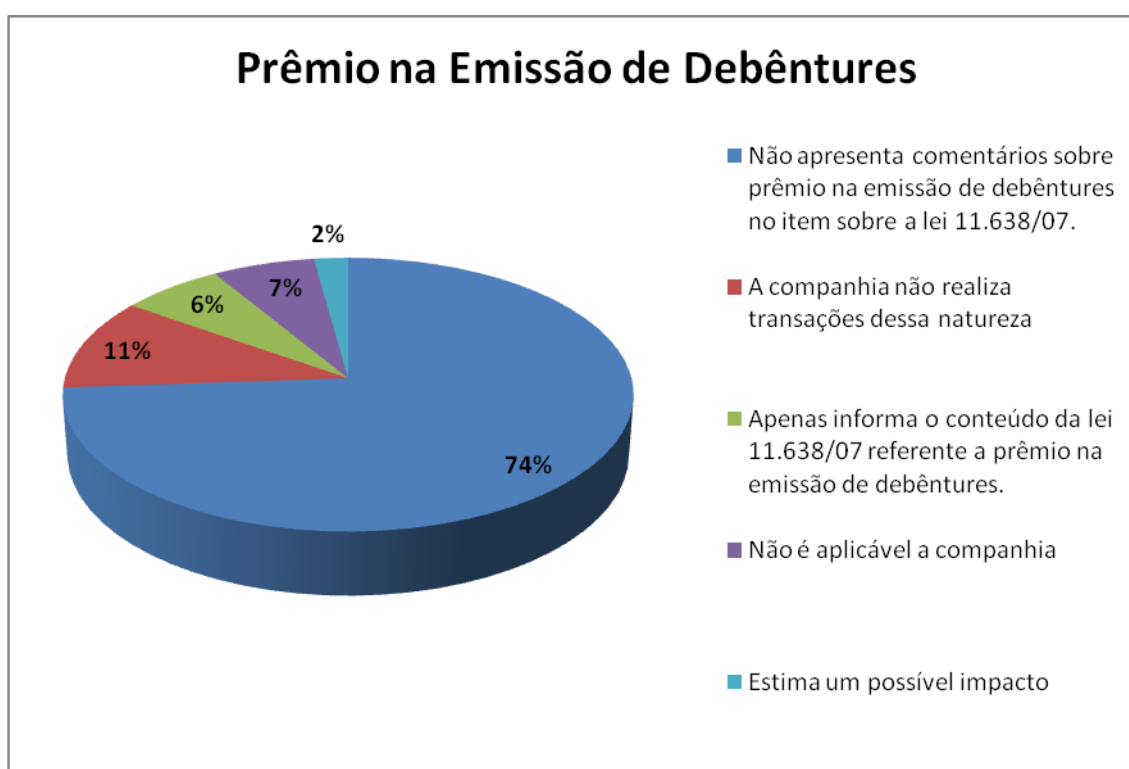
**Tabela 15** – Comentários sobre Variação Cambial no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação  | N.º de Emp. |
|---|-------------|
| Estima um possível impacto  | 8           |
| A companhia está em processo de avaliação dos efeitos                             | 3           |
| Não apresenta comentários sobre variação cambial no item sobre a lei 11.638/07.   | 27          |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente a variação cambial (CPC 02). | 5           |
| Já atende a legislação  | 2           |
| Empresa não avaliada  | 1           |
| <b>Total</b>  | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008

*p) Prêmio na Emissão de Debêntures*

Eliminação da reserva de capital, prêmio na Emissão de Debêntures art. 10 da Lei n. 11.638/07. O prêmio recebido na emissão de debêntures normalmente faz parte das condições da negociação, em função da atratividade desse papel ou da sua precificação, como, por exemplo, a fixação de taxa de juros acima da média do mercado. Nesse caso, o prêmio recebido configura uma receita não realizada, que deveria ser classificada como Resultado de Exercício Futuro, para apropriação ao resultado em função do prazo das debêntures e do reconhecimento também no resultado das despesas de juro. Das empresas estudadas, 74%, como exposto no Gráfico 16, não apresentam comentários sobre prêmio da emissão de debêntures; e 11% não realizaram operações dessa natureza.



**Gráfico 16** – Comentários sobre Prêmio na Emissão de Debêntures no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

Pela Tabela 16, observa-se que apenas um empresa estima um possível impacto advindo da Lei n. 11.638/07; para 3 empresas não é aplicável; e outras 3 apenas informam a alteração na lei.

**Tabela 16** – Comentários sobre Prêmio na Emissão de Debêntures no item da Lei n. 11.638/07 das Notas Explicativas.

| Situação   | N.º de Emp. |
|--|-------------|
| Não apresenta comentários sobre prêmio na emissão de debêntures no item sobre a lei 11.638/07. | 34          |
| A companhia não realiza transações dessa natureza  | 5           |
| Apenas informa o conteúdo da lei 11.638/07 referente a prêmio na emissão de debêntures.        | 3           |
| Não é aplicável a companhia  | 3           |
| Estima um possível impacto   | 1           |
| <b>Total</b>   | <b>46</b>   |

Fonte: Autor, dados obtidos nas ITR do segundo trimestre de 2008

*q) Outras Informações Relevantes*

Foi criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A. e os princípios fundamentais de Contabilidade. Essas demonstrações deverão ainda ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM art. 177, § 2º, II da Lei n. 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 também possibilitou à CVM estabelecer regras diferenciadas para as companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários, sobre a natureza e a periodicidade das informações que elas devam prestar, sobre o relatório da administração e sobre as suas demonstrações financeiras, padrões de contabilidade e relatórios e pareceres de auditoria art. 4 da Lei n. 11.638/07. Cabe ressaltar que a Lei n. 10.303/01 já havia alterado a lei societária, dando à CVM poderes para classificar e regular as companhias abertas em categorias segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por elas emitidos. A nova lei não altera essa disposição e além de considerar, ainda, o porte das companhias, incluiu os demais emissores de valores mobiliários no que diz respeito ao estabelecimento de regras diferenciadas nos casos previstos no § 1º, incisos I, II e IV do art. 22 da Lei n. 6.385/76.

A nova lei alterou, ainda, a Lei n. 6.385/76 reforçando o entendimento desta CVM de que a regulação contábil no Brasil pode estar formalmente baseada, no todo ou em parte, nos trabalhos desenvolvidos por um organismo multirepresentativo, que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios e padrões contábeis e de auditoria, e que reflita o pensamento dos diversos interessados nas informações contábeis das sociedades por ações. Com a introdução na nova lei da possibilidade de a CVM, do Banco Central do Brasil e dos demais reguladores firmarem convênios com essa entidade, fica reforçado o papel e a importância do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, hoje já em plena atividade, bem como fica ressaltada a necessidade deste organismo vir a ser dotado de condições plenas para atender às demandas dos reguladores e dos diversos mercados, e, dessa forma, dar maior efetividade a essa disposição contida no art. 5 da Lei n. 11.638/07.

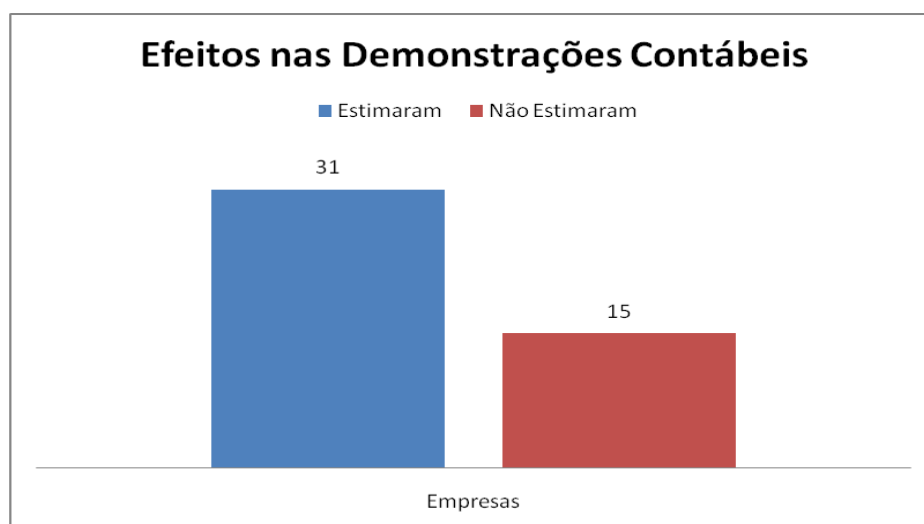
Como já mencionado, a Lei n. 11.638/07 estendeu às sociedades de grande porte, assim consideradas aquelas que, individualmente ou sob controle comum, possuam ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta superior a R\$ 300 milhões, a obrigatoriedade de manter escrituração e de elaborar demonstrações financeiras com observância às disposições da lei societária.

Assim, embora não haja menção expressa à obrigatoriedade de publicação dessas demonstrações financeiras, qualquer divulgação voluntária ou mesmo para atendimento de solicitações específicas (credores, fornecedores, clientes, empregados, etc.), as referidas demonstrações deverão ter o devido grau de transparência e estar totalmente em linha com o art. 3º da lei. A seguir apresenta-se os efeitos estimados pelas empresas.

#### 4.3. EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO

Entre as empresas estudadas, 67% estimaram e/ou informaram algum tipo de impacto nas suas contas e com isso o resultado e patrimônio como verificado no Gráfico 17.





**Gráfico 17 – Efeitos nas Demonstrações Contábeis.**

A seguir apresentam-se os impactos e efeitos nas ITR do segundo semestre de 2008, cujos valores se encontram em milhares de reais de acordo com a informação das notas explicativas, salvo o contrário descrito com o valor.

*a) América Latina Logística*

A America Latina Logística teve reduzida sua perda. Conforme o Quadro 5, infere-se que houve ganhos cambiais.

| <b>Variação Cambial</b><br>(valores em milhares de reais) |          |              |  |
|---|----------|--------------|--|
| Conta específica do patrimônio líquido                    | 30/06/08 | (R\$ 8.009)  | Perda decorrente de investimento na Argentina                                |
|   | 30/06/07 | (R\$ 14.212) |  |
|   | 30/06/08 | (R\$ 6.749)  | Operações de “Forward” Pesos<br>Proteção de efeitos cambiais<br>Houve Ganhos |
|   | 30/06/07 | (R\$ 10.588) |  |

**Quadro 5 – Variação Cambial da ALL.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

No que diz respeito aos arrendamentos financeiros, houve uma perda no patrimônio líquido e um ganho no resultado, observando-se o Quadro 6.

| <b>Arrendamentos Financeiros</b><br>(valores em milhares de reais) | <b>Patrimônio Líquido</b> | <b>Resultado</b> |
|--|---------------------------|------------------|
| Depois   | R\$ 36.379                | R\$ 2.916        |
| Antes  | R\$ 35.349                | R\$ 3.790        |

**Quadro 6** – Variação dos Arrendamentos Financeiros da ALL.

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

Já nos instrumentos financeiros, houve um aumento da conta, passando de R\$226 milhões antes da avaliação para R\$276 milhões de reais depois da avaliação

*b) Ambev*

A companhia AmBev passou os incentivos fiscais obtidos no primeiro semestre de R\$ 36.364 e no segundo trimestre de R\$ 38.797 de 2007 valores atualizados conforme a Lei n. 11.638/07, contabilizados transitoriamente em Resultados de Exercícios Futuros e serão mantidos nesta conta até que a CVM edite norma específica sobre a matéria.

Para efeitos de variação cambial, a controladora teve no primeiro semestre de 2008 um saldo redutor de R\$70.644 e no consolidado de R\$109.369. Na conta de ajustes de avaliação patrimonial, o *hedge* de *commodities* foi de R\$74.951.

Caso a Companhia tivesse reconhecido os Instrumentos financeiros “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação” a avaliados a valor de mercado, teria seu resultado do período e patrimônio líquido reduzidos em R\$247.604, sem considerar o eventual efeito do imposto de renda diferido correspondente. Os valores se encontram em milhares de reais conforme consta nas notas explicativas da companhia.

*c) Bradesco*

O saldo da conta reserva de incentivos fiscais anteriores a Lei n. 11.638/07 foi de R\$ 2.103 mil.

*d) Bradespar*

A principal alteração da Bradespar, de acordo com a Lei n. 11.638/07, é a variação cambial de uma das suas controladas, em que os efeitos das variação serão

contabilizados direto na conta situada no patrimônio líquido, de R\$5,484 bilhões (despesa) e R\$829 milhões.

*e) Banco do Brasil*

O Banco do Brasil teve o saldo da conta doações e incentivos fiscais atualizados no dia 30 de julho de 2008 evidenciados R\$5,188 bilhões, referente a operações realizadas em 2002, antes da Lei n. 11.638/07.

*f) Braskem*

A Braskem apresenta os efeitos da Lei n. 11.638/07 na demonstração do resultado do exercício de 30 de junho de 2008, conforme o Quadro 7.

| <b>Demonstração do resultado do período</b><br>(valores em milhares de reais) | <b>Controladora</b> | <b>Consolidado</b> |
|---|---------------------|--------------------|
| Lucro Líquido Atual   | 460.555             | 465.411            |
| Ajustes da Lei nº 11.638/07:  |                     |                    |
| Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiro                        |                     |                    |
| ▪ Ganhos ou perdas não realizados   | 22.213              | 28.732             |
| Investimentos no exterior   |                     |                    |
| ▪ Equivalência patrimonial  | 148                 | 181                |
| ▪ Variação cambial  | 1.169               | 3.045              |
| Lucro Líquido Ajustado  | 484.085             | 497.369            |

**Quadro 7** – Demonstração do Resultado do Período da Braskem.

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

O ativo diferido sofreu adequação em 30 de julho de 2008, sendo que a conta apresentava um ágio de R\$1.022.981,00 e consolidado de R\$2.274.226,00.

*g) Cemig*

Os efeitos contábeis nas Demonstrações Financeiras decorrentes da aplicação imediata dos ajustes a valor presente tratados na Lei n. 11.638/07 estão evidenciados no Quadro 8.

| (valores em milhares de reais)                   | <b>Consolidado<br/>Controladora</b> |
|--|-------------------------------------|
| <b>Ativo</b>                                     |                                     |
| Consumidores e Revendedores                      | (8.948)                             |
| Imobilizado                                      | (175.904)                           |
|  | (184.852)                           |
| <b>Passivo</b>                                   |                                     |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures         | (188.629)                           |
| Impostos, Taxas e Contribuições                  | 23.512                              |
| Outras obrigações                                | (47.483)                            |
| Patrimônio Líquido                               | 27.748                              |
|  | (184.852)                           |
| <b>Resultado do Exercício</b>                    |                                     |
| Despesa operacional                              | 6.161                               |
| Resultado Financeiro                             | 11.494                              |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | (9.600)                             |
|  | 8.055                               |

**Quadro 8 – Demonstrações ajustadas da Cemig.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

A parcela dos ajustes foi registrada diretamente no Patrimônio Líquido, sem impactar o resultado do exercício. As seguintes reclassificações de saldos contábeis, para fins de comparabilidade, foram efetuadas nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações de resultados de 30 de junho de 2007 e demonstrados no Quadro 9.

| (valores em milhares de reais) | <b>Consolidado<br/>Valor (R\$)</b> | <b>Controladora<br/>Valor (R\$)</b> | Conta de Reclassificação | <b>Consolidado<br/>Valor (R\$)</b> | <b>Controladora<br/>Valor (R\$)</b> |
|--------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| Conta Original                 |                                    |                                     |                          |                                    |                                     |
| Custos Operacionais –          |                                    |                                     |                          |                                    |                                     |
| Custo de Operação              |                                    |                                     | Receita Operacional      |                                    |                                     |
| Encargos de Uso da             |                                    |                                     |                          |                                    |                                     |
| Rede Básica de                 |                                    | -                                   |                          | (72.060)                           |                                     |
| Transmissão                    | 72.060                             |                                     | Receita de Uso da Rede   |                                    | -                                   |
| Pessoal e                      |                                    |                                     |                          |                                    |                                     |
| Administradores                | 42.344                             | 415                                 | Resultado                |                                    |                                     |
|                                |                                    |                                     | Participação dos         |                                    |                                     |
|                                | 114.404                            | 415                                 | Empregados               | (42.344)                           | (415)                               |
|                                |                                    |                                     |                          | (114.404)                          | (415)                               |

**Quadro 9 – Reclassificação dos Saldos da Cemig.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*h) Copel*

A Copel reclassificou seus intangíveis com aquisição de investimentos em coligados de R\$4.012. Já a reclassificação do diferido terá como valor máximo de R\$2.582.

i) *Cyrela Realt*

A Cyrela apresentou perdas de variação cambial conforme o Quadro 10.

| <b>Variação Cambial</b><br>(valores em milhares de reais) |   |
|---|---|
|   | <b>Acumulado 2008<br/>Ganho/(Perda)</b> |
| CYRSA S.A. – argentina                                    | (261)                                   |
| Rummaala S/A – Argentina                                  | (103)                                   |
| BR – Serviços e investimentos Ltda / Bahamas              | (712)                                   |
| <b>Efeito Líquido</b>                                     | <b>(1.076)</b>                          |

**Quadro 10** – Variação Cambial da Cyrela

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

Os efeitos estimados pela Cyrela no patrimônio líquido e resultado estão dispostos no Quadro 11, havendo um aumento do resultado e uma diminuição do patrimônio líquido no mesmo valor devido na variação cambial.

| <b>Descrição</b>  | <b>Efeitos a debito e a (credito)<br/>Resultado do Trimestre</b> | <b>Patrimônio Líquido</b> |
|---|--|---------------------------|
| Resultado/Patrimônio Líquido sem considerar os efeitos da Lei 11.638/07 | 205.051  | 2.276.682                 |
| Variação cambial sobre investimentos no exterior                        | 1.076  | (1.076)                   |
| <b>Resultado ajustado</b>   | <b>206.127</b>   | <b>2.275.606</b>          |

**Quadro 11** – Efeitos da Variação Cambial no Resultado e Patrimônio Líquido da Cyrela.

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

j) *Duratex*

A Duratex teve as contas de ajustes a valor presente e de variação cambial impactadas em R\$ 2,9 milhões e R\$200 mil respectivamente no primeiro semestre de 2008.

k) *Eletrobrás*

O efeito da variação cambial no resultado e demais contas de ativo e passivo estão apresentadas no Quadro 12.

| <b>Variação Cambial</b>            |                     |                     |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                    | <b>R\$ mil</b>      |                     |
|                                    | <b>CONTROLADORA</b> | <b>CONSOLIDAÇÃO</b> |
| <b>Ativo</b>                       |                     |                     |
| Aumento em Investimentos Presentes | 381.414             | 141.775             |

|  |         |         |
|--|---------|---------|
| <b>Passivo</b>   |         |         |
| Redução de obrigação para desmobilização de ativos – ajuste a valor presente |         | 240.815 |
| <b>Resultado</b>   |         |         |
| Avaliação por equivalência patrimonial                                       |         | 141.775 |
| Ajuste a valor presente  | 381.414 | 240.815 |
| Efeito líquido no resultado do trimestre                                     | 381.414 | 382.590 |

**Quadro 12 – Variação Cambial da Eletrobrás.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

O ajuste a valor presente, se fosse implementado na Eletrobrás o aumento no Patrimônio Líquido, seria de R\$19.713, antes do ajuste era de R\$259.690 mil. Para a equivalência patrimonial o impacto no resultado do primeiro trimestre foi de R\$141.775 mil e R\$96.216 mil para o segundo.

*l) Eletropaulo*

O efeito da aplicação retrospectiva das praticas contábeis introduzidas pela Lei no balanço patrimonial condensado em 31 de dezembro de 2007 conforme Quadro 13 e Quadro 14.

| Balanço Patrimonial Ativo (Reais Mil)           | Saldo anterior<br>apresentado | Ajustes da Lei<br>11.638/2007 | Saldo<br>ajustado |
|---|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| <b>DESCRIÇÃO</b>                                | <b>31.12.2007</b>             | <b>31.12.2007</b>             | <b>31.12.2007</b> |
| <b>Ativo Total</b>                              | 12.152.542                    | 81.678                        | 12.234.220        |
| Ativo Circulante                                | 3.643.990                     | 2                             | 3.643.992         |
| Disponibilidade                                 | 1.039.087                     |                               | 1.039.087         |
| Numerário disponível                            | 115.475                       |                               | 115.475           |
| Aplicações no mercado aberto                    | 923.393                       |                               | 923.393           |
| Créditos  | 2.119.350                     | 2                             | 2.119.352         |
| Cliente   |                               |                               |                   |
| Créditos Diversos                               | 2.119.350                     | 2                             | 2.119.352         |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 1.307.312                     |                               | 1.307.312         |
| Títulos e valores mobiliários                   | 293.499                       | 2                             | 293.499           |
| Tributos e contribuições sociais compensáveis   | 148.560                       |                               | 148.560           |
| Tributos e contribuições sociais diferidos      | 279.877                       |                               | 279.877           |
| Serviços prestados                              | 21.249                        |                               | 21.249            |
| Devedores diversos                              | 3.333                         |                               | 3.333             |
| Contas a receber – Acordos                      | 105.166                       |                               | 105.166           |
| Outros créditos                                 | 144.226                       |                               | 144.226           |
| Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa     | (183.872)                     |                               | (183.872)         |
| <b>Estoques</b>                                 | <b>26.320</b>                 |                               | <b>26.320</b>     |
| Almoxarifado                                    | 26.320                        |                               | 26.320            |
| <b>Outros</b>                                   | <b>459.233</b>                |                               | <b>459.233</b>    |
| Compensação de variação parcela A               | 458.305                       |                               | 458.305           |
| Despesas pagas antecipadamente                  | 928                           |                               | 928               |
| <b>Ativo Não Circulante</b>                     | <b>8.508.552</b>              | <b>81.676</b>                 | <b>8.590.228</b>  |
| <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>           | <b>1.825.797</b>              | <b>8.741</b>                  | <b>1.834.538</b>  |
| <b>Créditos Diversos</b>                        | <b>1.690.347</b>              | <b>(289)</b>                  | <b>1.690.058</b>  |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 41.577                        |                               | 41.577            |
| Tributos e contribuições sociais compensáveis   | 75.138                        |                               | 75.138            |
| Tributos e contribuições sociais diferidos      | 972.967                       | 505                           | 973.472           |
| Cauções e depósitos vinculados                  | 414.489                       |                               | 414.489           |
| Contas a receber – Acordos                      | 146.491                       |                               | 146.491           |
| Outros créditos                                 | 149.345                       | (794)                         | 148.551           |
| Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa     | (109.660)                     |                               | (109.660)         |

|  |                  |                |                  |
|--|------------------|----------------|------------------|
| <b>Créditos com Pessoas Ligadas</b>              |                  |                |                  |
| Com Coligadas e Equiparadas                      |                  |                |                  |
| Com Controladas                                  |                  |                |                  |
| Com Outras Pessoas Ligas                         |                  |                |                  |
| <b>Outros</b>                                    | <b>135.540</b>   | <b>9.030</b>   | <b>144.480</b>   |
| Compensação de variação parcela A                | 135.450          |                | 135.450          |
| Despesas pagas antecipadamente                   |                  | 9.030          | 9.030            |
| <b>Ativo Permanente</b>                          | <b>6.682.755</b> | <b>72.935</b>  | <b>6.755.690</b> |
| <b>Investimentos</b>                             | <b>48.072</b>    |                | <b>48.072</b>    |
| <b>Participações Coligadas/Equiparadas</b>       |                  |                |                  |
| <b>Participações Coligadas/Equiparadas- Ágio</b> |                  |                |                  |
| <b>Participações em Controladas</b>              |                  |                |                  |
| <b>Participações em Controladas - Ágio</b>       |                  |                |                  |
| <b>Outros Investimentos</b>                      | <b>48.272</b>    |                | <b>48.272</b>    |
| Bens e direitos p/ uso futuro                    | 41.609           |                | 41.609           |
| Outros investimentos                             | 6.463            |                | 6.463            |
| <b>Imobilizado</b>                               | <b>6.401.177</b> | <b>81.965</b>  | <b>6.483.142</b> |
| Em serviço                                       | 6.749.153        | 81.965         | 6.831.118        |
| Em curso   | 165.214          |                | 165.214          |
| Obrigações especiais vinc. a concessão           | (513.190)        |                | (513.190)        |
| <b>Intangível</b>                                | <b>223.170</b>   |                | <b>223.170</b>   |
| <b>Diferido</b>                                  | <b>10.336</b>    | <b>(9.030)</b> | <b>1.306</b>     |

**Quadro 13 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2007 (ATIVO)**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

| Balanço Patrimonial Passivo (Reais Mil)            | Saldo anterior<br>apresentado | Ajustes da Lei<br>11.638/2007 | Saldo<br>ajustado |
|--|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| <b>DESCRIÇÃO</b>                                   | <b>31.12.2007</b>             | <b>31.12.2007</b>             | <b>31.12.2007</b> |
| <b>Passivo Total</b>                               | <b>12.152.542</b>             | <b>81.678</b>                 | <b>12.234.220</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                          | <b>2.902.009</b>              | <b>10.218</b>                 | <b>2.912.227</b>  |
| <b>Empréstimos e Financiamentos</b>                | <b>32.715</b>                 | <b>10.195</b>                 | <b>42.910</b>     |
| <b>Debêntures</b>                                  |                               |                               |                   |
| <b>Fornecedores</b>                                | <b>683.529</b>                |                               | <b>683.529</b>    |
| <b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>             | <b>376.328</b>                |                               | <b>376.328</b>    |
| Tributos e contribuições sociais                   | 367.642                       |                               | 367.642           |
| Tributos e contribuições sociais diferidos         | 8.686                         |                               | 8.686             |
| <b>Dividendos a Pagar</b>                          | <b>222.748</b>                |                               | <b>222.748</b>    |
| Dividendos declarados                              | 162.730                       |                               | 162.730           |
| Juros s/ Capital Próprio - TJLP                    | 60.018                        |                               | 60.018            |
| <b>Provisões</b>                                   | <b>331.874</b>                |                               | <b>331.874</b>    |
| Provisões p/ litígios e contingências              | 331.874                       |                               | 331.874           |
| <b>Dividas com Pessoas Ligadas</b>                 |                               |                               |                   |
| <b>Outros</b>                                      | <b>1.254.815</b>              | <b>23</b>                     | <b>1.254.838</b>  |
| Obrigações estimadas                               | 73.947                        |                               | 73.947            |
| Folha de pagamento                                 | 4.002                         |                               | 4.002             |
| Encargos de dívida                                 | 90.642                        |                               | 90.642            |
| Obrigações c/ entidade de previdência privada      | 251.599                       |                               | 251.599           |
| Compensação de variação da parcela A               | 180.923                       |                               | 180.923           |
| Cosip  | 23.655                        |                               | 23.655            |
| Operações de Swap cambial                          | 21.784                        |                               | 21.784            |
| P&D, Eficiência Energética, EPE e FNDCT            | 228.464                       |                               | 228.464           |
| Encargos do consumidor a recolher                  | 59.544                        |                               | 59.544            |
| Contas a pagar - Banco Santos                      | 198.184                       |                               | 198.184           |
| Outros   | 122.071                       |                               | 122.071           |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                      | <b>5.928.745</b>              | <b>72.440</b>                 | <b>6.001.185</b>  |
| <b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>              | <b>5.928.745</b>              | <b>72.440</b>                 | <b>6.001.185</b>  |
| <b>Empréstimos e Financiamentos</b>                | <b>803.908</b>                | <b>72.337</b>                 | <b>876.245</b>    |
| <b>Debêntures</b>                                  | <b>1.050.000</b>              |                               | <b>1.050.000</b>  |
| <b>Provisões</b>                                   | <b>1.147.435</b>              |                               | <b>1.147.435</b>  |
| Provisões p/ litígios e contingências              | 1.147.435                     |                               | 1.147.435         |
| <b>Dividas com Pessoas Ligadas</b>                 |                               |                               |                   |
| <b>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</b> |                               |                               |                   |
| <b>Outros</b>                                      | <b>2.927.402</b>              | <b>103</b>                    | <b>2.927.505</b>  |
| Tributos e contribuições sociais                   | 105.046                       |                               | 105.046           |
| Tributos e contribuições sociais diferidos         | 565.690                       |                               | 565.690           |
| Obrigações c/ entidade de previdência privada      | 2.083.475                     |                               | 2.083.475         |
| Operações de Swap cambial                          | 22.468                        | 103                           | 22.571            |
| Reserva de reversão                                | 66.085                        |                               | 66.085            |
| Compensação de variação da parcela A               | 76.446                        |                               | 76.446            |

|   |                  |              |                  |
|---|------------------|--------------|------------------|
| Outros  | 8.192            |              | 8.192            |
| <b>Resultados de Exercícios Futuros</b>               |                  |              |                  |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                             | <b>3.321.788</b> | <b>(980)</b> | <b>3.320.808</b> |
| <b>Capital Social Realizado</b>                       | <b>1.057.629</b> |              | <b>1.057.629</b> |
| Capital social subscrito e integralizado              | 1.057.629        |              | 1.057.629        |
| <b>Reservas de Capital</b>                            |                  |              |                  |
| <b>Reservas de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais</b> | <b>2.220.773</b> |              | <b>2.220.773</b> |
| Ativos Próprios                                       | 2.220.773        |              | 2.220.773        |
| Controladas/Coligadas e Equipadas                     |                  |              |                  |
| <b>Reservas de Lucro</b>                              | <b>43.386</b>    |              | <b>43.386</b>    |
| Legal   | 43.386           |              | 43.386           |
| Estatutária   |                  |              |                  |
| Para Contingências                                    |                  |              |                  |
| De Lucros a Realizar                                  |                  |              |                  |
| Retenção de Lucros                                    |                  |              |                  |
| Especial p/ Dividendos Não Distribuídos               |                  |              |                  |
| Outras Reservas de Lucro                              |                  |              |                  |
| <b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>                    |                  | <b>(980)</b> | <b>(980)</b>     |
| <b>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</b>    |                  |              |                  |

**Quadro 14 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2007 (PASSIVO)**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

Os efeitos da aplicação retrospectiva das práticas contábeis introduzidas pela Lei na demonstração do resultado do período de três meses findos em 31 de março de 2007, apresentado no Quadro 15.

| Demonstração do RESULTADO (Reais Mil)           | Saldo anterior apresentado | Ajustes da Lei 11.638/2007 | Saldo ajustado    |
|---|----------------------------|----------------------------|-------------------|
| <b>DESCRIÇÃO</b>                                | <b>31.3.2007</b>           | <b>31.3.2007</b>           | <b>31.3.2007</b>  |
| Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços           | 2.759.771                  | (863)                      | 2.758.908         |
| Deduções da Receita Bruta                       | (1.083.179)                |                            | (1.083.179)       |
| <b>Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>  | <b>1.676.592</b>           | <b>(863)</b>               | <b>1.675.729</b>  |
| Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos            | (1.364.931)                | 1.528                      | (1.363.403)       |
| <b>Resultado Bruto</b>                          | <b>311.661</b>             | <b>665</b>                 | <b>312.326</b>    |
| <b>Despesas/Receitas Operacionais</b>           | <b>(25.350)</b>            | <b>(447)</b>               | <b>(25.797)</b>   |
| Com Vendas                                      |                            |                            |                   |
| Gerais e Administrativas                        |                            |                            |                   |
| <b>Financeiras</b>                              | <b>(12.659)</b>            | <b>(447)</b>               | <b>(13.106)</b>   |
| Receitas Financeiras                            | 100.058                    | 77                         | 100.135           |
| <b>Despesas Financeiras</b>                     | <b>(112.717)</b>           | <b>(524)</b>               | <b>(113.241)</b>  |
| Despesas financeiras                            | (117.855)                  | (738)                      | (118.593)         |
| Variações monetárias/cambiais líquidas          | 5.138                      | 214                        | 5.352             |
| <b>Outras Receitas Operacionais</b>             |                            |                            |                   |
| <b>Outras Despesas Operacionais</b>             |                            |                            |                   |
| <b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>    | <b>(12.691)</b>            |                            | <b>(12.691)</b>   |
| <b>Resultado Operacional</b>                    | <b>286.311</b>             | <b>218</b>                 | <b>286.529</b>    |
| <b>Resultado não Operacional</b>                | <b>(4.822)</b>             |                            | <b>(4.822)</b>    |
| Receitas  | 1.668                      |                            | 1.668             |
| Despesas  | (6.490)                    |                            | (6.490)           |
| <b>Resultado Antes Tributação/Participações</b> | <b>281.489</b>             | <b>218</b>                 | <b>281.707</b>    |
| Provisão para IR e contribuição social          | (68.964)                   |                            | (68.964)          |
| IR diferido                                     | (46.939)                   | (75)                       | (47.014)          |
| <b>Participações/Contribuições Estatutárias</b> |                            |                            |                   |
| Participações                                   |                            |                            |                   |
| <b>Contribuições</b>                            |                            |                            |                   |
| <b>Reversão dos Juros sobre Capital Próprio</b> |                            |                            |                   |
| <b>Lucro/Prejuízo do Período</b>                | <b>165.586</b>             | <b>143</b>                 | <b>165.729</b>    |
| <b>NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)</b>        | <b>41.835.972</b>          | <b>41.835.972</b>          | <b>41.835.972</b> |
| <b>LUCRO POR AÇÃO</b>                           | <b>0,00396</b>             | <b>0,00000</b>             | <b>0,00396</b>    |

**Quadro 15 – Demonstração do Resultado da Eletropaulo 2007.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.



As práticas contábeis introduzidas pela Lei no balanço patrimonial (Quadro 16, Quadro 17) e demonstração do resultado (Quadro 18), em 31 de março de 2008, estão evidenciadas nos respectivos quadros.

| Balanço Patrimonial Ativo (Reais Mil)                   | Saldo anterior<br>apresentado | Ajustes da Lei<br>11.638/2007 | Saldo<br>ajustado |
|---|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| <b>DESCRIÇÃO</b>  | <b>31.3.2008</b>              | <b>31.3.2008</b>              | <b>31.3.2008</b>  |
| <b>Ativo Total</b>                                      | 12.332.186                    | 82.634                        | 12.414.820        |
| <b>Ativo Circulante</b>                                 | 3.891.287                     | 37                            | 3.891.324         |
| <b>Disponibilidades</b>                                 | 1.318.745                     |                               | 1.318.745         |
| Numerário disponível                                    | 4.263                         |                               | 4.263             |
| Numerário em trânsito                                   | 187                           |                               | 187               |
| Aplicações no mercado aberto                            | 1.377.295                     |                               | 1.377.295         |
| <b>Créditos</b>   | 1.957.643                     | 37                            | 1.957.671         |
| <b>Clientes</b>   |                               |                               |                   |
| <b>Créditos Diversos</b>                                | 1.957.643                     | 37                            | 1.957.671         |
| Consumidores, concessionárias e<br>permissionárias      | 1.392.782                     |                               | 1.392.782         |
| Títulos e valores mobiliários                           | 100.115                       | 37                            | 100.152           |
| Tributos e contribuições sociais<br>compensáveis        | 138.649                       |                               | 138.649           |
| Tributos e contribuições sociais diferidos              | 251.264                       |                               | 251.264           |
| Serviços prestados                                      | 33.814                        |                               | 33.814            |
| Devedores diversos                                      | 9.436                         |                               | 9.436             |
| Contas a receber – Acordos                              | 106.431                       |                               | 106.431           |
| Outros créditos   | 106.918                       |                               | 106.918           |
| Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa             | (181.775)                     |                               | (181.775)         |
| <b>Estoques</b>   | <b>32.093</b>                 |                               | <b>32.093</b>     |
| Almoxarifado  | 32.093                        |                               | 32.093            |
| <b>Outros</b>   | <b>519.815</b>                |                               | <b>519.815</b>    |
| Compensação de variação parcela A                       | 507.853                       |                               | 507.853           |
| Despesas pagas antecipadamente                          | 11.962                        |                               | 11.962            |
| <b>Ativo Não Circulante</b>                             | <b>8.440.899</b>              | <b>82.597</b>                 | <b>8.532.496</b>  |
| <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>                   | <b>1.783.133</b>              | <b>8.800</b>                  | <b>1.791.933</b>  |
| <b>Créditos Diversos</b>                                | <b>1.716.057</b>              | <b>113</b>                    | <b>1.716.170</b>  |
| Consumidores, concessionárias e<br>permissionárias      | 28.473                        |                               | 28.473            |
| Tributos e contribuições sociais<br>compensáveis        | 76.065                        |                               | 76.065            |
| Tributos e contribuições sociais diferidos              | 991.681                       | 472                           | 992.153           |
| Cauções e depósitos vinculados                          | 449.596                       |                               | 449.596           |
| Contas a receber – Acordos                              | 148.441                       |                               | 148.441           |
| Outros créditos   | 146.092                       | (359)                         | 145.733           |
| Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa             | (124.291)                     |                               | (124.291)         |
| <b>Créditos com Pessoas Ligadas</b>                     |                               |                               |                   |
| Com coligadas e equiparadas                             |                               |                               |                   |
| Com controladas   |                               |                               |                   |
| Com outras pessoas ligas                                |                               |                               |                   |
| <b>Outros</b>   | <b>67.076</b>                 | <b>8.687</b>                  | <b>75.763</b>     |
| Compensação de variação parcela A                       | 67.076                        |                               | 65.076            |
| Despesas pagas antecipadamente                          |                               | 8.687                         | 8.687             |
| <b>Ativo Permanente</b>                                 | <b>6.657.766</b>              | <b>73.797</b>                 | <b>6.731.563</b>  |
| <b>Investimentos</b>                                    | <b>39.327</b>                 |                               | <b>39.327</b>     |
| <b>Participação em Coligadas/Equiparadas</b>            |                               |                               |                   |
| <b>Participação em Coligadas/Equiparadas -<br/>Ágio</b> |                               |                               |                   |
| <b>Participação em Controladas</b>                      |                               |                               |                   |
| <b>Participação em Controladas - Ágio</b>               |                               |                               |                   |
| <b>Outros Investimentos</b>                             | <b>39.327</b>                 |                               | <b>39.327</b>     |
| Bens e direitos p/ uso futuro                           | 33.001                        |                               | 33.001            |
| Outros investimentos                                    | 6.326                         |                               | 6.326             |
| <b>Imobilizado</b>                                      | <b>6.383.722</b>              | <b>82.484</b>                 | <b>6.466.206</b>  |
| Em serviço  | 6.712.693                     | 82.484                        | 6.795.177         |
| Em curso  | 192.815                       |                               | 192.815           |
| Obrigações especiais vinc. a concessão                  | (521.786)                     |                               | (521.786)         |
| <b>Intangível</b>                                       | <b>224.920</b>                |                               | <b>224.920</b>    |
| <b>Diferido</b>   | <b>9.797</b>                  | <b>(8.687)</b>                | <b>1.110</b>      |

**Quadro 16 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2008 (ATIVO)**  
 Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

| Balanço Patrimonial Passivo (Reais Mil)               | Saldo anterior apresentado | Ajustes da Lei 11.638/2007 | Saldo ajustado    |
|---|----------------------------|----------------------------|-------------------|
| <b>DESCRIÇÃO</b>                                      | <b>31.3.2008</b>           | <b>31.3.2008</b>           | <b>31.3.2008</b>  |
| <b>Passivo Total</b>                                  | <b>12.332.186</b>          | <b>82.634</b>              | <b>12.414.820</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                             | <b>2.962.661</b>           | <b>10.742</b>              | <b>2.973.403</b>  |
| <b>Empréstimos e Financiamentos</b>                   | <b>32.454</b>              | <b>10.481</b>              | <b>43.295</b>     |
| <b>Debêntures</b>                                     |                            |                            |                   |
| <b>Fornecedores</b>                                   | <b>713.802</b>             |                            | <b>713.802</b>    |
| <b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>                | <b>478.216</b>             |                            | <b>478.216</b>    |
| Tributos e contribuições sociais                      | 469.530                    |                            | 469.530           |
| Tributos e contribuições sociais diferidos            | 8.686                      |                            | 8.686             |
| <b>Dividendos a Pagar</b>                             | <b>222.742</b>             |                            | <b>222.742</b>    |
| Dividendos declarados                                 | 162.724                    |                            | 162.724           |
| Juros s/ Capital Próprio - TJLP                       | 60.018                     |                            | 60.018            |
| <b>Provisões</b>                                      | <b>298.657</b>             |                            | <b>298.657</b>    |
| Provisões p/ litígios e contingências                 | 298.657                    |                            | 298.657           |
| <b>Dividas com Pessoas Ligadas</b>                    |                            |                            |                   |
| <b>Outros</b>   | <b>1.216.790</b>           | <b>(99)</b>                | <b>1.216.691</b>  |
| Obrigações estimadas                                  | 55.737                     |                            | 55.737            |
| Folha de pagamento                                    | 8.346                      |                            | 8.346             |
| Encargos de dívida                                    | 54.527                     |                            | 54.527            |
| Obrigações c/ entidade de previdência privada         | 261.097                    |                            | 261.097           |
| Compensação de variação da parcela A                  | 166.645                    |                            | 166.645           |
| Cosip   | 22.151                     |                            | 22.151            |
| Operações de Swap cambial                             | 22.993                     | (99)                       | 22.894            |
| P&D, Eficiência Energética, EPE e FNDCT               | 228.320                    |                            | 228.320           |
| Encargos do consumidor a recolher                     | 61.662                     |                            | 61.662            |
| Contas a pagar - Banco Santos                         | 208.888                    |                            | 208.888           |
| Outros  | 126.424                    |                            | 126.424           |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                         | <b>5.897.705</b>           | <b>72.811</b>              | <b>5.970.516</b>  |
| <b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>                 | <b>5.897.705</b>           | <b>72.811</b>              | <b>5.970.516</b>  |
| <b>Empréstimos e Financiamentos</b>                   | <b>800.660</b>             | <b>72.974</b>              | <b>873.634</b>    |
| <b>Debêntures</b>                                     | <b>1.050.000</b>           |                            | <b>1.050.000</b>  |
| <b>Provisões</b>                                      | <b>1.213.122</b>           |                            | <b>1.213.122</b>  |
| Provisões p/ litígios e contingências                 | 1.213.122                  |                            | 1.213.122         |
| <b>Dividas com Pessoas Ligadas</b>                    |                            |                            |                   |
| <b>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</b>    |                            |                            |                   |
| <b>Outros</b>   | <b>2.833.923</b>           | <b>(163)</b>               | <b>2.833.760</b>  |
| Tributos e contribuições sociais                      | 89.442                     |                            | 89.442            |
| Tributos e contribuições sociais diferidos            | 563.591                    |                            | 563.591           |
| Obrigações c/ entidade de previdência privada         | 2.044.173                  |                            | 2.044.173         |
| Operações de Swap cambial                             | 23.581                     | (163)                      | 23.418            |
| Reserva de reversão                                   | 66.085                     |                            | 66.085            |
| Compensação de variação da parcela A                  | 41.942                     |                            | 41.942            |
| Outros  | 5.109                      |                            | 5.109             |
| <b>Resultados de Exercícios Futuros</b>               |                            |                            |                   |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                             | <b>3.471.820</b>           | <b>(919)</b>               | <b>3.470.901</b>  |
| <b>Capital Social Realizado</b>                       | <b>1.057.629</b>           |                            | <b>1.057.629</b>  |
| Capital social subscrito e integralizado              | 1.057.629                  |                            | 1.057.629         |
| <b>Reservas de Capital</b>                            |                            |                            |                   |
| <b>Reservas de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais</b> | <b>2.204.416</b>           |                            | <b>2.204.416</b>  |
| Ativos Próprios                                       | 2.204.416                  |                            | 2.204.416         |
| Controladas/Coligadas e Equipadas                     |                            |                            |                   |
| <b>Reservas de Lucro</b>                              | <b>43.386</b>              |                            | <b>43.386</b>     |
| Legal   | 43.386                     |                            | 43.386            |
| Estatutária   |                            |                            |                   |
| Para Contingências                                    |                            |                            |                   |
| De lucros a Realizar                                  |                            |                            |                   |
| Retenção de Lucros                                    |                            |                            |                   |
| Especial p/ Dividendos Não Distribuídos               |                            |                            |                   |

|  |                |              |                |
|--|----------------|--------------|----------------|
| Outras Reservas de Lucro                           |                |              |                |
| <b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>                 | <b>166.389</b> | <b>(919)</b> | <b>165.470</b> |
| <b>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</b> |                |              |                |

**Quadro 17 – Balanço Patrimonial da Eletropaulo de 2008 (PASSIVO)**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

| Demonstração do RESULTADO (Reais Mil)           | Saldo anterior apresentado | Ajustes da Lei 11.638/2007 | Saldo ajustado    |
|---|----------------------------|----------------------------|-------------------|
| <b>DESCRIÇÃO</b>                                | <b>31.3.2008</b>           | <b>31.3.2008</b>           | <b>31.3.2008</b>  |
| Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços           | 2.668.358                  | (435)                      | 2.687.923         |
| Deduções da Receita Bruta                       | (928.133)                  |                            | (928.133)         |
| <b>Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>  | <b>1.760.225</b>           | <b>(435)</b>               | <b>1.759.790</b>  |
| Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos            | (1.475.433)                | 2.510                      | (1472.923)        |
| <b>Resultado Bruto</b>                          | <b>284.792</b>             | <b>2.075</b>               | <b>286.867</b>    |
| <b>Despesas/Receitas Operacionais</b>           | <b>(35.000)</b>            | <b>(1.981)</b>             | <b>(36.981)</b>   |
| Com Vendas                                      |                            |                            |                   |
| Gerais e Administrativas                        |                            |                            |                   |
| <b>Financeiras</b>                              | <b>(35.000)</b>            | <b>(1.981)</b>             | <b>(36.981)</b>   |
| Receitas Financeiras                            | 66.358                     | 36                         | 66.394            |
| <b>Despesas Financeiras</b>                     | <b>(101.358)</b>           | <b>(2.017)</b>             | <b>(103.375)</b>  |
| Despesas financeiras                            | (75.194)                   | (2.406)                    | (77.600)          |
| Variações monetárias/cambiais líquidas          | (26.164)                   | 389                        | (25.775)          |
| <b>Outras Receitas Operacionais</b>             |                            |                            |                   |
| <b>Outras Despesas Operacionais</b>             |                            |                            |                   |
| <b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>    |                            |                            |                   |
| <b>Resultado Operacional</b>                    | <b>249.792</b>             | <b>94</b>                  | <b>249.886</b>    |
| <b>Resultado não Operacional</b>                | <b>(12.311)</b>            |                            | <b>(12.311)</b>   |
| Receitas  | 3.628                      |                            | 3.628             |
| Despesas  | (15.939)                   |                            | (15.939)          |
| <b>Resultado Antes Tributação/Participações</b> | <b>237.481</b>             | <b>94</b>                  | <b>237.575</b>    |
| Provisão para IR e contribuição social          | (79.647)                   |                            | (79.647)          |
| IR diferido                                     | (7.398)                    | (32)                       | (7.430)           |
| <b>Participações/Contribuições Estatutárias</b> |                            |                            |                   |
| Participações                                   |                            |                            |                   |
| <b>Contribuições</b>                            |                            |                            |                   |
| <b>Reversão dos Juros sobre Capital Próprio</b> |                            |                            |                   |
| <b>Lucro/Prejuízo do Período</b>                | <b>150.436</b>             | <b>62</b>                  | <b>150.498</b>    |
| <b>NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)</b>        | <b>41.835.972</b>          | <b>41.835.972</b>          | <b>41.835.972</b> |
| <b>LUCRO POR AÇÃO</b>                           | <b>0,00360</b>             | <b>0,00000</b>             | <b>0,00360</b>    |

**Quadro 18 – Demonstração do Resultado da Eletropaulo de 2008.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*m) Embraer*

A Embraer, com a adoção da Lei n. 11.638/07, teve efeito no patrimônio líquido a conta de ajuste a valor de mercado dos instrumentos derivados teve uma redução de R\$1.975 e a conta de arrendamentos financeiros de R\$17.967 aumentando o patrimônio líquido em R\$15.992.

|  | Aumento (redução) no Patrimônio Líquido |
|--|---|
| Ajuste a valor de mercado dos instrumentos derivados | (1.975)                                 |

|                           |        |
|---------------------------|--------|
| Arrendamentos Financeiros | 17.967 |
|                           | 15.992 |

**Quadro 19** – Aumento no Patrimônio Líquido da Embraer  
Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*n) Gerdau Metalúrgica*

As reservas de capital em 30 de junho de 2008, cujo montante de subvenções para investimentos reconhecidos em resultado de exercícios futuros, por suas controladas, foram de R\$36.627. Em 30 de junho de 2008, com base no art. 8º da instrução CVM nº 469, o montante do ajuste a valor presente que reduziu o patrimônio da Companhia foi de R\$29.105 (R\$27.930 em 31 de março de 2008). Para o período de três meses findos em 30 de junho de 2008, o ajuste a valor presente reconhecido no resultado da Companhia de R\$1.392 (efeito positivo de R\$ 1.801 em 30 de junho de 2007). Para o período de seis meses findos em 30 de junho 2008, o ajuste a valor presente foi um efeito positivo no resultado da Companhia de R\$ 1.392 (efeito positivo de R\$3.339 em 30 de junho de 2007).

Em 30 de junho de 2008 esse montante era de R\$11.315. Em atendimento ao art. 4º da referida Instrução, a Companhia informa ter optado por manter a reserva de reavaliação registrada em sua empresa controlada.

O montante das variações cambiais que deixou de ser reconhecido no Resultado da Companhia foi de R\$ 480.016 para o período de três meses findos em 30 de junho de 2008 (R\$ 94.591 em 30 de junho de 2007). Para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2008, o montante das variações cambiais foi de R\$ 438.646 (R\$ 173.895 em 30 de junho de 2007).

*o) Gol*

O Quadro 20 e o Quadro 21 a seguir apresentam um resumo da estimativa dos efeitos da Lei n. 11.638/07 no patrimônio líquido consolidado e no lucro consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2008 e 31 de março de 2008:

|   | <b>Consolidado</b> |                   |
|---|--------------------|-------------------|
|   | <b>30.06.2008</b>  | <b>31.03.2008</b> |
| Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07                    | 2.011.647          | 2.279.961         |
| Arrendamentos financeiros   | 15.913             | 12.844            |
| Juros capitalizados na construção das aeronaves sob a modalidade de arrendamentos financeiros | 23.569             | 18.316            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes                             | (13.424)           | (10.594)          |

|   |           |           |
|---|-----------|-----------|
| Efeito líquido da aplicação integral da Lei nº 11.638/07                                  | 26.058    | 20.566    |
| Patrimônio líquido após os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 aplicáveis à Companhia | 2.037.705 | 2.300.527 |

**Quadro 20 – Impactos no patrimônio líquido da GOL em 2008.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

|   | <b>Consolidado</b> |                   |
|---|--------------------|-------------------|
|   | <b>30.06.2008</b>  | <b>31.03.2008</b> |
| Prejuízo antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07                              | (216.767)          | (74.098)          |
| Arrendamento mercantil  | 4.931              | 4.615             |
| Remuneração baseada em ações  | (548)              | (506)             |
| Juros capitalizados na construção das aeronaves sob a modalidade de arrendamentos financeiros | 3.899              | 1.554             |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes                             | (2.816)            | (1.926)           |
| Efeito líquido da aplicação integral da Lei nº 11.638/07                                      | 5.466              | 3.737             |
| Prejuízo após os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 aplicáveis à Companhia               | (211.301)          | (70.361)          |

**Quadro 21 – Impactos no resultado da GOL em 2008.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

O Quadro 22 reflete as reclassificações realizadas pela GOL e seus saldos antes e após as reclassificações.

| <b>Reclassificações</b> |                                   |                |                                 |
|-------------------------|-----------------------------------|----------------|---------------------------------|
| <b>Conta</b>            | <b>Saldos em 30.06.2008</b>       |                |                                 |
|                         | <b>Antes das reclassificações</b> | <b>Valores</b> | <b>Após as reclassificações</b> |
| Investimentos (a)       | 981.227                           | (980.223)      | 1.004                           |
| Imobilizado (b)         | 1.553.651                         | (24.184)       | 1.529.467                       |
| Diferido (c)            | 30.391                            | (19.780)       | 10.611                          |
| Intangível              |                                   | 1.024.187      | 1.024.187                       |
|                         | 2.565.269                         |                | 2.565.269                       |
| <b>Conta</b>            | <b>Saldos em 31.03.2008</b>       |                |                                 |
|                         | <b>Antes das Reclassificações</b> | <b>Valores</b> | <b>Após as Reclassificações</b> |
| Investimentos (a)       | 981.501                           | (980.223)      | 1.278                           |
| Imobilizado (b)         | 1.467.164                         | (17.749)       | 1.449.415                       |
| Diferido (c)            | 26.120                            | (15.673)       | 10.447                          |
| Intangível              |                                   | 1.013.645      | 1.013.645                       |
|                         | 2.474.785                         |                | 2.474.785                       |

**Quadro 22 – Reclassificações nas contas da GOL.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

p) JBS

Uma redução do prejuízo do trimestre de R\$(364.449) para R\$(145.030), que seria refletido no aumento do resultado positivo de equivalência patrimonial de R\$17.131 para R\$35.578 na controladora e na redução do resultado financeiro líquido de R\$(392.367) para R\$ (191.395) na controladora e de R\$(508.796) para R\$(289.377) no consolidado.

Uma redução do prejuízo do semestre de R\$(371.065) para R\$(190.650) que seria refletida na redução do resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$(61.087) para R\$(35.458) na controladora e na redução do resultado financeiro líquido de R\$(396.967) para R\$(242.181) na controladora e de R\$(585.598), para R\$(366.179) no consolidado.

*q) Natura*

A Natura estimou o efeito líquido gerado em suas contas conforme o Quadro 23, havendo um aumento do patrimônio líquido e uma redução do resultado.

| Descrição  | Efeitos a débito e a (crédito) |                        |                       |                    |
|--|--------------------------------|------------------------|-----------------------|--------------------|
|  | Ativo não Circulante           | Passivo não Circulante | Resultado do semestre | Patrimônio Líquido |
| Variação cambial sobre investimentos societários no exterior |                                |                        | (2.164)               | 2.164              |
| Programação de outorga de opções de ações                    |                                | (19.262)               | (409)                 | 19.671             |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos             | 6.549                          |                        | 139                   | (6.688)            |
| Efeito líquido   | 6.549                          | (19.262)               | (2.434)               | 15.147             |

**Quadro 23 – Impacto nas contas da Natura.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*r) Net*

A Net realizou reclassificações como é demonstrado no Quadro 24, nas contas de investimento, imobilizado, diferido e intangível. Caso venha ser obrigatório o CPC 04 aumentará o patrimônio líquido da empresa em R\$76.206 em decorrência da não amortização dos ágios existentes.

| Conta        | Saldos em 30/06/2008       |             |                          | Saldos em 31/03/2008       |             |                          |
|--------------|----------------------------|-------------|--------------------------|----------------------------|-------------|--------------------------|
|              | Antes das Reclassificações | Valores     | Após as Reclassificações | Antes das Reclassificações | Valores     | Após as Reclassificações |
| Investimento | 1.754.774                  | (1.749.548) | 5.226                    | 1.792.864                  | (1.787.638) | 5.226                    |
| Imobilizado  | 1.582.346                  | 267.038     | 1.849.384                | 1.541.756                  | 230.428     | 1.772.184                |
| Diferido     | 362.036                    | (361.065)   | 971                      | 320.724                    | (319.462)   | 1.262                    |
| Intangível   | 39.164                     | 1.843.575   | 1.882.739                | 40.829                     | 1.876.672   | 1.917.501                |
|              | 3.738.320                  |             | 3.738.320                | 3.696.173                  |             | 3.696.173                |

**Quadro 24 – Reclassificações nas contas da NET**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*s) Pão de Açúcar*

O Quadro 25 faz parte das informações trimestrais apresentada pela companhia Pão de Açúcar e expressa os efeitos causados nas contas com a Lei n. 11.638/07.

|  | Saldo em                              |                                       |                                       | Saldo em                              |                                       |                                       |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|  | 31.12.2006                            | 31.03.2007                            | 30.06.2007                            | 31.12.2007                            | 31.03.2008                            | 30.06.2008                            |
| <b>Patrimônio líquido consolidado antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07</b>               | <b>4.842.127</b>                      | <b>4.878.077</b>                      | <b>4.911.281</b>                      | <b>5.011.992</b>                      | <b>5.055.702</b>                      | <b>5.347.719</b>                      |
| Remuneração de diretores e empregados  |                                       |                                       |                                       | (17.704)                              |                                       |                                       |
| Arrendamento mercantil   | (8.497)                               | (9.850)                               | (10.319)                              | (12.203)                              | (13.122)                              | (13.712)                              |
| Valorização a mercado de aplicações financeiras classificadas como estimadas à negociação e derivativos  | (13.076)                              | (11.464)                              | (13.653)                              | 2 5.419                               | 3 2.962                               | 22.626                                |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima                                  | 5.393                                 | 5.329                                 | 5.993                                 | (3.304)                               | (4.960)                               | (2.228)                               |
| <b>Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da lei 11.638/07</b>                               | <b>(16.180)</b>                       | <b>(15.985)</b>                       | <b>(17.979)</b>                       | <b>(7.792)</b>                        | <b>1 4.880</b>                        | <b>6.686</b>                          |
| <b>Patrimônio Líquido consolidado com a aplicação integral da Lei 11.638/07</b>                          | <b>4.825.947</b>                      | <b>4.862.092</b>                      | <b>4.893.302</b>                      | <b>5.004.200</b>                      | <b>5.070.582</b>                      | <b>5.354.405</b>                      |
|  | <b>Período de três meses findo em</b> | <b>Período de seis meses findo em</b> | <b>Período de três meses findo em</b> | <b>Período de seis meses findo em</b> | <b>Período de três meses findo em</b> | <b>Período de seis meses findo em</b> |
|  | <b>31.03.2007</b>                     | <b>30.06.2007</b>                     | <b>30.06.2007</b>                     | <b>31.03.2008</b>                     | <b>30.06.2008</b>                     | <b>30.06.2008</b>                     |
| <b>Lucro líquido consolidado do período antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07</b>         | <b>35.950</b>                         | <b>27.574</b>                         | <b>63.524</b>                         | <b>36.147</b>                         | <b>60.359</b>                         | <b>96.506</b>                         |
| Remuneração de diretores e empregados  | (564)                                 | (5.076)                               | (5.640)                               | (2.401)                               | (8.119)                               | (10.520)                              |
| Arrendamento mercantil   | (1.353)                               | (469)                                 | (1.822)                               | (919)                                 | (590)                                 | (1.509)                               |
| Valorização a mercado de aplicações financeiras classificadas como destinadas à negociação e derivativos | 1.612                                 | (2.189)                               | (577)                                 | 7.543                                 | (10.336)                              | (2.793)                               |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima                                  | (65)                                  | 6 65                                  | 6 00                                  | (1.656)                               | 2.732                                 | 1.076                                 |
| <b>Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da lei 11.638/07</b>                               | <b>(370)</b>                          | <b>(7.069)</b>                        | <b>(7.439)</b>                        | <b>2.567</b>                          | <b>(16.313)</b>                       | <b>(13.746)</b>                       |
| <b>Lucro líquido consolidado do período com a aplicação integral da Lei 11.638/07</b>                    | <b>35.580</b>                         | <b>20.505</b>                         | <b>56.085</b>                         | <b>38.714</b>                         | <b>44.046</b>                         | <b>82.760</b>                         |

**Quadro 25** – Impacto nas contas do Pão de Açúcar  
Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*t) Perdigão*

Os efeitos no resultado para os trimestres findos em 31.03.08 e 30.06.08, que impactariam também no patrimônio líquido, representariam despesas líquidas de imposto de renda nos montantes de R\$614 e R\$1.534, respectivamente. O Quadro 26 apresenta os grupos de contas da Perdigão após os ajustes a valor presente.

| Ajuste a Valor Presente |                                  |   |
|-------------------------|----------------------------------|---|
|                         | 31.12.07 Consolidado (divulgado) | 31.12.07 Consolidado (Após aplicação da IN CVM n°. 469) |
|                         |                                  | Ajustes   |
| Ativo Circulante        | 919.668                          | (15.793)  |
| Ativo não Circulante    | 53.811                           | (3.835)   |
| Passivo Circulante      | 633.325                          | (6.661)   |
| Passivo não Circulante  | 7.454                            | (707)   |
| Patrimônio Líquido      | 3.225.979                        | (12.259)  |
|                         |                                  | 3.213.720   |

**Quadro 26** – Ajuste a Valor Presente da Perdigão.  
Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*u) Petrobras*

As parcelas de R\$ 450.477 mil (controladora e consolidada) relativas aos incentivos fiscais do primeiro semestre de 2008 foram registradas no resultado de exercícios futuros, até que seja regulamentada de forma definitiva. O Quadro 27, o Quadro 28 e o Quadro 29 são partes do Balanço Patrimonial e do Resultado do Exercício com as estimativas da Petrobrás sobre o impacto da Lei n. 11.638/07 nas suas contas.

Outro ponto importante na estrutura das demonstrações contábeis da Petrobrás é que se encontram no padrão internacional, no qual o ativo e passivo são divididos em circulante e não-circulante.

| 30 de junho de 2008                 |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
|-------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|
| R\$ mil                             |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| ATIVO                               | 30.06.2008                          |                                       |                                     |                                       | 31.03.2008                          |                                       |                                     |                                       |
|                                     | Consolidado                         |                                       | Controladora                        |                                       | Consolidado                         |                                       | Controladora                        |                                       |
|                                     | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* |
|                                     |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| <b>Circulante</b>                   |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Disponibilidade                     | 11.046.248                          | 11.046.248                            | 17.357.995                          | 17.357.995                            | 11.559.610                          | 11.559.610                            | 15.088.074                          | 15.088.074                            |
| Contas a rec.<br>Líquidas           | 15.600.860                          | 15.515.169                            | 17.196.683                          | 17.196.683                            | 12.945.569                          | 12.945.569                            | 12.618.130                          | 12.618.130                            |
| Dividendos a receber                | 2.882                               | 2.882                                 | 542.011                             | 542.011                               | 51.236                              | 51.236                                | 477.884                             | 477.884                               |
| Estoques                            | 22.998.563                          | 22.998.563                            | 17.664.945                          | 17.664.945                            | 19.395.378                          | 19.395.677                            | 15.353.961                          | 15.353.961                            |
| Impostos e<br>Contribuições         | 7.142.019                           | 7.142.019                             | 4.596.232                           | 4.596.232                             | 7.602.481                           | 7.602.481                             | 5.047.150                           | 5.047.150                             |
| Despesas antecipadas                | 1.628.173                           | 1.316.456                             | 1.696.680                           | 1.384.963                             | 1.522.448                           | 1.522.446                             | 1.396.717                           | 1.048.819                             |
| Outros ativos<br>circulantes        | 1.586.033                           | 1.573.153                             | 378.826                             | 327.891                               | 1.654.601                           | 1.659.907                             | 481.428                             | 486.733                               |
|                                     | <b>60.004.778</b>                   | <b>59.594.490</b>                     | <b>59.433.372</b>                   | <b>59.070.720</b>                     | <b>54.731.323</b>                   | <b>54.736.926</b>                     | <b>50.463.344</b>                   | <b>50.120.751</b>                     |
| <b>Não circulante</b>               |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| <b>Realizável a longo<br/>prazo</b> |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Contas a rec.<br>Líquidas           | 2.653.642                           | 2.653.642                             | 53.354.638                          | 53.354.638                            | 2.529.497                           | 2.529.497                             | 50.858.612                          | 50.858.612                            |
| Contas petróleo –<br>STN            | 801.042                             | 801.042                               | 801.042                             | 801.042                               | 799.362                             | 799.362                               | 799.362                             | 799.362                               |
| Títulos imobiliários                | 3.616.130                           | 3.616.130                             | 3.335.993                           | 3.335.993                             | 3.730.015                           | 3.730.015                             | 3.418.573                           | 3.418.573                             |
| Projetos estruturados               |                                     |                                       | 2.077.050                           | 2.077.050                             |                                     |                                       | 1.823.525                           | 1.823.525                             |
| Adiant. a<br>fornecedores           | 365.813                             | 365.813                               | 321.646                             | 321.646                               | 421.098                             | 421.098                               | 376.930                             | 376.930                               |
| Depósitos judiciais                 | 1.722.225                           | 1.722.225                             | 1.458.367                           | 1.458.367                             | 1.728.373                           | 1.728.373                             | 1.465.844                           | 1.465.844                             |
| Invest. Cias.<br>Privatizáveis      | 3.228                               | 3.228                                 | 1.366                               | 1.366                                 | 3.228                               | 3.228                                 | 1.366                               | 1.366                                 |
| Despesas antecipadas                | 1.414.403                           | 769.713                               | 682.904                             | 38.214                                | 1.480.125                           | 1.478.953                             | 722.625                             | 42.528                                |
| Adiant. plano de<br>pensão          | 1.346.948                           | 1.346.948                             | 1.346.948                           | 1.346.948                             | 1.335.876                           | 1.335.876                             | 1.335.876                           | 1.335.876                             |
| IR e CSLL diferidos                 | 9.069.910                           | 9.121.080                             | 6.519.674                           | 6.539.036                             | 8.746.460                           | 8.753.424                             | 6.115.911                           | 6.115.911                             |
| Estoques                            | 214.683                             | 214.683                               | 214.683                             | 214.683                               | 235.995                             | 235.995                               | 235.995                             | 235.995                               |
| Outros ativos RLP                   | 793.894                             | 757.261                               | 307.326                             | 270.693                               | 816.039                             | 816.039                               | 317.802                             | 317.802                               |
|                                     | <b>22.001.918</b>                   | <b>21.371.765</b>                     | <b>70.421.637</b>                   | <b>69.759.676</b>                     | <b>21.826.068</b>                   | <b>21.831.860</b>                     | <b>67.472.421</b>                   | <b>66.792.324</b>                     |
| <b>Investimentos</b>                | 7.650.941                           | 5.213.490                             | 28.658.866                          | 28.811.159                            | 7.840.916                           | 4.982.518                             | 27.940.104                          | 30.098.776                            |
| <b>Imobilizado</b>                  | 152.271.715                         | 153.717.371                           | 86.886.370                          | 104.792.491                           | 146.983.563                         | 148.506.674                           | 81.690.078                          | 99.436.415                            |
| <b>Intangível</b>                   | 5.751.259                           | 7.824.769                             | 3.156.232                           | 4.344.836                             | 5.737.547                           | 8.673.796                             | 3.079.068                           | 5.558.531                             |
| <b>Diferido</b>                     | 2.583.726                           | 2.485.551                             | 714.348                             | 657.400                               | 2.756.911                           | 2.710.157                             | 753.613                             | 708.509                               |
|                                     | <b>190.259.559</b>                  | <b>190.612.946</b>                    | <b>189.837.453</b>                  | <b>208.365.562</b>                    | <b>185.145.005</b>                  | <b>186.705.005</b>                    | <b>180.935.284</b>                  | <b>202.594.555</b>                    |
|                                     | <b>250.264.337</b>                  | <b>250.207.436</b>                    | <b>249.270.825</b>                  | <b>267.436.282</b>                    | <b>239.876.328</b>                  | <b>241.441.931</b>                    | <b>231.398.628</b>                  | <b>252.715.306</b>                    |

**Quadro 27 – Balanço Patrimonial da Petrobras em 2008 (ATIVO)**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.



| 30 de junho de 2008                                  |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
|--|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|
| R\$ mil  |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| PASSIVO  | 30.06.2008                          |                                       |                                     |                                       | 31.03.2008                          |                                       |                                     |                                       |
|  | Consolidado                         |                                       | Controladora                        |                                       | Consolidado                         |                                       | Controladora                        |                                       |
|  | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* |
| <b>Circulante</b>                                    |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Financiamentos                                       | 7.520.850                           | 7.520.850                             | 2.540.250                           | 2.540.250                             | 6.514.246                           | 6.514.246                             | 582.868                             | 582.868                               |
| Juros s/<br>financiamentos                           | 780.330                             | 780.330                               | 304.316                             | 304.316                               | 684.654                             | 684.654                               | 173.947                             | 173.947                               |
| Arrendamento<br>mercantil                            |                                     | 384.936                               |                                     | 4.260.182                             |                                     | 437.542                               |                                     | 114.566                               |
| Fornecedores   | 16.664.213                          | 16.664.213                            | 47.864.802                          | 47.864.802                            | 14.608.806                          | 14.608.806                            | 43.073.129                          | 43.073.129                            |
| Impostos e<br>Contribuições                          | 11.430.060                          | 11.430.060                            | 9.756.238                           | 9.756.238                             | 10.207.202                          | 10.207.132                            | 8.561.230                           | 8.561.230                             |
| Dividendos<br>propostos                              |                                     |                                       |                                     |                                       | 2.091.002                           | 2.091.002                             | 2.091.002                           | 2.091.002                             |
| Projetos estruturados                                | 238.378                             | 238.378                               | 521.970                             | 521.970                               | 147.250                             | 147.250                               | 472.428                             | 472.428                               |
| Prov. p/ plano de<br>pensão                          | 423.647                             | 423.647                               | 386.091                             | 386.091                               | 424.936                             | 424.936                               | 386.091                             | 386.091                               |
| Prov. p/ plano de<br>saúde                           | 455.736                             | 455.736                               | 429.666                             | 429.666                               | 455.214                             | 455.214                               | 429.666                             | 429.666                               |
| Salários, férias,<br>encargos                        | 1.941.894                           | 1.941.894                             | 1.611.763                           | 1.611.763                             | 1.668.786                           | 1.668.786                             | 1.368.198                           | 1.368.198                             |
| Prov. p/<br>contingências                            | 54.000                              | 54.000                                | 54.000                              | 54.000                                | 54.000                              | 54.000                                | 54.000                              | 54.000                                |
| Adiant. de clientes                                  | 502.075                             | 502.075                               | 198.899                             | 198.899                               | 469.487                             | 469.487                               | 163.232                             | 163.232                               |
| Participação<br>empregados                           | 570.196                             | 570.196                               | 501.913                             | 501.913                               | 584.432                             | 584.432                               | 501.982                             | 501.982                               |
| Fundos Recebíveis                                    |                                     |                                       | 14.698.536                          | 14.698.536                            |                                     |                                       | 11.134.392                          | 11.134.392                            |
| Outras contas a pagar                                | 3.957.873                           | 4.009.799                             | 2.069.235                           | 2.069.235                             | 4.427.545                           | 4.427.545                             | 2.675.713                           | 2.675.713                             |
|  | <b>44.539.252</b>                   | <b>44.976.114</b>                     | <b>80.937.679</b>                   | <b>85.197.861</b>                     | <b>42.337.560</b>                   | <b>42.775.032</b>                     | <b>71.667.878</b>                   | <b>71.782.444</b>                     |
| <b>Não circulante</b>                                |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Financiamentos                                       | 32.451.649                          | 32.451.649                            | 5.919.948                           | 5.919.948                             | 34.684.662                          | 34.684.662                            | 6.023.776                           | 6.023.776                             |
| Arrendamento<br>mercantil                            |                                     | 730.198                               |                                     | 15.109.887                            |                                     | 991.084                               |                                     | 21.705.002                            |
| Subsidiárias e<br>Coligadas                          | 143.920                             | 143.920                               | 1.372.407                           | 1.372.407                             | 95.197                              | 95.197                                | 1.676.173                           | 1.676.173                             |
| Impostos e<br>Contribuições                          | 11.990.494                          | 12.876.884                            | 9.651.764                           | 10.407.958                            | 11.639.439                          | 11.606.858                            | 9.464.050                           | 9.431.469                             |
| Prov. p/ plano de<br>pensão                          | 4.658.400                           | 4.658.400                             | 4.226.544                           | 4.226.544                             | 4.564.735                           | 4.564.735                             | 4.169.171                           | 4.169.171                             |
| Prov. p/ plano de<br>saúde                           | 9.830.104                           | 9.830.104                             | 9.074.125                           | 9.074.125                             | 9.557.596                           | 9.557.596                             | 8.818.779                           | 8.818.779                             |
| Prov. p/<br>contingências                            | 692.795                             | 692.795                               | 197.002                             | 197.002                               | 758.379                             | 758.379                               | 210.942                             | 210.942                               |
| Provisão para<br>desmantelamento de<br>áreas         | 6.234.772                           | 6.234.772                             | 5.971.638                           | 5.971.638                             | 6.203.279                           | 6.203.279                             | 5.918.916                           | 5.918.916                             |
| Outras contas a pagar                                | 1.188.560                           | 1.188.560                             | 359.563                             | 359.563                               | 1.225.949                           | 1.225.949                             | 427.752                             | 427.752                               |
|  | <b>67.190.694</b>                   | <b>68.807.282</b>                     | <b>36.772.991</b>                   | <b>52.639.072</b>                     | <b>68.729.236</b>                   | <b>69.687.739</b>                     | <b>36.709.559</b>                   | <b>58.381.980</b>                     |
| <b>REF</b>   | 2.246.273                           | 2.246.273                             | 450.447                             | 450.447                               | 1.733.533                           | 1.733.533                             | 257.730                             | 257.730                               |
| <b>Part. de acionistas<br/>não<br/>controladores</b> | 6.580.201                           | 6.418.819                             |                                     |                                       | 6.240.475                           | 6.882.272                             |                                     |                                       |
| <b>Patrimônio líquido</b>                            |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Capital social<br>realizado                          | 78.966.691                          | 78.966.691                            | 78.966.691                          | 78.966.691                            | 52.644.460                          | 52.644.460                            | 52.644.460                          | 52.644.460                            |
| Reservas de capital                                  | 514.857                             | 514.857                               | 514.857                             | 514.857                               | 1.553.831                           | 1.553.831                             | 1.553.831                           | 1.553.831                             |
| Ajuste de avaliação<br>patr                          |                                     | (1.846.240)                           |                                     | (1.860.208)                           |                                     | (164.101)                             |                                     | (30.186)                              |
| Reservas de<br>reavaliação                           | 15.250                              | 15.250                                | 15.250                              | 15.250                                | 51.171                              | 51.171                                | 51.171                              | 51.171                                |
| Reservas de lucros                                   | 34.502.731                          | 33.010.795                            | 36.496.285                          | 35.018.449                            | 59.661.000                          | 58.964.862                            | 61.762.774                          | 60.915.066                            |
| Lucro líquido  | 15.708.388                          | 17.097.595                            | 15.116.625                          | 16.493.863                            | 6.925.062                           | 7.312.928                             | 6.751.225                           | 7.158.810                             |

|             |             |             |             |             |             |             |             |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 129.707.917 | 127.758.948 | 131.109.708 | 129.148.902 | 120.835.524 | 120.363.151 | 122.763.461 | 122.293.152 |
| 250.264.337 | 250.207.436 | 249.270.825 | 267.436.282 | 239.876.328 | 241.441.931 | 231.398.628 | 252.715.306 |

**Quadro 28 – Balanço Patrimonial da Petrobras em 2008 (PASSIVO)**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

| RESULTADO  | 30 de junho de 2008                 |                                       |                                     |                                       |
|--|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|
|  | R\$ mil                             |                                       |                                     |                                       |
|  | Consolidado                         |                                       | Controladora                        |                                       |
|  | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* | 6.404/76<br>(conforme<br>divulgado) | Pré-forma<br>11.638/07<br>(estimado)* |
| <b>Receita operacional bruta</b>   |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Vendas   |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Produtos   | 126.068.938                         | 127.754.905                           | 97.619.110                          | 97.619.110                            |
| Serviços, principalmente fretes  | 103.289                             | 106.204                               | 202.419                             | 202.419                               |
|  | <b>126.172.227</b>                  | <b>127.861.109</b>                    | <b>97.821.529</b>                   | <b>97.821.529</b>                     |
| <b>Encargos de vendas</b>  | (24.710.435)                        | (24.802.132)                          | (22.426.512)                        | (22.426.512)                          |
| <b>Receita operacional líquida</b>   | <b>101.461.792</b>                  | <b>103.058.977</b>                    | <b>75.395.017</b>                   | <b>75.395.017</b>                     |
| Custos dos produtos e serviços vendidos  | (62.970.891)                        | (64.125.150)                          | (43.359.005)                        | (43.359.005)                          |
| <b>Lucro bruto</b>   | <b>38.490.900</b>                   | <b>38.933.827</b>                     | <b>32.036.012</b>                   | <b>33.199.667</b>                     |
| <b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>   |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Vendas   | (3.314.759)                         | (3.353.873)                           | (2.965.643)                         | (2.965.643)                           |
| Financeiras  |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Despesas   | (1.650.415)                         | (2.000.367)                           | (2.378.794)                         | (3.142.737)                           |
| Receitas   | 1.086.134                           | 1.336.449                             | 2.901.996                           | 3.037.017                             |
| Variações cambiais e monetárias, líquidas  | (1.637.879)                         | (4.148)                               | (2.696.100)                         | (877.722)                             |
| Gerais e administrativas   |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Honorários da diretoria e do conselho de administração   | (16.947)                            | (17.133)                              | (2.611)                             | (2.611)                               |
|  | (3.156.076)                         | (3.180.531)                           | (2.202.372)                         | (2.202.372)                           |
| Tributárias  | (275.162)                           | (278.806)                             | (146.902)                           | (146.902)                             |
| Custos com pesq e desenv tecnológico   | (790.313)                           | (790.313)                             | (783.396)                           | (783.396)                             |
| Custos exploratórios para extração de petróleo e gás   | (1.279.384)                         | (1.295.472)                           | (1.059.469)                         | (1.059.469)                           |
| Planos de pensão e saúde   | (712.145)                           | (712.145)                             | (671.884)                           | (671.884)                             |
| Outras despesas operacionais, líquidas   | (2.099.869)                         | (2.113.000)                           | (2.203.343)                         | (2.203.343)                           |
|  | <b>(13.846.815)</b>                 | <b>(12.409.339)</b>                   | <b>(12.208.518)</b>                 | <b>(11.019.062)</b>                   |
| <b>Participações em subsidiárias e coligadas</b>   |                                     |                                       |                                     |                                       |
| Resultado de participações em investimentos relevantes   | (131.005)                           | 158.317                               | 1.923.741                           | 2.357.631                             |
| <b>Lucro operacional</b>   | <b>24.513.080</b>                   | <b>26.682.805</b>                     | <b>21.751.235</b>                   | <b>24.538.236</b>                     |
| <b>Despesas não-operacionais</b>   | 401.374                             | (57.471)                              | 338.225                             | (271.481)                             |
| <b>Lucro antes da contribuição social, do impostos de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b> | <b>24.914.454</b>                   | <b>26.625.334</b>                     | <b>22.089.460</b>                   | <b>24.266.755</b>                     |
| Contribuição social  | (2.179.960)                         | (2.438.546)                           | (1.862.850)                         | (2.074.630)                           |
| Imposto de renda   | (6.348.474)                         | (6.991.871)                           | (5.109.985)                         | (5.698.262)                           |
| <b>Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b>   | <b>16.386.020</b>                   | <b>17.194.917</b>                     | <b>15.116.625</b>                   | <b>16.493.863</b>                     |
| Particip. dos empregados e administradores   |                                     |                                       |                                     |                                       |
| <b>Lucro antes da participação dos acionistas não Controladores</b>  | <b>16.386.020</b>                   | <b>17.194.917</b>                     | <b>15.116.625</b>                   | <b>16.493.863</b>                     |
| Particip. dos acionistas não controladores   | (677.632)                           | (97.322)                              |                                     |                                       |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  | <b>15.708.388</b>                   | <b>17.097.595</b>                     | <b>15.116.625</b>                   | <b>16.493.863</b>                     |

**Quadro 29 – Demonstração do Resultado da Petrobras em 2008.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

A companhia decidiu manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação que totalizam, em 30/junho/2008, R\$15.250 mil (controladora e consolidada).

Os efeitos da Variação Cambial estimados da adoção da lei totalizaram no primeiro semestre de 2008 um aumento do lucro líquido em R\$235.782 mil e R\$247.752 mil na controladora e consolidada, respectivamente, e redução de R\$4.790 mil no patrimônio líquido consolidado relativo ao processo de conversão das demonstrações contábeis e perda cambial apurada sobre investimentos de empresas sediadas no exterior.

*v) Rossi Residencial*

Os ágios contabilizados na conta de investimentos deverão ser transferidos para a conta de ativos intangíveis num total de R\$ 19.063. Sobre os instrumentos financeiros não haverá efeito no resultado, mas somente uma majoração das contas de patrimônio líquido, ações em tesouraria e ajustes de avaliação patrimonial de R\$ 878 (em 30 de junho de 2008), cujo efeito líquido patrimonial é nulo.

*w) Sadia*

Com base na avaliação da administração da companhia, os possíveis impactos decorrentes das alterações introduzidas e os respectivos efeitos no patrimônio líquido e resultados do período, caso fossem registrados em 30 de junho de 2008, são resumidos no Quadro 30.

|  | Resultado      |                | Patrimônio líquido |                  |
|--|----------------|----------------|--------------------|------------------|
|  | Controladora   | Consolidado    | Controladora       | Consolidado      |
| <b>Saldo em 30 de junho de 2008 – Lei 6.404</b>                            | <b>316.096</b> | <b>334.763</b> | <b>3.135.675</b>   | <b>3.147.645</b> |
| Ajuste a valor de mercado de aplicações financeiras, líquido dos impostos. |                | 125.659        |                    | 125.659          |
| Ajuste a valor de mercado dos instrumentos derivativos.                    | 208.050        | 208.050        | 208.050            | 208.050          |
| Remuneração baseada em ações – <i>Stock Options</i> .                      | (9.465)        | (9.465)        | (24.227)           | (24.227)         |
| <b>Saldo em 30 de junho de 2008 – Estimado conforme Lei 11.638</b>         | <b>514.681</b> | <b>659.007</b> | <b>3.319.498</b>   | <b>3.457.127</b> |

**Quadro 30** – Impactos nas contas da Sadia.

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*x) Companhia Siderúrgica Nacional*

A companhia apurou preliminarmente o valor de R\$101.612 mil que representa redução do patrimônio líquido. A administração aguarda apuração dos demais efeitos introduzida pela lei, para registrar simultaneamente todas as alterações.

*y) TAM*

A administração da Companhia entende que a conta arrendamento financeiro deverá representar o maior impacto nas demonstrações financeiras da TAM ao final do ano de 2008, uma vez que todas as aeronaves em uso são arrendadas de terceiros e adotou-se o tratamento contábil de registrar como arrendamento mercantil financeiro os contratos que transferem ou concedem a opção de transferir a propriedade do ativo ao término dos contratos.

Considerando que a CVM ainda não emitiu as normas e procedimentos referentes ao assunto até o momento, a empresa não estimou de forma mais fidedigna os impactos nas informações do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008. O Quadro 31 apresenta as contas impactadas e seu efeito no resultado do semestre.

| Grupos impactados   | 2008      | 2007      |
|---|-----------|-----------|
| Aumento no ativo imobilizado                                | 3.923.742 | 2.932.091 |
| Aumento no passivo circulante (arrendamento financeiro)     | 258.285   | 289.402   |
| Aumento no passivo não-circulante (arrendamento financeiro) | 2.245.414 | 1.772.144 |
| Aumento no patrimônio líquido                               | 1.420.043 | 870.545   |
| Efeito líquido no resultado do semestre                     | 317.295   | 265.091   |

**Quadro 31 – Impacto nas contas da TAM.**

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

O efeito líquido no resultado do 2º trimestre de 2008 foi substancialmente impactado pela apreciação do Real em cerca de R\$ 244.064 (em 30 de junho de 2007 – R\$ 135.679).

*z) Telemar*

O Quadro 32 apresenta os efeitos da Lei n. 11.638/07 na Telemar controladora no primeiro e segundo trimestres de 2008.

|                    | Controladora     |                      |  |                  |                      |  |
|--------------------|------------------|----------------------|--|------------------|----------------------|--|
|                    | 30/06/2008       |                      |  | 31/03/2008       |                      |  |
|                    | Saldos contábeis | Efeitos de adequação | Saldos após adequação a Lei nº 11.638/2007 | Saldos contábeis | Efeitos de adequação | Saldos após adequação a Lei nº 11.638/2007 |
| Ativo              | 30.978.651       | 83.478               | 31.062.129                                 | 27.384.837       | 92.821               | 27.477.658                                 |
| Passivo            | 16.256.041       | 45.687               | 16.301.728                                 | 13.985.526       | 61.201               | 13.046.727                                 |
| Patrimônio líquido | 14.722.610       | 37.792               | 14.720.402                                 | 14.399.311       | 31.620               | 14.430.931                                 |
| Lucro líquido      | 957.629          | (5.885)              | 951.744                                    | 582.156          | (10.735)             | 571.421                                    |

**Quadro 32** – Efeitos na Telemar / Controladora.

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

Para os efeitos consolidados o Quadro 33 expressa os impactos para o primeiros trimestres do ano.

|                    | Consolidada      |                      |  |                  |                      |  |
|--------------------|------------------|----------------------|--|------------------|----------------------|--|
|                    | 30/06/2008       |                      |  | 31/03/2008       |                      |  |
|                    | Saldos contábeis | Efeitos de adequação | Saldos após adequação a Lei nº 11.638/2007 | Saldos contábeis | Efeitos de adequação | Saldos após adequação a Lei nº 11.638/2007 |
| Ativo              | 34.015.539       | 92.051               | 34.107.590                                 | 28.947.383       | 102.110              | 29.049.493                                 |
| Passivo            | 19.292.929       | 50.885               | 19.343.814                                 | 14.548.072       | 69.014               | 14.617.086                                 |
| Patrimônio líquido | 14.722.610       | 41.167               | 14.763.777                                 | 14.399.311       | 33.096               | 14.432.407                                 |
| Lucro líquido      | 957.629          | (10.084)             | 947.545                                    | 582.156          | (14.267)             | 567.889                                    |

**Quadro 33** – Efeitos na Telemar / Consolidado.

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*aa) Tim Participações*

O intangível foi reclassificado e foi apresentado o montante de R\$ 2.023.556 referente a direitos e uso de *software*, bens e instalações em andamento e outros, originalmente apresentado no imobilizado.

*bb) Usiminas*

A equivalência patrimonial credora contabilizada durante o trimestre findo em 31 de março de 2008, no valor de R\$36.613, foi estornada. Foi realizado um ajuste na conta de instrumentos financeiro decorrente da adoção classificação a valor de mercado totalizando R\$56.601 na controladora e R\$76.476 no consolidado em 30 de junho de 2008.

O arrendamento financeiro aumentará o ativo imobiliário no valor de R\$8.935 e R\$17.351, na depreciação acumulada no valor de R\$7.642 e R\$13.011 e nos empréstimos e financiamentos no valor de R\$8.981 e R\$16.774, na controladora e no consolidado, respectivamente. Já para o intangível será registrado o ágio na aquisição da Cosipa, no valor R\$110.344. Para a variação cambial será reconhecido diretamente no patrimônio líquido, irá gerar impacto positivo sobre o resultado no valor de R\$151.974 na Controladora e R\$161.374 no consolidado em 30 de junho de 2008.

*cc) Vale do Rio Doce*

O principal efeito enfrentado pela Companhia Vale é a variação cambial demonstrada no Quadro 34. Com relação aos demais efeitos decorrentes do processo de convergência, ainda não normatizados, são esperados que, a partir do exercício de 2009, o resultado do exercício não seja mais afetado pela amortização de ágio gerada em processo de aquisição de empresas que, no 1º semestre de 2008, representou uma despesa de R\$ 725.364 (R\$ 389.150 no segundo trimestre de 2008).

|  | <i>*mil</i> | 2008         |              |               |
|--|-------------|--------------|--------------|---------------|
|  |             | 2T/08        | 1T/08        | 30/06/08      |
| <b>Lucro líquido do período</b>            |             | <b>4.573</b> | <b>2.253</b> | <b>6.826</b>  |
| Variação cambial de investimentos          |             | 4.655        | 8 29         | 5.484         |
| <b>Lucro líquido do período - ajustado</b> |             | <b>9.228</b> | <b>3.082</b> | <b>12.310</b> |

**Quadro 34** – Variação cambial da Vale do Rio Doce.

Fonte: ITR do Segundo Semestre de 2008 da Empresa.

*dd) Vivo*

Os valores de doações, subvenções e incentivos fiscais estão apresentados temporariamente no grupo de resultados Exercícios Futuros, conforme determinado pela instrução 469 da CVM nos montantes de doações para investimento para a conta de resultados de exercícios futuros no montante de R\$ 5.882 em 30 de junho de 2008 (R\$1.367, em 31 de março de 2008).

Nas operações relacionadas à combinação de negócios realizadas entres partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada, ou decorrentes de fusão ou cisão, serão contabilizados pelo

valor de mercado. A Sociedade está analisando a amortização do saldo remanescente do ágio de R\$1.768.135 em 30 de junho de 2008.

No período de seis meses, findo em 30 de junho de 2008, e, a exemplo de períodos anteriores, houve amortização de ágio no montante de R\$212.081 (R\$190.374, no primeiro semestre de 2007). Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2008, a Sociedade realizou aquisição da participação acionária da Telemig Participações, cujo ágio apurado foi de R\$1.073.874, conforme nota 1.d. A Administração da Sociedade está efetuando uma análise detalhada para identificar e mensurar ao valor de mercado os ativos e passivos decorrentes desta aquisição.

Arrendamento mercantil de bens utilizados na manutenção dos negócios: a Sociedade possui diversos contratos de arrendamento mercantil, do tipo financeiro, que, de acordo com o item IV do artigo 179 da Lei das S.A., alterado pela Lei n. 11.638/07, passam a ser elegíveis e classificados como ativo imobilizado depreciável registrando-se a obrigação existente, enquanto anteriormente o registro se dava pelo pagamento das contraprestações que eram contabilizadas como despesas de aluguel.

O efeito da capitalização de tais bens e referidos passivos, caso fossem registrados, aumentaria o patrimônio líquido R\$12.749 (em R\$14.088 em 31 de março de 2008) e reduziria o resultado do período de seis meses, findo em 30 de junho de 2008, em R\$2.716 (R\$3.165 para o mesmo período de 2007). Uma vez descritos e analisados os dados, passa-se às conclusões e recomendações.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Contabilidade Internacional, como um denominador comum às práticas adotadas pelos países, tem por objetivo estudar aspectos normativos, estabelecendo igualdades e diferenças teóricas adotadas pela contabilidade nos diversos países.

A harmonização é um processo global, e no Brasil não é diferente. A Lei n. 11.638/07 veio acelerar esse processo em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Contudo a falta de reflexão por parte dos agentes envolvidos no processo de harmonização das normas contábeis internacionais pode levar a alguns equívocos. Dessa forma o processo deve ser gradual até a total uniformização das regras.

No decorrer do estudo, buscou-se identificar as empresas de capital aberto que adotaram integralmente e/ou parcialmente a Lei n. 11.638/2007 de acordo com a Resolução n. 469 da CVM. São apresentados no item 4.1 e 4.2, com um breve histórico das empresas e a análise das informações contidas nas notas explicativas das informações do segundo trimestre de 2008.

A apresentação das principais alterações promovidas pela Lei n. 11.638/2007 na Lei das S.A. e sua aplicação pelas empresas estão destacadas nos itens 2.3 da fundamentação teórica com a descrição de alguns aspectos da Lei, e 4.2 por meio da análise dos dados das empresas.

Os impactos das alterações da Lei n. 11638/2007 no Patrimônio Líquido e no resultado do segundo trimestre de 2008 são contemplados no item 4.3 da pesquisa. Assim infere-se que atingindo os objetivos específicos do trabalho, atingiu-se o objetivo geral que foi o de apresentar os impactos das alterações na Lei das S.A., promovidas pela Lei n. 11.638/2007, que as empresas estão estimando no patrimônio líquido e no resultado do exercício social de 2008.

Na presente pesquisa, percebeu-se certa prudência por parte das empresas que, em muitos casos, se posicionaram por esperar uma regulamentação nacional ao invés da adoção das IFRS. Ainda nas notas explicativas verifica-se que as empresas buscaram evidenciar as alterações impostas pela lei. Não sendo identificados ajustes significativos no patrimônio líquido/resultado da companhia, 11.638/2007 por parte das empresas.

Como sugestão para trabalhos futuros, tem-se o aprimoramento do presente estudo, implementando variações quanto ao período, seja com o estudo de outros períodos ou através da comparação das ITR (exemplo: comparar o item que aborda a



Lei n. 11.638/07 nas notas explicativas do primeiro com o quarto trimestre), ainda com um novo conjunto de empresas, de forma não probabilística ou probabilística para uma amostra da Bovespa. Caberia ainda um estudo sobre as diferenças e similaridades entre as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e com as práticas brasileiras e seu impacto para um conjunto de empresas.

A adoção das IFRS mudará a forma de pensar da Contabilidade no Brasil, os conceitos, em que a necessidade de entendimento e a capacidade para interpretá-los serão um desafio à parte. O adequado treinamento dos profissionais envolvidos nas preparações, auditoria e interpretação das demonstrações financeiras, adiciona-se ao desafio de, até 2010, prazo determinado pelo Banco Central e CVM, para que as mudanças ocorram.

Contudo o caminho é longo até a completa harmonização da Contabilidade brasileira à luz da Contabilidade Internacional. Muitas matérias precisam ser regulamentadas, e o trabalho do Comitê de Pronunciamentos Contábeis será decisivo nesse processo. O Presidente da República, no uso de suas atribuições editou a Medida Provisória n. 449 que institui, para os anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição (RTT) altera a Lei n. 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências de acordo com o anexo 5 até o final do ano de 2009.

Entre as mudanças estabelecidas pela possível medida provisória encontra-se a classificação do ativo e passivo em circulante e não-circulante, com as contas dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos registrados e estabelece o tratamento tributário transitório para os anos de 2008 e 2009 decorrentes da Lei n. 11.638/07.

Caber ao acadêmico de Ciências Contábeis, assim como aos profissionais que já se encontram no mercado de trabalho um olhar mais crítico às práticas adotadas pela Contabilidade, pois uma ciência só evolui com pesquisas com melhoramento de suas práticas.

## REFERÊNCIAS

AMERICANAS S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.americanas.com.br>>. Acesso em: 15ago2008.

AMBEV S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.ambev.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.all-logistica.com/>>. Acesso em: 15ago2008.

ANÁLISE: **Análise Companhias Abertas:** O perfil das empresas negociadas no novo mercado, nos níveis 1 e 2 de Governança Corporativa da Bovespa, e as listadas no Ibovespa e Ibrx. São Paulo: Análise, 2008. 305p. Anuário 2008.

ARACRUZ CELULOSE S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.aracruz.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

B2W COMPANHIA GLOBAL DE VAREJO S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.b2winc.com/>>. Acesso em: 15ago2008.

BANCO BRADESCO S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

BANCO DO BRASIL S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.bb.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

BOVESPA, Bolsa de Valores de São Paulo. **Empresas.** Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/>>. Acesso em: 03abr2008.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Metodologia da pesquisa aplicável a ciências sociais.** In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.* São Paulo: Atlas, 2006. 189p.

BRASIL. **Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 15ago2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória Nº. 499, de 3 de dezembro de 2008.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm)>. Acessado em: 4dez2008.

\_\_\_\_\_. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução nº. 469, de maio de 2008.** Dispõe sobre a aplicação da lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera as Instruções CVM nº. 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº. 1.055, de 7 de outubro de 2005.** Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>.

\_\_\_\_\_. Banco Central do Brasil. **Comunicado nº. 14.259, de 19 de junho de 2008.** Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>.

BRASKEM S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: 15ago2008.

CARVALHO, Nelson L.; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional:** aplicação das IFRS 2005. Atlas: São Paulo, 2006.

CCR S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.grupoccr.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

CEMIG S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

CESP S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.cesp.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas internacionais de Contabilidade – IFRS.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade; São Paulo: Ibracon, 2006. 72 p.

CHOI, Dae Won. **O pensamento econômico latino-americano na época da globalização.** Tese (Doutorado em Sociologia). 1992, 234f. Universidade de São Paulo, São Paulo.

COMUNIDADE EUROPÉIA. **Regulamento nº 1606/2002/CE, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.** Bruxelas, 19 Jul. 2002. Disponível em <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/>. Acesso em: 05abr2008.

COSAN S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.cosan.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. **Cadernos CVM - O que é a CVM?.** [S. l. : s. n.], 2004. 33p.

CPFL ENERGIA S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

CSN S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.csn.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

CYRELA S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.cyrela.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

DURATEX S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.duratex.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

ECHTERNACHT, Tiago Henrique de Souza. **O ensino de contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis no Brasil.** 2006. 91 fls. Dissertação (Mestrado, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ELETROBRAS S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.eletrabras.gov.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

ELETROPAULO S/A/. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.eletpaulo.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

EMBRAER S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.embraer.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

GAFISA S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.gafisa.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

GERDAU S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4a ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175p.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 206p.

GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.voegol.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

HENDRIKSEN, Eldon Sende; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

IBRACON. **Normas Internacionais de Contabilidade 2001**: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001. IBRACON,: São Paulo, 2002. 1248 p.

ITAÚ S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.itaub.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

ITAÚSA S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.itausa.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUÁRIAS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades**. 7. Ed.rev. e atual São Paulo: Atlas, 2007.

JBS S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.jbs.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrada. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Científica**: Ciência e Conhecimento Científico – teoria, hipótese e variáveis; metodologia jurídica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAURETTI, Lélío. **Relatório anual**: veículo por excelência da comunicação institucional. 2. ed São Paulo: Saraiva, 2003. 143p.

NET S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.nettv.globo.com>>. Acesso em: 15ago2008.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade Básica e Estrutura das Demonstrações Financeiras**. Ed. 12. São Paulo: Frase, 2004. p.516.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional: causas das diferenças internacionais, harmonização contábil internacional, estudo comparativo entre países, divergência nos critérios de reconhecimento e mensuração, evidenciação segundo FASB e IASB**. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004 282p. ISBN 8522438781.

PÃO DE AÇUCAR S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.grupopaodeacucar.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

PERDIGÃO S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.perdigao.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

PEREZ JÚNIOR, José H. **Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 182p.

PETROBRAS S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Comentários às alterações na lei das S.A. conforme a lei n.º 11.638/07**. Material didático da disciplina Análise das Demonstrações Contábeis. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Edição do Autor. Versão de Fev. 2008. 26p.

KAZMIER, Leonard J. **Estatística aplicada a economia e administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982. 376p.

RENNER S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.lojasrenner.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. Rio de Janeiro: Saraiva 2003. 524p ISBN 8502030094

SADIA S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.sadia.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Internacional: Consolidação e Cominação de Negócios**. V.11. São Paulo: Atlas, 2006. 277 p.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Contabilidade Internacional: BP, DRE, MPL, DOAR e FC**; Contempla as normas brasileiras, internacionais e norte-americanas. São Paulo: Atlas: 2006. 256 p.

SILVA, Cátia Beatriz; MADEIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz. **Harmonização de Normas Contábeis**: Um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE. Florianópolis: UFSC - Centro Sócio-Econômico, 2004. Semestral. ISSN 1807-1821

TAM S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.tam.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

TELEMAR S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.telemar.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

TIM PARTICIPAÇÕES S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: < <http://www.timpartri.com.br>>. Acesso em: 15ago2008.

UNIBANCO S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.unibanco.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

USIMINAS S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08**. Disponível em: <<http://www.usiminas.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.



VALE S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.vale.com/>>. Acesso em: 15ago2008.

VCP S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.vcp.com.br/>>. Acesso em: 15ago2008.

VIVO S/A. **Relações com Investidores. Resultado 2T08.** Disponível em: <<http://www.vivo.com.br/ri/>>. Acesso em: 15ago2008.

WEFFORT, Elionor F. J. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: Influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado.** São Paulo: Atlas, 2005. (Série Acadêmica-Empresa 3).

## **ANEXOS**

**Anexo 1 – Lei nº. 11.638/2007.****Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007.**

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176.....

.....

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

.....

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” (NR)

“Art. 177.....

.....

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou

II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

.....

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.” (NR)

“Art. 178.....

§ 1º .....

.....

c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º .....

.....

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

.....” (NR)

“Art. 179.....

.....

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social

e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

.....” (NR)

“(VETADO)

Art. 181. (VETADO)”

“Patrimônio Líquido

Art. 182.....

§ 1º .....

.....

c) (revogada);

d) (revogada).

.....

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (§ 5º do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3º do art. 226 desta Lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

.....” (NR)

“Critérios de Avaliação do Ativo

Art. 183.....

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

.....

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

§ 1º.....

.....

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:

1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;

2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou

3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado, intangível e diferido será registrada periodicamente nas contas de:

.....

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

.....” (NR)

“Critérios de Avaliação do Passivo

Art. 184.....

.....

III – as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.” (NR)

“Demonstração do Resultado do Exercício

Art. 187.....

.....

VI – as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

.....

§ 2º (Revogado).” (NR)

“Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

a) das operações;

b) dos financiamentos; e

c) dos investimentos;

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

.....”(NR)

“Reserva de Lucros a Realizar

Art. 197.....

§ 1º .....

.....

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

.....”(NR)

“Limite do Saldo das Reservas de Lucro

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.” (NR)

“Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão

Art. 226.....

.....

§ 3º Nas operações referidas no caput deste artigo, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.” (NR)

“Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 195-A:

“Reserva de Incentivos Fiscais

Art. 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).”

Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).



Art. 4º As normas de que tratam os incisos I, II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, poderão ser especificadas por categorias de companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários em função do seu porte e das espécies e classes dos valores mobiliários por eles emitidos e negociados no mercado.

Art. 5º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais.”

Art. 6º Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

Art. 7º As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderão ser divulgadas, no primeiro ano de vigência desta Lei, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Art. 8º Os textos consolidados das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com todas as alterações nelas introduzidas pela legislação posterior, inclusive esta Lei, serão publicados no Diário Oficial da União pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as alíneas *c* e *d* do § 1º do art. 182 e o § 2º do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Brasília, 28 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Arno Hugo Augustin Filho*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.12.2007 - Edição extra.

## Anexo 2 – Carteira Teórica do Índice IBRX-50

### Carteira Teórica para o Quadrimestre Set./Dez. 2008

Conheça a Carteira Teórica do IBrX50 para o quadrimestre de Set./Dez. 2008.

Além das empresas que compõem o índice, a tabela mostra o tipo de ação e também a participação relativa de cada papel.

| Código                          | Ação         | Tipo       | Qtde. Teórica (1)         | Part.(%) (2)   |
|---------------------------------|--------------|------------|---------------------------|----------------|
| ALLL11                          | ALL AMER LAT | UNT N2     | 339.070.384               | 0,887          |
| AMBV4                           | AMBEV        | PN         | 143.230.576               | 1,994          |
| ARCZ6                           | ARACRUZ      | PNB N1     | 489.802.585               | 0,610          |
| BTOW3                           | B2W VAREJO   | ON NM      | 48.383.736                | 0,390          |
| BVMF3                           | BMF BOVESPA  | ON EDJ NM  | 2.035.840.961             | 3,515          |
| BBDC4                           | BRADESCO     | PN N1      | 1.504.904.704             | 6,255          |
| BRAP4                           | BRADESPAR    | PN N1      | 222.649.800               | 1,007          |
| BBAS3                           | BRASIL       | ON NM      | 551.300.050               | 1,820          |
| BRKM5                           | BRASKEM      | PNA N1     | 182.638.275               | 0,296          |
| CCRO3                           | CCR RODOVIAS | ON NM      | 115.136.868               | 0,476          |
| CMIG4                           | CEMIG        | PN N1      | 279.165.537               | 1,363          |
| CESP6                           | CESP         | PNB N1     | 181.287.298               | 0,657          |
| CPLE6                           | COPEL        | PNB N1     | 100.930.363               | 0,392          |
| CSAN3                           | COSAN        | ON NM      | 101.387.868               | 0,365          |
| CPFE3                           | CPFL ENERGIA | ON NM      | 132.761.836               | 0,626          |
| CYRE3                           | CYRELA REALT | ON NM      | 209.967.556               | 0,597          |
| DURA4                           | DURATEX      | PN N1      | 64.461.317                | 0,250          |
| ELET3                           | ELETROBRAS   | ON N1      | 196.987.747               | 0,806          |
| ELET6                           | ELETROBRAS   | PNB N1     | 189.137.053               | 0,657          |
| ELPL6                           | ELETROPAULO  | PNB N2     | 90.200.736                | 0,378          |
| EMBR3                           | EMBRAER      | ON NM      | 720.998.572               | 1,384          |
| GFA3                            | GAFISA       | ON NM      | 129.962.913               | 0,421          |
| GGBR4                           | GERDAU       | PN N1      | 629.998.715               | 2,684          |
| GOAU4                           | GERDAU MET   | PN N1      | 262.612.924               | 1,513          |
| GOLL4                           | GOL          | PN N2      | 53.540.329                | 0,109          |
| ITAU4                           | ITAUBANCO    | PN ED N1   | 1.378.244.490             | 5,879          |
| ITSA4                           | ITAUSA       | PN N1      | 1.965.989.831             | 2,600          |
| JBSS3                           | JBS          | ON NM      | 313.499.407               | 0,288          |
| LAME4                           | LOJAS AMERIC | PN INT     | 297.758.766               | 0,427          |
| LREN3                           | LOJAS RENNER | ON NM      | 121.525.209               | 0,498          |
| NATU3                           | NATURA       | ON NM      | 108.624.375               | 0,286          |
| NETC4                           | NET          | PN N2      | 195.684.427               | 0,511          |
| PCAR4                           | P.ACUCAR-CBD | PN N1      | 99.563.460                | 0,469          |
| PRGA3                           | PERDIGAO S/A | ON NM      | 129.984.551               | 0,736          |
| PETR3                           | PETROBRAS    | ON         | 2.146.338.494             | 12,707         |
| PETR4                           | PETROBRAS    | PN         | 3.126.682.062             | 15,144         |
| RD3                             | REDECARD     | ON NM      | 246.158.473               | 0,992          |
| RSID3                           | ROSSI RESID  | ON NM      | 87.736.364                | 0,122          |
| SDIA4                           | SADIA S/A    | PN N1      | 391.697.142               | 0,585          |
| CSNA3                           | SID NACIONAL | ON ED      | 352.373.301               | 2,763          |
| TAMM4                           | TAM S/A      | PN N2      | 71.794.579                | 0,322          |
| TNLP4                           | TELEMAR      | PN EJ      | 254.747.800               | 1,342          |
| TCSL4                           | TIM PART S/A | PN         | 557.487.576               | 0,278          |
| UBBR11                          | UNIBANCO     | UNT N1     | 1.056.595.514             | 2,832          |
| USIM3                           | USIMINAS     | ON EDJ N1  | 90.041.065                | 0,701          |
| USIM5                           | USIMINAS     | PNA EDJ N1 | 239.770.699               | 1,903          |
| VCPA4                           | V C P        | PN N1      | 92.867.479                | 0,450          |
| VALE3                           | VALE R DOCE  | ON N1      | 1.265.097.223             | 7,632          |
| VALE5                           | VALE R DOCE  | PNA N1     | 1.994.725.981             | 10,520         |
| VIVO4                           | VIVO         | PN         | 476.722.093               | 0,557          |
| <b>Quantidade Teórica Total</b> |              |            | <b>26.038.069.064</b>     | <b>100,000</b> |
| <b>Redutor</b>                  |              |            | <b>88.476.242,2259579</b> |                |

(\*) Cotação por lote de mil ações

(1) Quantidade teórica válida para o período de vigência da carteira, sujeita a alterações somente no caso de distribuição de proventos (dividendo, bonificação e subscrição) pelas empresas.

(2) Participação relativa das ações da carteira, divulgada para a abertura dos negócios do dia 01/09/2007, sujeita a alterações em função das evoluções dos preços desses papéis.

Disponível em: <[www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)>, Acessado em: 10set2008.

**Anexo 3 – Instrução CVM nº. 469****INSTRUÇÃO CVM Nº 469, DE 2 DE MAIO DE 2008**

Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera as Instruções CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000.

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM** torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 30 de abril de 2008, com fundamento nos §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinados com os incisos II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e tendo em vista, ainda, o disposto na Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, **APROVOU** a seguinte Instrução:

**Aplicação da Lei nº 11.638, de 2007**

Art. 1º O disposto na Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, aplica-se às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008, e às demonstrações especialmente elaboradas para atendimento do disposto no §2º do art. 45 e no § 1º do art. 204 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. As companhias abertas deverão divulgar, em nota explicativa às Informações Trimestrais – ITR de 2008, uma descrição das alterações que possam ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras de encerramento do exercício, bem como uma estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado do período ou os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação dessa estimativa.

Art. 2º É facultado às companhias abertas a aplicação imediata, nas ITR de 2008 e nas demonstrações especialmente elaboradas para fins de registro na CVM nos termos do art. 7º, inciso X, da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, de todas as disposições contábeis contidas na Lei nº 11.638, de 2007.

§ 1º As companhias abertas que optarem pela aplicação imediata da Lei nº 11.638, de 2007, deverão fazê-lo:

I - com base nas normas emitidas pela CVM, inclusive as constantes desta Instrução e, na sua ausência, nas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* que tratem da matéria; e

II - de forma consistente em todas as informações trimestrais de 2008.

§ 2º As companhias abertas que exercerem a faculdade prevista no *caput* deverão divulgar, em nota explicativa às ITR de 2008, uma descrição dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da adoção das disposições da Lei nº 11.638, de 2007.

### **Saldos das Reservas de Capital Alteradas pela Lei nº 11.638, de 2007**

Art. 3º Os prêmios recebidos na emissão de debêntures e as doações e subvenções, decorrentes de operações e eventos ocorridos a partir da vigência da Lei nº 11.638, de 2007, serão transitariamente registrados em contas específicas de resultado de exercícios futuros, com divulgação do fato e dos valores envolvidos, em nota explicativa, até que a CVM edite norma específica sobre a matéria.

Parágrafo único. Os saldos das reservas de capital referentes a prêmios recebidos na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimento, existentes no início do exercício social de 2008, poderão ser mantidos nessas respectivas contas até a sua total utilização, na forma prevista em lei.

### **Reserva de Reavaliação**

Art. 4º Os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638, de 2007, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial, poderão ser mantidos nessas respectivas contas até a sua efetiva realização ou até serem estornados.

§ 1º As companhias abertas que optarem pelo estorno deverão realizá-lo até o final do primeiro exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008.

§ 2º Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, as companhias abertas deverão divulgar, até a apresentação da 2ª ITR do exercício iniciado em 2008, sua opção quanto às alternativas previstas no **caput** deste artigo.

§ 3º No caso de estorno, os efeitos da reversão da reserva de reavaliação e dos ajustes nas respectivas obrigações fiscais diferidas deverão retroagir ao início do exercício social, devendo esses efeitos ser objeto de divulgação em nota explicativa.

§ 4º No caso de manutenção dos saldos da reserva de reavaliação, deverá ser observado o seguinte:

I - a sua realização para a conta de lucros e prejuízos acumulados deverá ser feita nos termos da Deliberação CVM nº 183, de 19 de junho de 1995 e o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social deverá ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do valor recuperável; e

II - a obrigatoriedade de realização de reavaliações periódicas, prevista na Deliberação CVM nº 183, de 1995, deixa de ser aplicável.

§ 5º As companhias abertas deverão utilizar a mesma alternativa para as reavaliações próprias e reflexas e determinar a suas controladas a adoção da mesma alternativa, devendo a investidora, no caso de coligadas e equiparadas, ajustar, se necessário, os balanços daquelas companhias para adequá-los à alternativa utilizada.

### **Lucros Acumulados**

Art. 5º No encerramento do exercício social, a conta de lucros e prejuízos acumulados não deverá apresentar saldo positivo.

Parágrafo único. Eventual saldo positivo remanescente na conta de lucros e prejuízos acumulados deverá ser destinado para reserva de lucros, nos termos dos art. 194 a 197 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou distribuído como dividendo.

### **Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

Art. 6º A demonstração do valor adicionado poderá ser elaborada e divulgada com base nas orientações contidas no item 1.12 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 14 de fevereiro de 2007, enquanto a CVM não emitir norma específica regulando essa matéria.

### **Remuneração baseada em Ações**

Art. 7º As companhias abertas deverão divulgar informações sobre remuneração baseada em ações nas ITR e nas demonstrações financeiras de acordo com as orientações contidas no item 25.10 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 14 de fevereiro de 2007, enquanto a CVM não emitir norma específica regulando essa matéria.

### **Ajustes a Valor Presente - AVP**

Art. 8º Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeitos relevantes, deverão ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo.

Parágrafo único. As companhias abertas deverão adotar os seguintes procedimentos, enquanto a CVM não emitir norma específica sobre essa matéria:

I - a quantificação do ajuste a valor presente deverá ser realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam;

II - as reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras;

III - as notas explicativas deverão detalhar as premissas e fundamentos que justificaram as taxas de desconto adotadas pela Administração;

IV - as premissas e fundamentos que justificarem as estimativas contábeis relativas ao cálculo dos ajustes a valor presente, inclusive as taxas de desconto, serão objeto de avaliação quanto à razoabilidade e pertinência pelos auditores independentes; e

V - no cálculo do ajuste a valor presente devem ser também observadas as disposições contidas nas Deliberações CVM nº 527, de 1º de novembro de 2007 e nº 489, de 3 de outubro de 2005, nas operações objeto dessas deliberações.

### **Operações de Incorporação, Fusão e Cisão**

Art. 9º Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, nos termos do § 3º do art. 226 da Lei nº 6.404, de 1976, devem ser determinados os valores de mercado de todos os ativos e passivos, inclusive contingentes, identificáveis e passíveis de mensuração.

Parágrafo único. As operações referidas no **caput** deste artigo realizadas no decorrer de 2008 poderão ser contabilizadas pelo seu valor contábil, devendo ser ajustadas ao valor de mercado até o encerramento do exercício social em curso, enquanto a CVM não emitir norma específica sobre esta matéria.

### **Companhias Patrocinadoras de Programa de BDR**

Art. 10. Fica dispensada a apresentação da nota explicativa de reconciliação referida no inciso III do § 2º do art. 5º da Instrução CVM nº 331, de 4 de abril de 2000, para as companhias patrocinadoras de programa de certificados de depósito de valores mobiliários – BDR cujas demonstrações financeiras, no país de origem ou divulgadas em mercado externo para fins de registro sejam elaboradas adotando-se as normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Art. 11. O artigo 5º da Instrução 331, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

§3º As informações citadas nas alíneas “b” e “c” do inciso IV do **caput**, bem como aquelas previstas no §2º deste artigo, devem ser apresentadas em moeda de apresentação nacional segundo o Pronunciamento Técnico 2 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008.

.....” (NR)

### **Avaliação de Investimentos em Coligadas**

Art. 12. Os art. 5º e 16 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

I - o investimento em cada controlada direta ou indireta;

II - o investimento em cada coligada ou sua equiparada, quando a investidora tenha influência significativa na administração ou quando a porcentagem de participação, direta ou indireta, da investidora representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante; e

III – o investimento em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

..... (NR)”

“Art. 16. ....

Parágrafo único. Não obstante o disposto no art. 12, o resultado negativo de equivalência patrimonial terá como limite o valor contábil do investimento, que compreende o custo de aquisição mais a equivalência patrimonial, o ágio e o deságio não amortizados e a provisão para perdas.” (NR)

Art. 13. As companhias abertas com investimentos em coligadas e equiparadas que deixarem de ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial em função do disposto nesta Instrução deverão observar o seguinte:

I – considerar o valor contábil do investimento no balanço anterior à entrada em vigor da Lei nº 11.638, de 2007, incluindo o ágio ou o deságio não-amortizados, como novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, deixando de aplicar imediatamente a equivalência patrimonial;

II – contabilizar, em contrapartida desses investimentos, os dividendos recebidos por conta de lucros que já tiverem sido reconhecidos por equivalência patrimonial; e

III – indicar, em nota explicativa nas ITR e demonstrações financeiras de 2008, o valor contábil daqueles investimentos.

### **Disposições Gerais**

Art. 14. Ficam revogados os art. 4º e 8º e o inciso IV do art. 16 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996.

Art. 15. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se, inclusive, às ITR relativas ao primeiro trimestre de 2008.

*Original assinado por*

**MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA**  
**Presidente**



**Anexo 4 – Resolução CFC nº. 1.055/2005****RESOLUÇÃO CFC Nº 1.055/05****Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS  
CONTÁBEIS – (CPC), e dá outras providências.**

**O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** que a crescente importância da internacionalização das normas contábeis vem levando inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como consequência:

a) a redução de riscos nos investimentos internacionais (quer os sob a forma de empréstimo financeiro quer os sob a forma de participação societária), bem como os créditos de natureza comercial, redução de riscos essa derivada de um melhor entendimento das demonstrações contábeis elaboradas pelos diversos países por parte dos investidores, financiadores e fornecedores de crédito;

b) a maior facilidade de comunicação internacional no mundo dos negócios com o uso de uma linguagem contábil bem mais homogênea;

c) a redução do custo do capital que deriva dessa harmonização, o que no caso é de interesse, particularmente, vital para o Brasil;

**CONSIDERANDO** que a importância crescente da Contabilidade levou à tendência mundial de se contar, no processo de emissão de pronunciamentos contábeis, com a participação não só dos Contadores preparadores das informações dessa natureza e dos seus Auditores Independentes, mas também com a dos usuários dessas informações, como os profissionais de investimentos e órgãos reguladores, dos que fiscalizam esse processo e dos que pesquisam e estudam, academicamente, a Ciência Contábil;

**CONSIDERANDO** que a confiabilidade nas Demonstrações Contábeis por toda a sociedade interessada torna-se maior quando uma entidade for responsável pelo preparo e pela emissão e divulgação das regras que as regem;

**CONSIDERANDO** que a tendência da grande maioria dos países desenvolvidos e dos países de economia mais relevantes em desenvolvimento é a da adoção dessa entidade única com a participação de todos esses interessados na informação contábil, inclusive sendo esse o modelo adotado pelos órgãos internacionais de maior relevância no mundo de hoje, como o IASB – International Accounting Standards Board;

**CONSIDERANDO** que, no Brasil, diversas entidades representativas desses segmentos de preparadores de informações contábeis, seus auditores, profissionais de investimentos, usuários, fiscalizadores e pesquisadores já vêm trabalhando juntos nesse

processo de maneira ainda não totalmente sistematizada e unificada, mas com a acumulação de experiência suficiente para formalizar agora a definitiva implantação de um comitê que as reúna e possa, de maneira central, elaborar pronunciamentos técnicos contábeis ;

**CONSIDERANDO** que algumas dessas entidades, de natureza regulatória governamental, vem demonstrando seu interesse em se beneficiar do processo de elaboração desses pronunciamentos, para posterior deliberação em suas áreas de competência, bem como vem incentivando a criação desse comitê aglutinador dos diversos interessados;

**CONSIDERANDO** o papel que o Conselho Federal de Contabilidade vem desempenhando nesse processo há muitos anos, sua experiência nesse campo e sua estrutura; e

**CONSIDERANDO** a confiança nele depositada por essas referidas entidades na criação e na manutenção de um comitê autônomo, democrático e independente e que deverá representar, de maneira mais ampla, os pensamentos e os interesses da coletividade em relação às normas contábeis;

## **RESOLVE :**

### **CAPÍTULO I** **DA CRIAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 1º** Fica criado o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC).

**Art. 2º** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) será composto pelas seguintes entidades:

- a- ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- b- APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- c- BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo;
- d- CFC – Conselho Federal de Contabilidade;
- e- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- f- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras.

**Parágrafo único.** Por aprovação de 3/4 (três quartos) das entidades representadas no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), outras entidades ou instituições vinculadas a contadores, auditores, analistas de investimentos ou de Demonstrações Contábeis, relacionadas ao mercado financeiro, em geral, ou ao mercado de capitais, em particular, bem como representantes de universidades que possuam cursos de Contabilidade, reconhecidos como de alta qualidade ou institutos de pesquisas na área contábil vinculado a universidades que mantenham tais cursos, poderão vir a ser convidadas a integrar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), assim como poderão ser excluídas do CPC, observada a manutenção de equilíbrio entre os setores nele representados.

## **CAPÍTULO II**

### **DO OBJETIVO**

**Art. 3º** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

**Art. 4º** É atribuição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos.

§ 1º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) poderá emitir Orientações e Interpretações, além dos Pronunciamentos Técnicos, sendo que todos poderão ser consubstanciados em Norma Brasileira de Contabilidade pelo CFC e em atos normativos pelos órgãos reguladores brasileiros, visando dirimir dúvidas quanto à implementação desses Pronunciamentos Técnicos.

§ 2º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) dará ampla divulgação dos documentos que produzir, tanto na etapa de audiência quanto da emissão dos mesmos.

§ 3º A aprovação dos Pronunciamentos Técnicos, das Orientações e de suas Interpretações dar-se-á, em conformidade com o regulamento interno, mas sempre por, no mínimo, 2/3(dois terços) dos seus membros.

§ 4º Definir suas diretrizes de atuação, sempre em consonância com suas finalidades.

**Art. 5º** Para o cumprimento de seus objetivos, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) poderá realizar quaisquer atividades que com eles sejam compatíveis e necessárias, entre as quais:

- a- desenvolver e implementar ações educativas, tais como, cursos, simpósios, seminários, congressos, conferências, palestras ou quaisquer outros eventos;
- b- realizar pesquisas;
- c- manter serviço de divulgação e de distribuição de informações, dados, trabalhos, estudos técnicos e documentos relacionados com os seus objetivos;
- d- colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por instituições privadas ou da sociedade civil que afetem ou sejam afins à sua área de atuação, podendo, para tanto, participar e/ou aceitar assentos em comitês, comissões, câmaras, fóruns, redes e outros;

e- subsidiar o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nas suas necessidades de firmar convênios, contratos, acordos ou recorrer a quaisquer outras formas de colaboração ou cooperação com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, incluindo governamentais, associações de classe, organismos internacionais, setores acadêmicos, organizações não-governamentais e demais instituições assemelhadas;

f- realizar quais outras atividades ou praticar quaisquer outros atos necessários ao cumprimento de seus objetivos.

**Art. 6º** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) deverá submeter à audiência pública as minutas dos Pronunciamentos Técnicos.

**Parágrafo único.** No processo de audiência, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) consultará outras entidades e/ou instituições, como: Secretaria da Receita Federal, agências reguladoras, associações ou institutos profissionais, associações ou federações representativas da indústria, do comércio, da agricultura, do setor financeiro, da área de serviços, de investidores, instituições de ensino e/ou de pesquisa de Contabilidade e outras que tenham interesse direto nas questões definidas nos objetivos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), devendo, para cada uma delas, haver uma correspondência direta e individualizada.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**Art. 7º** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) será formado, em sua maioria, por contadores, com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade, todos de ilibada reputação e reconhecido conhecimento técnico na área contábil e de divulgação de informações, eleitos a partir das indicações feitas pelas entidades referidas no art. 2º.

§ 1º As pessoas físicas, com a representação delegada pelas entidades referidas no art. 2º terão autonomia em todas as suas deliberações e votações.

§ 2º Cada entidade indicará 2(dois) membros efetivos para compor o Comitê de Pronunciamentos Contábeis –(CPC).

§ 3º O mandato dos membros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) será de 4 (quatro) anos, permitindo-se reconduções, encerrando-se com a assinatura do termo de posse do sucessor formalmente indicado pela correspondente entidade.

§ 4º Na primeira indicação de cada entidade, um dos membros terá mandato de 2 (dois) anos.

§ 5º As reuniões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) instalar-se-ão com a presença de um número superior a 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

**Art. 8º.** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) elegerá, dentre seus membros, 4 (quatro) Coordenadores, a saber: Coordenador de Operações, Coordenador de Relações Institucionais, Coordenador de Relações Internacionais e Coordenador Técnico, e respectivos Vice-Coordenadores, com mandatos de 2 (dois) anos, permitindo-se reeleições, fixando-lhes a competência em Regimento Interno.” *(Com nova redação dada pela Resolução CFC nº 1.075/06, publicada no Diário Oficial da União em 02 de agosto de 2006, seção 1, página 105.)*

**Art. 9º.** Os membros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.

**Art. 10.** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), em conformidade com o Regimento Interno, poderá nomear Grupos de Trabalho para auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições.

## CAPÍTULO IV

### DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**Art. 11.** Ao Conselho Federal de Contabilidade competirá:

- a) convidar e firmar com as instituições referidas no art. 2º;
- b) fornecer estrutura física, biblioteca, recursos humanos, tecnológicos e outros para o pleno atendimento dos objetivos da presente Resolução que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC);
- c) dar ampla divulgação das minutas dos Pronunciamentos Técnicos, das suas Interpretações e das Orientações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC);
- d) viabilizar a promoção de audiências públicas para discussão das minutas de matéria técnica acima referidas;
- e) firmar convênios visando à adoção dos atos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) pelas instituições interessadas na matéria técnica;
- f) manter os contatos necessários para questionar, quando aplicável, as razões pelas quais uma entidade não aderiu e não aprovou ou aprovou os procedimentos técnicos recomendados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC);
- g) firmar convênios, contratos, acordos ou recorrer a quaisquer outras formas de colaboração ou cooperação para o atendimento ao disposto na presente Resolução;
- h) proceder a divulgação, inclusive por via eletrônica, dos atos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e editar, no mínimo a cada seis meses, material de divulgação de tais atos;
- i) firmar convênios com os órgãos reguladores contábeis brasileiros para que estes implementem, em suas respectivas áreas de abrangência, os

Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e/ou as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo CFC, deles derivadas; e

j) fomentar a divulgação dos atos e decisões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) nas instituições de ensino contábil no Brasil.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PRAZO DE DURAÇÃO**

**Art. 12.** A duração do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) é por prazo indeterminado.

**Art. 13.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de outubro de 2005.

Contador **José Martonio Alves Coelho**  
Presidente

Ata CFC nº 878

**Anexo 5 – Medida Provisória Nº. 449 – Regulamentação da Lei N. 11.638/07****Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**CAPÍTULO I****DOS PARCELAMENTOS****Seção I****Do Parcelamento ou Pagamento de Dívidas de Pequeno Valor**

Art. 1º As dívidas de pequeno valor com a Fazenda Nacional, inscritas ou não em Dívida Ativa da União, poderão ser pagas ou parceladas, atendidas as condições e os limites previstos neste artigo.

§ 1º Considera-se de pequeno valor a dívida vencida até 31 de dezembro de 2005, consolidada por sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, cujo valor não seja superior ao limite estabelecido no **caput** do art. 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, considerados isoladamente:

I - os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - os débitos decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

III - os demais débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Observados os requisitos e as condições estabelecidos em ato conjunto do Procurador-Geral da Fazenda Nacional e do Secretário da Receita Federal do Brasil, os débitos a que se refere este artigo poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I - à vista ou parcelados em até seis prestações mensais, com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de trinta por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal;

II - parcelados em até trinta prestações mensais, com redução de sessenta por cento sobre o valor das multas de mora e de ofício e cem por cento sobre o valor do encargo legal; ou

III - parcelados em até sessenta prestações mensais, com redução de quarenta por cento sobre o valor das multas de mora e de ofício e de cem por cento sobre o valor do encargo legal.

§ 3º O requerimento do parcelamento abrangerá, obrigatoriamente, todos os débitos de que trata este artigo, no âmbito de cada um dos órgãos, ressalvado o disposto no § 4º.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às multas isoladas e às multas decorrentes de descumprimento de obrigações tributárias acessórias e de infrações à legislação penal e eleitoral, inscritas ou não em Dívida Ativa da União.

§ 5º A dívida com a Fazenda Nacional de valor consolidado superior ao indicado no § 1º poderá ser parcelada desde que o valor excedente ao limite máximo fixado seja quitado à vista e sem as reduções previstas neste artigo.

§ 6º A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do seu requerimento e será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, nos termos do § 2º, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais) no caso de pessoa física; e

II - R\$ 100,00 (cem reais) no caso de pessoa jurídica.

## Seção II

### Do Pagamento ou do Parcelamento de Dívidas Decorrentes de Aproveitamento

#### Indevido de Créditos de IPI e dos Programas REFIS e PAES

Art. 2º Poderão ser pagos ou parcelados, nas condições deste artigo, a totalidade dos débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos aos fatos geradores ocorridos até 31 de maio de 2008, decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI oriundos da aquisição de matérias primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota zero ou como não-tributados.



§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, que foram indevidamente aproveitados na apuração do IPI.

§ 2º Os débitos a que se refere este artigo poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I - à vista ou parcelados em até seis meses, com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de trinta por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal;

II - parcelados em até vinte e quatro meses, com redução de oitenta por cento das multas de mora e de ofício, de trinta por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal; ou

III - sem qualquer redução de multas, de juros ou de encargos legais, no caso de:

a) parcelamento em até sessenta meses; ou

b) parcelamento em até cento e vinte meses, desde que a primeira parcela corresponda a, no mínimo, trinta por cento da totalidade dos débitos consolidados.

§ 3º O valor mínimo de cada prestação, em relação aos débitos consolidados na forma deste artigo, não poderá ser inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 4º Alternativamente à regra contida na alínea "b" do inciso III do § 2º, que estipula o pagamento de trinta por cento da totalidade dos débitos consolidados na primeira parcela, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento mensal de três prestações do parcelamento durante os primeiros doze meses, retornando ao pagamento de uma prestação mensal, a partir do décimo terceiro mês.

Art. 3º Os sujeitos passivos operantes pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e do Parcelamento Especial - PAES, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, poderão optar pelo pagamento ou parcelamento do saldo remanescente dos débitos consolidados em cada um dos programas na forma dos §§ 2º e 3º do art. 2º.

§ 1º Para os fins de que trata o **caput** serão restabelecidos à data da solicitação do novo parcelamento os valores correspondentes ao crédito originalmente confessado e seus respectivos acréscimos legais, de acordo com a legislação aplicável em cada caso.

§ 2º Computadas as parcelas pagas até a data da solicitação do novo parcelamento, o pagamento ou parcelamento do saldo que houver poderá ser liquidado pelo contribuinte na forma e condições previstas no § 2º, incisos I e II, do art. 2º.

§ 3º A opção pelo pagamento ou parcelamento de que trata este artigo importará na desistência compulsória e definitiva do REFIS e do PAES, conforme o caso.

### Seção III

#### Das Disposições Comuns aos Parcelamentos

Art. 4º Aos parcelamentos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória não se aplicam o disposto no § 1º do art. 3º da Lei no 9.964, de 2000, no §2º do art. 14-A da Lei no 10.522, de 2002, e no § 10 do art. 1º da Lei no 10.684, de 2003.

Art. 5º A opção pelos parcelamentos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória importa confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos existentes em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável, configura confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 6º O sujeito passivo que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá desistir da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do art. 269 do Código de Processo Civil, até a data do requerimento do parcelamento.

Art. 7º A opção pelo pagamento à vista ou pelos parcelamentos de débitos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória deverá ser efetivada até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Medida Provisória.

Art. 8º A inclusão de débitos nos parcelamentos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória não implica novação de dívida.

Art. 9º As reduções previstas nos arts. 1º e 2º desta Medida Provisória não são cumulativas com outras previstas em lei e serão aplicadas somente em relação aos saldos devedores dos débitos.

Parágrafo único. Na hipótese de anterior concessão de redução de multa, de mora e de ofício, de juros de mora ou de encargos legais em percentuais diversos dos estabelecidos nos arts. 1º e 2º desta Medida Provisória, prevalecerão os percentuais nela referidos, aplicados sobre os respectivos valores originais.

Art. 10. Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos dos arts. 1º e 2º desta Medida Provisória, serão automaticamente convertidos em renda da União, aplicando-se as reduções para pagamento à vista ou parcelamento sobre o saldo remanescente.

Art. 11. Os parcelamentos requeridos na forma e condições de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória:

I - não dependem de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, exceto quando já houver penhora em execução fiscal ajuizada; e

II - no caso de débito inscrito em Dívida Ativa da União, abrangerão inclusive os encargos legais, quando devidos.

Art. 12. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, editarão os atos necessários à execução dos parcelamentos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória, inclusive quanto à forma e o prazo para confissão dos débitos a serem parcelados.

Art. 13. Aplicam-se, subsidiariamente, aos parcelamentos previstos nos arts. 1º e 2º desta Medida Provisória as disposições dos arts. 10 a 13, do **caput** e dos §§ 1º e 3º do art. 14-A e do art. 14-B da Lei nº 10.522, de 2002.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no art. 14 da Lei nº 10.522, de 2002, aos parcelamentos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória.

## CAPÍTULO II

### DA REMISSÃO

Art. 14. Ficam remetidos os débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa que, em 31 de dezembro de 2007, estejam vencidos há cinco anos ou mais e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º O limite previsto no **caput** deve ser considerado por sujeito passivo, e, separadamente, em relação:

I - aos débitos inscritos em Dívida Ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - aos débitos decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

III - aos demais débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Na hipótese do IPI, o valor de que trata este artigo será apurado considerando a totalidade dos estabelecimentos da pessoa jurídica.

§ 3º O disposto neste artigo não implica restituição de quantias pagas.

## CAPÍTULO III

### DO REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO

Art. 15. Fica instituído o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis

introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 36 e 37 desta Medida Provisória.

§ 1º O RTT vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

§ 2º Nos anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT será optativo, observado o seguinte:

I - a opção aplicar-se-á ao biênio 2008-2009, vedada a aplicação do regime em um único ano-calendário;

II - a opção a que se refere o inciso I deverá ser manifestada, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009;

III - no caso de apuração pelo lucro real trimestral dos trimestres já transcorridos do ano-calendário de 2008, a eventual diferença entre o valor do imposto devido com base na opção pelo RTT e o valor antes apurado deverá ser recolhida até o último dia útil do mês de janeiro de 2009 ou compensada, conforme o caso;

IV - na hipótese de início de atividades no ano-calendário de 2009, a opção deverá ser manifestada, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2010.

§ 3º Observado o prazo estabelecido no § 1º, o RTT será obrigatório a partir do ano-calendário de 2010, inclusive para a apuração do imposto sobre a renda com base no lucro presumido ou arbitrado, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

§ 4º Quando paga até o prazo previsto no inciso III do § 2º, a diferença apurada será recolhida sem acréscimos.

Art. 16. As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pelos arts. 36 e 37 desta Medida Provisória que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976, e pelos demais órgãos reguladores que visem alinhar a legislação específica com os padrões internacionais de contabilidade.

Art. 17. Na ocorrência de disposições da lei tributária que conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes daqueles determinados pela Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e dos arts. 36 e 37 desta Medida Provisória, e pelas normas expedidas pela Comissão de Valores

Mobiliários com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei no 6.404, de 1976, e demais órgãos reguladores, a pessoa jurídica sujeita ao RTT deverá realizar o seguinte procedimento:

I - utilizar os métodos e critérios definidos pela Lei nº 6.404, de 1976, para apurar o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda, referido no inciso V do art. 187 dessa Lei, deduzido das participações de que trata o inciso VI do mesmo artigo, com a adoção:

a) dos métodos e critérios introduzidos pela Lei nº 11.638, de 2007, e pelos arts. 36 e 37 desta Medida Provisória; e

b) das determinações constantes das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei no 6.404, de 2007, no caso de companhias abertas e outras que optem pela sua observância;

II - realizar ajustes específicos ao lucro líquido do período, apurado nos termos do inciso I, no Livro de Apuração do Lucro Real, inclusive com observância do disposto no § 2º, que revertam o efeito da utilização de métodos e critérios contábeis diferentes daqueles da legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, nos termos do art. 16; e

III - realizar os demais ajustes, no Livro de Apuração do Lucro Real, de adição, exclusão e compensação, prescritos ou autorizados pela legislação tributária, para apuração da base de cálculo do imposto.

§ 1º Na hipótese de ajustes temporários do imposto, realizados na vigência do RTT e decorrentes de fatos ocorridos nesse período, que impliquem ajustes em períodos subsequentes, permanece:

I - a obrigação de adições relativas a exclusões temporárias; e

II - a possibilidade de exclusões relativas a adições temporárias.

§ 2º A pessoa jurídica sujeita ao RTT, desde que observe as normas constantes deste Capítulo, fica dispensada de realizar, em sua escrituração comercial, qualquer procedimento contábil determinado pela legislação tributária que altere os saldos das contas patrimoniais ou de resultado quando em desacordo com:

I - os métodos e critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404, de 1976, alterada pela Lei nº 11.638, de 2007, e pelos arts. 36 e 37 desta Medida Provisória; ou

II - as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei no 6.404, de 1976, e pelos demais órgãos reguladores.

Art. 18. Para fins de aplicação do disposto nos arts. 15 a 17, às subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, e às doações, feitas pelo Poder

Público, a que se refere o art. 38 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a pessoa jurídica deverá:

I - reconhecer o valor da doação ou subvenção em conta do resultado pelo regime de competência, inclusive com observância das determinações constantes das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976, no caso de companhias abertas e outras que optem pela sua observância;

II - excluir, no Livro de Apuração do Lucro Real, o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, para fins de apuração do lucro real;

III - manter o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente da doação ou subvenção na reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 1976; e

IV - adicionar, no Livro de Apuração do Lucro Real, para fins de apuração do lucro real, o valor referido no inciso II, no momento em que ele tiver destinação diversa daquela referida no inciso III.

Parágrafo único. As doações e subvenções de que trata o **caput** serão tributadas caso seja dada destinação diversa da prevista neste artigo, inclusive nas hipóteses de:

I - capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos;

II - restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos cinco anos anteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos; ou

III - integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Art. 19. Para fins de aplicação do disposto nos arts. 15 a 17, em relação ao prêmio na emissão de debêntures a que se refere o art. 38 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, a pessoa jurídica deverá:

I - reconhecer o valor do prêmio na emissão de debêntures em conta do resultado pelo regime de competência e de acordo com as determinações constantes das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976, no caso de companhias abertas e outras que optem pela sua observância;

II - excluir, no Livro de Apuração do Lucro Real, o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do prêmio na emissão de debêntures, para fins de apuração do lucro real;

III - manter o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do prêmio na emissão de debêntures em reserva de lucros específica; e

IV - adicionar, no Livro de Apuração do Lucro Real, para fins de apuração do lucro real, o valor referido no inciso II, no momento em que ele tiver destinação diversa daquela referida no inciso III.

§ 1º A reserva de lucros específica a que se refere o inciso III do **caput**, para fins do limite de que trata o art. 199 da Lei no 6.404, de 1976, terá o mesmo tratamento dado à reserva de lucros prevista no art. 195-A da referida Lei.

§ 2º O prêmio na emissão de debêntures de que trata o **caput** será tributado caso seja dada destinação diversa da que está prevista neste artigo, inclusive nas hipóteses de:

I - capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de prêmios na emissão de debêntures;

II - restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos cinco anos anteriores à data da emissão das debêntures com o prêmio, com posterior capitalização do valor do prêmio, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de prêmios na emissão de debêntures; ou

III - integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Art. 20. Para os anos-calendário de 2008 e de 2009, a opção pelo RTT será aplicável também à apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ com base no lucro presumido.

§ 1º A opção de que trata o **caput** é aplicável a todos os trimestres nos anos-calendário de 2008 e de 2009.

§ 2º Nos trimestres já transcorridos do ano-calendário de 2008, a eventual diferença entre o valor do imposto devido com base na opção pelo RTT e o valor antes apurado deverá ser recolhida até o último dia útil do mês de janeiro de 2009 ou compensada, conforme o caso.

§ 3º Quando paga até o prazo previsto no § 2º, a diferença apurada será recolhida sem acréscimos.

Art. 21. As opções de que tratam os arts. 15 e 20, referentes ao IRPJ, implicam a adoção do RTT na apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, da

Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do RTT, poderão ser excluídos da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, quando registrados em conta de resultado:

I - o valor das subvenções e doações feitas pelo Poder Público, de que trata o art. 18; e

II - o valor do prêmio na emissão de debêntures, de que trata o art. 19.

Art. 22. Na hipótese de que trata os arts. 20 e 21, o controle dos ajustes extracontábeis decorrentes da opção pelo RTT será definido em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º A exigência do crédito tributário e a aplicação de penalidade isolada serão formalizados em autos de infração ou notificações de lançamento, distintos para cada tributo ou penalidade, os quais deverão estar instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito.

.....

§ 4º O disposto no **caput** aplica-se também nas hipóteses em que, constatada infração à legislação tributária, dela não resulte exigência de crédito tributário.

§ 5º Os autos de infração e as notificações de lançamento de que trata o **caput**, formalizados em decorrência de fiscalização relacionada a regime especial unificado de arrecadação de tributos, poderão conter lançamento único para todos os tributos por eles abrangidos.

§ 6º O disposto no **caput** não se aplica às contribuições de que trata o art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

§ 7º O Poder Executivo poderá estabelecer outras situações nas quais um único lançamento abrangerá mais de um tributo.” (NR)

“Art. 23. ....

.....



§ 1º Quando resultar improfícuo um dos meios previstos no **caput** ou quando o sujeito passivo tiver sua inscrição declarada inapta perante o cadastro fiscal, a intimação poderá ser feita por edital publicado:

.....

§ 2º .....

.....

III - se por meio eletrônico:

a) quinze dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;

b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea “a”; ou

c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

.....” (NR)

“Art. 24. ....

Parágrafo único. Quando o ato for praticado por meio eletrônico, a administração tributária poderá atribuir o preparo do processo a unidade da administração tributária diversa da prevista no **caput**.” (NR)

“Art. 25. O julgamento de processos sobre a aplicação da legislação referente a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil compete:

.....

II - em segunda instância, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão colegiado, paritário, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, com atribuição de julgar recursos de ofício e voluntários de decisão de primeira instância, bem como recursos de natureza especial.

§ 1º O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais será constituído por seções e pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.

§ 2º As seções serão especializadas por matéria e constituídas por câmaras.

§ 3º A Câmara Superior de Recursos Fiscais será constituída por turmas, compostas pelos Presidentes e Vice-Presidentes das câmaras.

§ 4º As câmaras poderão ser divididas em turmas.

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá criar, nas seções, turmas especiais, de caráter temporário, com competência para julgamento de processos que envolvam valores reduzidos ou matéria recorrente ou de baixa complexidade, que poderão funcionar nas cidades onde estão localizadas as Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil.

§ 6º Na composição das câmaras, das suas turmas e das turmas especiais, será respeitada a paridade entre representantes da Fazenda Nacional e representantes dos contribuintes.

§ 7º As turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais serão constituídas pelo Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, pelo Vice-Presidente, pelos Presidentes e pelos Vice-Presidentes das câmaras.

§ 8º A presidência das turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais será exercida pelo Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e a vice-presidência, por conselheiro representante dos contribuintes.

§ 9º Os cargos de Presidente das Turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais, das câmaras, das suas turmas e das turmas especiais serão ocupados por conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que, em caso de empate, terão o voto de qualidade, e os cargos de Vice-Presidente, por representantes dos contribuintes.

§ 10. Os conselheiros serão designados pelo Ministro de Estado da Fazenda para mandato, limitando-se as reconduções, na forma e no prazo estabelecidos no regimento interno.

§ 11. O Ministro de Estado da Fazenda, observado o devido processo legal, decidirá sobre a perda do mandato, para os conselheiros que incorrerem em falta grave, definida no regimento interno.” (NR)

“Art. 26. A Câmara Superior de Recursos Fiscais poderá, nos termos do regimento interno, após reiteradas decisões sobre determinada matéria e com a prévia manifestação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, editar enunciado de súmula que, mediante aprovação de dois terços dos seus membros e do Ministro de Estado da Fazenda, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos da administração tributária federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial.

Parágrafo único. A Câmara Superior de Recursos Fiscais poderá rever ou cancelar súmula, de ofício ou mediante proposta apresentada pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional ou pelo Secretário da Receita Federal do Brasil.” (NR)

“Art. 26-A. No âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:

I - que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal;

II - que fundamente crédito tributário objeto de:

a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei nº 10.522, de 19 de junho de 2002;

b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; ou

c) pareceres do Advogado-Geral da União aprovados pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993.” (NR)

“Art. 37. O julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais far-se-á conforme dispuser o regimento interno.

.....

§ 2º Caberá recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, no prazo de quinze dias da ciência do acórdão ao interessado:

I - de decisão não-unânime de Câmara, turma de Câmara ou turma especial, quando for contrária à lei ou à evidência da prova;

II - de decisão que der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Câmara, turma de Câmara, turma especial ou a própria Câmara Superior de Recursos Fiscais.

§ 3º No caso do inciso I do § 2º, o recurso é privativo do Procurador da Fazenda Nacional.

§ 4º Das decisões de Câmara, de turma de Câmara ou de turma especial que der provimento a recurso de ofício, caberá recurso voluntário, no prazo de trinta dias, à Câmara Superior de Recursos Fiscais.”(NR)

Art. 24. A Lei nº 8.212, de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32. ....

.....

III - prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de seu interesse, na forma por ela estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização;

IV - declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS;

.....

§ 2º A declaração de que trata o inciso IV constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário, e suas informações comporão a base de dados para fins de cálculo e concessão dos benefícios previdenciários.

.....

§ 9º A empresa deverá apresentar o documento a que se refere o inciso IV ainda que não ocorram fatos geradores de contribuição previdenciária, aplicando-se, quando couber, a penalidade prevista no art. 32-A.

§ 10. O descumprimento do disposto no inciso IV impede a expedição da certidão de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

§ 11. Em relação aos créditos tributários, os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações de que trata este artigo devem ficar arquivados na empresa até que ocorra a prescrição relativa aos créditos decorrentes das operações a que se refiram.” (NR)

“Art. 32-A. O contribuinte que deixar de apresentar a declaração de que trata o inciso IV do art. 32 no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentá-la ou a prestar esclarecimentos e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no § 3º; e

II - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de dez informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do **caput**, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, a data da lavratura do auto de infração ou da notificação de lançamento.

§ 2º Observado o disposto no § 3º, as multas serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou

II - a setenta e cinco por cento, se houver apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária; e

II - R\$ 500,00 ( quinhentos reais), nos demais casos.” (NR)

“Art. 33. À Secretaria da Receita Federal do Brasil compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento

das contribuições sociais previstas no parágrafo único do art. 11, as contribuições incidentes a título de substituição e as devidas a outras entidades e fundos.

§ 1º É prerrogativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, o exame da contabilidade das empresas, ficando obrigados a prestarem todos os esclarecimentos e informações solicitados, o segurado e os terceiros responsáveis pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e das contribuições devidas a outras entidades e fundos.

§ 2º A empresa, o segurado da Previdência Social, o serventuário da Justiça, o síndico ou seu representante, o comissário e o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial são obrigados a exhibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas nesta Lei.

§ 3º Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, a Secretaria da Receita Federal do Brasil pode, sem prejuízo da penalidade cabível, lançar de ofício a importância devida, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

§ 4º Na falta de prova regular e formalizada, o montante dos salários pagos pela execução de obra de construção civil pode ser obtido mediante cálculo da mão-de-obra empregada, proporcional à área construída, de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, cabendo ao proprietário, dono da obra, condômino da unidade imobiliária ou empresa co-responsável o ônus da prova em contrário.

.....

§ 7º O crédito da seguridade social é constituído por meio de notificação de lançamento, de auto de infração e de confissão de valores devidos e não recolhidos pelo contribuinte.

§ 8º Aplicam-se às contribuições sociais mencionadas neste artigo, as presunções legais de omissão de receita previstas nos §§ 2º e 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e nos arts. 40, 41 e 42 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)

“Art. 35. Os débitos com a União decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, não pagos nos prazos previstos em legislação, serão acrescidos de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 1996.” (NR)

“Art. 35-A. Nos casos de lançamento de ofício relativos às contribuições referidas no art. 35, aplica-se o disposto no art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996.” (NR)

“Art. 37. Constatado o não-recolhimento total ou parcial das contribuições tratadas nesta Lei, não declaradas na forma do art. 32, a falta de pagamento de benefício reembolsado ou o descumprimento de obrigação acessória, será lavrado auto de infração ou notificação de lançamento.” (NR)

“Art. 43. ....

§ 1º Nas sentenças judiciais ou nos acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais relativas às contribuições sociais, estas incidirão sobre o valor total apurado em liquidação de sentença ou sobre o valor do acordo homologado.

§ 2º Considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço.

§ 3º As contribuições sociais serão apuradas mês a mês, com referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas, devendo o recolhimento das importâncias devidas ser efetuado até o dia dez do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo.

§ 4º No caso de reconhecimento judicial da prestação de serviços em condições que permitam a aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, serão devidos os acréscimos de contribuição de que trata o § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991.

§ 5º O acordo celebrado após ter sido proferida decisão de mérito não prejudicará ou de qualquer forma afetará o valor e a execução das contribuições dela decorrentes.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo aos valores devidos ou pagos nas Comissões de Conciliação Prévia de que trata a Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000.” (NR)

“Art. 49. A matrícula da empresa será efetuada nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 1º No caso de obra de construção civil, a matrícula deverá ser efetuada mediante comunicação obrigatória do responsável por sua execução, no prazo de trinta dias contados do início de suas atividades, quando obterá número cadastral básico, de caráter permanente.

§ 2º O não-cumprimento do disposto no § 1º sujeita o responsável a multa na forma estabelecida no art. 92.

§ 3º O Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC, por intermédio das Juntas Comerciais, bem como os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, prestarão, obrigatoriamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil todas as informações referentes aos atos constitutivos e alterações posteriores relativos a empresas e entidades neles registradas.

.....” (NR)

“Art. 50. O Município ou o Distrito Federal, por intermédio do órgão competente, fornecerá mensalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil relação de alvarás para construção civil e documentos de “habite-se” concedidos.

§ 1º A obrigação de que trata o **caput** deverá ser atendida mesmo nos meses em que não houver concessão de alvarás e documentos de “habite-se”.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a aplicação da penalidade prevista no inciso I do art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.” (NR)

“Art. 52. Às empresas, enquanto estiverem em débito não garantido com a União, aplica-se o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.” (NR)

“Art. 60. O pagamento dos benefícios da Seguridade Social serão realizados por intermédio da rede bancária ou por outras formas definidas pelo Ministério da Previdência Social.” (NR)

“Art. 89. As contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11, as contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas a terceiros somente poderão ser restituídas ou compensadas nas hipóteses de pagamento ou recolhimento indevido ou maior que o devido, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

.....

§ 4º O valor a ser restituído ou compensado será acrescido de juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de um por cento relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

.....

§ 9º Os valores compensados indevidamente serão exigidos com os acréscimos moratórios de que trata o art. 35 desta Lei.

§ 10. Na hipótese de compensação indevida, quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo, o contribuinte estará sujeito à multa isolada aplicada no percentual previsto no inciso I do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996, aplicado em dobro, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado.

§ 11. Aplica-se aos processos de restituição das contribuições de que trata este artigo e de reembolso de salário-família e salário-maternidade o rito do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.” (NR)

“Art. 102. ....

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às penalidades previstas no art. 32-A.

§ 2º O reajuste dos valores dos salários-de-contribuição em decorrência da alteração do salário mínimo será descontado quando da aplicação dos índices a que se refere o **caput**.” (NR)

Art. 25. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 125-A. Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS realizar, por meio dos seus próprios agentes, quando designados, todos os atos e procedimentos necessários à verificação do atendimento das obrigações não-tributárias impostas pela legislação previdenciária e à imposição da multa por seu eventual descumprimento.

§ 1º A empresa disponibilizará a servidor designado por dirigente do INSS os documentos necessários à comprovação de vínculo empregatício, de prestação de serviços e de remuneração relativos a trabalhador previamente identificado.

§ 2º Aplica-se ao disposto neste artigo, no que couber, o art. 126.

§ 3º O disposto neste artigo não abrange as competências atribuídas em caráter privativo aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil previstas no inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002.” (NR)

Art. 26. O art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Ao sujeito passivo que, notificado, efetuar o pagamento, a compensação ou o parcelamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive das contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, será concedida redução da multa de lançamento de ofício nos seguintes percentuais:

I - cinquenta por cento se for efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de trinta dias, contados da data em que o sujeito passivo foi notificado do lançamento;

II - quarenta por cento se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contados da data em que foi notificado do lançamento;

III - trinta por cento, se for efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de trinta dias, contados da data em que o sujeito passivo foi notificado da decisão administrativa de primeira instância; e

IV - vinte por cento, se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contados da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância.

§ 1º No caso de provimento a recurso de ofício interposto por autoridade julgadora de primeira instância, aplica-se a redução prevista no inciso III, para o caso de pagamento ou compensação, e no inciso IV, para o caso de parcelamento.

§ 2º A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita e que exceder o valor obtido com a garantia apresentada.” (NR)



Art. 27. O art. 74 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3º O disposto no inciso II do **caput** deste artigo:

I - aplica-se aos benefícios e vantagens concedidos pela empresa a pessoas físicas por serviços prestados, com ou sem vínculo empregatício, observadas as isenções existentes; e

II - não se aplica aos pagamentos decorrentes do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, com observância da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.” (NR)

Art. 28. O art. 24 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24. ....

.....

§ 2º O valor da receita omitida será considerado na determinação da base de cálculo para o lançamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP e das contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita.

.....

§ 4º Para a determinação do valor da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, na hipótese de a pessoa jurídica auferir receitas sujeitas a alíquotas diversas, não sendo possível identificar a alíquota aplicável à receita omitida, aplicar-se-á a esta a alíquota mais elevada entre aquelas previstas para as receitas auferidas pela pessoa jurídica.

§ 5º Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se ao recolhimento da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, calculadas por unidade de medida de produto, não sendo possível identificar qual o produto vendido ou a quantidade que se refere à receita omitida, a contribuição será determinada com base na alíquota **ad valorem** mais elevada entre aquelas previstas para as receitas auferidas pela pessoa jurídica.

§ 6º Na determinação da alíquota mais elevada, considerar-se-ão:

I - para efeito do disposto nos §§ 4º e 5º, as alíquotas aplicáveis às receitas auferidas pela pessoa jurídica no ano-calendário em que ocorreu a omissão;

II - para efeito do disposto no § 5º, as alíquotas **ad valorem** correspondentes às aquelas fixadas por unidade de medida do produto, bem como as alíquotas aplicáveis às demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.” (NR)

Art. 29. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24-A. ....

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se regime fiscal privilegiado aquele que apresentar uma ou mais das seguintes características:

.....” (NR)

“Art. 68-A. O Poder Executivo poderá elevar para até R\$ 100,00 (cem reais) os limites e valores de que tratam os arts. 67 e 68, inclusive de forma diferenciada por tributo, regime de tributação ou de incidência, relativos a utilização do Documento de Arrecadação de Receitas Federais, podendo reduzir ou restabelecer os limites e valores que vier a fixar.” (NR)

“Art. 74. ....

.....

§ 3º .....

.....

VII - os débitos relativos a tributos e contribuições de valores originais inferiores a R\$ 500,00 (quinhentos reais);

VIII - os débitos relativos ao recolhimento mensal obrigatório da pessoa física apurados na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 1988; e

IX - os débitos relativos ao pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apurados na forma do art. 2º.

.....

§ 12. ....

.....

II - .....

.....

f) tiver como fundamento a alegação de inconstitucionalidade de lei que não tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade ou em ação declaratória de constitucionalidade, nem tenha tido sua execução suspensa pelo Senado Federal.

.....

§ 15. Aplica-se o disposto no § 6º nos casos em que a compensação seja considerada não declarada.

§ 16. Nos casos previstos no § 12, o pedido será analisado em caráter definitivo pela autoridade administrativa.

§ 17. O valor de que trata o inciso VII do § 3º poderá ser reduzido ou restabelecido por ato do Ministro de Estado da Fazenda.” (NR)

“Art. 80. As pessoas jurídicas que, estando obrigadas, deixarem de apresentar declarações e demonstrativos por cinco ou mais exercícios poderão ter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ baixada, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, se, intimadas por edital, não regularizarem sua situação no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação da intimação.

§ 1º Poderão ainda ter a inscrição no CNPJ baixada, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as pessoas jurídicas:

I - que não existam de fato; ou

II - declaradas inaptas e que não tenham regularizado sua situação nos cinco exercícios subseqüentes.

§ 2º No edital de intimação, que será publicado no Diário Oficial da União, as pessoas jurídicas serão identificadas pelos respectivos números de inscrição no CNPJ.

§ 3º Decorridos noventa dias da publicação do edital de intimação, a Secretaria da Receita Federal do Brasil publicará no Diário Oficial da União a relação de CNPJ das pessoas jurídicas que houverem regularizado sua situação, tornando-se automaticamente baixadas, nesta data, as inscrições das pessoas jurídicas que não tenham providenciado a regularização.

§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil manterá, para consulta, em seu sítio na Internet, informação sobre a situação cadastral das pessoas jurídicas inscritas no CNPJ.” (NR)

“Art. 80-A. Poderão ter sua inscrição no CNPJ baixada, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as pessoas jurídicas que:

I - durante cinco exercícios consecutivos entregarem declaração que caracterize a não-movimentação econômica ou financeira; ou

II - estejam extintas, canceladas ou baixadas nos respectivos órgãos de registro.” (NR)

“Art. 80-B. O ato de baixa da inscrição no CNPJ não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados os débitos de natureza tributária da pessoa jurídica.” (NR)

“Art. 80-C. Mediante solicitação da pessoa jurídica, poderá ser restabelecida a inscrição no CNPJ, observados os termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.” (NR)

“Art. 81. Poderá ser declarada inapta, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que, estando obrigada, deixar de apresentar declarações e demonstrativos em dois exercícios consecutivos.

.....

§ 5º Poderá também ser declarada inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que não for localizada no endereço informado ao CNPJ, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art. 30. A Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 1º Quando a causa envolver valores superiores ao limite fixado neste artigo, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, inclusive no caso das empresas públicas federais e do Banco Central do Brasil.

.....” (NR)

“Art. 1º-A. O Advogado-Geral da União poderá dispensar a inscrição de crédito, autorizar o não-ajuizamento de ações e a não-interposição de recursos, assim como requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos da União e das autarquias e fundações públicas federais, observados os critérios de custos de administração e cobrança.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à Dívida Ativa da União e aos processos em que a União seja autora, ré, assistente ou oponente cuja representação judicial seja atribuída à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.” (NR)

“Art. 1º-B. Os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a não-propositura de ações e a não-interposição de recursos, assim como requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos, atualizados, de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), em que interessadas essas entidades na qualidade de autoras, rés, assistentes ou oponentes, nas condições aqui estabelecidas.” (NR)

“Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal e os dirigentes máximos das empresas públicas federais e do Banco Central do Brasil poderão autorizar a realização de acordos, homologáveis pelo Juízo, nos autos do processo judicial, para o pagamento de débitos de valores não superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de trinta.

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

.....” (NR)

Art. 31. Os arts. 62 e 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62. ....

§ 1º O equipamento em uso, sem a autorização a que se refere o **caput** ou que não satisfaça os requisitos deste artigo, poderá ser apreendido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Secretaria de Fazenda da Unidade Federada e utilizado como prova de qualquer infração à legislação tributária, decorrente de seu uso.

§ 2º Constatada a ausência do ECF ou equivalente por estabelecimento obrigado ao seu uso, ou a inobservância das normas sobre o seu funcionamento, a empresa será intimada a regularizar a situação no prazo de vinte dias, sem prejuízo da aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 3º O não-atendimento ao disposto no § 2º sujeitará o estabelecimento à suspensão das atividades até ulterior regularização.” (NR)

“Art. 64. ....

§ 1º No arrolamento, devem ser identificados também os bens e direitos:

I - em nome do cônjuge, desde que não comunicáveis na forma da lei, se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física; ou

II - em nome dos responsáveis tributários de que trata o art. 135 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

.....

§ 10. Fica o Poder Executivo autorizado a aumentar ou restabelecer o limite de que trata o § 7º.” (NR)

Art. 32. O art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 6º No caso de a obrigação acessória referente ao Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais - DACON ter periodicidade semestral, a multa de que trata o inciso III do **caput** será calculada com base nos valores da Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social - COFINS ou da Contribuição para o PIS/PASEP, informados nos demonstrativos mensais entregues após o prazo.” (NR)

Art. 33. O art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

§ 1º O Procurador-Geral Federal é nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Advogado-Geral da União.

§ 2º Compete ao Procurador-Geral Federal:

I - dirigir a Procuradoria-Geral Federal, coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II - exercer a representação das autarquias e fundações federais junto ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores;

III - sugerir ao Advogado-Geral da União medidas de caráter jurídico de interesse das autarquias e fundações federais, reclamadas pelo interesse público;

IV - distribuir os cargos e lotar os membros da Carreira nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações federais;

V - disciplinar e efetivar as promoções e remoções dos membros da Carreira de Procurador Federal;

VI - instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades;

VII - ceder, ou apresentar quando requisitados, na forma da lei, Procuradores Federais; e

VIII - editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições.

§ 3º No desempenho de suas atribuições, o Procurador-Geral Federal pode atuar junto a qualquer juízo ou Tribunal.

§ 4º É permitida a delegação da atribuição prevista no inciso II aos Procuradores-Gerais ou Chefes de Procuradorias, Departamentos, Consultorias ou Assessorias Jurídicas de autarquias e fundações federais, bem como as dos incisos IV a VII ao Subprocurador-Geral Federal.” (NR)

Art. 34. A Lei nº 10.522, de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

.....

II - .....

a) cancelada no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

.....

§ 4º A notificação expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou pela Procuradoria-Geral Federal, dando conhecimento ao devedor da existência do débito ou da sua inscrição em Dívida Ativa atenderá ao disposto no § 2º.

.....” (NR)

“Art. 11. O parcelamento terá sua formalização condicionada:

I - ao prévio pagamento da primeira prestação, conforme o montante do débito e o prazo solicitado, observado o disposto no § 1º do art. 13;

II - ao oferecimento, pelo devedor, de garantia real ou fidejussória, inclusive fiança bancária, idônea e suficiente para o pagamento do débito, observados os limites e as condições estabelecidos no ato de que trata o art. 14-F.

§ 1º O disposto no inciso II não se aplica aos pedidos de parcelamento de optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º Para efeito do disposto no inciso II, poderão também ser oferecidos como garantia o faturamento ou os rendimentos do devedor.

§ 3º Descumprido o parcelamento garantido por faturamento ou rendimentos do devedor, poderá a Fazenda Nacional realizar a penhora preferencial destes na execução fiscal, que consistirá em depósito mensal à ordem do Juízo, ficando o devedor obrigado a comprovar o valor do faturamento ou rendimentos no mês, mediante documentação hábil.” (NR)

“Art. 12. O pedido de parcelamento constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.

Parágrafo único. Cumpridas as condições estabelecidas no art. 11, o parcelamento será:

I - consolidado na data do pedido; e

II - considerado automaticamente deferido quando decorrido o prazo de noventa dias contados da data do pedido de parcelamento sem que a Fazenda Nacional tenha se pronunciado.” (NR)

“Art. 13. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia -

SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 1º O valor mínimo de cada prestação será fixado em ato conjunto do Secretário da Receita Federal do Brasil e do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

§ 2º No caso de parcelamento de débito inscrito em Dívida Ativa da União, o devedor pagará custas, emolumentos e demais encargos legais.” (NR)

“Art. 13-A. O parcelamento dos débitos decorrentes das contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, será requerido perante a Caixa Econômica Federal, aplicando-se-lhe o disposto no **caput** do art. 10, nos arts. 11 e 12, no § 2º do art. 13 e nos arts. 14 e 14-B desta Lei.

.....

§ 5º É vedado o parcelamento de débitos a que se refere o **caput**, exceto quando inscritos em Dívida Ativa da União.” (NR)

“Art. 14. ....

I - tributos passíveis de retenção na fonte, de desconto de terceiros ou de sub-rogação;

.....

IV - tributos devidos no registro da Declaração de Importação;

V - incentivos fiscais devidos ao Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM e Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo - FUNRES;

VI - crédito tributário ou outra exação objeto de ação judicial proposta pelo sujeito passivo com depósito do montante discutido;

VII - pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

VIII - recolhimento mensal obrigatório da pessoa física relativo a rendimentos de que trata o art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

IX - tributo ou outra exação qualquer, enquanto não integralmente pago parcelamento anterior relativo ao mesmo tributo ou exação, salvo na hipótese prevista no art. 49-A do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e nas hipóteses previstas no art. 14-A desta Lei;

X - tributos devidos por pessoa jurídica com falência ou pessoa física com insolvência civil decretadas; e



XI - créditos tributários devidos na forma do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, pela incorporadora optante do Regime Especial Tributário do Patrimônio de Afetação.” (NR)

“Art. 14-A. Observadas as condições previstas neste artigo, será admitido reparcelamento de débitos constantes de parcelamento em andamento ou que tenha sido rescindido.

§ 1º No reparcelamento de que trata o **caput** poderão ser incluídos novos débitos.

§ 2º A formalização do pedido de reparcelamento previsto neste artigo fica condicionada ao recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a:

I - vinte por cento do total dos débitos consolidados; ou

II - cinquenta por cento do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcelamento anterior.

§ 3º Aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de que trata este artigo as demais disposições relativas ao parcelamento previstas nesta Lei.” (NR)

“Art. 14-B. Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa da União ou prosseguimento da execução, conforme o caso, a falta de pagamento:

I - de duas parcelas, consecutivas ou não; ou

II - de uma parcela, estando pagas todas as demais.” (NR)

“Art. 14-C. Poderá ser concedido, de ofício ou a pedido, parcelamento simplificado, importando o pagamento da primeira prestação em confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário.

Parágrafo único. Ao parcelamento de que trata o **caput** não se aplicam as vedações estabelecidas no art. 14.” (NR)

“Art. 14-D. Os parcelamentos concedidos a Estados, Distrito Federal ou Municípios conterão cláusulas em que estes autorizem a retenção do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse à União do valor correspondente:

I - a cada prestação mensal do parcelamento, por ocasião do vencimento desta;

II - às obrigações tributárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação;

III - à mora, quando verificado atraso superior a sessenta dias no cumprimento das obrigações tributárias correntes, inclusive prestações de parcelamento em atraso.

§ 1º O pedido de parcelamento deverá também conter cláusula autorizando a retenção, pelas instituições financeiras, de outras receitas estaduais, distritais ou municipais nelas depositadas

e o repasse à União do restante da dívida tributária apurada, na hipótese em que os recursos oriundos do FPE e do FPM não forem suficientes para a quitação do parcelamento e das obrigações tributárias correntes.

§ 2º O valor mensal das obrigações previdenciárias correntes, para efeito deste artigo, será apurado com base na respectiva Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP ou, no caso de sua não-apresentação no prazo legal, estimado, utilizando-se a média das últimas doze competências recolhidas anteriores ao mês da retenção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, sem prejuízo da cobrança ou restituição ou compensação de eventuais diferenças.” (NR)

“Art. 14-E. Mensalmente, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional divulgarão, em seus sítios na Internet, demonstrativos dos parcelamentos concedidos no âmbito de suas competências.” (NR)

“Art. 14-F. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, editarão atos necessários à execução do parcelamento de que trata esta Lei.” (NR)

“Art. 25. O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, bem como o das autarquias e fundações públicas federais, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais.

.....” (NR)

“Art. 37-A. Os créditos das autarquias e fundações públicas federais, de qualquer natureza, não pagos nos prazos previstos na legislação, serão acrescidos de juros e multa de mora, calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais.

§ 1º Os créditos inscritos em Dívida Ativa serão acrescidos de encargo legal, substitutivo da condenação do devedor em honorários advocatícios, calculado nos termos e na forma da legislação aplicável à Dívida Ativa da União.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos créditos do Banco Central do Brasil.” (NR)

“Art. 37-B. Os créditos das autarquias e fundações públicas federais, de qualquer natureza, poderão ser parcelados em até trinta prestações mensais.

§ 1º O disposto neste artigo somente se aplica aos créditos inscritos em Dívida Ativa e centralizados nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, nos termos dos §§ 11 e 12 do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e do art. 22 da Lei nº 11.457, de 2007.

§ 2º O parcelamento terá sua formalização condicionada ao prévio pagamento da primeira prestação, conforme o montante do débito e o prazo solicitado, observado o disposto no § 9º.

§ 3º Enquanto não deferido o pedido, o devedor fica obrigado a recolher, a cada mês, o valor correspondente a uma prestação.

§ 4º O não-cumprimento do disposto neste artigo implicará o indeferimento do pedido.

§ 5º Considerar-se-á automaticamente deferido o parcelamento, em caso de não manifestação da autoridade competente no prazo de noventa dias, contado da data da protocolização do pedido.

§ 6º O pedido de parcelamento constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para exigência do crédito, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.

§ 7º O débito objeto de parcelamento será consolidado na data do pedido.

§ 8º O devedor pagará as custas, emolumentos e demais encargos legais.

§ 9º O valor mínimo de cada prestação mensal será definido por ato do Procurador-Geral Federal.

§ 10. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 11. A falta de pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança.

§ 12. Atendendo ao princípio da economicidade, observados os termos, os limites e as condições estabelecidos em ato do Procurador-Geral Federal, poderá ser concedido, de ofício ou a pedido, parcelamento simplificado, importando o pagamento da primeira prestação em confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito.

§ 13. Observadas as condições previstas neste artigo, será admitido reparcelamento dos débitos, inscritos em Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais, constantes de parcelamento em andamento ou que tenha sido rescindido.

§ 14. A formalização do pedido de reparcelamento fica condicionada ao recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a:

I - vinte por cento do total dos débitos consolidados; ou

II - cinquenta por cento do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcelamento anterior.

§ 15. Aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de reparcelamento, naquilo que não os contrariar, as demais disposições relativas ao parcelamento previstas neste artigo.

§ 16. O parcelamento de que trata este artigo será requerido exclusivamente perante as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais.

§ 17. A concessão do parcelamento dos débitos a que se refere este artigo compete privativamente às Procuradorias Regionais Federais, às Procuradorias Federais nos Estados e às Procuradorias Seccionais Federais.

§ 18. A Procuradoria-Geral Federal editará atos necessários à execução do parcelamento de que trata este artigo.

§ 19. Mensalmente, a Procuradoria-Geral Federal divulgará, no sítio da Advocacia-Geral da União, demonstrativos dos parcelamentos concedidos no âmbito de sua competência.”

§ 20. Ao disposto neste artigo aplicam-se subsidiariamente as regras previstas nesta lei para o parcelamento dos créditos da Fazenda Nacional.” (NR)

Art. 35. A Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-A:

“Art. 16-A. A contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público - PSS, decorrente de valores pagos em cumprimento de decisão judicial, ainda que decorrente de homologação de acordo, será retida na fonte, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal, pela instituição financeira responsável pelo pagamento, por intermédio da quitação da guia de recolhimento, remetida pelo setor de precatórios do Tribunal respectivo.

Parágrafo único. O Tribunal respectivo, quando da remessa dos valores do precatório ou requisição de pequeno valor, emitirá guia de recolhimento devidamente preenchida, que será remetida à instituição financeira juntamente com o comprovante da transferência do numerário objeto da condenação.” (NR)

Art. 36. A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 142. ....

.....

VIII - autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não-circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

.....” (NR)

“Art. 176. ....

.....

§ 5º As notas explicativas devem:

I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II - divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; e

III - fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

.....

§ 7º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu critério, disciplinar de forma diversa o registro de que trata o § 3º deste artigo.” (NR)

“Art. 177. ....

.....

§ 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.

.....

§ 5º As notas explicativas devem:

I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II - divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III - fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

IV - indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

.....” (NR)

“Art. 178. ....

§ 1º .....

I - ativo circulante; e

II - ativo não-circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º .....

I - passivo circulante;

II - passivo não-circulante; e

III - patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

.....” (NR)

“Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não-circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não-circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179.” (NR)

“Art. 182. ....

.....

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177.

.....” (NR)

“Art. 183. ....

I - .....

a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

.....

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo:

.....

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de:

.....

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam:

.....” (NR)

“Art. 184. ....

.....

III - as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não-circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.” (NR)

“Art. 187. ....

.....

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

.....

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

.....” (NR)

“Art. 226. ....

.....

§ 3º A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de fusão, incorporação e cisão que envolvam companhia aberta.” (NR)

“Art. 243. ....

§ 1º São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.

.....

§ 4º Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.

§ 5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de vinte por cento ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.” (NR)

“Art. 247. As notas explicativas dos investimentos a que se refere o art. 248 devem conter informações precisas sobre as sociedades coligadas e controladas e suas relações com a companhia, indicando:

.....” (NR)

“Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

.....” (NR)

“Art. 250. ....

.....

III - as parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não-circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

.....



§ 2º A parcela do custo de aquisição do investimento em controlada, que não for absorvida na consolidação, deverá ser mantida no ativo não-circulante, com dedução da provisão adequada para perdas já comprovadas, e será objeto de nota explicativa.

.....” (NR)

“Art. 252. ....

.....

§ 4º A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de incorporação de ações que envolvam companhia aberta.” (NR)

“Art. 279. O consórcio será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo não-circulante, do qual constarão:

.....” (NR)

Art. 37. A Lei nº 6.404, de 1976, passa a vigorar acrescida dos arts. 184-A, 299-A e 299-B:

“Critérios de Avaliação em Operações Societárias

Art. 184-A. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177, normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis à aquisição de controle, participações societárias ou segmentos de negócios.” (NR)

“Art. 299-A. O saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sujeito à análise sobre a recuperação de que trata o § 3º do art. 183.” (NR)

“Art. 299-B. O saldo existente no resultado de exercício futuro em 31 de dezembro de 2008 deverá ser reclassificado para o passivo não-circulante em conta representativa de receita diferida.

Parágrafo único. O registro do saldo de que trata o **caput** deverá evidenciar a receita diferida e o respectivo custo diferido.” (NR)

Art. 38. O art. 8º do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

.....

§ 2º Para fins da escrituração contábil, inclusive da aplicação do disposto no § 2º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, os registros contábeis que forem necessários para a observância das disposições tributárias relativos à determinação da base de cálculo do imposto de renda e, também, dos demais tributos, quando não devam, por sua natureza fiscal, constar da escrituração contábil, ou forem diferentes dos lançamentos dessa escrituração, serão efetuados exclusivamente em:

I - livros ou registros contábeis auxiliares; ou

II - livros fiscais, inclusive no livro de que trata o inciso I do **caput**.

§ 3º O disposto no § 2º será disciplinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art. 39. O art. 47 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“VIII - o contribuinte não escriturar ou deixar de apresentar à autoridade tributária os livros ou registros auxiliares de que trata o § 2º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e § 2º do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977.” (NR)

Art. 40. A Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, passa a vigorar acrescida do art. 1º-A: (Vigência)

“Art. 1º-A. Considera-se operação de crédito, independentemente da nomenclatura que lhes for atribuída, as operações de arrendamento cujo somatório das contraprestações perfaz mais de setenta e cinco por cento do custo do bem.

Parágrafo único. No percentual do **caput** inclui-se o valor residual garantido que tenha sido antecipado.” (NR)

Art. 41. O inciso I do art. 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação: (Vigência)

“I - nas operações de crédito:

a) o valor total das contraprestações registrado pela pessoa jurídica arrendadora, na data da contratação, acrescido do valor residual garantido;

b) o valor do principal que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado, nas demais operações;” (NR)

Art. 42. O inciso I do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação: (Vigência)

“I - nas operações de crédito, as instituições financeiras ou as pessoas jurídicas arrendadoras;” (NR)

## CAPÍTULO V

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. O Primeiro, o Segundo e o Terceiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, bem como a Câmara Superior de Recursos Fiscais, ficam unificados em um órgão, denominado Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, colegiado, paritário, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, com competência para julgar recursos de ofício e voluntários de decisão de primeira instância, bem como recursos especiais, sobre a aplicação da legislação referente a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 44. Ficam transferidas para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, as atribuições e competências do Primeiro, Segundo e Terceiro Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda e da Câmara Superior de Recursos Fiscais, e suas respectivas câmaras e turmas.

§ 1º Compete ao Ministro de Estado da Fazenda instalar o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, nomear seu presidente, entre os representantes da Fazenda Nacional, e dispor sobre o seu regimento interno, inclusive quanto às competências para julgamento em razão da matéria.

§ 2º O Ministro de Estado da Fazenda expedirá, no prazo de cento e oitenta dias da edição dessa Medida Provisória, o regimento interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

§ 3º Fica prorrogada a competência dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais enquanto não instalado o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Art. 45. Ficam removidos, na forma do disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os servidores que, na data da publicação desta Medida Provisória, se encontravam lotados e em efetivo exercício no Primeiro, Segundo e Terceiro Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda e na Câmara Superior de Recursos Fiscais

Art. 46. Ficam transferidos os cargos em comissão e funções gratificadas da estrutura do Primeiro, Segundo e Terceiro Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda e da Câmara Superior de Recursos Fiscais para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Art. 47. As disposições da legislação tributária em vigor, que se refiram aos Conselhos de Contribuintes e à Câmara Superior de Recursos Fiscais devem ser entendidas como pertinentes ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Art. 48. A prescrição dos créditos tributários pode ser reconhecida de ofício pela autoridade administrativa.

Parágrafo único. O reconhecimento de ofício a que se refere o **caput** aplica-se inclusive às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei

nº 8.212, de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos.

Art. 49. Para efeito de interpretação do art. 63 da Lei nº 9.430, de 1996, prescinde do lançamento de ofício destinado a prevenir a decadência, relativo ao tributo sujeito ao lançamento por homologação, o crédito tributário cuja exigibilidade houver sido suspensa na forma do inciso II do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 50. Terão sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ baixada, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inaptas até a data de publicação desta Medida Provisória.

Art. 51. As pessoas jurídicas que tiverem sua inscrição no CNPJ baixada até 31 de dezembro de 2008, nos termos do art. 50 desta Medida Provisória e dos arts. 80 e 80-A da Lei nº 9.430, de 1996, ficam dispensadas:

I - da apresentação de declarações e demonstrativos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - da comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil da baixa, extinção ou cancelamento nos órgãos de registro; e

III - das penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias de que tratam os incisos I e II.

Art. 52. A partir de 1º de janeiro de 2008, o limite a que se refere o § 1º do art. 5º do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, passa a ser o valor da primeira faixa da tabela de incidência mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF.

Art. 53. Em relação aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, é possível mais de um procedimento de fiscalização sobre o mesmo período de apuração de um mesmo tributo, mediante ordem emitida por autoridade administrativa competente, nos termos definidos pelo Poder Executivo.

Art. 54. A aplicação dos arts. 35 e 35-A da Lei nº 8.212, de 1991, às prestações ainda não pagas de parcelamento e aos demais débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, cobrado por meio de processo ainda não definitivamente julgado, ocorrerá:

I - mediante requerimento do sujeito passivo, dirigido à autoridade administrativa competente, informando e comprovando que se subsume à mencionada hipótese; ou

II - de ofício, quando verificada pela autoridade administrativa a possibilidade de aplicação.

Parágrafo único. O procedimento de revisão de multas previsto neste artigo será regulamentado em portaria conjunta da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 55. Os órgãos responsáveis pela cobrança da Dívida Ativa da União poderão utilizar serviços de instituições financeiras públicas para a realização de atos que viabilizem a satisfação amigável de créditos inscritos.

§ 1º Nos termos convencionados com as instituições financeiras, os órgãos responsáveis pela cobrança da Dívida Ativa:

I - orientarão a instituição financeira sobre a legislação tributária aplicável ao tributo objeto de satisfação amigável;

II - delimitarão os atos de cobrança amigável a serem realizados pela instituição financeira;

III - indicarão as remissões e anistias, expressamente previstas em lei, aplicáveis ao tributo objeto de satisfação amigável;

IV - fixarão prazo que a instituição financeira terá para obter êxito na satisfação amigável do crédito inscrito, antes do ajuizamento da ação e execução fiscal, quando for o caso; e

V - fixarão os mecanismos e parâmetros de remuneração por resultado.

§ 2º Para os fins deste artigo, é dispensável a licitação, desde que a instituição financeira pública possua notória competência na atividade de recuperação de créditos não pagos.

§ 3º Ato conjunto do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado da Fazenda:

I - fixará a remuneração por resultado devida à instituição financeira; e

II - determinará os créditos que podem ser objeto do disposto no **caput** deste artigo, inclusive estabelecendo alçadas de valor.

Art. 56. A adjudicação de ações pela União, para pagamento de débitos inscritos na Dívida Ativa, que acarrete a participação em sociedades empresariais, deverá ter a anuência prévia, por meio de resolução, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, vedada a assunção pela União do controle societário.

§ 1º A adjudicação de que trata o **caput** limitar-se-á às ações de sociedades empresariais com atividade econômica no setor de defesa nacional.

§ 2º O disposto no **caput** aplica-se também à dação em pagamento, para quitação de débitos de natureza não-tributária inscritos em Dívida Ativa.

§ 3º Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 57. Para fins de cálculo dos juros sobre o capital a que se refere o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não se incluem entre as contas do patrimônio líquido sobre as quais os juros devem ser calculados os valores relativos a ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 1976, com a redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007.

Art. 58. O disposto no inciso IV do art. 187 da Lei nº 6.404, de 1976, com a redação dada por esta Medida Provisória, não altera o tratamento dos resultados operacionais e não-operacionais para fins de apuração e compensação de prejuízos fiscais.

Art. 59. A escrituração de que trata o art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976, quando realizada por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive as constituídas na forma de companhia aberta, deve observar as disposições da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e os atos normativos dela decorrentes.

Art. 60. O texto consolidado da Lei nº 6.404, de 1976, com todas as alterações nela introduzida pela legislação posterior, inclusive por esta Medida Provisória, será publicado no Diário Oficial da União pelo Poder Executivo.

Art. 61. Ficam extintos, no âmbito do Poder Executivo Federal, vinte e oito cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e dezesseis Funções Gratificadas - FG, sendo dezesseis DAS-101.2, doze DAS-101.1, quatro FG-1, dois FG-2 e dez FG-3, e criados quinze cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo dois DAS-101.5, um DAS-101.4 e doze DAS-101.3.

Art. 62. O disposto nos arts. 1º a 7º da Medida Provisória nº 447, de 14 de novembro de 2008, aplica-se também aos fatos geradores ocorridos entre 1º e 31 de outubro de 2008.

Art. 63. Fica a União autorizada a conceder subvenção extraordinária para os produtores independentes de cana-de-açúcar da região Nordeste na safra 2008/2009.

Parágrafo único. Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda estabelecerão em ato conjunto as condições operacionais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção prevista no **caput**, devendo observar que a subvenção será:

I - concedida diretamente aos produtores ou por meio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida às usinas de açúcar e álcool da região;

II - definida pela diferença entre o preço médio mensal recebido pelos produtores e o custo de produção variável para a safra 2008/2009, calculado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB em R\$ 40,92 (quarenta reais e noventa e dois centavos) por tonelada de cana-de-açúcar;

III - limitada a R\$ 5,00 (cinco reais) por tonelada de cana-de-açúcar e a dez mil toneladas por produtor em toda a safra;

IV - paga em 2008 e 2009, referente à produção da safra 2008/2009 efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2008, observados os limites estabelecidos nos incisos I a III.

Parágrafo único. Os custos decorrentes desta subvenção serão suportados pela ação correspondente à Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

Art. 64. Fica a União autorizada, em caráter excepcional, a proceder à aquisição de açúcar de produção própria das usinas circunscritas à região Nordeste, da safra 2008/2009, por preço não superior ao preço médio praticado na região, com base em parâmetros de preços definidos conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Os custos decorrentes das aquisições de que trata este artigo serão suportados pela dotação consignada no Programa Abastecimento Agroalimentar, na ação correspondente à Formação de Estoques, sob a coordenação da CONAB.

Art. 65. Ficam revogados:

I - os §§ 1º e 3º a 8º do art. 32, o art. 34, os §§ 1º a 4º do art. 35, os §§ 1º e 2º do art. 37, os arts. 38 e 41, o § 8º do art. 47, o § 4º do art. 49, o parágrafo único do art. 52, o inciso II do art. 80, o art. 81, os §§ 1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º do art. 89, e o parágrafo único do art. 93 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II - o art. 60 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991;

III - o parágrafo único do art. 133 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - o art. 7º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997;

V - o parágrafo único do art. 10, os §§ 4º ao 9º do art. 11 e o parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

VI - o parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972;

VII - o art. 13 da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

VIII - os §§ 1º, 2º e 3º do art. 84 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;

IX - o art. 1º da Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, na parte em que altera o art. 84 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;

X - o § 7º do art. 177, o inciso V do art. 179, o art. 181, o inciso VI do art. 183 e os incisos III e IV do art. 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e

XI - a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais:

a) o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979;

b) o Decreto nº 89.892, de 2 de julho de 1984; e

c) o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Art. 66. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao disposto nos arts. 40 a 42, que passam a vigorar a partir da publicação do regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

Brasília, 3 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Guido Mantega*

*Paulo Bernardo Silva*

*José Antonio Dias Toffoli*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.12.2008